

Revistas Científicas de Comunicação Ibero-Americanas na Política de Divulgação do Conhecimento

Tendências, Limitações e os
Desafios de Novas Estratégias



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade



Cicilia M. Krohling Peruzzo foi coordenadora da comissão do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento da Confibercom (2011-2016). É professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (Brasil). Foi presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação de 2002 a 2005.

Moisés de Lemos Martins é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, que fundou em 2001. É diretor da revista *Comunicação e Sociedade*, e também da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* e da *Vista*. Doutorou-se pela Universidade de Estrasburgo em Ciências Sociais (na especialidade de Sociologia), em 1984. Foi presidente da Sopcom, da Lusocom e da Confibercom.

Rodrigo Gabrioti é doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. É diretor adjunto de projetos da Intercom gestão 2020-2023. É um dos coordenadores da DT11 – Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação, na Assibercom, professor e coordenador do curso de Comunicação Social – Jornalismo na Escola Superior de Gestão e Negócios, Sorocaba, São Paulo, Brasil.





UMinho Editora

Investigação
Ciências Sociais



CECS

centro de estudos
de comunicação
e sociedade

EDITORES

Cicília M. Krohling Peruzzo
Moisés de Lemos Martins
Rodrigo Gabrioti

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins
Moisés de Lemos Martins

FOTO CAPA

Ajda ATZ (Unsplash)

DESIGN

Tiago Rodrigues

PAGINAÇÃO E REVISÃO

Marisa Mourão

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS Gráfica Diário do Minho

EDIÇÃO UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2021

ISBN impresso 978-989-8974-39-6

ISBN digital 978-989-8974-40-2

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores / Universidade do Minho – Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização expressa dos autores.

Revistas Científicas de Comunicação Ibero-Americanas na Política de Divulgação do Conhecimento

Tendências, Limitações e
os Desafios de Novas
Estratégias

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2020-2023 (que integra a parcela de financiamento base com a referência UIDB/00736/2020).

<i>Prefácio: A Comunidade Ibero-Americana de Ciências da Comunicação: Publicar em Português e em Espanhol, Difundir Conhecimento</i> , Moisés de Lemos Martins	7
<i>Prólogo: Breves Aportes Sobre la Comunicación de la Ciencia</i> , Beatriz Elena Marín Ochoa	15
<i>Apresentação: Difusão do Conhecimento: Tendências e Perspectivas</i> , Cicilia M. Krohling Peruzzo	21
<i>O Programa SciELO e o Acesso Aberto via Dourada</i> , Abel L. Packer	29
<i>Redalyc: Una Estrategia de Comunicación Científica Regional</i> , Eduardo Aguado López	59
<i>Periódicos Científicos e Difusão do Conhecimento Comunicacional: Do Diagnóstico ao Debate Sobre Métricas de Avaliação de Impacto</i> , Cicilia M. Krohling Peruzzo	69
<i>Las Revistas de Comunicación en el Panorama Internacional: Análisis de la Presencia en los Sistemas de Indexación</i> , Antonio Castillo Esparcia, Ana Almansa Martínez y Elizabet Castellero Ostio	91
<i>Las Revistas Científicas en Comunicación: Principales Retos Iberoamericanos Actuales</i> , Enrique Bustamante	113
<i>Políticas Científicas e Línguas de Ciência: O Caso das Revistas de Ciências da Comunicação em Portugal</i> , Moisés de Lemos Martins	125
<i>Propuestas Para Más Democracia del Conocimiento Académico en Comunicación</i> , Eduardo Villanueva Mansilla	143
<i>O Acesso Aberto e a Economia Política da Publicação Científica</i> , Paulo Serra	159

<i>Difusión Científica 2.0: Adopción y Uso de Herramientas Digitales por Revistas Académicas de Comunicación en Iberoamérica</i> , Carlos Arcila y María Claudia Camargo Camargo	177
<i>Política Científica y Socialización del Conocimiento: Hacia una Nueva Economía Política Común del Espacio Cultural Latino</i> , Francisco Sierra Caballero	197
<i>Notas Biográficas</i>	211

Prefácio

A Comunidade Ibero-
-Americana de Ciências da
Comunicação: Publicar em
Português e em Espanhol,
Difundir Conhecimento

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.1>

Moisés de Lemos Martins

*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Portugal*

Em 2010, o Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades (CCCSH) da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), do Estado português, era presidido pelo historiador José Mattoso. E elaborou, em 2011, um programa estratégico nacional, de aplicação em Portugal até 2020, para o desenvolvimento e a consolidação desta vasta área científica, em torno de uma agenda com os seguintes tópicos: internacionalização, pluralismo, pluridisciplinaridade, avaliação, disseminação do conhecimento.

Para o elaborar, o CCCSH reuniu-se, ao longo do ano de 2011, com os responsáveis das 132 unidades desta área transdisciplinar, então existentes em Portugal, o que nunca havia acontecido na história da FCT, e não voltou acontecer, até ao dia de hoje.

A proposta de política científica apresentada contraria o atual modelo hegemónico de fazer ciência, um modelo que apaga a Ibero-América, tanto pela língua de uso, como pelo paradigma científico que lhe impõe. Na política científica joga-se, com efeito, um verdadeiro combate, pela ordenação simbólica do mundo (Bourdieu, 1977, 1979, 1982), onde se colocam os problemas da língua hegemónica e da subordinação política, científica, cultural e artística (Martins, 2015). E realizando este combate, proposto em 2011 pelo Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades da FCT, estaríamos a dar oportunidades ao conhecimento, que se exprime na diversidade das culturas faladas em Português e em Espanhol, assim concorrendo para a construção de uma comunidade científica, policentrada e polifacetada, uma comunidade com sentido humano, que é sempre uma comunidade com o sentido do debate e da cooperação, no respeito pela diversidade e pela diferença entre as culturas (Brito & Martins, 2005).

Relembro algumas das recomendações feitas neste documento, de 2011, do CCCSH da FCT, que nos interessam particularmente.

Dinamizar, com as congéneres espanhola e da América Latina, uma base de dados bibliométrica da qual façam parte as revistas científicas que cumpram as normas da *European Science Foundation* (e.g., quanto à componente internacional do “editorial board”), embora aceitem o espanhol e o português, a par do inglês, como línguas de publicação; Incluir nos indicadores de internacionalização: (i) a autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores nacionais e estrangeiros; (ii) o impacto das publicações; (...) Promover a cooperação científica com os PALOP [Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa], os países da bacia mediterrânica e os países emergentes com os quais Portugal mantém laços históricos e culturais, nomeadamente das políticas científicas e tecnológicas dos estados membros da CPLP. (Mattoso et al., 2011, p. 11)

Este plano, formulado em Portugal pela FCT, em 2011, conjugava-se na perfeição com os objetivos científicos formulados pelas associações nacionais de Ciências da Comunicação dos países ibero-americanos, reunidas na cidade do Funchal (ilha da Madeira), em abril de 2009. Esse compromisso científico resultou, então, na constituição da Confederação Ibero-americana de Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom)¹. E os congressos e fóruns da Confibercom, que depois se realizaram, em São Paulo (2011), Quito (2012), Porto (2013), Braga (2014), São Paulo (2015), foram suportados por três equipas de investigação transnacionais, uma sobre política científica, outra sobre a pós-graduação, e uma outra sobre divulgação do conhecimento, através de publicações (revistas e livros)². Cada equipa de investigação compreendia cinco a seis investigadores, garantindo a presença de um investigador brasileiro, um outro investigador da América do Sul, um investigador da América do Norte, Central e Caraíbas, um investigador espanhol e um investigador português³.

As políticas de ciência, língua e cultura, e também o modo como elas modelam e condicionam o desenvolvimento das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas, supõem, todavia, que consideremos o atual contexto da globalização do conhecimento e da cultura digital, e que façamos juntos uma travessia de “circum-navegação tecnológica” (Martins, 2018). Com efeito, sendo tecnológica a condição da época, o ciberespaço passou a ser um novo lugar do conhecimento científico (Maffesoli & Martins, 2011), sem dúvida em língua inglesa, com as políticas de comunicação a saltar para os sites, os portais eletrónicos, as redes sociais, os repositórios digitais e os museus virtuais; mas do ponto de vista que nos interessa, o novo lugar do conhecimento tem de ser, também, em língua portuguesa, assim como em língua espanhola (Martins, 2017a; Martins & Oliveira, 2013a).

No entanto, ainda mal começou o combate pela conversão das línguas, portuguesa e espanhola, como línguas de conhecimento e de ciência. São as políticas linguísticas dos países lusófonos e ibero-americanos, assim como as políticas de comunicação científica, que decidem quem tem o poder de definir a realidade social, assim como

¹ A Confibercom tem site próprio: <http://confibercom.com/>. Mas também pode ser consultada alguma informação neste endereço: <http://polobs.pt/basedados/confibercom-confederacao-ibero-americana-de-associacoes-cientificas-e-academicas-de-comunicacao/>

² A Confibercom realizou dois congressos, um na Universidade de São Paulo, em 2011; e um outro na Universidade do Minho, em Braga, em 2014. Realizou também três fóruns, um em Quito (2012), outro no Porto (2013); e um outro ainda em São Paulo (2015). Sobre esta atividade científica foram publicados os seguintes livros: Kunsch e Melo (2012); Kunsch (2013); e Martins (2017a). O congresso de Braga publicou, ainda, um livro de atas: Martins e Oliveira (2014).

³ Depois do fórum da Confibercom, realizado em São Paulo (2015), a Confibercom reformulou os seus objetivos, no decorrer do congresso da Asociación Española de Investigación de la Comunicación (AE-IC), realizado em Madrid, em 2016, e passou a integrar a dinâmica dos congressos Ibercom, realizados pela Associação Ibero-americana de Comunicação (Assibercom). Foi assim, em 2017, no “XV Congresso Ibercom”, realizado em Lisboa, e no “XVI Congresso Ibercom”, realizado em Bogotá, em 2019.

o poder de impor essa representação. E tanto as políticas científicas, como as políticas da comunicação da ciência, estão hoje inteiramente nas mãos dos governos nacionais, ficando reservado para as comunidades científicas um papel praticamente residual (Martins, 2012a, 2017b). E de acordo como o modelo hegemônico, ciência é, em síntese, o que é publicado (1) em Inglês; (2) sob a forma de artigos em revistas científicas; (3) em artigos, que obedecem ao formato IMRaD (*introduction, methods, results, and discussion* [introdução, métodos, resultados e discussão]); e (4) publicado em revistas científicas com “fator de impacto” (Serra, 2017). Esta hegemonia do Inglês como língua exclusiva de ciência tem contribuído para a estandardização do pensamento e do conhecimento. E os países de língua portuguesa e de língua espanhola não fogem à regra. Também neles os pesquisadores publicam, cada vez mais, em Inglês e as citações são feitas, tendencialmente, a partir de artigos e livros publicados em Inglês⁴.

Neste contexto, as consequências para os interesses das comunidades de investigação em Ciências Sociais e Humanas, lusófonas e ibero-americanas, têm sido desastrosos, sobretudo porque as suas próprias comunidades científicas estão muito longe de encarar como necessário o combate que estabeleça as línguas, portuguesa e espanhola, como línguas de ciência. Dou como exemplo os resultados do estudo levado a cabo por Paulo Serra sobre aquilo que ele considera ser “O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação”, publicado na *Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies* (Serra, 2016).

António Castilho et al. (2012) vão mais longe ao afirmarem que é muito problemático o desafio que o mundo latino-americano tem diante de si para credibilizar e indexar as suas revistas científicas. Propulsados pelo Inglês como língua hegemônica, o processo de indexação das revistas científicas e o “fator de impacto”, aliados à necessidade de “sobreviver na selva académica”, têm conduzido a práticas científicas perversas, que estão a destruir a integridade da ciência e das universidades (Martins, 2015; Nóvoa, 2014). Veja-se, a este propósito, Allen White e Eric Fong (2015), quando denunciam a “manipulação de citações”; e também, o bibliotecário e ativista Jeffrey Beall (2015), manifestando-se contra os “editores predatórios”. Na expressão, um tanto hiperbólica, de George Monbiot (2011) ao *The Guardian*, os

⁴ Sobre todas estas questões, veja-se o número da *Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies* consagrado à “Ciência e conhecimento: políticas e discursos” (Martins et al., 2016). Veja-se, também, Gradim e Moura (2015) e Gradim e Morais (2016). Veja-se, ainda, “As Ciências da Comunicação e o mundo lusófono” (Martins, 2016); “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015); “Interview with Moisés de Lemos Martins” (Martins, 2013); “Revistas científicas de Ciências da Comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento” (Martins, 2012b); “Política científica de Comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos” (Martins & Oliveira, 2013b); “As Ciências Sociais e a política científica” (Martins, 2008); Ensino superior e melancolia (Martins, 2002).

editores de ciência são “os capitalistas mais implacáveis no mundo ocidental” (para. 1). Foi, aliás, o custo exorbitante do conhecimento que levou Aaronson et al. (2012) a desencadear o movimento de boicote a revistas, como as da Elsevier, e à adoção de outras formas de publicação⁵.

Como bem referia, em 2011, o CCCSH da FCT, presidido por José Mattoso, o que faria mesmo sentido para os países de línguas, portuguesa e espanhola, seria a criação de um sistema de avaliação das revistas, nacionais e internacionais, controlado pela comunidade académica. Passaram 10 anos. E parece muito longo, ainda, o caminho que nos falta percorrer.

Agradecimentos

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

Referências

Aaronson, S., Arnold, D. N., Avila, A., Baez, J., Bornemann, F., Calegari, D., Cohn, H., Daubechies, I., Ellenberg, J., Emerton, M., Farge, M., Gabai, D., Gowers, T., Green, B., Grötschel, M., Harris, M., Hélein, F., Kirby, R., Lafforgue, V., ... Ziegler, G. M. (2012). *The cost of knowledge*. <https://people.math.ethz.ch/~wewerner/elsevierstatementfinal.pdf>

Beall, G. (2015). Os editores predatórios estão a destruir a integridade da comunicação académica. In A. Gradim & C. Moura (Eds.), *Comunicar e avaliar ciência* (pp. 11-30). Labcom.IFP. <http://labcom.ubi.pt/livro/248>

Bourdieu, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. *Annales*, 32(3), 405-411.

Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire*. Fayard.

Brito, R., & Martins, M. L. (2005). Moçambique e Timor-Leste: Onde também se fala o português. In A. Fidalgo & P. Serra (Eds.), *Ciências da comunicação em congresso na Covilhã: Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico* (Vol 3, pp. 641-648). Universidade da Beira Interior. <http://hdl.handle.net/1822/1005>

Castillo, A., Almansa, A., & Álvarez, A. (2012). Pesquisa latino-americana em Comunicação. Estudo bibliométrico de revistas científicas. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.), *Comunicação ibero-americana: Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 385-400). Confibercom; Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Gradim, A., & Morais, R. (2016). *Anões aos ombros de gigantes. Desafios contemporâneos na comunicação de ciência*. Livros Horizonte.

⁵ Retomo nestes dois últimos parágrafos o meu estudo “Para uma comunidade científica policentrada e polifacetada, uma comunidade com sentido humano” (2017c, pp. 32-34).

- Gradim, A., & Moura, C. (Eds.). (2015). *Comunicar e avaliar ciência*. Labcom.IFP.
- Kunsch, M. (Ed.). (2013). *La comunicación en Iberoamérica: Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento*. CIESPAL; Confibercom.
- Kunsch, M., & Melo, J. M. (Eds.). (2012). *Comunicação ibero-americana: Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. Confibercom; Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- Maffesoli, M., & Martins, M. (2011). Ciberculturas. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 42, 41-52. <http://hdl.handle.net/1822/23794>
- Mattoso, J., Alvelos, H., Duarte, I., Ferrão, J., Amaral, J. F., Lima, L. P., Mesquita, P. E., Perez, Maria, R., & Koulaidis, V. (2011). *Ciências sociais e humanidades: Mais excelência, maior impacto*. Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades. https://www.fct.pt/conselhos_cientificos/docs/rel_final_CCCSH_2011.pdf
- Martins, M. L. (2002). *Ensino superior e melancolia*. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. <http://hdl.handle.net/1822/1288>
- Martins, M. L. (2008). As ciências sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Eds.), *Sociedades contemporâneas. Reflexividade e ação* (pp. 27-29). Afrontamento. <http://hdl.handle.net/1822/1059>
- Martins, M. L. (2012a). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: Prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.), *Comunicação ibero-americana: Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 331-345). Confibercom; Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. <http://hdl.handle.net/1822/23931>
- Martins, M. L. (2012b). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: Da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(1), 233-251. <http://hdl.handle.net/1822/23768>
- Martins, M. L. (2013). Interview with Moisés de Lemos Martins. In Z. Pinto-Coelho & A. Carvalho (Eds.), *Academics responding to discourses of crisis in higher education and research* (pp. 61-72). CECS. <http://hdl.handle.net/1822/29224>
- Martins, M. L. (2015). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405-420. [https://doi.org/10.17231/comsoc.27\(2015\).2109](https://doi.org/10.17231/comsoc.27(2015).2109)
- Martins, M. L. (2016). Ciências da comunicação e mundo lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 13, 11-18. <http://hdl.handle.net/1822/45164>
- Martins, M. L. (Ed.). (2017a). *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas – O caso das ciências da comunicação*. Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/49365>
- Martins, M. L. (2017b). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais – O futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas – O caso das ciências da comunicação* (pp. 19-58). Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/51039>
- Martins, M. L. (2017c). Para uma comunidade científica policentrada e polifacetada, uma comunidade com sentido humano. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas – O caso das ciências da comunicação* (pp. 11-15). Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/51037>

Martins, M. L. (2018). Os países lusófonos e o desafio de uma circum-navegação tecnológica. *Comunicação e Sociedade*, 34, 87-101. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2937](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2937)

Martins, M. L., Baptista, M. M., Araújo, E., & Latif, L. (Eds.) (2016). Ciência e conhecimento: Políticas e discursos [Edição temática]. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2). <https://rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/96>

Martins, M. L. & Oliveira, M. (2013a). Doctorado e investigación sobre comunicación en Portugal: Panorama, retos y oportunidades. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 10, 238-265. <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/429>

Martins, M. L., & Oliveira, M. (2013b). Política científica de comunicação em Portugal: Desafios e oportunidades para os doutoramentos. In M. Kunsch (Eds.), *La comunicación en Iberoamérica: Políticas científicas y tecnológicas, postgrado y difusión de conocimiento* (pp. 47-101). Ciespal; Confibercom.

Martins, M. L., & Oliveira, M. (Eds.). (2014). *Comunicação Ibero-americana: Os desafios da internacionalização – Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana*. CECS. <http://hdl.handle.net/1822/33031>

Monbiot, G. (2011, 29 de agosto). Academic publishers make Murdoch look like a socialist. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/aug/29/academic-publishers-murdoch-socialist>

Nóvoa, A. (2014). Em busca da liberdade nas universidades: Para que serve a investigação em Educação? *Revista Lusófona de Educação*, 28(28), 11-21. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4936>

Serra, P. (2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de ciências da comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 57-68. <https://doi.org/10.21814/rlec.115>

Serra, P. (2017). As línguas francas em ciência e a questão dos paradigmas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas – O caso das ciências da comunicação* (pp. 261-276). Húmus. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2724

Wilhite, A., & Fong, E. (2015). Por Albert Einstein, o editor, você, e eu. In A. Gradim & C. Moura (Eds.), *Comunicar e avaliar ciência* (pp. 31-46). Labcom.IFP. <http://labcom.ubi.pt/livro/248>

Prólogo

Breves Aportes Sobre la Comunicación de la Ciencia

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.2>

Beatriz Elena Marín Ochoa

*Facultad de Comunicación Social - Periodismo, Universidad Pontificia Bolivariana,
Colombia/Presidente de la Asociación Colombiana de Investigadores en Comunica-
ción (Acicom), Colombia*

La comunicación de la ciencia en formatos impresos, tipo revista, surge con el desarrollo de la ciencia moderna y de la imprenta, a comienzos del siglo XVII. Hasta entonces los científicos de todas las áreas del conocimiento comunicaban sus hallazgos y logros a través de correspondencia que cruzaban con sus pares más cercanos.

Era el caso de la Royal Society, en Londres, y de la Académie Royal des Science, en Francia, que incluían en sus escritos desde comentarios hasta evaluaciones de sus hallazgos. Pero con el desarrollo de la imprenta y la llegada de los sistemas tipográficos acogidos por la prensa se facilitó la multiplicación de estas comunicaciones en las páginas de los medios escritos en formatos tipo revista académica.

Esto fue un terreno abonado para que surgieran las primeras revistas científicas, en 1665, en Francia, con el *Journal de Savants* y, en Londres, con el *Philosophical Transactions of the Royal Society*. Como dicen López Ornelas y Cordero (2005), *Philosophical Transactions of the Royal Society*, en 1752, implementaría por primera vez un sistema de revisión, es decir, un comité evaluador de los artículos bajo unos parámetros que permitían definir si estos tenían calidad suficiente para ser publicados y así convertir a la revista en cuestión como publicación de referencia.

También entonces se dio origen de una forma muy sencilla a las primeras colaboraciones científicas, concepto que, en la actualidad, es muy valorado en nuestros círculos y que es evidenciado en los encuentros locales, nacionales e internacionales de Comunicación, así como en las asociaciones que nos reúnen. “Ciencia y colaboración se han constituido en un binomio indisoluble para posibilitar el progreso y el avance del conocimiento” (González Alcaide & Gómez Ferri, 2014, p. 2).

El idioma era otro asunto. El Latín dominó la lengua de la ciencia hasta el siglo XVIII, aunque hay afirmaciones de que Galileo Galilei, en 1612, siglo XVII, publicaba en Italiano, su lengua materna, con la idea de que el pueblo entendiera los avances de sus investigaciones, camino que fue seguido por otros como: “René Descartes, quien en 1637 publicó en francés su *Discours de la méthode* (*Discurso del método*), y Robert Boyle, que dio a la luz, en Inglés, en 1661, el *The Sceptical Chymist* (*El químico escéptico*)” (Núñez Centella, 2010, para. 5).

Pero, fruto de las guerras y el surgimiento creciente de la economía de Estados Unidos, se posicionó al Inglés como la lengua de la ciencia.

Con la llegada de las redes y el desarrollo de las tecnologías de información y comunicación digitales, en los 90, se inició una transición un poco precavida hacia ese nuevo ambiente denominado internet y la mayoría de los medios impresos periódicos, entre ellos las revistas científicas, emigraron a la red logrando una gran cobertura geográfica de forma atemporal y con una audiencia más amplia gracias

a la popularidad de la red de redes, a pesar de que sus propuestas eran completamente recicladas, es decir, una copia igual a la versión impresa.

Y es que esa condición esencial de los investigadores, que ya es parte de la tradición del ejercicio de pesquisa, de que al finalizar los ejercicios de búsquedas, hallazgos y análisis se den a conocer a la comunidad científica sus metodologías, resultados y conclusiones con la idea de que esa información se transfiera a otros investigadores y a la sociedad general. López Ornelas y Cordero (2005) se basan en lo que dijeron Guedón (2000) y Ríos (2000) acerca de las publicaciones seguiren siendo los eslabones básicos en el proceso de transferencia y difusión de la ciencia.

La necesidad de presentar los resultados de investigación también es una preocupación permanente entre los investigadores de las Ciencias Sociales y en particular de la Comunicación, en el espacio iberoamericano, es un reclamo por reivindicar su aporte al desarrollo del campo de estudios, desde este lado del mundo, que se ubica entre dos continentes con las lógicas propias de nuestra identidad y su particular mixtura cultural, donde se valora el juzgamiento de evaluadores y se reconoce la importancia de las métricas y los sistemas de indexación, se busca el desarrollo del trabajo colaborativo entre pares de la región, se aboga por el acceso y la libre circulación del conocimiento y se exige una valoración del Español y del Portugués, entre otras, como lenguajes oficiales de la ciencia que se descubre al mundo.

Por eso el libro que hoy presentamos, *Revistas científicas de Comunicação ibero-americanas na política de divulgação do conhecimento: tendências, limitações e os desafios de novas estratégias*, reúne las reflexiones de académicos iberoamericanos preocupados por revisar: una estrategia de comunicación científica regional; las métricas de evaluación de impacto; la presencia en los sistemas de indexación; los retos iberoamericanos; las políticas científicas y la lengua de la ciencia; las propuestas para promover una mayor y más democrática diseminación del conocimiento; la socialización del conocimiento; el acceso abierto y la economía política de la comunicación científica; la adopción y uso de herramientas digitales; y la visibilidad y accesibilidad de los conocimientos online.

Esperamos que este sea un aporte a consolidar los esfuerzos por posicionar el trabajo y dedicación a la investigación en Iberoamérica, una apuesta que cada vez se posiciona más entre las organizaciones que reúnen a los académicos de este campo en lo local, nacional e internacional porque durante los últimos 30 años se realiza un ejercicio riguroso y disciplinado que da cuenta del trabajo como científicos sociales y que permita fortalecer la publicación en las lenguas maternas propias de Iberoamérica, en el campo de estudio en la región y para el mundo.

Referencias

González Alcaide, G. & Gómez Ferri, J. (2014). La colaboración científica: Principales líneas de investigación y retos de futuro. *Revista Española de Documentación Científica*, 37(4), 1-15. <https://doi.org/10.3989/redc.2014.4.1186>

López Ornelas, M. & Cordero, G. (2005). Un intento por definir las características generales de las revistas académicas electrónicas. *Razón y Palabra*, 43, 1-33. <http://www.razonypalabra.org.mx/libros/libros/caracrevelec.pdf>

Núñez Centella, R. (2010, 31 de marzo). *La cultura científica, según Ramón Núñez Centella*. Asociación Española de Comunicación Científica. <https://www.aecomunicacioncientifica.org/la-cultura-cientifica-segun-ramon-nunez-centella/>

Apresentação

Difusão do Conhecimento: Tendências e Perspectivas

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.3>

Cicilia M. Krohling Peruzzo

*Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Espírito
Santo, Departamento de Comunicação, Vitória-ES, Brasil*

A publicação do presente livro intitulado *Revistas científicas de Comunicação ibero-americanas na política de divulgação do conhecimento: tendências, limitações e os desafios de novas estratégias*, um projeto um tanto postergado, se concretiza em boa hora diante da atual proeminência do debate necessário sobre as questões envolvidas na problemática das métricas de avaliação da produtividade científica no campo da Comunicação. Esse tempo de latência dos textos apresentados nos eventos do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico (FPDCC), da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Confibercom), no período de 2011 a 2016 e que compõem esta coletânea, permitiu, em alguns casos, uma oportuna atualização das temáticas pelos autores, de modo a contribuir para a discussão ora candente sobre as políticas de divulgação e de avaliação do conhecimento científico no campo da Comunicação Social ibero-americano.

A presente coletânea reúne uma seleção de textos apresentados em painéis e seminários do referido fórum, nas edições realizadas em São Paulo (2011), Quito (2012), Porto (2013), Braga (2014), São Paulo (2015) e Madrid (2016)¹, cujos autores enviaram suas contribuições escritas. As atividades do FPDCC aconteceram como parte da programação dos congressos da Confibercom, exceto em 2016, que foi realizado no bojo do “V Congreso da Asociación Española de Investigación de la Comunicación (AE-IC)”. Ao longo desse tempo, os membros da Comissão do FPDCC e convidados discutiram várias temáticas importantes envolvidas na questão da difusão do conhecimento científico, entre elas, as políticas de indexação de periódicos, de avaliação de periódicos pelo fator de impacto, acesso aberto e circulação do conhecimento, dificuldades e limites da internacionalização, ou seja, de publicação de artigos da área da Comunicação em periódicos científicos do mundo anglo-saxão. Elaboraram também diagnósticos sobre o panorama das revistas científicas em diferentes países, além de tecerem propostas visando o fortalecimento da divulgação da produção científica em Comunicação e incentivando avanços na integração interpaíses da região e maior penetração na pesquisa ibero-americana em Comunicação internacionalmente.

Todos estes aportes estão tratados nos capítulos desta coletânea. O primeiro capítulo apresenta “O programa SciELO e o acesso aberto via dourada”, de autoria de Abel L. Packer, diretor do programa Scientific Electronic Library Online (SciELO), que tem o mérito de ser pioneiro na adoção do acesso aberto, em 1998, para a publicação de periódicos científicos e de tornar-se uma importante plataforma de acesso aberto com projeção mundial. Abel L. Packer descreve o processo de constituição e

¹ Neste período, o Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento foi coordenado por Cílicia M. Krohling Peruzzo, então professora da Universidade Metodista de São Paulo (Brasil), e a partir de julho de 2016, a coordenação passou a ser exercida por Antonio Castillo Esparcia, professor da Universidade de Málaga (Espanha), membro da Comissão do FPDCC, desde 2012.

evolução do SciELO, inicialmente criado para dar visibilidade à produção científica brasileira na área da Saúde, mas que atualmente engloba uma rede de coleções de periódicos científicos de várias áreas do conhecimento publicados em países da América Latina e Caribe, além de Espanha, Portugal e África do Sul, a partir das funções de indexação, publicação e interoperabilidade de periódicos e os artigos. O autor salienta as limitações da língua portuguesa, no cenário internacional, para a demonstração do que se produz no Brasil, que concentra um alto grau de produtividade em publicações científicas colocando-o como liderança emergente na região, além de apontar os desafios existentes para a melhoria da difusão científica e de indicar as atuais linhas de ação e as perspectivas futuras do SciELO e sua rede de periódicos.

O segundo capítulo traz a contribuição de Eduardo Aguado López, fundador e diretor da Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc). Ele apresenta a existência desta base regional de indexação de periódicos, no texto intitulado “Redalyc: una estrategia de comunicación científica regional”, um sistema de livre acesso que nasceu sob o lema “a ciência que não se vê não existe”. Eduardo Aguado López mostra as múltiplas funcionalidades da Redalyc, inclusive, como sistema de busca por campos do conhecimento e de indicadores bibliométricos e cienciométricos nos campos das Ciências Sociais e Humanas e das Ciências Naturais e Exatas, em seu acervo com mais de 1.300 periódicos. A Redalyc tem como um dos marcos de sua visão a superação da atual avaliação da ciência baseada em métricas como o fator de impacto e impulsionando a inclusão da ciência local e a diversidade linguística em favor do bem comum².

O capítulo “Periódicos científicos e difusão do conhecimento comunicacional: do diagnóstico ao debate sobre métricas de avaliação de impacto” resgata os conteúdos discutidos no âmbito dos encontros do Fórum de Publicações do Conhecimento Científico da Confibercom e traz um panorama geral dos periódicos de Comunicação nos países ibero-americanos, para discutir caminhos e propostas para a democratização da difusão científica, inclusive, sobre a importância de resgatar a produção ainda não indexada e valorizar as línguas ibero-americanas. Neste capítulo, se apresenta também as propostas discutidas em diversos encontros do FPDCC, as quais, em síntese, visam maior integração ibero-americana, compartilhamento da produção científica em Comunicação, mudanças nas políticas de difusão e avaliação científica, a criação de repositórios e de índices regionais, além de valorização da produção nos idiomas da região, mas com sua difusão em multilínguas – inclusive o Inglês – potencializando sua internacionalização. Se levanta ainda instigantes questões acerca da avaliação da produção científica, mostrando a base de cálculo do fator de impacto e do índice H e suas limitações e possíveis condicionamentos.

² Ver <https://www.redalyc.org/redalyc/acerca-de/mision.html>

Antonio Castillo Esparcia, Ana Almansa Martínez e Elizabeth Castellero Ostio assinam o capítulo sobre a situação de “Las revistas de Comunicación en el panorama internacional: análisis de la presencia en los sistemas de indexación”, uma reflexão realizada por intermédio de levantamento e análise da presença dos periódicos da região nos sistemas de indexação internacionais. Mostram também o papel preponderante do fator de impacto JRC (Journal Citation Reports da Web of Science) e do SJR (SCImago Journal Rank da Scopus) na avaliação de periódicos, criticam a prescrição de padrões, a partir dos países hegemônicos, e a baixa indexação das revistas de Comunicação ibero-americanas, além de indicarem a existência de outros índices métricos. Concluem ser premente fomentar sistemas de avaliação da qualidade científica respeitando os contextos culturais do âmbito hispano-americano.

No capítulo intitulado “Las revistas científicas en Comunicación: principales retos iberoamericanos actuales”, Enrique Bustamante acentua a necessidade urgente de uma cooperação ibero-americana na criação e fortalecimento de índices autóctones e da constituição de redes de distribuição e promoção de revistas científicas de Comunicação. Para ele, a transcendência da Comunicação, que ultrapassa a área do Jornalismo, nas Ciências Sociais, justifica superar os perigos atuais da “colonização” do Inglês que empobrece a investigação e seus resultados diante da hegemonia dos índices anglo-saxônicos que marginalizam as contribuições ibero-americanas e latinas ao submetê-las aos critérios condicionados pelas dinâmicas comerciais dos grandes editoriais.

Em seguida, entra o capítulo de Moisés de Lemos Martins que, sob o título “Políticas científicas e línguas de ciência: o caso das revistas de Ciências da Comunicação em Portugal”, aprofunda a problemática do idioma da difusão do conhecimento, reafirmando o Português como língua de ciência, como questão geoestratégica, cultural e de política científica no universo da lusofonia, sem abrir mão da universalidade multilinguística da ciência na era da cultura digital. O autor também apresenta um quadro histórico descritivo das revistas de Comunicação, em Portugal, e finaliza apontando a tendência progressiva de publicações linguisticamente híbridas que aceitam a submissão e a publicação de textos em outras línguas, que não exclusivamente o Português, como é o caso do Castelhana e do Inglês.

Eduardo Villanueva Mansilla contribui com o texto “Propuestas para más democracia del conocimiento académico en Comunicación”, no qual tece uma análise crítica sobre as várias configurações estruturais da difusão do conhecimento científico, a partir dos padrões anglo-saxônicos, e constata que na América Latina muito se produz, pouco se circula. Fala da barreira linguística entre Espanhol e Português e do Inglês como idioma de circulação global, mas ressalta que produzir nesta língua, implica afastar-se dos leitores da região, não só pelo idioma, mas porque o circuito de circulação é distinto. No entanto, reconhece que a circulação dos resultados da

pesquisa, neste idioma, significa também uma forma de documentação e validação internacional. Por fim, propõe um equilíbrio entre as finalidades sociais da pesquisa e certa tendência ensaística da investigação na América Latina e a obediência aos modelos cientificistas predominantes no sistema de divulgação dos países centrais. Aponta ainda a necessidade de fortalecimento dos vários modelos de acesso aberto e das bibliotecas digitais como forma de inclusão, democratização e circulação do conhecimento, além de outras propostas interessantes.

Na sequência, Paulo Serra entra com o capítulo “O acesso aberto e a economia política da publicação científica”, no qual defende o acesso aberto à publicação científica como regra, eliminando, portanto, as restrições do acesso por cobranças de taxas. O pesquisador justifica tal posição por ser a ciência uma atividade eminentemente desenvolvida com financiamento público cujos resultados devem beneficiar a sociedade e não gerar lucros aos grandes conglomerados editoriais europeus e/ou estadunidenses que manipulam o fator de impacto como chave dessa apropriação. Paulo Serra explica que a economia política da publicação científica tem, no capitalismo cognitivo, a informação científica (conhecimento) como fonte de valor e a atenção a ela como medida desse valor como bem, sob marcas estrategicamente trabalhadas pelo marketing comercial. Demonstrando profundo domínio sobre os mecanismos da indústria editorial, o autor comenta também a proliferação recente de editores e revistas predatórios, em que os autores pagam pela publicação de artigos que muitas vezes nem sequer são revistos e que anunciam fatores de impacto falsos ou manipulados. Como resposta ao conjunto de toda essa situação que tem consequências desfavoráveis à ética e ao caráter público da ciência, Serra propõe o acesso aberto, que pode ser de vários tipos e, não necessariamente, significa acesso universal.

Um estudo sobre as apropriações das tecnologias digitais por periódicos é apresentado por Carlos Arcila e María Claudia Camargo Camargo no texto intitulado “Difusión científica 2.0: adopción y uso de herramientas digitales por revistas académicas de comunicación en Iberoamérica”. Numa era em que tanto se fala nas potencialidades e facilidades representadas pela internet, é interessante conhecer o processo de adoção de ferramentas digitais 2.0 por parte de publicações acadêmicas ibero-americanas de Comunicação. Tomando por base uma amostra de 79 revistas cadastradas na Rede Confibercom de Revistas Científicas de Comunicação (Reviscom), o estudo mostrou a tendência de baixo uso de e-ferramentas, de conteúdos multimídia em outros canais (YouTube, Facebook, etc.) e de práticas de colaboração científica (investigação aberta, participativa e colaborativa). Portanto, se encontravam ainda, à data do estudo, numa etapa inicial de apropriação dos recursos digitais. Os autores comentam os desafios de se inovar nesse patamar e propõem a realização de campanhas sobre os usos e vantagens dos recursos digitais na investigação científica a fim de sensibilizar os investigadores e os encarregados da divulgação das revistas acadêmicas desenvolvendo melhor os processos de empoderamento das tecnologias digitais.

Fechando a coletânea, entra o capítulo “Política científica y socialización del conocimiento: hacia una nueva economía política común del espacio cultural latino”, de autoria de Francisco Sierra Caballero, que tece uma visão globalizante das problemáticas já esmiuçadas nos demais textos e aponta uma série de sugestões na tentativa de encontrar saídas às problemáticas e limites dos setores de produção e difusão do conhecimento em Comunicação. O autor analisa criticamente o ecossistema de pesquisa estadunidense e anglo-saxão em mãos de grandes conglomerados editoriais que reúnem a maioria dos periódicos de referência nos diferentes campos do conhecimento com consequências na avaliação da produtividade investigadora e no estabelecimento de hierarquias de validação que limitam o grau de influência das publicações de língua espanhola ou portuguesa e até a própria geração do conhecimento local. Além de falar sobre a necessidade de se avançar em matérias de novas políticas públicas concretas de governo, nos sistemas de Ciência e Tecnologia de Investigação em Comunicação regionais, ele compartilha várias propostas nesse sentido, especialmente de política editorial e financiamento, elaboradas no contexto associativo e acadêmico espanhol, mas com visível aplicabilidade a toda Ibero-América. Por fim, Francisco Sierra Caballero aporta sugestões à Confibercom para a retomada e continuidade de ações diretas em termos de articulação através de plataformas e redes de revistas científicas, realização de meta investigação sobre indicadores e critérios de relevância na difusão do conhecimento, estabelecer políticas de intercâmbio e criação de observatório de revistas, entre outras.

Como o leitor observará, esta obra conjuga textos com dados atualizados e outros com informações mais datadas, fornecendo um enquadramento histórico de questões que continuam a ser estratégicas neste campo. Espero que ao registrar e difundir as contribuições compartilhadas ao longo de seis anos no âmbito do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico – 2011-2016 – ainda válidas por sua atualidade, e atualizadas para esta obra em alguns casos, este livro possa contribuir para a melhor qualificação dos debates e tomada de decisões acerca das políticas científicas e universitárias de divulgação do conhecimento e avaliação da produção no campo da Comunicação ibero-americano.

Expresso meus agradecimentos à colaboração de Rodrigo Gabrioti na incansável intermediação nos contatos com os autores, bem como por sua cuidadosa revisão dos textos. Agradeço também ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, pela publicação deste livro porque possibilita o compartilhamento de tantas contribuições importantes aos pesquisadores, editores de revistas científicas, universidades e mentores de políticas públicas de Ciências e Tecnologias, bem como à própria Confibercom, tanto como memória quanto material de apoio propositivo para suas vindouras ações e políticas.

Espero ainda que o compartilhamento das ideias reunidas neste livro possa contribuir efetivamente para a divulgação do conhecimento científico para além dos pares, ou seja, para a comunicação da ciência junto à sociedade como um todo, no

nível de cada país Ibero-Americano e universalmente. Afinal, a América Latina e os demais países de línguas portuguesa, galega, catalã e espanhola têm muito a dizer à pesquisa em Comunicação mundial.

O Programa SciELO e o Acesso Aberto via Dourada

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.4>

Abel L. Packer

SciELO, Scientific Electronic Library Online

Introdução¹

A América Latina e o Caribe são a região do mundo que, proporcionalmente, publica a maior parte de sua pesquisa científica em acesso aberto (AA). Em 2013, a coleção principal da Web of Science (WoS) mostrou que cerca de 11% dos 1,6 milhões de artigos indexados nesta base de dados foram publicados em AA. Os EUA contribuem com cerca de 9% de seus artigos e a Europa Ocidental com 11%, enquanto a América Latina possui impressionantes 27%, com o Brasil liderando a região, com aproximadamente um terço de seus artigos disponíveis em AA. Em julho de 2014, o Brasil ficou em primeiro lugar no Directory of Open Access Journals, no que diz respeito ao número de artigos em AA.

O desempenho do Brasil e dos outros países da América Latina e Caribe pode ser atribuído principalmente a periódicos publicados nacional e regionalmente, a maioria dos quais publicados em AA. Por exemplo, em 2013, do número total de artigos publicados em periódicos do Brasil indexados na WoS, 73% estavam em AA. Esta predominância de periódicos em AA pode ser observada no catálogo dos 20.875 periódicos ativos indexados na Scopus em junho de 2014, sendo 12% destes periódicos publicados em AA, número que sobe para 65% para a região da América Latina e Caribe, 70% para o Brasil e 80% para o Chile.

Com verdadeiro espírito pioneiro, o AA foi adotado pelo programa Scientific Electronic Library Online (SciELO) em 1998, sob a liderança do Brasil e do Chile, com o objetivo de promover a visibilidade e disponibilidade online de texto completo, além do uso e impacto da pesquisa comunicada por meio de periódicos de qualidade publicados nacionalmente (Packer, 2009). Esta adoção do AA em 1998 ocorreu quatro anos antes da formalização do movimento de AA pela Declaração de Budapeste². A predominância do AA na América Latina e Caribe em associação ao programa SciELO é reconhecida na literatura científica e técnica internacional (Miguel et al., 2011).

Em primeiro lugar, este capítulo descreve a história de fundo que contribuiu para o surgimento do SciELO, a adoção pioneira do AA e sua consolidação como o *modus operandi* para a publicação de rede de coleções de periódicos SciELO publicados na América Latina e Caribe, Espanha, Portugal e África do Sul; segundo, fornecerá um esboço do desenvolvimento do modelo SciELO, que compreende a integração das funções de indexação, publicação e interoperabilidade de periódicos e os artigos que eles contêm; em terceiro lugar, analisará aspectos críticos na evolução dos periódicos no contexto do SciELO e os pontos fortes, barreiras e grandes desafios que

¹ Este capítulo foi publicado e traduzido com autorização. O original foi publicado em 2015 pelo autor, sendo os dados relativos a 2013 e 2014 (ver Packer, 2015).

² As informações sobre a Declaração de Budapeste estão disponibilizadas em <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/>

devem ser enfrentados para melhorar a qualidade e acompanhar o estado da arte na comunicação científica; e quarto, listará as principais linhas de ação que orientarão o desenvolvimento futuro do SciELO e de seus periódicos.

O capítulo conclui enfatizando que o AA continuará a predominar no que diz respeito à futura publicação dos periódicos SciELO, mas que seu desenvolvimento e qualificação dependerão, em parte, do sucesso alcançado pelos refinamentos promovidos pelo programa SciELO e capacidade de renovação por parte das instituições publicadoras e dos editores de periódicos. Este sucesso, no entanto, será decisivamente influenciado pela capacidade dos sistemas nacionais de avaliação de pesquisa em atribuir um valor apropriado ao papel vital que normalmente é desempenhado pela maioria dos periódicos publicados nacionalmente³.

As origens e a consolidação do AA via dourada na região da América Latina e Caribe

As condições que levaram à adoção em larga escala do AA por periódicos de qualidade publicados na América Latina e Caribe são produtos de dois movimentos convergentes. Em primeiro lugar, uma reunião de políticas e programas internacionais e regionais de apoio ao desenvolvimento da gestão da informação e comunicação científica que ocorreu nos últimos 40 anos. Em segundo lugar, estes esforços foram realizados no contexto ou em convergência ou em parceria com políticas e programas nacionais de fomento à pesquisa, comunicação científica e tradução do conhecimento científico em apoio ao ensino, à prática profissional e à informação de políticas públicas. Dentro destes programas, o apoio a periódicos publicados nacionalmente com base na avaliação de seu desempenho teve um papel fundamental.

Cooperação internacional

Organismos especializados das Nações Unidas, em particular os seguintes, estabeleceram programas de cooperação técnica muito eficazes e inovadores entre as instituições nacionais que apoiam a pesquisa e a comunicação científica nos países da região da América Latina e Caribe:

- a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por meio de seu Centro Latino-Americano de Documentação Econômica e Social (Clades), que levou ao desenvolvimento do formato bibliográfico da CEPAL e do Centro Demográfico da América Latina e Caribe (Celade), por meio de seu Sistema de Documentação da População (Docpal);

³ Uma visão geral mais completa do SciELO é apresentada no livro *SciELO – 15 years of open access* copublicado pela Unesco e o SciELO (Packer et al., 2014)

- a Unesco, por meio do Programa de Informação para Todos (IFAP) e das ações de seus escritórios regionais na região da América Latina e Caribe;
- a Organização para Alimentos e Agricultura, por meio de seu escritório do Sistema Internacional de Ciência e Tecnologia Agrícola (Agris);
- o Instituto Interamericano de Cooperação em Agricultura (IICA)/Centro de Pesquisa e Educação em Agricultura Tropical (CATIE), por meio da Aliança dos Serviços de Informação e Documentação Agrícola das Américas (Sidalc);
- a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) através de seu Sistema Internacional de Informação Nuclear (INIS);
- a Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio de seu escritório regional para as Américas, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e seu Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, mais conhecido como Bireme, que é derivado do nome original em Português e Espanhol – Biblioteca Regional de Medicina.

Os programas de cooperação técnica foram orientados para o desenvolvimento de competências e infraestruturas nacionais em informação e comunicação científica. Estes programas contribuíram para atender à crescente demanda de informação científica das comunidades de ensino e pesquisa que não eram totalmente atendidas pelas coleções de bibliotecas localizadas em instituições de ensino e pesquisa em seus países, e estes programas contribuíram para o estabelecimento de controle bibliográfico de produção técnica e governamental em países da região, por meio de sistemas de indexação baseados em disciplinas alinhadas com os principais índices internacionais de tópicos listados acima.

Neste processo, os programas de cooperação técnica abordaram a questão crítica de contextualizar a evolução internacional dos sistemas, produtos e serviços de informação às condições e requisitos nacionais e regionais. Ao mesmo tempo, estes programas ajudaram a ajustar e trazer inovações em metodologias e tecnologias para o gerenciamento e operação de fontes e processos de informação com o uso progressivo das tecnologias de informação e comunicação. Isso aconteceu primeiro no final da década de 1960 e no início da década de 1970, com o uso reduzido de *mainframes* e minicomputadores, seguido pelo uso de computadores no modo autônomo ou trabalhando em redes locais, e a partir da década de 1990, com a adoção progressiva da internet.

A disponibilidade livre de custos, juntamente com um programa abrangente de treinamento e suporte técnico, tanto em nível nacional quanto regional, para o pacote de software para computador CDS/ISIS da Unesco, projetado para o armazenamento e recuperação de texto estruturado e, especialmente, registros bibliográficos, foi fundamental na educação de milhares de bibliotecários e profissionais da informação no gerenciamento e operação automatizada de catálogos e na viabilização da automação de bibliotecas e centros e serviços de informação científica. As bases de dados internacionais também começaram a ser operadas em âmbito nacional por meio do software CDS/ISIS.

Além disso, em colaboração com programas de cooperação em informação científica das Nações Unidas, muitas instituições relacionadas com a informação, bem como agências e fundações do mundo desenvolvido que apoiaram seu desenvolvimento, contribuíram decisivamente para o avanço do gerenciamento e operação de fontes de informação científica na região da América Latina e Caribe. Entre elas, é importante destacar as contribuições significativas feitas pela Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (National Library of Medicine, NLM), pela Fundação Kellogg e pelo Centro Canadense de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional (IDRC).

Estas políticas e programas regionais progrediram, fornecendo respostas a problemas, demandas e expectativas comuns dos países da região em relação ao desenvolvimento de capacidades e infraestruturas nacionais, de acordo com o estado da arte, internacionalmente falando, a este respeito, e foram favorecidos pela união de fatores políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo a posição predominante das línguas espanhola e portuguesa, que, em muitas ocasiões, apresentavam sérias barreiras ao acesso à informação e ao acompanhamento do estado da arte internacional na gestão da informação e comunicação científica.

Trabalho em rede

Uma característica determinante destas políticas, programas e projetos foi a posição central desempenhada pelas redes nacionais e regionais de instituições com bibliotecas, centros e serviços de informação e comunicação científica. As redes foram progressivamente sendo construídas usando práticas comuns e se afirmaram como o *modus operandi* de cooperação, divisão de trabalho e construção de uma massa crítica de coleções acessíveis de conteúdo e comunidades de usuários, profissionais e instituições ligadas à produção e intermediação de informação científica e contribuiu para a adoção de padrões e plataformas operacionais comuns ou compatíveis.

Trabalhar em rede traz consigo vantagens conhecidas, como o avanço acelerado promovido pelo intercâmbio mútuo, compartilhamento de informação, conhecimentos, recursos e conteúdo. Ao mesmo tempo, porém, este modo de trabalhar enfrenta

desafios que derivam principalmente da complexidade da gestão de diferentes assimetrias e prioridades em uma realização de objetivos compartilhados que pressupõe um nível mínimo de equidade na participação. Deste modo, a neutralidade, diante das condições e circunstâncias nacionais, favoreceu a ação de organizações internacionais e agências dos países desenvolvidos na superação de muitas das complexidades envolvidas na introdução de inovações e desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento das redes de informação e comunicação na região da América Latina e Caribe. No entanto, também é certo que inconsistências nas políticas de cooperação técnica de agências internacionais e nacionais, produzidas em consequência da crescente restrição de recursos, incapacidade de inovar, mudanças nas prioridades em relação ao apoio ao desenvolvimento e ausência ou mudança de liderança nos níveis mais altos de pesquisa e informação científica travou ou interrompeu o ritmo de desenvolvimento das redes na região da América Latina e Caribe, em muitos casos antes que sua operação pudesse ser consolidada e adotada pelos próprios países. A crescente disponibilidade e interoperabilidade das fontes de informação na web contribuíram e/ou superaram o enfraquecimento das redes tradicionais baseadas em instituições.

A rede da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), composta por centenas de bibliotecas e centros de informação científica na área da saúde, abrange praticamente todos os institutos de pesquisa, educação e assistência à saúde situados na América Latina e Caribe. Estas instituições possuem estreitas relações com os principais sistemas de informação científica em todo o mundo, e com ênfase particular naqueles coordenados pela NLM, OMS e Unesco, são um exemplo da evolução das redes cooperativas e de seu legado positivo para instituições e sistemas nacionais de informação científica.

A criação e o desenvolvimento da BVS no final dos anos 90 foi uma síntese dos avanços realizados em política, metodologia e tecnologia contribuídos pelas diferentes redes e programas internacionais de cooperação, e é parte integrante da história da evolução de mais de 40 anos de cooperação técnica da Bireme na região da América Latina e Caribe e com outras regiões em desenvolvimento do mundo, especialmente na África.

O papel da Bireme

A atividade da Bireme sempre foi realizada por meio de mecanismos de rede e adoção, adaptação e desenvolvimento de ondas sucessivas de metodologias e desenvolvimentos técnicos em tecnologias da informação, a fim de responder às condições e demandas de países da América Latina e Caribe. A Bireme avançou, apoiada pela estreita parceria da OPAS/OMS com o Governo do Brasil, por meio dos Ministérios da Educação e da Saúde, do Governo do Estado de São Paulo e da Universidade

Federal de São Paulo (Unifesp) que abrigam a sede da Bireme. A Bireme iniciou sua operação em 1967, com o estabelecimento de um serviço de envio de documentos que oferecia acesso a fotocópias de artigos publicados em periódicos científicos retiradas de coleções de periódicos em papel compartilhados por uma extensa rede nacional e internacional, envolvendo centenas de bibliotecas.

Desde o final da década de 1960, a Bireme operava a base de dados Medline, primeiro a partir das instalações do Instituto de Energia e Pesquisa Nuclear (IPEN), afiliado à Universidade de São Paulo, e posteriormente de suas próprias instalações de informática e atuando como um dos centros Medlars estabelecidos mundialmente pela NLM. Em alguns anos, complementou a disponibilidade de acesso ao Medline para os países da América Latina e Caribe com a criação de um índice bibliográfico regional com o objetivo de estabelecer um controle bibliográfico abrangente e a disseminação da literatura científica e técnica relacionada à saúde a partir da América Latina e Caribe. Inicialmente, este índice bibliográfico publicado em papel e intitulado Index Medicus Latino-Americano (IMLA) abrangeu apenas periódicos científicos. Posteriormente, como parte de uma terceira fase na operação da rede cooperativa, o processo de indexação foi expandido para incluir todos os tipos de documentos sob o nome de base de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Tornou-se operacional de maneira descentralizada, com cada país assumindo a responsabilidade de registrar sua própria literatura científica, inicialmente em papel, para entrada em bases de dados do tipo Lilacs operadas em microcomputadores e, posteriormente, de forma automatizada, com o uso de computadores. Durante esta fase, a Bireme criou o Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde como estrutura de gerenciamento e operação de sua rede de bibliotecas e centros de informação científica e técnica. Foi também nesta fase que a Bireme foi pioneira no uso da tecnologia de CD-ROM no mundo em desenvolvimento, com o lançamento em 1987 do Lilacs/CD-ROM para distribuir a base de dados Lilacs e, posteriormente, o Medline para a sua rede.

Desenvolvimento online

Com o surgimento da internet e a consolidação progressiva da web como a nova mídia da comunicação científica, as lideranças nacionais da rede, sob a coordenação da Bireme, levaram o *modus operandi* de cooperação adiante para uma quarta fase, focada em operar online usando a web, com a criação da BVS em 1998 após a Declaração de San José Rumo à Biblioteca Virtual em Saúde. Esta rede de bibliotecas online foi criada como um programa abrangente e inovador de cooperação técnica, projetado de acordo com três dimensões principais (Packer & Castro, 1998).

A primeira dimensão tem caráter político e engloba uma estratégia de democratização do acesso e publicação de informação científica como condição central e

determinante social da saúde. A organização e publicação dos resultados de pesquisa dos países da região e sua inclusão no fluxo internacional de informação científica é priorizada juntamente com o acesso ao resultado da pesquisa internacional. É nesta dimensão política que as origens do AA na região foram moldadas.

A segunda dimensão, que trata de questões de metodologia e padronização, é a abordagem de rede para gerenciar informação e conhecimento científico e técnico com base em bens comuns multidisciplinares e multilíngues, envolvendo Biblioteca, Ciência da Informação e Tecnologias de Informação e disciplinas de gerenciamento.

A terceira dimensão, de caráter operacional, consiste na implementação prática da BVS por meio de três tipos de redes convergentes: primeiro, redes sociais compostas por produtores, intermediários e usuários da informação científica⁴; segundo, redes de conteúdo (ou fontes de informação) operadas online na web; e terceiro, redes de aprendizagem e ambientes aprendizes e informados, centradas no gerenciamento de fluxos de informação locais, com base na troca de informação e experiências entre atores locais que interagem com o espaço da BVS.

A biblioteca online, diante de uma variedade de produtos, serviços e coleções de documentos científicos e técnicos viabilizados pela web, além dos tipos tradicionais de documentos em papel, foi estruturada funcionalmente de acordo com seis tipos diferentes de fontes de informação:

1. fontes primárias, que consistem principalmente em coleções de documentos de texto completo online;
2. fontes secundárias, compostas por índices de metadados com acesso online a texto completo ou a serviços de fotocópia, sempre que possível;
3. um terceiro tipo de fontes de informação voltado para educação e tomada de decisão, com ênfase em revisões sistemáticas, como a Biblioteca Cochrane;
4. um quarto tipo compreende a disseminação seletiva de informação;
5. um quinto, os sistemas de comunicação e os espaços de cooperação online;

⁴ O conceito de rede social era originalmente definido e restrito a relacionamentos institucionais e pessoais no âmbito da BVS e antes de adquirir a ampla natureza da web em torno de sistemas universais centralizados de interação entre usuários.

6. e, finalmente, as metodologias e tecnologias que suportam o funcionamento da biblioteca.

Para cada tipo de fonte de informação, a BVS considera o desenvolvimento de uma estrutura metodológica e de uma ou mais redes operacionais (envolvendo rede de produtores, intermediários e usuários, rede de conteúdos e redes de ambientes aprendizes e informados), que passaram a ser conhecidas como redes associadas da BVS.

Entre estas redes associadas, as seguintes instâncias foram diretamente relacionadas ao avanço da pesquisa e foram desenvolvidas por meio de projetos e alianças específicas e parcerias com agências nacionais de pesquisa: Scientific Electronic Library Online (SciELO), que foi desenvolvida como fonte primária de informação que engloba versões digitais em texto completo de periódicos científicos, e a Rede Internacional para a Gestão de Fontes de Informação e Conhecimento em Apoio à Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação (ScienTI), como fonte primária de currículos de pesquisadores e grupos de pesquisa, com base na Plataforma Lattes de currículos de pesquisadores brasileiros, liderada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil. Estas redes foram caracterizadas de forma temática, política e administrativa, com alcance além da área da Saúde, que é o foco da BVS, e não mais representadas pelos Ministérios da Saúde e da Educação, mas pelas agências e conselhos nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

Lançamento do SciELO para aumentar a visibilidade dos periódicos

Como mencionado acima, o grande desafio em garantir a sustentabilidade política, financeira, gerencial e operacional das redes cooperativas e a continuidade de seus métodos, produtos e serviços sempre foi considerado tornar viável a transição da coordenação e gestão por órgãos internacionais para a responsabilidade dos países. No caso das redes associadas ScienTI e SciELO-BVS, esta transição começou em 2008 com a transferência da liderança política e operacional da rede para as agências de pesquisa da Colômbia e do Brasil, respectivamente. A rede ScienTI não conseguiu sobreviver, mas seu legado permaneceu, em termos de capacidades e infraestruturas nacionais. No entanto, a rede SciELO obteve muito sucesso nesta transição devido à competência e liderança na comunicação científica das fundações e conselhos de Ciência e Tecnologia nos países em questão.

O programa SciELO teve início em 1997 e se desenvolveu como resultado da parceria entre a Bireme e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), agência que celebrou seu cinquentenário em 2012. Anualmente, esta organização desembolsa cerca de 500 milhões US \$ em prol do avanço da pesquisa

no estado de São Paulo, que gera metade da produção científica do Brasil, medida pelo número de artigos indexados internacionalmente.

Na época em que o SciELO foi criado, a Fapesp mantinha um programa regular de apoio financeiro a periódicos científicos selecionados publicados no estado de São Paulo há mais de uma década. Isso complementou os programas federais liderados pelo CNPq e pela Agência Brasileira de Inovação (Finep). A Fapesp e os programas federais evoluíram com base nos resultados obtidos em estudos de avaliação de periódicos do Brasil, realizados para orientar o apoio financeiro e como pesquisa acadêmica (Krzyzanowski & Ferreira, 1998; Ribeiro et al., 2007).

As metodologias que sustentaram a avaliação de periódicos de pesquisa no Brasil foram adotadas e aperfeiçoadas a partir de experiências na América Latina que remontam a 1962, com a elaboração do *Guía de publicaciones periódicas científicas y técnicas de América Latina* pelo Centro de Documentación Científica y Técnica de México (Centro de Documentação Científica e Técnica da União Pan-Americana). Em 1964, o Grupo de Trabalho para a Seleção de Periódicos Científicos da América Latina realizou um encontro em Porto Rico, sob a coordenação da Unesco. A evolução das recomendações deste grupo de trabalho contribuiu para o progresso contínuo do controle bibliográfico de periódicos publicados na América Latina e Caribe e culminou no estabelecimento, em 1997, do sistema de controle e registro Latindex para periódicos publicados nos países ibero-americanos (Cetto & Alonso-Gamboa, 1998).

Em 1985, a Fapesp estabeleceu uma unidade coordenadora de publicações que desenvolveu um sistema de classificação para os periódicos revisados por pares publicados no Brasil com o objetivo de definir uma coleção principal para a qual o apoio pudesse ser concedido, diante do crescente número de solicitações de financiamento que a Fapesp estava recebendo. Esta avaliação foi atualizada em 1990 com a análise e classificação de 2.215 periódicos em todas as disciplinas. Destes, 372 (17%) foram considerados relevantes para compor a coleção núcleo (Krzyzanowski et al., 1991). Um sistema de classificação semelhante foi desenvolvido a nível federal pelo CNPq.

Estas avaliações serviram de referência para o SciELO quando começou a definir sua coleção núcleo inicial. Os modelos, critérios e indicadores usados nestas avaliações mediram o desempenho dos periódicos com relação à abertura e natureza representativa de seus corpos editoriais relacionados às suas disciplinas e comunidades de pesquisa, sua capacidade de publicar em termos de quantidade, pontualidade de publicação e qualidade dos artigos, com base na avaliação de pesquisadores representativos das áreas cobertas por cada periódico em particular.

As avaliações e seus respectivos rankings promoveram uma crescente necessidade de aprimoramento editorial e autoavaliação por parte de instituições responsáveis

pela publicação e de editores de periódicos. Neste sentido, a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) foi criada em 1985 e trabalha constantemente desde aquela data com o objetivo de contribuir para a comunicação científica no Brasil e para o treinamento e atualização de editores de periódicos em todas as disciplinas. Nenhum outro país da região da América Latina e Caribe pode contar com este fórum de editores de periódicos, onde as diferentes questões que têm impacto na política editorial e na comunicação científica podem ser discutidas.

No entanto, exceto pelo pequeno número de 17 periódicos do Brasil incluídos até 1998 nos índices de citação do então Institute of Scientific Information (ISI), estas avaliações não levavam em consideração o desempenho dos periódicos e de seus artigos pelo número de citações que estavam recebendo (Meneghini, 1998).

O desenvolvimento do modelo SciELO

A parceria entre a Fapesp e a Bireme, que deu origem ao programa SciELO, deveu-se à convergência de suas respectivas linhas de ação prioritárias para o desenvolvimento de periódicos científicos.

Do ponto de vista da Bireme, a BVS previa o desenvolvimento de uma fonte primária de informação de textos completos, com ênfase particular no conteúdo dos periódicos. Do ponto de vista da Fapesp, a política de apoio a periódicos exigia melhorias na avaliação de periódicos com interesse em estabelecer um índice de citações de periódicos do Brasil que complementasse os índices ISI e, em particular, os indicadores bibliométricos encontrados no Journal Citation Reports (JCR; Packer et al., 2014).

Gestão financeira e administrativa

A Fapesp financiou um projeto piloto de pesquisa, elaborado em conjunto com a Bireme, para desenvolver metodologias e tecnologias para indexação e publicação online de periódicos em texto completo. Este projeto piloto ocorreu entre fevereiro de 1997 e março de 1998, com 10 periódicos cobrindo vários assuntos e disciplinas, e cujos editores-chefes atuaram como comitê consultivo para o projeto piloto, realizando reuniões regulares com a equipe técnica do projeto.

Após o sucesso deste projeto piloto, a Fapesp direcionou seu apoio político e financeiro ao desenvolvimento e operação do programa SciELO, como um programa especial de pesquisa, com recursos que seriam renovados a cada dois ou três anos, sob a coordenação científica de um pesquisador principal e uma equipe dedicada. A operação contou com a liderança e participação ativa da Bireme que, como mencionado anteriormente, promoveu o desenvolvimento das coleções de periódicos

SciELO como uma rede associada da BVS, apesar de a coleção SciELO abranger diferentes áreas do conhecimento científico, com cerca de um terço dos periódicos na área de Ciências da Saúde.

Com o lançamento da operação regular do SciELO em março de 1998, o modelo SciELO foi adotado no mesmo ano pela Comissão Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (Conicyt) no Chile, dando origem à Rede SciELO (Packer et al., 2014; Prat, 2000). A partir de 2002, o CNPq também iniciou sua cooperação com o SciELO, contribuindo com financiamento para pesquisa anualmente. Neste mesmo ano, também foi estabelecida uma parceria entre a Bireme e o CNPq para o desenvolvimento da rede ScienTi, sob a liderança regional da Unidade de Promoção e Desenvolvimento de Pesquisa da OPAS.

A transição da responsabilidade da coordenação e operação do programa SciELO para o Brasil, sob a liderança da Fapesp, foi realizada com a união de infraestrutura institucional, recursos humanos e infraestrutura física e de conectividade fornecida por diferentes entidades afiliadas à Unifesp. A partir de 2008, a execução do financiamento à pesquisa fornecido pelo CNPq e pelo programa Fapesp SciELO foi realizada gradualmente pela Fundação de Apoio à Unifesp (FapUnifesp), e se tornou firmemente estabelecida a partir de 2010. A transição da gestão da rede ScienTi já havia sido finalizada em 2009, com a transferência de sua gestão para o Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia (Colciencias).

O estabelecimento do programa SciELO para o desenvolvimento de periódicos de qualidade editados e publicados por instituições nacionais seguiu uma linha de ação que, como descrito acima para o Brasil, era comum a praticamente todos os conselhos nacionais de pesquisa nos países da América Latina. No entanto, a natureza abrangente e o nível de financiamento destas linhas de ação variaram de país para país, e sem as características de políticas públicas *per se*, com objetivos e orçamentos estabelecidos pelos planos nacionais de pesquisa. Na maioria dos casos, as linhas de ação combinavam a avaliação do desempenho passado de periódicos com a prestação de assistência financeira, limitada a manter a continuidade da publicação dos periódicos mais destacados de um país em particular. Estas linhas de ação foram caracterizadas pela reação às demandas e pressões das entidades responsáveis pelos periódicos e seus editores, e raramente visavam o aprimoramento dos próprios periódicos. O programa SciELO foi uma inovação neste sentido e incluiu um conjunto coerente e prospectivo de objetivos, metodologias e tecnologias que demonstraram ser uma contribuição notável para a renovação dos programas nacionais de apoio a periódicos.

Aumentando a visibilidade

O principal objetivo por trás do estabelecimento do programa SciELO permanece inalterado: fazer uma contribuição fundamental para maximizar a visibilidade nacional e internacional, o uso e o impacto de periódicos publicados por instituições nacionais por meio de sua indexação, publicação e interoperabilidade online na web, organizadas em coleções publicadas em AA via dourada sem embargo.

Em 1997, a adoção da publicação online e do AA avançou com alto grau de espírito pioneiro. O programa desenvolveu o “modelo SciELO”, composto por três componentes importantes e dinâmicas:

- em primeiro lugar e principalmente, uma plataforma metodológica e técnica para indexação, publicação e interoperabilidade online de periódicos;
- em segundo lugar, um guia de governança e gestão para o estabelecimento, operação e avaliação de coleções temáticas e nacionais de periódicos, cuja gestão, financiamento e operação são de responsabilidade de cada país;
- e, em terceiro lugar, a formação da rede SciELO de coleções nacionais e temáticas, seguindo uma plataforma metodológica e técnica comum.

A rede é representada e é acessível através do portal global SciELO⁵. A rede evoluiu com cada coleção gerenciada e financiada nacionalmente, e com todas as coleções seguindo os mesmos princípios e a mesma plataforma metodológica e técnica.

A proposta SciELO abordou de frente o problema recorrente da falta de visibilidade e, muitas vezes, antes que boa parte dos periódicos publicados nos países da América Latina e do Caribe se tornassem cientes disso. Esta falta de visibilidade foi percebida e determinada, por um lado, pela presença limitada dos periódicos nos índices bibliográficos internacionais e, por outro, pelo número limitado de edições, baixo número de assinantes e alto custo de distribuição por correio. No caso particular do Brasil, quando o SciELO foi criado, como vimos acima, menos de 20 periódicos possuíam indicadores bibliométricos no JCR, ou seja, 5% dos periódicos publicados no Brasil foram considerados relevantes de acordo com os critérios de avaliação da Fapesp. Esta baixa cobertura nos índices internacionais representou uma barreira ao progresso dos periódicos como veículos para a publicação de pesquisas avançadas. As propostas e perspectivas em favor de uma melhor indexação dos periódicos não estavam avançando, pois estavam atoladas no conhecido círculo vicioso, ou no

⁵ Disponível em <http://www.scielo.org/>

problema *catch-22*⁶: como os periódicos não foram indexados, não estavam recebendo submissões de artigos de qualidade e, portanto, não estavam atendendo aos critérios exigidos para a indexação. Outra limitação crítica foi encontrada no fato de que a maioria dos periódicos publicados na América Latina e Caribe publicava resultados de pesquisas em Espanhol e Português, o que oferecia pouco espaço para exposição internacional. Grande parte dos periódicos também era publicada muito lentamente.

Controle bibliográfico e bibliometria

Estes problemas foram amplamente resolvidos pelo SciELO quando este se estabeleceu como um índice bibliográfico seletivo para periódicos de qualidade em todas as disciplinas, operando com centros nacionais de indexação conhecedores das características destas disciplinas, sociedades científicas, da capacidade dos grupos de pesquisa e da natureza séria da gestão dos periódicos.

Como índice de controle bibliográfico, a proposição do SciELO poderia ser considerada uma extensão dos índices de assuntos existentes em periódicos da região, destacando exemplos como a Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Periodica (Índice de Revistas Latinoamericanas en Ciencias), índices produzidos pela Diretoria Geral de Bibliotecas da Universidade Autônoma do México (UNAM), Docpal (Sistema Latino-Americano de Documentação Populacional), produzido pelo Centro Latino-Americano de Demografia das Nações Unidas da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), produzida pela Bireme. Mas o SciELO surgiu com uma proposição que, política e operacionalmente, era muito mais abrangente, inovadora e qualificada do que os índices mencionados anteriormente.

O SciELO consiste de três dimensões que enriquecem de maneira abrangente os mecanismos de controle bibliográfico, promovem a visibilidade de artigos e periódicos, e permitem a avaliação de seu uso, medido pelo número de downloads, e de seu impacto, medido pelo número de citações recebidas.

A primeira dimensão é a da indexação, que consiste na geração de registros de metadados para os artigos do periódico. Isso também inclui um registro para cada uma das referências bibliográficas das citações feitas nos artigos, seguindo o modelo dos índices de citação do ISI; a segunda dimensão é a publicação do texto completo, que consiste na estruturação e armazenamento de seus elementos em bases de dados

⁶ A expressão *catch-22*, que se originou do romance de Joseph Heller (1961), se refere à uma situação na qual é impossível obter um resultado ou solução desejada devido a um conjunto de regras ou condições inerentemente contraditórias (Farlex, s.d.).

para disponibilidade online, com o gerenciamento e a contagem de citações de e para artigos, além do número de acessos e downloads dos próprios artigos; e a terceira dimensão é a interoperabilidade, que consiste em *links* e intercâmbio de metadados dos periódicos e artigos com sistemas, indexadores e navegadores da web.

Esta abordagem integrada e pioneira, peculiar ao SciELO, envolvendo simultaneamente as funções de indexação, publicação e interoperabilidade, foi o fator decisivo de seu sucesso, juntamente com as agências e fundações de apoio à pesquisa, instituições publicadoras e editores, pesquisadores, professores, estudantes e o público em geral.

O SciELO produz indicadores bibliométricos a partir dos registros das referências bibliográficas citadas pelos artigos que, apesar de restritos ao universo de periódicos das coleções SciELO, permitem o monitoramento do desempenho dos periódicos por meio de citações de periódicos publicados nacionalmente e, progressivamente, por meio de citações de periódicos SciELO de outros países. Desta forma, o SciELO se posiciona como um índice com uma ampla cobertura de periódicos da América Latina e Caribe e complementar aos índices JCR e Scopus.

Ao fornecer aos periódicos uma solução atualizada e comum, sem nenhum custo, o SciELO tornou viável a ampla adoção da publicação online no momento em que havia muita resistência à adoção da publicação digital e da web como meio para a comunicação científica, quando havia poucas e limitadas soluções técnicas e restrições financeiras para o desenvolvimento de soluções internas.

Ao prover interoperabilidade de conteúdo na web, o SciELO ampliou e reforçou a inclusão de seus periódicos nos fluxos internacionais de comunicação científica. Por exemplo, trabalhar com o Medline na entrega online de metadados reduziu o tempo entre a publicação de novos números e sua indexação em vários meses. A exposição dos metadados aos *harvesters* com *backlinks* para o texto completo do artigo e a exportação para vários índices web forneceram um mecanismo que resolveu de uma vez por todas o clássico problema de acesso ao texto completo dos periódicos da região indexados nos índices internacionais. Foi neste novo contexto que a indexação dos textos completos do SciELO pelo Google Acadêmico gerou um aumento repentino, radical e crescente no número de acessos ao texto completo dos artigos, fenômeno que superou as dificuldades na distribuição dos textos na forma impressa e abriu um enorme mercado de leitores. O desempenho dos periódicos por número de acessos e downloads de seu texto completo provou como estava correto publicar em AA.

Índice de *benchmark*

Outro fator decisivo na consolidação do papel do SciELO nos fluxos de comunicação científica foi sua inclusão progressiva, juntamente com a WoS e o PubMed, como

índice de referência para a qualificação de periódicos nos sistemas nacionais de avaliação de programas de pesquisa, grupos de pesquisadores e instituições de pesquisa. Esta inclusão do SciELO foi realizada pela primeira vez no Brasil pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. O Qualis avalia e classifica a produção intelectual de programas de pós-graduação (Souza & Paula, 2002). Posteriormente, o Chile incluiu o SciELO na avaliação da produção acadêmica de suas universidades, que é um indicador para financiamento.

Embora a indexação no SciELO tenha uma classificação inferior à da WoS, a posição do SciELO como índice de referência nos sistemas de avaliação de pesquisa ampliou e fortaleceu a visibilidade do SciELO entre os pesquisadores como uma alternativa para a WoS. Para os periódicos já indexados internacionalmente, o SciELO representou uma importante contribuição para a disponibilidade online dos textos completos dos periódicos. A consequência de o SciELO ser reconhecido como índice de referência passou a ser refletida por um aumento no número de submissões de artigos para os periódicos indexados no SciELO, de modo que a indexação se tornou uma questão crítica para o avanço futuro de periódicos do Brasil e progressivamente do outro países da rede SciELO.

Em janeiro de 2014, o programa SciELO concluiu um acordo com a Thomson Reuters para a inclusão do SciELO Citation Index (SciELO CI) na plataforma Web of Science. Além da visibilidade que traz a Web of Science, o SciELO CI incluirá as contagens de citações recebidas pelos artigos SciELO do universo de periódicos da Web of Science, superando a limitação prévia de contagem de citações restritas ao universo de periódicos indexados no SciELO. Em outras palavras, os periódicos SciELO não indexados na WoS terão contabilizadas as citações que provêm de periódicos no universo de periódicos indexados na WoS, e os periódicos indexados na WoS terão contabilizadas as citações que recebem de periódicos SciELO não indexados na WoS. Com este novo universo combinado de citações, o programa SciELO poderá trabalhar com indicadores mais representativos dos periódicos com foco nacional e internacional.

Em resumo, a origem e consolidação do AA via dourada como principal modelo de publicação para periódicos da América Latina surgiu como resultado:

- das políticas e programas de cooperação técnica em informação científica por meio de redes cooperativas de instituições nacionais promovidas por agências da ONU e por agências e fundações de países desenvolvidos em convergência ou aliança;

- do programa SciELO e seu modelo abrangente de indexação, publicação online e interoperabilidade de periódicos por meio de coleções nacionais de periódicos desenvolvidas de acordo com critérios de qualidade.

O papel decisivo do Brasil

A maioria dos países participou ativamente neste movimento, de uma maneira ou de outra, com seus conselhos e fundações que apoiam a pesquisa e, em particular, suas redes nacionais de bibliotecas acadêmicas e centros de informação. No entanto, é importante destacar o papel decisivo do Brasil em favor do AA no desenvolvimento de redes de informação científica e, em particular, da rede SciELO.

Antes de mais nada, o Brasil liderou o caminho através do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e da Unifesp e financiou, em conjunto com a OPAS/OMS, a operação da Bireme e o desenvolvimento da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), favorecendo a democratização do acesso à informação e conhecimento científico por meio de metodologias e tecnologias avançadas adaptadas às condições do país. Em segundo lugar, liderou o caminho com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), e com o apoio do CNPq na promoção, liderança e financiamento do desenvolvimento do programa SciELO através da Coleção SciELO Brasil, desde 1997. O SciELO Brasil atua como Secretaria Técnica da rede SciELO e é responsável pela manutenção e desenvolvimento da plataforma metodológica e tecnológica do SciELO para a rede. Além de sua posição política na rede, seu financiamento e cooperação internacional, o Brasil faz uma contribuição decisiva com mais de 50% da produção de pesquisa comunicada pelos periódicos da rede SciELO.

Os princípios que orientaram a adoção e o desenvolvimento do AA na América Latina e Caribe, em particular na execução do programa SciELO, foram explicitamente estabelecidos na Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento (2005), redigida como uma recomendação do seminário internacional “Acesso Aberto para Países em Desenvolvimento”, organizado pela Bireme e realizado em Salvador, Brasil, de 21 a 22 de setembro de 2005, como parte de um conjunto de eventos notáveis que testemunhou a força das redes cooperativas de informação científica na América Latina e Caribe, especialmente nas Ciências da Saúde: o “9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas (ICML9)”⁷, o “7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde (CRICS7)”, a “4ª Reunião de Coordenação Regional da Biblioteca Virtual em Saúde” e o “2º Congresso Mundial de Usuários de CDS/ISIS”.

⁷ Ver <http://www.icml.org/?lang=pt>

A Declaração de Salvador reafirma a significância e a importância do AA para o avanço da pesquisa e educação e para o desenvolvimento cultural e econômico, particularmente para os países em desenvolvimento e por sua participação ativa nos fluxos globais de informação científica (Declaração de Salvador – Compromisso com a Equidade, 2005). A declaração destaca as contribuições feitas pelo AA ao princípio da igualdade. Sem nomear especificamente o SciELO, a declaração recorda iniciativas pioneiras de AA em países em desenvolvimento e afirma que estes países devem participar ativamente no movimento global.

A partir de 2001, a rede SciELO expandiu-se para além da América Latina, com a entrada da Espanha, cuja coleção cobre periódicos das Ciências da Saúde. Posteriormente, em 2004, Portugal adotou o modelo SciELO e a África do Sul, em 2009. A coleção temática SciELO Saúde Pública inclui dois periódicos publicados pela OMS, um dos EUA e outro da Itália. A coleção SciELO Ciências Sociais, que previa edições especiais de traduções para o Inglês de artigos selecionados de periódicos SciELO nas Ciências Sociais, com o objetivo de aumentar sua visibilidade, foi suspensa em 2010 por falta de financiamento.

Os periódicos na rede SciELO – o caso do Brasil

Os periódicos no programa SciELO têm uma estrutura que possibilita e amplia sua inclusão nos fluxos nacionais e globais de informação científica. O SciELO representa uma garantia de qualidade para os periódicos que indexa. Esta garantia os diferencia de outros periódicos do universo de periódicos dos países que participam da rede e é apoiada por um sistema multifacetado de monitoramento de desempenho e uma política de adoção de inovações em comunicação científica.

A fonte de referência do Latindex fornece uma ideia do universo de periódicos dos países da rede SciELO e a proporção indexada pelo SciELO. Latindex estabelece controle bibliográfico de periódicos ibero-americanos de acordo com critérios de qualificação. Em julho de 2014, registrou um total de 5.512 periódicos publicados na América Latina e Caribe. Deste universo de periódicos, a rede SciELO indexava 868 periódicos em julho de 2014, ou seja, menos de 20% do número total de periódicos registrados no Latindex. Uma proporção semelhante ocorre no caso do Brasil, cuja coleção, juntamente com a do Chile, é a mais desenvolvida da rede.

O sistema Qualis do Ministério da Educação do Brasil, outra fonte de referência, classifica os periódicos em oito grupos de relevância, com um total de mais de 1.200 periódicos nos quatro primeiros grupos, dos quais o SciELO Brasil indexa 279 (22%).

As instituições que publicam periódicos têm total autonomia em suas políticas e gerenciamento editorial, uma vez que estes são qualificados e reforçados ao serem indexados pelo SciELO. Esta condição do programa SciELO, cuja operação se

estende por meio das coleções nacionais de periódicos, coloca-o como um bem público internacional apoiado pelas infraestruturas de pesquisa científica dos países participantes da rede. É um bem público, no sentido em que fornece uma plataforma comum de serviços de indexação, publicação e interoperabilidade de periódicos, colocados ao serviço das instituições responsáveis por sua publicação e de seus editores, autores e, acima de tudo, seus leitores.

As expectativas do programa SciELO são em prol da melhoria do desempenho dos periódicos em dois aspectos. O primeiro é cumprir com os critérios de indexação para permanecer na coleção, que inclui, entre outros critérios, transparência no gerenciamento editorial e publicação pontual dos textos completos em AA. O segundo é aumentar a visibilidade, influência e impacto da pesquisa publicada pelos periódicos.

O desenvolvimento da maior parte dos periódicos SciELO, no entanto, é historicamente influenciado por dois fatores principais. O primeiro é a falta de profissionalismo que prevalece na gestão editorial, na produção dos periódicos e em seus modelos de negócios. O segundo é o baixo impacto internacional, medido pelas citações recebidas na WoS e Scopus, que são usadas como referência pelos órgãos de pesquisa para classificar o desempenho dos periódicos e da pesquisa que publicam. Estes fatores, bem conhecidos pelos sistemas de pesquisa nacional e comunicação científica, são discutidos brevemente abaixo, com base em periódicos do Brasil e são comparados com periódicos dos países do BRICS, usando dados de estudos anteriores (Packer, 2014).

A coleção Brasil

A coleção SciELO Brasil é a coleção mais antiga da rede SciELO e tem a cobertura mais ampla, com cerca de 30% do total de periódicos em todas as coleções e mais de 40% dos periódicos publicados anualmente. A inclusão e retenção de periódicos em uma coleção são regidas por políticas, procedimentos e critérios de avaliação aplicados aos periódicos por um comitê científico e atualizados regularmente para refletir o progresso e as prioridades do programa SciELO.

A cobertura da coleção SciELO difere significativamente daquelas da WoS e Scopus. No início de 2014, estes três índices cobriam 400 periódicos, dos quais apenas 25% estavam presentes nos três índices. Em 2013, do total de 141 periódicos do Brasil indexados na WoS, 101 (72%) foram indexados simultaneamente na WoS e na coleção SciELO Brasil, de 278 periódicos. No caso da Scopus, do total de 313 periódicos indexados no Brasil, 197 (62%) foram indexados simultaneamente no SciELO Brasil e na Scopus.

Olhando em outra direção, 36% dos periódicos da coleção SciELO Brasil também foram indexados na WoS e 71% também na Scopus. Os periódicos do Brasil indexados

na WoS ou na Scopus, mas não no SciELO, ou não atendem aos critérios do SciELO ou não publicam em AA.

Os periódicos SciELO não têm fins lucrativos e são publicados de forma independente por instituições nacionais que fazem parte dos sistemas nacionais de ensino e pesquisa. No caso do Brasil, as universidades e seus departamentos de pesquisa e educação publicam 51% dos periódicos indexados no SciELO Brasil. Sociedades científicas e associações profissionais respondem por 33% e instituições públicas que não são universidades, mas estão relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, respondem por 14%. Um número muito pequeno de periódicos é publicado ou copublicado por grandes editoras comerciais. Isso vem aumentando nos últimos anos com a presença mais ativa de grandes editoras comerciais no mercado latino-americano.

As políticas editoriais e o gerenciamento são, em geral, conduzidos pelo editor do periódico dentro de seu próprio contexto, sob a liderança de pesquisadores que dedicam uma parte limitada de seu tempo à função de editor e contam com o apoio das equipes e infraestruturas fornecidas pelas instituições responsáveis. Existem excepcionalmente poucas universidades, sociedades científicas ou instituições editoriais que tenham políticas e equipes editoriais bem definidas, dedicadas ao gerenciamento de uma série de periódicos. A gestão dos 278 periódicos indexados no SciELO Brasil no final de 2013 está distribuída em 176 instituições diferentes, ou seja, uma média de 1,5 periódicos por instituição. Esta disseminação da gestão dificulta a criação de economias de escala e isso limita seriamente a racionalização de recursos e inovações.

Os custos de produção de periódicos são, em geral, cobertos por uma combinação de fontes que são compostas principalmente por contribuições das instituições responsáveis pelos periódicos e agências de fomento à pesquisa. A cobrança de taxas de processamento de artigos está crescendo, sobretudo no Brasil. No entanto, exceto em alguns casos, os periódicos não possuem modelos financeiros estáveis e precisam de elaborar seus orçamentos todos os anos.

Neste quadro operacional, os periódicos SciELO desempenham uma função importante nos sistemas nacionais de pesquisa e educação, principalmente nas últimas duas décadas. Estes periódicos complementam os periódicos de reputação internacional dos países desenvolvidos na comunicação de uma proporção significativa da pesquisa em suas disciplinas e contextos acadêmicos e institucionais.

Impacto internacional

O caso do Brasil mostra a importância de periódicos publicados nacionalmente na comunicação de pesquisas nacionais indexadas internacionalmente. De fato, 83%

dos artigos publicados em periódicos do Brasil indexados na WoS em 2012 são de autores com afiliação brasileira. Este é o maior percentual de artigos de autores nacionais nos periódicos dos países do BRICS indexados na WoS em 2012. A seguir, vem a autoria nacional de 81% em periódicos da China, 79% da Rússia, 66% da África do Sul e 59% da Índia.

Os periódicos SciELO, especialmente os publicados no Brasil, representam uma proporção significativa dos artigos indexados em WoS, Scopus e outros índices internacionais. Em 2012, os periódicos do Brasil representavam quase 30% do número total de artigos originais e de revisão indexados na WoS com autoria de afiliação brasileira. Isso representa uma proporção muito maior que a da África do Sul, com 16%, a China e a Índia, com 13%, e menos que a Rússia, com 53%.

A representação de periódicos do Brasil na produção de pesquisa do Brasil indexada na WoS foi de 17% em 2006, deixando o país em 15.º lugar em termos de número de artigos. A partir de 2008, esta representação praticamente dobrou, como consequência do aumento de quase 300% no número de periódicos indexados, o que fez o Brasil saltar para o 13.º lugar no número de artigos indexados. O aumento no número de periódicos do Brasil indexados na WoS durante este período foi mais do que o dobro da África do Sul, China e Índia e quase 10 vezes mais que a Rússia. A contribuição do SciELO para estes índices pode ter sido uma das razões para este aumento acentuado na indexação de periódicos do Brasil.

A pesquisa que os periódicos SciELO comunicam pode ser classificada como predominantemente de orientação ou de interesse nacional, principalmente nas áreas de Ciências da Saúde, Agricultura, Ciências Humanas e Sociais. No entanto, uma proporção dos periódicos, principalmente nas áreas de Biologia, Ciências Físicas e Ciências da Terra, mostra uma tendência crescente de internacionalização. Alguns indicadores dão suporte a esta situação.

Um indicador é que praticamente todos os editores-chefes e a maioria dos editores associados são pesquisadores afiliados a instituições do país que publicam os periódicos. E o editor-chefe é, em geral, afiliado à instituição responsável pelo periódico. No caso dos países de língua espanhola da América Latina, 80% dos artigos dos periódicos SciELO são em espanhol. No caso do Brasil, estão sendo feitos grandes esforços para internacionalizar os periódicos, devido à barreira significativa que a língua portuguesa representa na comunicação com pesquisadores estrangeiros. O percentual de artigos em Inglês nos periódicos brasileiros aumentou de 43% em 2010 para 55% em 2013, enquanto 12% dos artigos foram publicados simultaneamente em Português e Inglês. Na mesma linha, o foco nacional da maioria dos periódicos é mostrado pela predominância de autores nacionais. No caso do Brasil, no subconjunto dos periódicos SciELO Brasil, apenas 18% dos artigos têm um autor

estrangeiro. Destes, apenas 6% têm autores brasileiros colaborando com autores estrangeiros.

O futuro⁸ – linhas prioritárias de ação

Certamente, periódicos de qualidade de países em desenvolvimento, especialmente os da rede SciELO, são relevantes para o desenvolvimento de pesquisas nacionais, a atualização e a transferência de conhecimento científico para a educação, práticas profissionais e políticas públicas. Eles também são importantes para o desenvolvimento de capacidades nacionais na editoração científica. E com estas capacidades sendo valorizadas, elas devem ser reconhecidas nas políticas e sistemas de avaliação de pesquisa.

No entanto, muitos dos problemas inerentes ao desempenho destas funções, como a comunicação de pesquisas de interesse internacional limitado, geralmente publicados em idiomas diferentes do Inglês ou com pouca colaboração internacional, alcançam, no conjunto, um impacto internacional limitado e colocam os periódicos em desvantagem competitiva com os periódicos estrangeiros que se destacam nos índices internacionais usados como padrões nos sistemas e políticas de avaliação de pesquisa.

Estas questões, cheias de desafios e contradições, fazem parte da evolução dos periódicos nos países em desenvolvimento há muito tempo.

O programa SciELO, dando continuidade ao que vem fazendo desde o seu início, contribuirá para o enriquecimento desta evolução, com foco no fortalecimento da função e objetivo de periódicos de qualidade publicados nacionalmente, destacando sua relevância no contexto nacional e internacional de pesquisa e comunicação científica.

Um índice alternativo

Em primeiro lugar e principalmente, o programa SciELO contribuirá, confirmando inequivocamente o caráter do SciELO como um índice bibliográfico seletivo, multidisciplinar e multilíngue, quebrando a hegemonia dos índices internacionais, populada há algum tempo por periódicos dos países desenvolvidos com predominância de periódicos de editoras comerciais, especialmente os de alto impacto.

⁸ Recorda-se que este capítulo foi publicado originalmente em 2015, sendo os dados relativos a 2013 e 2014 (ver Packer, 2015). Em 2018, a rede Scielo completou 20 anos. Na ocasião, foi atualizado o documento "Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil", disponível em <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>

Sendo um índice bibliográfico com texto completo, o SciELO vem sendo progressivamente reconhecido como padrão nos sistemas nacionais de pesquisa, contribuindo, de maneira qualificada, para ampliar o universo de periódicos de qualidade que são levados em consideração nos sistemas de avaliação de pesquisa. A principal característica do SciELO, no que diz respeito a ser um índice bibliográfico seletivo, é a sua inclusão nos sistemas nacionais de ensino e pesquisa, o que significa que está em melhor posição para selecionar periódicos de qualidade e promover sua inclusão internacional, em comparação com outros índices internacionais. A função de indexação do SciELO contribui para o objetivo de melhorar os periódicos de qualidade e, conseqüentemente, desempenha um papel educacional, juntamente com as instituiçõesadoras e editores, nesta capacidade. Com a inclusão do SciELO CI na plataforma WoS, esta função de indexação do SciELO será enriquecida, principalmente no que diz respeito à inclusão internacional de seus periódicos.

Adoção do acesso aberto

Em segundo lugar, o programa SciELO contribuirá confirmando inequivocamente a adoção do AA, uma vez que aumentou radicalmente a disponibilidade e a interoperabilidade dos periódicos SciELO na web e da pesquisa que publicam, principalmente depois de indexados no Google e no Google Acadêmico. O ranking dos principais portais do Ranking Web de Repositórios do Mundo⁹, publicado pelo Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) na Espanha, é usado pelo programa SciELO como parâmetro para medir o desempenho das coleções na web. Em julho de 2014, entre os 157 portais analisados, sete coleções do SciELO foram classificadas entre as 20 melhores: o SciELO Brasil ficou em terceiro lugar logo atrás do ResearchGate e do Academia.edu; SciELO Chile ficou em sétimo; o portal SciELO.org foi o nono; SciELO México foi o 14.º; a coleção temática SciELO Saúde Pública foi a 15.ª; Espanha ficou em 16.º e Cuba em 20.º. Além disso, o desempenho das coleções e dos periódicos na web também é medido pelo número de downloads de artigos que, na rede SciELO, contabiliza a média de um milhão de downloads de artigos por dia. Esta estimativa em toda a rede vem do uso do código de prática Counter para a contagem dos downloads apenas da coleção SciELO Brasil nos últimos dois anos, que mostrou uma média diária de mais de 500.000 downloads. Segundo o Google Analytics, este desempenho extraordinário medido por downloads é impulsionado pelo fato de que mais de 70% dos downloads são de usuários domésticos. Isso também indica que a pesquisa publicada pelos periódicos tem interesse e foco predominantemente nacionais.

⁹ Ver <https://repositories.webometrics.info/>

Sustentabilidade

Em terceiro lugar, ao confirmar inequivocamente o objetivo do SciELO em contribuir para o aprimoramento dos periódicos indexados, os coordenadores das coleções nacionais da rede SciELO, em sua reunião realizada em outubro de 2013, como parte da “Conferência SciELO 15 anos”, aprovaram um conjunto de linhas de ação relacionados à profissionalização, internacionalização e sustentabilidade financeira a serem implementados pelos países nos próximos três anos, de acordo com os planos nacionais correspondentes (SciELO, 2013).

Estas novas linhas de ação representaram uma nova fase ao desenvolvimento dos periódicos da rede SciELO, alinhadas com o estado da arte internacional, sem negligenciar o foco central do SciELO nos sistemas nacionais de ensino e pesquisa. A ideia é prover uma plataforma comum de produtos, serviços e processos certificados pelo SciELO para as funções de gerenciamento e publicação de periódicos, o que trará maior eficiência na produção dos periódicos.

O desenvolvimento desta plataforma incluirá a participação de empresas nacionais e internacionais que competirão pela prestação de serviços aos periódicos. Por sua vez, as instituições publicadoras de periódicos podem optar pela produção interna com ou sem os produtos da plataforma comum, ou combinar a produção interna com a contratação de um ou mais serviços comuns, ou ainda terceirizar completamente a operação. O objetivo é, por um lado, profissionalizar a produção dos periódicos e, por outro, minimizar o impacto nos editores-chefes e editores associados que, tendo em vista o tempo limitado que podem dedicar aos periódicos, devem se concentrar na melhoria da avaliação dos manuscritos, com o objetivo de aprimorar a qualidade dos artigos de pesquisa publicados pelos periódicos. O fluxo de trabalho de revisão do manuscrito deve ser apoiado por sistemas online que melhoram a eficiência, a transparência e a ética dos processos que envolvem editores, pareceristas e autores.

A plataforma comum aprimorará a função de *meta-publisher* do SciELO, que implica expandir o papel do SciELO além daquele de indexar e agregar periódicos em coleções e portais, de forma a cobrir progressivamente todas as etapas de edição, publicação e disseminação de periódicos. Esta melhoria será implementada em parceria com instituições publicadoras de periódicos e com empresas nacionais e internacionais.

O estabelecimento da plataforma também visa minimizar os custos da adoção de produtos e serviços alinhados ao estado da arte; e contribuir de maneira a apoiar os programas de produção de periódicos e as próprias instituições que os publicam, desenvolvendo progressivamente orçamentos consistentes, vinculados à produção eficiente e de qualidade. Para facilitar este processo, serão estabelecidas taxas de artigos, a fim de orientar a definição dos fluxos de produção e seus respectivos

serviços, bem como o financiamento conjunto com o apoio de uma ou mais fontes. Em particular, isso abrirá o caminho para o estabelecimento e operação de uma taxa de processamento de artigo (*article processing charge* [APC]) para periódicos que adotem este modelo de negócios. Este avanço é essencial para orientar e apoiar as instituições responsáveis pela publicação dos periódicos em AA de maneira a demonstrar qualidade e sustentabilidade.

Internacionalização

O desenvolvimento e a operação regular da plataforma também contribuirão para o fortalecimento das capacidades e infraestruturas nacionais e regionais na edição e publicação de produtos e serviços, de acordo com os padrões internacionais.

A implementação da linha de ação de internacionalização representa um enorme desafio para a maioria dos periódicos SciELO, pois exige mudanças significativas em seu design, percepção e construção futuras, à medida que os veículos de comunicação se abrem nacional e internacionalmente.

Esta linha de ação visa romper e transcender a insularidade institucional e geográfica dos periódicos com ampla abertura editorial, favorecendo sua inclusão nos fluxos internacionais de comunicação científica. Muitos periódicos foram criados para prover um local de publicação para artigos de suas respectivas instituições, regiões geográficas e disciplinas que, por um motivo ou outro, não são adequados ou não são aceitos para publicação em periódicos estrangeiros. Embora estas razões possam ser aceitáveis, também é reconhecido que a insularidade causa falhas, vícios e favoritismos que se opõem à comunicação científica eficiente.

Os critérios de indexação do SciELO exigem transparência no gerenciamento e operação dos periódicos. Com base nisso, a linha de ação de internacionalização promoverá a expansão desta transparência além das fronteiras dos países da rede SciELO. Assim, a internacionalização se aplica à composição dos corpos de editores e pareceristas, que devem trazer em seus periódicos uma mistura de pesquisadores nacionais e estrangeiros, além de um aumento progressivo de autores com afiliação estrangeira.

A internacionalização representa uma barreira mais difícil de superar para os periódicos cujo escopo é essencialmente nacional e/ou que publicam em outros idiomas que não o Inglês. As restrições de idioma representam um desafio particularmente crítico para o Brasil, considerando o número limitado de países de língua portuguesa com significativa produção acadêmica. Muitos periódicos do Brasil adotaram o caminho da publicação simultânea em Português e Inglês como forma de atender às suas diferentes comunidades de leitores. No caso dos outros países ibero-americanos, o Espanhol abrange uma ampla gama de países com significativa produção

acadêmica. De qualquer forma, a comunicação da pesquisa em Inglês tornou-se obrigatória em muitas áreas.

A plataforma comum também contribuirá para a adoção de inovações já presentes em publicações internacionais, como: a estruturação de texto completo em XML como fonte de geração de formatos PDF, ePUB e HTML, que permitem a publicação de textos que se ajustam aos diferentes tamanhos de telas de computadores, tablets e smartphones; publicação contínua de artigos sem a necessidade de aguardar a composição de um novo número, e a adoção de redes sociais para disseminação e divulgação de periódicos e da pesquisa que eles publicam.

Os critérios de indexação do SciELO para inclusão e retenção de periódicos nas coleções incluirão indicadores que medirão o nível de profissionalização e internacionalização que deve ser progressivamente atingido nos próximos anos nas diferentes áreas temáticas.

Conclusão

Em 2013, o programa SciELO comemorou 15 anos de operação ininterrupta¹⁰. Isso levou a uma revisão do progresso alcançado até o momento, os principais problemas e barreiras que historicamente limitavam o desempenho dos periódicos usando os métodos clássicos de avaliação e os desafios e as oportunidades, em particular, representados pelas inovações que estão ocorrendo no mundo da comunicação científica. Esta revisão conclui com uma proposta conjunta para a promoção e implementação de uma nova fase do programa SciELO, focada no aprimoramento dos periódicos por meio da profissionalização de sua gestão editorial, internacionalização de suas estruturas de trabalho e das autorias dos artigos que publicam e na busca por uma integração de políticas e modelos de financiamento sustentável.

A publicação de periódicos SciELO em AA via dourada é um *modus operandi* bem estabelecido. Continuará a abranger a maioria dos periódicos de qualidade da rede SciELO. Com raras exceções, as políticas e programas e instituições nacionais e institucionais de apoio à pesquisa e à comunicação científica e as instituições responsáveis pela publicação de periódicos estão alinhadas com os princípios que sustentam o AA ao conhecimento científico e, em particular, aos aspectos relacionados ao mundo em desenvolvimento destacados na Declaração de Salvador. Eles estão cientes da contribuição decisiva que o AA significa para aumentar a visibilidade da pesquisa que comunicam. No entanto, espera-se que as instituições nacionais de pesquisa tragam políticas bem definidas em favor de periódicos publicados nacionalmente, particularmente em direção ao seu financiamento sustentável.

¹⁰ Ver <http://www.scielo15.org/en/>

O programa SciELO continuará priorizando a melhoria dos periódicos indexados, demandando a adoção de avanços e inovações na edição contemporânea e na publicação científica, além de um desempenho positivo nas avaliações da gestão e operação dos processos editoriais e de publicação dos periódicos, principalmente na visibilidade da pesquisa publicada. Os periódicos e seus editores terão a liberdade e a responsabilidade de implementar e atualizar suas políticas editoriais, gerenciar e operar a avaliação das submissões de artigos, e divulgar seus programas.

Além das melhorias em gestão e operação, a questão crucial que afeta a evolução do programa SciELO e, mais especificamente, os periódicos que indexa, reside na compreensão e percepção, pelos sistemas nacionais de pesquisa, da função que exercem na comunicação de uma importante parte da pesquisa nacional que não é adequada nem aceita para publicação em periódicos de reputação internacional. É neste contexto que os periódicos SciELO podem ser classificados de acordo com seus diferentes graus de enfoque nacional e internacional e, como consequência, submetidos a diferentes níveis e escalas de avaliação. Por exemplo, faz pouco ou nenhum sentido equiparar os valores dos indicadores com base no número de citações recebidas por periódicos que publicam em Português ou Espanhol com os valores de periódicos de reputação internacional que publicam em Inglês. Igualar diferentes tipos de periódicos é absurdo e, em geral, tende a estigmatizar os periódicos publicados nos países em desenvolvimento como naturalmente de baixo impacto. Assim, quando os sistemas nacionais de avaliação de pesquisa usam indicadores de citações de periódicos, como o fator de impacto, como *proxy* do impacto de seus artigos, tendem a penalizar, *a priori*, uma parcela significativa dos periódicos com foco predominantemente nacional.

O desafio diante de nós é, portanto, expandir as políticas e métricas de avaliação e ajustar sua aplicação de acordo com os diferentes níveis de enfoque nacional e internacional dos periódicos. Estas métricas devem combinar indicadores de profissionalismo na gestão editorial e qualidade da revisão dos manuscritos, com indicadores de impacto da pesquisa com base no número de citações, downloads e menções nas redes sociais que os artigos correspondentes recebem.

A superação deste desafio será facilitada quando os sistemas nacionais de pesquisa avançarem com o esperado abandono do uso de índices de periódicos, em particular o fator de impacto, como *proxy* para a qualidade e o impacto da pesquisa que publicam em favor do uso do desempenho individual de artigos, no contexto de suas respectivas disciplinas.

Os sistemas de publicação, disseminação e indexação online favorecem a avaliação da visibilidade e influência de artigos individuais. Na medida em que o fator de impacto do periódico pudesse ser abandonado como *proxy* para a avaliação de

pesquisa em favor de métricas centradas no desempenho de artigos individuais, incluindo citações recebidas, downloads e menções nas redes sociais por área de assunto, idiomas e cobertura geográfica, o ranking dos periódicos continuará sendo importante. No entanto, não será mais o fator determinante na avaliação da pesquisa e contribuirá para um ambiente mais aberto e competitivo para os periódicos no processo de atrair submissões de artigos com qualidade crescente. Esta “emancipação” favorecerá a publicação em AA, e em particular, o programa SciELO e seus periódicos.

Tradução: Lilian Caló

Referências

Cetto, A M., & Alonso-Gamboa, O. (1998). Scientific periodicals in Latin America and the Caribbean: A global perspective. *Interciencia*, 23(2), 84-93.

Declaração de Salvador – Compromisso com a Equidade, 23 de setembro de 2005, <http://www.icml.org/public/documents/pdf/pt/Dcl-Salvador-Compromisso-pt.pdf>

Declaração de Salvador sobre acesso aberto: A perspectiva dos países em desenvolvimento, 23 de setembro de 2005, <http://www.icml9.org/public/documents/pdf/pt/Dcl-Salvador-AcessoAberto-pt.pdf>

Farlex. (s.d.). Catch-22. In *TheFreeDictionary*. Retirado a 15 de fevereiro de 2021 de <https://www.thefreedictionary.com/Catch-22>

Krzyzanowski, R. F., & Ferreira, M. C. G. (1998). Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. *Ciência da Informação*, 27(2), 165-175. <https://doi.org/10.1590/S0100-19651998000200009>

Krzyzanowski, R. F., Krieger, E. M. & Duarte, F. A. M. (1991). Programa de apoio às revistas científicas para a FAPESP. *Ciência da Informação*, 20(2), 137-150. <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/349>

Miguel, S., Chinchilla-Rodriguez, Z., & Moya-Anegón, F. (2011). Open access and Scopus: A new approach to scientific visibility from the standpoint of access. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 62(6), 1130-1145. <https://doi.org/10.1002/asi.21532>

Meneghini, R. (1998). Avaliação da produção científica e o projeto SciELO. *Ciência da Informação*, 27(2), 219-220. <https://doi.org/10.1590/S0100-19651998000200018>

Packer, A. L. (2009). The SciELO open access: A gold way from the south. *Canadian Journal of Higher Education*, 39(3), 111-126. <https://doi.org/10.47678/cjhe.v39i3.479>

Packer, A. L. (2014). The emergence of journals of Brazil and scenarios for their future. *Educação e Pesquisa*, 40(2), 301-323. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022014061860>

Packer, A. L. (2015). The Scielo program and gold road open access. In J. Schöpfel (Ed.), *Learning from the BRICS: Open access to scientific information in emerging countries* (pp. 27-59). Litwin Books.

Packer, A. L., & Castro, E. (Eds). (1998). *Virtual Health Library*. Bireme/PAHO/WHO.

Packer, A. L., Cop, N., Luccisano, A., Ramalho, A., & Spinak, E. (Eds.). (2014). *SciELO - 15 years of open access: An analytic study of open access and scholarly communication*. Unesco.

Prat, A. M. (2000). Programa Biblioteca Científica Electrónica en Línea, SciELO-Chile, una nueva forma de acceder a la literatura científica nacional. *Biological Research*, 33(2), 9. <https://doi.org/10.4067/S0716-97602000000200003>

Ribeiro, C. K., Pinheiro, L. V. R., & Oliveira, E. C. P. (2007). Construção de modelo-síntese para análise de periódicos científicos. In *VIII ENANCIB-Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (pp. 1-12). Salvador.

SciELO. (2013). *Linhas de ação para os anos 2014 a 2016 para aumentar a visibilidade dos periódicos e coleções da Rede SciELO*. http://www.scielo15.org/wp-content/uploads/2013/10/SciELO-Lineas-de-accion-2014-2016_20131018_PT.pdf

Souza, E. P., & Paula, M. C. S. (2002, abril-junho). Qualis: A base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação CAPES. *InfoCAPES: Boletim Informativo da CAPES*, 10(2), 7-25. http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Infocapes10_2_2002.pdf

Redalyc

Una Estrategia de
Comunicación Científica
Regional

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.5>

Eduardo Aguado López

Sistema de Información Científica Redalyc/Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Autónoma del Estado de México, México

Compartir un conjunto de ideas tras haber participado del “Fórum de Publicaciones y Difusión del Conocimiento Científico: caminos, criterios y dificultades para la indexación de las Revistas Científicas en Comunicación”, en la Universidad de São Paulo, aunque a través de la vía digital, fue de mucho gusto a uno¹.

Hablo sobre la composición de los sistemas, en un primer momento, tanto de la llamada ciencia de corriente principal como de los sistemas regionales y después expongo las características de Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal). En este sentido, quisiera mencionar que hay una confusión a respecto del mapa con el territorio. Y que hemos confundido la calidad con la indización. ¿Que quiero decir con esto? Que, en primer lugar, el Institute for Scientific Information (ISI)² nace, en la década de los 60 del siglo pasado, y que fue el primero que construyó el mapa e hizo territorio. Define el factor de impacto como el criterio de calidad y buen desempeño de las revistas, lo gestionó y este modelo se terminó copiando, de una u otra forma, en Scopus³ y SciELO (Scientific Electronic Library Online). Por su parte, Scopus surge, en el 2004, y saca su sistema con el doble de revistas de Thomson Reuters. Mientras en América Latina, en 1998, surge SciELO con un claro énfasis en las Ciencias de la Salud y las Ciencias Exactas y Naturales, y por su parte, cinco años después, surge Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal)⁴ buscando dar visibilidad y existencia a las Ciencias Sociales y Humanas bajo el lema de que la ciencia que no se ve, no existe.

¿Qué es lo que comparten estos sistemas? Ya que cuando hablamos de revistas de calidad, pensamos que lo que está en estos sistemas de indización tiene mayor o menor calidad, pero cumple los criterios básicos de lo que nosotros queremos; es decir, los parámetros de cada uno de los sistemas y es necesario enfatizar que cada

¹ Este capítulo es basado na conferencia impartida en el panel “Difusión del conocimiento científico: caminos, criterios y dificultades para la indexación de las revistas científicas en Comunicación”, el 30 de marzo de 2015, actividad del Fórum de Publicaciones y Difusión del Conocimiento Científico, celebrada en el marco del “III Fórum Integrado de Comunicación Iberoamericana”, da Confibercom, en la Universidad de São Paulo, Brasil. Transcripción de Rodrigo Gabriotti. Datos actualizados en 2020.

² Web of Knowledge, de la Thomson Reuters (hoy, Web of Science de la Clarivate Analytics).

³ La Scopus es de la empresa editorial Elsevier.

⁴ Como se puede verificar en su sitio web (<https://www.redalyc.org/redalyc/acerca-de/mision.html>), la Redalyc desarrolla un “modelo de publicación sin fines de lucro para conservar la naturaleza académica y abierta de la comunicación científica (conocido también como modelo diamante), más allá de la región iberoamericana. Este esfuerzo nacido en el Sur y para el Sur, que ha sido reconocido por diversas universidades y organismos a nivel internacional (Clacso, Unesco, Universidad Carlos III, entre otras), se abre a todas las revistas del mundo que trabajan por un ecosistema de comunicación de la ciencia inclusivo, equitativo y sustentable. Las revistas que encuentran su espacio de acción y crecimiento, en este nuevo modelo, cuentan con: 1. calidad editorial y científica (revisión por pares); 2. tecnología de publicación digital XML-JATS; 3. una política de acceso abierto sin costos por publicación o procesamiento (APC [*article processing charge*]); 4. la visión de superar la actual evaluación de la ciencia basada en métricas como el factor de impacto, e impulsando la inclusión de la ciencia local y la diversidad lingüística por el bien común”.

uno de ellos tiene reglas “no” escritas que determinan la inclusión o no. Por ejemplo, para Web of Science (WoS) y Scopus, las citas son un criterio necesario⁵, pero no suficiente, en ajustarse a su concepción de conformación de campos: no van incluir a las que cumplen, pero no se ajustan a la visión y condiciones del campo que están construyendo. Para SciELO y Redalyc, el acceso abierto es igual condición necesaria, más no suficiente.

A partir de estar en uno o más índices empieza el círculo virtuoso y la consolidación a partir del efecto “mateo”. Como la indización (mapa) se confunde con el territorio (calidad) y se le sobrepone. Así cuando se trata de evaluar y determinar que revistas son de calidad, se recurre a las indizaciones para determinarlo, creciendo y fortaleciendo el círculo virtuoso “auto-referente”.

Si hiciéramos un análisis y tomáramos a todas las revistas existentes en Iberoamérica, que están en uno de estos cuatro sistemas y preguntáramos cuáles son las revistas únicas de cada sistema, nos encontraríamos con lo expuesto a continuación en el Gráfico 1.

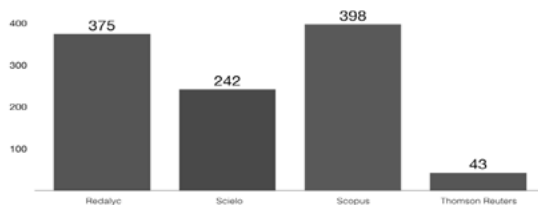


Gráfico 1

Revistas únicas por sistema de indización, 2015.

Scopus, en 2015, contenía, de manera única, prácticamente 400 revistas y los otros sistemas diferentes magnitudes. Ahora, bien, ¿qué es lo que sucede con esto? ¿Qué es lo que, bajo sus parámetros, estos sistemas consideran que son revistas de calidad? Y tendremos que preguntarnos: ¿por qué? Pero desafortunadamente esa pregunta ya nadie la hace, por ello, es que el círculo es “auto-referente”.

En el Gráfico 2, la primera barra corresponde a las revistas que sólo son compartidas por un sistema de indización: más de la mitad de todas las revistas del universo de

⁵ Por críticas recibidas al factor de impacto, la Web of Science admite que ninguna métrica captura todas las contribuciones que los estudiosos hacen a sus disciplinas. La Web of Science tiene ahora el Emerging Sources Citation Index (ver <https://clarivate.com/webofsciencigroup/journal-evaluation-process-and-selection-criteria/>).

las cuatro bases no se comparten; en conclusión, los criterios explícitos e implícitos de cada uno de las bases hace que tengan un universo significativo único.

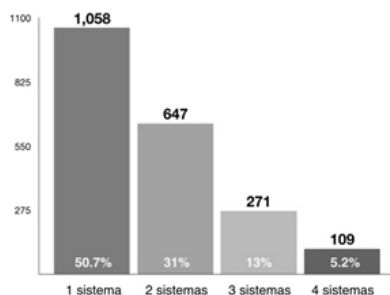


Gráfico 2

Revistas que se comparten, por sistema de indización, 2015.

La siguiente barra nos explica el número de revistas (31%) que son compartidas por dos sistemas de indización ya sea Scopus, Thomson Reuters, SciELO y/o Redalyc. Alguna composición, pero, son compartidas por dos. Solo el 13% de las revistas son compartidas por tres sistemas o base de datos y únicamente el 5,2% de las revistas las comparten los cuatro sistemas de indización. Desde esta perspectiva, ¿cuál es el mapa y cuál es el territorio? ¡Creo que es el punto a discutir!

Dicho lo anterior y planteando un conjunto de interrogantes para la discusión, expondré las características del sistema de información científica Redalyc. En primer lugar, lo que encontramos es que, desde su inicio, que empezó en 2003, ya tenía más de 100 revistas, en 2020 tiene más de 1.300. Estos números y otros textos completos mantienen el acervo actualizado y el crecimiento de Redalyc. El portal de Redalyc – que tiene una nueva imagen – creemos muchísimo más sencillo de utilizar con un conjunto de secciones especializadas. Por un lado, las colecciones de revistas, los indicadores cientiométricos y los informes de producción. En términos de las colecciones de revistas, nosotros, lo primero que encontramos es que podemos buscar en todo el acervo o podemos hacer un primer seccionamiento entre Ciencias Sociales y Humanas y entre Ciencias Naturales y Exactas. Esta es la primera característica del Redalyc, el sistema: la posibilidad de dividir tanto en los sistemas de búsqueda como en los sistemas indicadores. En ese sentido, me pregunto qué deseo buscar, defino que y me digo en que parte lo quiero encontrar. También tiene el sistema de búsqueda avanzada, donde puedo conocer muchísimo más del sistema, datos del Comité Científico, los reconocimientos obtenidos, las condiciones legales, etc. y también puedo acceder a un lugar que me muestra los nuevos números y las revistas.

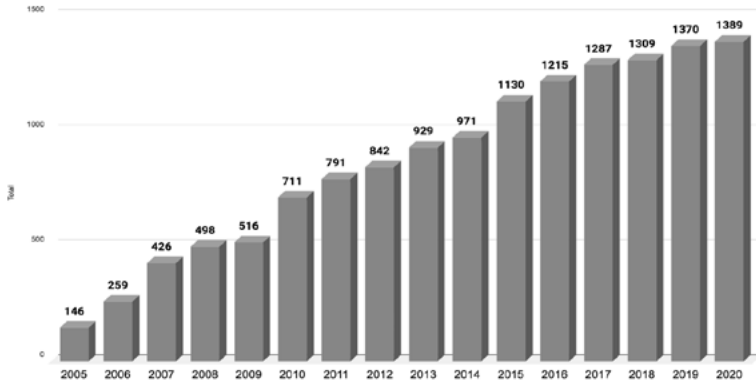


Gráfico 3
Revistas indexadas en Redalyc, periodo 2005-2020.

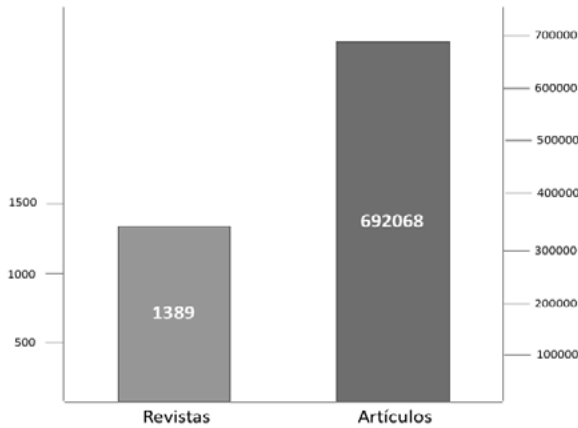


Gráfico 4
Cantidad de revistas y artículos indexados en Redalyc: año 2020.

Por otro lado, si quiero conocer las colecciones de revistas, debo plantearme si las quiero conocer a nivel de disciplina, si las quiero conocer a nivel de país o si las quiero conocer a nivel de la institución. De esta forma, si yo defino que quiero conocer las revistas por países, como Brasil, me presenta lo siguiente: me doy cuenta de que tiene 305 revistas y 204.635 artículos de revistas brasileñas.

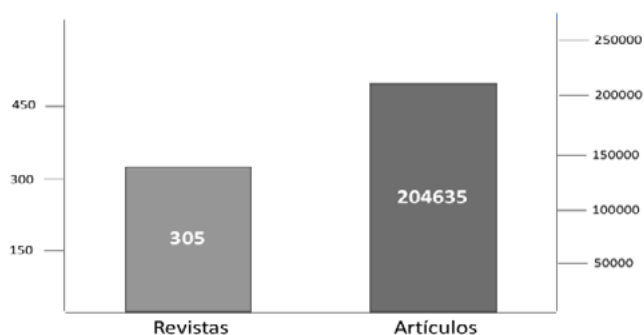


Gráfico 5

Cantidad de revistas brasileñas y sus artículos indexados en Redalyc: año 2020.

Por el otro lado, una característica central del sistema Redalyc es que tiene también micro sitios de instituciones. Por un lado, veamos el micro sitio de la Universidad de São Paulo, que tiene 22 revistas y 14.597 artículos.

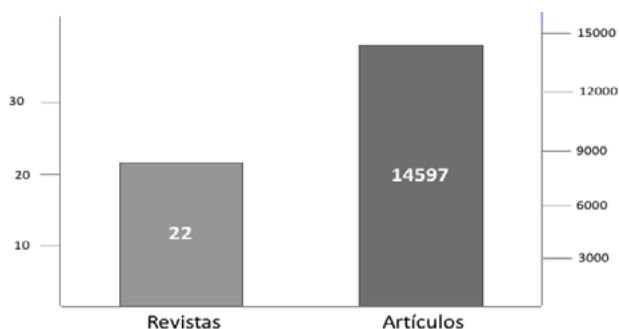


Gráfico 6

Cantidad de revistas de la Universidad de São Paulo y sus artículos indexados en Redalyc: año 2020.

Esto, creemos, es una característica central del sistema de información científico Redalyc, anclado, en la web; también tenemos características de la colección, en este caso, del área que nos compete: el área de la Comunicación, donde de las 28 revistas existentes en Redalyc, siete son de Brasil y solamente dos son de la Universidad de São Paulo. Pero hay otro elemento central: dentro de las revistas – ésta sería la página de la revista *Signos do Consumo*, de la Universidad de São Paulo, de Comunicación – tenemos los indicadores de producción y colaboración.



Figura 1 Página de la revista *Signos do Consumo*, de la Universidad de São Paulo, de Comunicación.
Fuente: <https://www.redalyc.org/revista.oa?id=3502>

Figura 2 Página de la revista *Signos do Consumo*, de la Universidad de São Paulo, de Comunicación: proporción de autores por país.
Fuente: <https://www.redalyc.org/revista.oa?id=3502>

De esta manera, decimos que hacen las instituciones, los países y las áreas. Cuando yo entro a los indicadores cienciométricos, me pregunto: ¿qué quiero consultar? ¿Una disciplina? ¿Una revista? ¿Un área? ¿O país? Si quiero consultar la producción, voy a preguntarme a través de una gráfica circular, como se distribuye la producción externa (fuera del país) o interna (nacional). También dentro de la producción interna, puedo saber si es institucional o no institucional y puedo ver también, del lado derecho, la evolución de mi producción y su distribución por disciplina. Por otro lado, puedo ver el comportamiento de las instituciones que han publicado en mi revista de las Ciencias Sociales y Humanas. También puedo ver en cuantos países publico y en qué proporción. Sí es claro, no estamos midiendo citas, estamos tratando de hacer una cartografía sobre la forma como se comportan los dominios en cerca de una década.

Si quiero estudiar la colaboración, puedo saber cuántos artículos publicados en coautoría y cuál es mi comportamiento, en nueve años, a través de los gráficos circulares de fácil interpretación e identifico, a través de los mapas, con cuantos y cuales países colaboro así como con que instituciones hago lo mismo.

Por su parte, si quiero ver los indicadores a nivel de revista, sé cuál es la composición de los autores, cual es la tendencia de los autores externos respecto a los nacionales, institucionales y no institucionales y de que países e instituciones; como puede observarse, los datos que proporciona Redalyc no permiten la jerarquización y la distribución mediante posiciones; si permite conocer el comportamiento de un dominio y dicho comportamiento tendrá mayor o menor sentido a partir del contexto en que se realiza la investigación y sobre los objetivos que se tienen.

Por otro lado, cuando entran, igual que lo hicimos al sistema de colección de revistas, al sitio de país para ver los indicadores, no están viendo los indicadores de las revistas brasileñas. Están viendo los indicadores de los investigadores brasileños dentro de las 1.020 revistas que componen el acervo Redalyc. Esta diferencia es central porque los indicadores que estamos mostrando son de la producción brasileña.

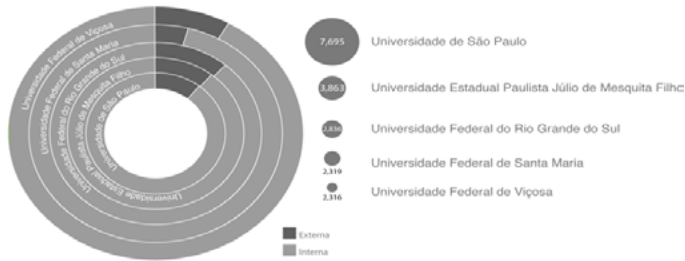


Gráfico 7
Producción de Brasil por institución, 2015.

En este sentido, Redalyc, creemos, es el único sistema que presenta indicadores de actividad y de colaboración dentro de un acervo homogéneo. Habrá que discutir si es representativo, ya que todas las revistas que ingresan y son aceptadas, tienen su material desde el año 2005. Y así, puede verse el sitio de Brasil como un gran ecosistema compuesto de dos grandes áreas de conocimiento, las Ciencias Sociales y las Ciencias Naturales y Exactas, para pasar al nivel de universidades, en este caso, los indicadores Institución de la Universidad de São Paulo, Campinas, entre otros. ¿Por qué nos sirve esto? Porque podemos comparar las características de la producción, por ejemplo, si ponemos a las principales instituciones brasileñas dentro de Redalyc, vemos que tienen una composición distinta en términos de su producción interna y externa. Y si analizamos la producción institucional, esta sería radicalmente distinta dentro de cada una de las cinco universidades presentadas. De esta manera, creemos que Redalyc está proporcionando un conjunto de información que permite hacer investigación y permite apoyar la toma de decisiones, por parte de las áreas, las revistas, las autoridades, acerca de la manera como están realizando ciencia con la finalidad, no de evaluar y de decir quién es el mejor, sino con la finalidad de, dependiendo de los objetivos de cada una de las entidades, ratificar o rectificar las decisiones en materia de política científica.

Periódicos Científicos e Difusão do Conhecimento Comunicacional

Do Diagnóstico ao Debate
Sobre Métricas de Avaliação de
Impacto

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.6>

Cicilia M. Krohling Peruzzo

*Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Espírito
Santo, Departamento de Comunicação, Vitória-ES, Brasil*

Introdução¹

A difusão do conhecimento científico está envolta em múltiplas e complexas problemáticas, desde sua produção até a divulgação pública do mesmo, processo que também é perpassado por critérios e sistemas de avaliação da produtividade científica e do impacto social dos resultados.

O objetivo é sistematizar e apresentar dados e as principais discussões acerca das condições da difusão do conhecimento através de revistas científicas de Comunicação, a partir das contribuições do Fórum de Publicações e Difusão de Conhecimento Científico da Confibercom (2011-2016), além de avançar em análises sobre as limitações advindas de políticas de avaliação da produção científica centrada nas métricas predominantes em vigor. Baseado em pesquisa documental e bibliográfica, o texto se justifica ao trazer à tona questões importantes que afetam a democratização da produção científica gerada na academia.

O Fórum de Publicações e Difusão de Conhecimento Científico (FPDCC), da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação/Confederación Iberoamericana de Asociaciones Científicas y Académicas de la Comunicación (Confibercom), foi criado dois anos depois da fundação desta confederação científica que tem, entre outros objetivos, a pretensão de ser um fórum de discussão e formulação de políticas científicas, sistemas de pós-graduação e de difusão do conhecimento científico no campo da Comunicação. A primeira atividade do FPDCC ocorreu aquando do “I Congresso da Confibercom”, que se realizou em São Paulo, em 2011, e constou de dois seminários: um, sobre periódicos de Comunicação, e o outro, sobre portais e enciclopédias, como espaços para a difusão da produção do conhecimento comunicacional.

O desafio da divulgação do conhecimento científico em Comunicação no espaço ibero-americano esteve em debate em três momentos que antecederam o “II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana”, realizado em 2014, em Braga, Portugal.

Refiro-me, em primeiro lugar, ao “Seminário de Revistas de Comunicação”, realizado em São Paulo, em 2011, com a participação de representantes de 40 revistas da Bolívia, Brasil, Colômbia, Espanha, Equador, Portugal e Venezuela². Foram discutidos os

¹ Este capítulo é uma versão ampliada do capítulo com título “Diagnóstico e perspectivas dos periódicos científicos e difusão do conhecimento comunicacional nos primeiros anos da Confibercom (2011-2015)” (Peruzzo, 2017), publicado no livro editado por Moisés de Lemos Martins, intitulado *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas – O caso das ciências da Comunicação*, coletânea que reúne textos das conferências plenárias do “II Congresso da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação”.

² Este fórum decorreu da realização do “I Congresso Confibercom”, do qual foram publicadas as atas

problemas relativos às publicações científicas, desde questões tópicas até à avaliação de periódicos, no Brasil, assim como as consequências do predomínio do critério anglo-saxão para publicação científica. Foi então criada a Rede Confibercom de Revistas de Comunicação (Reviscom)³, a qual congrega, hoje, uma centena de membros associados. O objetivo da Reviscom é reunir os periódicos em um único espaço e facilitar o acesso aberto e gratuito ao conteúdo completo das revistas associadas.

Um segundo momento de debate sobre a divulgação do conhecimento científico em Comunicação no espaço ibero-americano ocorreu durante o “I Fórum Integrado da Confibercom”, que se realizou em Quito, em 2012⁴. O painel do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico contou com a participação de expositores convidados de vários países e identificou os problemas que enfrentava o campo da produção e da divulgação científica em Comunicação.

Por sua vez, durante o “II Fórum Integrado da Confibercom”, realizado no Porto, em 2013, foi dada continuidade ao diagnóstico da situação das revistas e à ampliação da rede de revistas na América Latina, Portugal e Espanha. Além do trabalho de identificação de periódicos, o painel do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico fez ainda propostas para melhorar as condições de difusão do conhecimento científico produzido na Ibero-América.

Entretanto, em 15 abril de 2014, durante o “II Congresso da Confibercom”⁵, realizado em Braga, Portugal, voltaram a reunir-se os investigadores do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico, então confirmado pela direção da Confibercom⁶. Foi discutido um programa de ação e o objetivo manteve-se: valorizar a produção científica no espaço ibero-afro-americano, internacionalizando a produção científica de Comunicação, realizada nesta vasta região do globo⁷.

Depois da realização de um seminário, durante o “II Congresso da Confibercom”, em Braga, o Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico voltou a

Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação (Kunsch & Melo, 2012).

³ Ver <http://redrevistascomunicacion.wordpress.com/>

⁴ O livro de atas deste “I Fórum Integrado da Confibercom” foi organizado e editado por Margarida Kunsch (2013), com o título *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento*.

⁵ Para mais informações sobre esse evento, acessar <http://www.lasics.uminho.pt/confibercom2014/>

⁶ Integravam a comissão do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico: Antonio Carlos Castillo (Espanha); Carlos E. Arcila Calderon (Colômbia); Círcia M.Krohling Peruzzo (Brasil) – Coordenadora (2011-2016); Eduardo Villanueva (Perú); Gerardo León Barrios (México) e J. Paulo Serra (Portugal).

⁷ Deste “II Congresso da Confibercom” foi publicado um livro de atas: *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização* (Martins & Oliveira, 2014).

reunir-se no decorrer do “III Fórum Integrado da Confibercom” (que reuniu os fóruns de Publicações, de Política Científica e de Pós-Graduação em Comunicação), realizado em São Paulo, em março de 2015⁸. Em 2016, o FPDCC aconteceu no formato de painel durante o “V Congreso da Asociación Española de Investigación de la Comunicación (AE-IC)”, realizado em Madrid, de 4 a 8 de julho de 2016.

De 2011 a 2016, estes seminários e painéis contribuíram para o estabelecimento de uma estratégia comum de divulgação do conhecimento à escala ibero-americana. Em termos gerais, grande parte das informações compartilhadas e dos debates travados nestes encontros científicos centraram-se nas dificuldades, fragilidades e limitações dos periódicos de Comunicação, tanto de ordem operacional, quanto de conteúdo disponibilizado. Os avanços verificados em alguns países, a exemplo do *Qualis Periódicos*⁹ do Brasil, não despertaram muito interesse nesses seminários, talvez por serem uma realidade específica de apenas alguns países, precisamente daqueles onde as Ciências da Comunicação têm um grau maior de institucionalização e de desenvolvimento. Referimo-nos à indexação de periódicos, à observação rigorosa de padrões técnico-editoriais e à existência de sistemas nacionais de avaliação de periódicos. Por outro lado, foi sempre assinalado pelos investigadores o seu desconforto perante o grau de comprometimento do sistema internacional de difusão da produção científica com os mecanismos de mercado, controle e hierarquização do conhecimento, segundo padrões norte-americanos e europeus das áreas das ciências já consolidadas.

Aspectos situacionais de produção, circulação e avaliação de periódicos. As interrogações sobre o fator de impacto

Com base em estudos apresentados nos seminários mencionados (Castillo Esparcia et al., 2012; Cohendoz, 2013; Martins, 2012; Peruzzo, 2012, 2013; Serra, 2013; Sierra Caballero, 2013; Suing, 2013; Valarezco & Marin Gutierrez, 2013) constatou-se que a produção científica de Comunicação e os próprios periódicos desta área estão dispersos e, em geral, têm dificuldades do ponto de vista da sustentabilidade, participação em bases de indexação de dados e até de circulação entre os próprios países ibero-americanos, entre outros aspectos.

As condições de produção de periódicos científicos de Comunicação, especialmente na América Latina, são difíceis pelas seguintes razões: com poucas exceções, não há fundos públicos que os financiem; as equipas de trabalho (às vezes, voluntárias)

⁸ Neste seminário, realizado em São Paulo, em março de 2015, Paulo Serra apresentou o estudo “O (des) conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação”, que veio a ser publicado na *Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies* (Serra, 2016).

⁹ Sistema de avaliação de periódicos científicos gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil.

acumulam funções dentro de suas instituições, não podendo dedicar-se estritamente ao ofício da edição de periódicos; é grande a diversidade de publicações em termos de formatos, enfoques, conteúdos, qualidade editorial, quantidades (o Brasil tem quase uma centena de periódicos, em contraste com outros países da região, alguns com um, dois ou três periódicos, outros nenhum); os editores, em geral, não possuem formação especializada e exercem a função por curtos períodos de tempo (rotatividade grande, com exceções), o que não favorece a acumulação de saber especializado e obriga sempre a recomeços; os países não têm sistemas de avaliação de periódicos, exceto o Brasil (Qualis Periódicos), o qual todavia apresenta distorções e limites; proporcionalmente ao número de periódicos científicos, são raros os que estão indexados em bases de dados internacionalizadas, como Scopus, Web of Science, Redalyc, SciELO, Directory of Open Access Journals (DOAJ) e até mesmo inseridos no Catálogo Latindex. A área da Comunicação é a menos representada nos catálogos e indexadores internacionais das Ciências Sociais.

Quanto à distribuição dos periódicos, existe uma situação difícil no que diz respeito à sua circulação, tanto nacional como fora do próprio país, situação que, no entanto, tende a melhorar em decorrência de sua crescente disponibilização na internet. Existem, todavia, outros fatores que também interferem no acesso. Às vezes, os periódicos circulam mais nos ambientes das próprias universidades e associações (e com baixa circulação nelas mesmas), embora existam alguns periódicos com projeção nacional e já indexados em bases internacionais, principalmente SciELO, Redalyc e DOAJ. Neste contexto, constata-se ainda a existência de limitação de leitura de periódicos científicos, principalmente, pelo alunado de graduação. Não se sabe claramente se é por dificuldade de linguagem, de desinteresse por texto científico, de falta de domínio dos canais de acesso, ou de idioma, quando diz respeito à produção oriunda de outros países da Ibero-América que não os de sede do periódico. Ou seja, os artigos publicados em revistas científicas são pouco consumidos enquanto textos de referência. Alguém disse num dos fóruns: “cada vez produzimos mais, mas nos citamos menos”. Em suma, a maior busca de literatura parece ser ainda a estrangeira, principalmente de autoria de norte-americanos e europeus, como mostra a bibliografia citada em artigos apresentados em congressos (Fuentes Navarro, 2008; Gobbi, 2008).

Num nível mais amplo, foi constatada a necessidade de discutir os sistemas dominantes de indicadores de qualidade em vigor que institucionalizam e hierarquizam o conhecimento, uma vez que as tendências da política de publicação de revistas em curso se baseiam na privatização, industrialização e mercantilização de produtos do conhecimento. Estamos referindo-nos a mecanismos que impedem o acesso público e gratuito ao conteúdo de periódicos científicos e quase excluem outro idioma, que não seja o Inglês, nos sistemas de buscas.

Foram feitas, também, muitas críticas aos sistemas de indexação e de métricas para medir o impacto, dado o fato de serem desenhadas para não avaliar o valor da ciência nem o valor do conteúdo dos artigos, e sim, a repercussão dos próprios periódicos entre os pares. Sobre essa questão, foram feitas várias constatações, explicitadas a seguir.

a) Existe uma dominação exercida por empresas comerciais, designadamente pela Thomson Reuters (Journal Citation Reports [JCR]¹⁰, Institute for Scientific Information [ISI]¹¹), e pela Elsevier (Scopus), que privatizam os resultados de pesquisas geradas com fundos públicos ao liberarem o acesso apenas mediante o pagamento de taxas. Como diz Paulo Serra (2013),

é certo que a digitalização da ciência tem vindo a ser feita a passos largos – mas, de forma predominante, em língua inglesa e marcada pelos interesses comerciais de grandes companhias como a Thomson Reuters (ISI), a Elsevier (Scopus), a IGI Global e outras, que procuram fazer mais-valias privadas à custa do trabalho produzido com fundos públicos pelos cientistas das diversas universidades, laboratórios e centros de investigação – com a aquiescência mais ou menos resignada destes, submetidos ao imperativo do “publish or perish”. O resultado desta verdadeira paródia do imperativo mer-toniano da publicação da ciência é aquilo a que se tem vindo a chamar a “fast science”, e que mais não é que uma caricatura da ciência – uma caricatura que, a mais ou menos curto prazo, não deixará de pôr em causa a própria qualidade da ciência. (pp. 93-94)

b) Existe, por outro lado, um jogo antiético de práticas que acaba condicionando a divulgação científica e interferindo nos índices de fator de impacto em favor de alguns periódicos e das grandes empresas editoriais. Fator de impacto diz respeito ao selo de qualidade atribuído ao periódico com base em seu nível de citação. Baseado em estudo bibliométrico, o fator de impacto de uma revista científica indexada, no Journal Citation Reports (JCR), ou em outras bases como Scopus, é calculado todo ano da seguinte maneira:

primeiramente são contabilizadas as citações que recebem durante esse ano (ex. 2008) todos os documentos publicados na revista nos dois anos anteriores (ex. 2007 e 2006). O número total de citações é o numerador. Em segundo lugar, são contabilizados todos os “itens citáveis” publicados na revista nesses dois anos (ex. 2007 e 2006) e já temos o denominador. O fator de impacto se calcula dividindo o numerador entre o denominador. (Castillo Esparcia et al., 2012, p. 387)

¹⁰ Journal Citation Reports, da Thomson Reuters, empresa proprietária também da Web of Science (WoS).

¹¹ Hoje, Web of Science.

Em outras palavras, calcula-se o fator de impacto (FI) dividindo o número de citações em artigos publicados pelo periódico (em dois anos) pelo número de artigos publicados, no mesmo período, para ver que revistas são mais referenciadas. Quanto mais citações, mais elevado é o FI. O cálculo é matemático, mas às vezes este é condicionado por artimanhas que manipulam os elementos incorporados nas métricas, de modo a aumentar o fator de impacto do periódico, apesar de contrariar as boas práticas em pesquisa¹².

c) Também acontece que o sistema instituído destrói, ou então não reconhece, o valor das ciências publicadas em outros idiomas senão o Inglês. Daí a necessidade de se insistir na publicação e valorização dos resultados da pesquisa científica, nos diversos idiomas, e não só os do universo anglo-saxônico.

d) Outro fator é o super dimensionamento dado às revistas indexadas nos grandes sistemas editoriais internacionais – Thomson Reuters (JCR) e Elsevier (Scopus) –, o que acaba por instituir dura concorrência com os periódicos nacionais, especialmente, aos das Ciências Sociais. O artigo que não seja publicado em periódico indexado nestas bases parece não ter valor científico, nem social, aos olhos de burocracias acadêmicas, o que é contraproducente, uma vez que toda pesquisa de qualidade, que contribua socialmente, demonstra valor, esteja ou não indexada (Martins, 2015).

Trata-se de uma política instituída no nível dos programas de pós-graduação de todo o Brasil por determinação dos critérios de avaliação dos mesmos, instituídos pela CAPES, e, claro, também permeiam tais políticas universalmente, o que acaba induzindo as universidades à concorrência em rankings nacionais e internacionais, nos quais, em parte, suas posições são medidas segundo quantidade de publicações em revistas de alto impacto. Os rankings também servem para o reconhecimento de revistas, pesquisadores e centros de pesquisa e interferem na definição de investimentos científicos.

Em suma, de um sistema educacional que no princípio tinha como importante avaliar a aprendizagem dos alunos, “se desvirtua para converter-se em um índice de qualidade, uma ferramenta de marketing”, como refere Flavio Salazar (Opazo, 2016, para. 12).

Nesse contexto, os critérios de avaliação induzem à publicação intensiva de artigos interferindo no tipo de produção científica e, inclusive, incentivando a concorrência

¹² Entre outros mecanismos, editores publicam textos que citam – às vezes propositalmente – artigos publicados no periódico em questão, de modo a elevar o seu fator de impacto. É a chamada citação cruzada, prática contrária à ética da produção e difusão científica. O problema tem vindo à tona, tanto que, em 2013, a Thomson Reuters constatou uma fraude internacional e retirou da lista do JCR de 2012, publicada em 2013, 66 títulos, dentre eles, quatro revistas brasileiras da área da Saúde (*Acta Ortopédica Brasileira*, *Clinics*, *Jornal Brasileiro de Pneumologia* e a *Revista da Associação Médica Brasileira*) (Aventurier, 2013; Comunidade Virtual dos Editores Científicos, 2013).

e práticas antiéticas, como algumas das relacionadas com métricas do fator de impacto, antes mencionadas, mas também práticas de outros perfis controversos.

Como escreveu Pablo Ortellado (2013), em artigo veiculado pelo Stoa Universidade São Paulo (USP) e reproduzido em outros sites:

a organização do trabalho na universidade está passando por uma profunda modificação: ela não é mais voltada para a realização de pesquisas exemplares, mas para a conquista de metas de produtividade que gerem reconhecimento credencial das instituições de avaliação. A universidade se parece cada vez mais com um colegiado aristocrático de cientistas desinteressados e cada vez mais uma fábrica de papers: uma fábrica povoada de operários obedientes. O resultado desta mudança de perfil organizacional não é apenas burocratização e aceleração do trabalho – ela também gera uma profunda corrupção do sistema de comunicação científica. (para. 1)

A pressão por publicação em periódicos indexados e de alto fator de impacto ou, no mínimo, de mais elevada avaliação nas áreas científicas, pode levar a práticas controvertidas.

Desde subdividir uma investigação até a mínima unidade publicável para aumentar o número de artigos (...), colocar como coautor um colega amigo para que logo ele, por sua vez, faça o mesmo, os pactos ou máfias de publicação (que podem ocorrer tanto entre investigadores como entre editores de revistas), publicar a mesma pesquisa com leves diferenças em distintos idiomas e um comprido etcetera. (Opazo, 2016, para. 25)

Visão semelhante é externada por Ortellado (2013), no mesmo artigo veiculado pelo Stoa USP e reproduzido em outros sites: com o sistema de avaliação acadêmico-gerencial, a submissão ao objetivo de atender os indicadores de produtividade de pesquisa

não apenas faz com um tempo excessivo seja dedicado às estratégias de publicação, como estimula e legitima práticas de comunicação [da ciência] corrompidas: publicar o mesmo argumento em artigos diferentes; apresentar uma mesma ideia em partes, publicadas em diferentes artigos; publicar ideias imaturas; co-assinar artigos nos quais a colaboração foi apenas pontual; etc. (para. 9)

Todos esses mecanismos afetam cada vez mais a produção científica em Comunicação na região ibero-americana que, de um modo geral, vive no isolamento, pelo menos quanto à produção que circula em periódicos. O Espanhol e o Português mantêm-se como línguas de baixa aceitação no campo científico das Ciências

Sociais e Humanas, onde o Inglês é predominante de modo quase hegemônico. Essa circunstância tem também como consequência o baixo número de revistas de Comunicação da América Latina indexadas em bases internacionais. Como atesta Ricardo Greene, investigador da Universidad Católica del Maule, do Chile,

parte importante do trabalho em ciências sociais tem a ver com um conhecimento situado histórica e contextualmente, mas por imposição do ISI¹³, que em sua maioria inclui publicações em Inglês, os artigos muitas vezes não são publicados em Espanhol. (Opazo, 2016, para. 19)

Paralelo ao problema do fator de impacto, a informação científica confronta-se com um outro problema, que decorre dos sistemas de busca na internet que também priorizam o idioma inglês. Tomando o exemplo da empresa Google, verificamos que a informação é classificada através de seus próprios motores de busca (algoritmos) e seus próprios critérios (por exemplo, o idioma e a demanda). Estas circunstâncias acabam hierarquizando o conhecimento, manipulando os índices e comprometendo a amplitude possível do acesso. No caso da publicação científica, por exemplo, os artigos escritos e publicados em Inglês aparecem sempre no início dos resultados de buscas, além das restrições ou condicionamento do acesso decorrente dos algoritmos movidos, em parte, por buscas anteriores e curtidas marcadas pelo usuário.

Propostas para enfrentar as incongruências e limitações do setor

A confederação, enquanto coletivo de associações científicas no espaço ibero-americano, congrega pessoas de diferentes visões, o que torna complexa sua atuação. Num contexto acadêmico em que a pressão das universidades por se publicar em periódicos indexados, principalmente aqueles indexados por JCR e Scopus, por exemplo, é crescente, há uma tendência por parte dos docentes investigadores – e até de estudantes de doutorado, em se sujeitarem a critérios dos mesmos, em nome do “publique ou desapareça” (*publish or perish*), às vezes, em detrimento das necessidades de pesquisa de seus próprios países (problemáticas investigadas, abordagens e difusão de conhecimentos), e dos riscos à descaracterização do próprio valor da ciência (Serra, 2013).

Se por um lado é importante a difusão do conhecimento científico, através de periódicos bem conceituados e em nível internacional, por outro lado, as revistas científicas nacionais e regionais do espaço ibero-americano também têm importância, talvez até maior, em função na necessidade de pesquisar temas de interesse regional

¹³ Institute for Scientific Information, instituidor do fator de impacto, em 1975.

e de compartilhar as pesquisas científicas em seus próprios países. Sem desconsiderar a importância do diálogo planetário por meio da publicação em Inglês, ao estarem num universo de leitores potencialmente mais interessados e necessitados da informação científica situada, ou seja, relacionada a problemas de investigação presumivelmente vinculados às realidades desses países, embora isso não seja regra nem condição para que a mesma se desenvolva, o território nacional não pode ser desprezado nas estratégias de comunicação dos resultados da pesquisa científica. Referimo-nos à dialética entre a soberba daqueles que só querem publicar, em Inglês, e o interesse (do leitor por temas de sua realidade), a acessibilidade (acesso aberto e idioma) e a apropriação pública do conhecimento (subsídios que disponibiliza e utilidade pública). Afinal, o valor da ciência se mede pela contribuição que traz à sociedade e à humanidade.

Karl Popper (1987, 2002), já nos anos 1940, defendia a prática científica com liberdade de pensamento e contrária ao dogmatismo e autoritarismo dos próprios métodos, da concepção de ciência e das instituições, além de defender a ciência como intervenção social e propósitos de combater os problemas de miséria social e econômica em prol do desenvolvimento humano¹⁴. Como aceitar, então, as prescrições institucionais de órgãos de governos, universidades e de empresas editoriais privadas que pretendem prescrever tanto as temáticas¹⁵ de pesquisa quanto os métodos e as abordagens segundo suas visões e interesses?

Em suma, há distorções em certas políticas científico-acadêmicas que ditam orientações de divulgação do conhecimento que, em última instância, favorecem o negócio editorial internacional em detrimento do valor da ciência para os próprios países, nos quais, é gerada.

Desse modo, se justifica a forte recomendação do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico da Confibercom para que o jogo de interesses em publicar em periódicos de mais alto fator de impacto, cujas métricas, como já foi dito, são alvo de severos questionamentos, não venha a restringir a presença dos artigos científicos nos idiomas nativos – no caso, Português, Espanhol, Galego, Catalão – nem desprestigiar os periódicos científicos da região ibero-americana nem de outras regiões do mundo com idiomas próprios.

¹⁴ Veja-se a leitura atenta de Marin (2012) e Barreto (2012) sobre essa dimensão do pensamento de Popper e sobre as contradições dos métodos e a necessidade da crítica.

¹⁵ As grandes revistas científicas indexadas nas bases antes mencionadas, por exemplo, têm entre os critérios para aceitação de artigos, aqueles que enfocam de temas em voga e de interesses globalizantes, portanto, pesquisas sobre realidades específicas de países ibero-americanos são desprestigiadas, além da exigência de padrões metodológicos e de linguagem mais afeitos a determinadas lógicas metódicas anglo-saxônicas dominantes.

Além do interesse nacional, envolto na divulgação e apropriação do conhecimento situado, os contingentes de pessoas de língua não inglesa são enormes. Como mostra Martins (2012), há uma

multidão de pessoas que têm a língua portuguesa como primeira língua. São 190 milhões os falantes de Português, quase tantos como os falantes de Francês (110 milhões) e de alemão (100 milhões) juntos. Depois do Mandarim, com 1000 milhões de falantes, do Hindi com 460 milhões, do Espanhol com 300 milhões, do Inglês com 350 milhões e do Árabe com 200 milhões, o Português vem a seguir, em sexto lugar. No entanto, na era da informação global, impressiona saber que o total de falantes em língua inglesa é de 1000 milhões, enquanto o Hindi é 650 milhões, o Francês 500 milhões, o Árabe 425 milhões, o Espanhol é 320 milhões, o Russo 280 milhões e o Português 230 milhões¹⁶. (p. 246)

Outro aspecto que compõe esse cenário é a ênfase de publicação de artigos em revistas, em detrimento, inclusive, da publicação de livros, motivo de pressão por parte dos investigadores para que se eleve o valor dos livros nas métricas avaliativas de produção. Porém, se faz elevar os índices acadêmicos, a publicação em revistas não significa a garantia de que haja acesso e leitura dos artigos no grau desejado. Quando são acessados, a tendência é que seja pelos pares, ou seja, leitores do próprio circuito acadêmico, o que é relevante, afinal trata-se de circulação e democratização de ideias e, ao mesmo tempo, um mecanismo de avaliação/validação de resultados de pesquisa. Mas, do meu ponto de vista, diante das possibilidades que as configurações das tecnologias atualmente oferecem há que se equilibrar alternativas de divulgação e compartilhamento da produção científica, tanto junto aos públicos especializados (para os pares, universidades, congressos, associações) por intermédio dos periódicos científicos, visando o debate e a validação, quanto para a sociedade como um todo, segundo o princípio da divulgação/comunicação pública da ciência.

São linhas de atuação que demandam o desenvolvimento de táticas específicas, como por exemplo a concentração dos esforços na divulgação dos resultados das pesquisas nos periódicos científicos e também a agregação dos *blogs* de pesquisadores, repositórios digitais de universidades e de associações científicas, plataformas de compartilhamento (ResearchGate e Academia.edu), bases do Google Acadêmico, perfis acadêmicos de pesquisadores e de grupos de pesquisa nas mídias e redes sociais digitais, além de outras plataformas de acesso público. Nesses ambientes, além do compartilhamento de artigos científicos, se incorporam outros formatos e

¹⁶ Martins (2012) refere-se a valores de dezembro de 2009 retirados à data de http://wapedia.mobi/pt/L%C3%ADngua_mundial.

linguagens, como entrevistas com investigadores e a disponibilização de áudios e vídeos que conjuguem cientificidade com clareza e sínteses competentes.

Tão importante quanto publicar numa revista JCR (que inclusive restringe o acesso a pagantes) ou SciELO, é publicar para acesso público universal e apropriação pela sociedade dos resultados da pesquisa científica, principalmente, aquela financiada por recursos públicos.

As possibilidades que o desenvolvimento tecnológico oportuniza indicam a existência de outros fatores passíveis de serem medidos (acessos, downloads, citações, etc.) na avaliação do impacto acadêmico e social da produção de autores, a partir do grau de apropriação dos conteúdos compartilhados, para além do fator de impacto das revistas tradicionais. Essa perspectiva crescente de divulgação da ciência parece apontar para a insuficiência dos indicadores tradicionais na medição da produção científica e de seu impacto nas sociedades.

As novas tecnologias de informação e comunicação baseadas na internet apontam para outras possibilidades, como por exemplo, o emprego de blogs e [mídias e] redes sociais – como Research Gate e Academia.edu, por exemplo – para veiculação da produção científica e que dispõem de um conjunto de ferramentas que possibilita um relacionamento mais direto entre pesquisadores. (...) Desta forma, postagens e compartilhamentos no Twitter e no Facebook, menções em blogs e na Wikipédia, registros de acessos e downloads e marcações de favoritos em sites de conteúdo científico tornaram-se novos canais informais que podem oferecer dados valiosos sobre o interesse dos leitores, o uso que fazem das pesquisas e o alcance da produção científica. (Bueno, 2015, para. 14-15)

Diante desse cenário de ampliação na comunicação científica por intermédio da internet,

com conteúdos disponibilizados na Web e toda uma gama de interações entre pesquisadores e público em geral com o conteúdo resultante dos processos de pesquisa, urge-se por métricas alternativas para o acompanhamento do impacto do que é produzido na ciência nos dias de hoje. (Gouveia, 2013, p. 216)

A Confibercom, por intermédio do seu Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico, propõe-se manter o trabalho de diagnóstico da situação dos periódicos científicos e de outras bases de dados e plataformas (portais, enciclopédias, museus, repositórios e catálogos) de difusão do conhecimento do campo da Comunicação. Por outro lado, reconhece-se que a divulgação e integração da produção científica ibero-americana exige a criação de uma potente plataforma digital

pela Confibercom, desenvolvida com pessoal especializado e estrutura tecnológica condizente. Uma tal plataforma informática permitiria aglutinar e divulgar revistas científicas, enciclopédias, repositórios científicos e museus virtuais, do campo da Comunicação, tendo em vista facilitar o acesso aberto universal à informação gerada no espaço ibero-americano. Tratar-se-á de fazer jus à potencialidade que o desenvolvimento tecnológico oferece na atualidade.

Quanto à internacionalização, não se trata de rejeitar o Inglês, mas aproveitá-lo para garantir maior visibilidade da ciência realizada, em nossos países, sem desconsiderar a publicação nos idiomas nativos. Nesse sentido, publicar em Português e Espanhol significa também lutar contra a invisibilidade internacional, atingir públicos mais amplos e contestar certo etnocentrismo cultural, que associa a universalização da ciência à ciência publicada em língua inglesa. O Fórum de Publicações da Confibercom recomenda a publicação das revistas científicas, em múltiplos idiomas – Português, Espanhol e Inglês –, embora se saiba das dificuldades financeiras e operacionais para tanto. Em consonância a essa estratégia, cabe publicar tudo (livros, capítulos de livros, revistas, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutoramento) em regime de acesso aberto universal, limitando os direitos autorais aos direitos morais. Resgatar e digitalizar a produção ibero-americana “perdida” (não indexada), disponibilizando-a de modo gratuito, valoriza o trabalho acadêmico, em geral, e a pesquisa, em particular. Enfatiza-se a premência em facilitar o acesso irrestrito à produção científica, na internet, como forma de internacionalização do conhecimento científico gerado na Ibero-América.

O Fórum de Publicações e Difusão de Conhecimento Científico da Confibercom interroga, também, o fator de impacto, o qual é usado não para “avaliar” a produção do conhecimento e o correspondente valor da ciência, mas que é desenhado para avaliar os periódicos, e a partir de critérios e mecanismos anglo-saxônicos e interesses mercadológicos da própria indústria editorial, como já foi explicitado.

São ainda propósitos do fórum:

1. auxiliar na formação de editores visando à melhoria da qualidade científica dos periódicos e a democratização do saber técnico quanto a critérios e processos de indexação;
2. incentivar e ajudar na interação das revistas da região com os sistemas de indexação privados (por exemplo, SciELO e Redalyc) e de catalogação (como é o caso do Latindex), além dos demais indexadores;
3. propor às instituições nacionais competentes critérios de divulgação do conhecimento científico e de avaliação de periódicos que favoreçam o

avanço da qualidade editorial e respeitem a diversidade cultural, regional e acadêmica;

4. criar um observatório de revistas, com o propósito de sistematizar, analisar e avaliar as atividades de difusão científica nos países ibero-americanos;
5. criar grupos de trabalho por regiões e/ou em países, de modo a facilitar a convergência de programas de formação e intercâmbio;
6. desenvolver um banco de avaliadores e editores, para facilitar o intercâmbio e ampliar a cooperação entre os periódicos científicos;
7. criar múltiplos canais de informação científica de acesso aberto, de modo a interagir com investigadores e públicos não especializados e a promover a e-ciência no campo ibero-americano;
8. desenvolver um catálogo ibero-americano de periódicos de Comunicação, similar ao Latindex, que atenda a uma variada gama de áreas do conhecimento;
9. agregar a Reviscom ao site da Confibercom;
10. criar um catálogo de coleções, no site da Confibercom, para acesso aos investigadores;
11. otimizar, na plataforma digital Confibercom, o uso de recursos, articulando (através de *links*) produtos já existentes, tais como revistas científicas, catálogos, portais científicos, bibliotecas digitais e a rede Reviscom.

Podemos dizer, em síntese, que a Confibercom, por intermédio do seu Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento, enfatiza a cooperação e o respeito às regionalidades, assim como a integração e o acesso público universal ao conhecimento, propondo-se priorizar as seguintes políticas:

1. realizar seminários para editores de revistas científicas, visando discutir e ajudar nos processos de indexação;
2. fazer um levantamento de dados sobre o uso da comunicação digital, a partir da base do catálogo Latindex e de indexadores como SciELO e Redalyc;

3. formar um banco de avaliadores/pareceristas, disponibilizando uma lista com nomes de pesquisadores titulados, que possam auxiliar na avaliação de artigos de revistas científicas;
4. intensificar a divulgação (no Facebook e em outras mídias e redes digitais) da rede de revistas (Reviscom), de modo a difundir informações sobre a disponibilização de conteúdos completos de uma centena de revistas científicas de Comunicação já disponíveis para acesso aberto;
5. criar uma plataforma digital, a qual pode se concretizar pela melhoria/dinamização do site da Confibercom, de modo a converter-se numa plataforma digital ou na criação de um novo sítio (portal potente), o que implica na compra de um domínio de internet e de um servidor. Esta plataforma digital poderia comportar não apenas um repositório de revistas científicas, como também a migração da rede Reviscom e de toda a memória dos eventos da Confibercom, inclusive, dos artigos apresentados, além da conexão, em rede, com bibliotecas virtuais, como a Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC) da Universidade Beira Interior (Portugal), o Portal de la Comunicación Infoamérica, catálogos, portais científicos e museus virtuais.

Limitações do índice H

No período da realização dos fóruns reportados neste texto ainda não estava candente a questão do índice H como sistema de avaliação na área da Comunicação. Em 2019, o tema veio à tona em decorrência das alterações no sistema de avaliação de periódicos da CAPES, incorporando indicadores bibliométricos. Sem entrar no mérito desse sistema proposto, neste momento, vamos situar apenas aspectos sobre o modo de avaliar através desta ferramenta.

O índice H mede a influência de um(a) investigador(a) segundo o número de citações de seus artigos. É uma das alternativas para se medir a produtividade nos tempos de web 2.0 e, ao mesmo tempo, soa como uma espécie de questionamento ao tão propalado fator de impacto de revistas científicas. Segundo Thomaz et al. (2011),

descrito em 2005 por Jorge E. Hirsch, como uma ferramenta para determinar a qualidade relativa dos trabalhos de físicos teóricos, o Índice H passou a ser muito utilizado no meio científico, como forma de mensurar a produtividade e o impacto do pesquisador. (p. 90)

Mas, o que se recomenda é que seja usado ao lado de outros indicadores.

O cálculo é feito a partir da relação entre o número de artigos publicados e as citações de cada artigo.

O índice H de um pesquisador é definido com o número de artigos publicados pelo pesquisador, os quais obtenham citações maiores ou iguais a esse número. Por exemplo, quando dizemos que índice H de um pesquisador é 10, significa que ele tem, pelo menos, 10 artigos publicados, cada um deles com, pelo menos, 10 citações. (Thomaz et al., 2011, p. 91)

O índice H pode ser calculado através da base de dados Web of Science da ISI/Thomson Reuters ou do programa “Publish or Perish”¹⁷ que usa a base do Google Acadêmico (Thomaz et al., 2011). Também pode ser calculado manualmente:

para tanto, devemos ordenar os trabalhos por número de citações. Começando por aquele com maior número de citações. O índice H de um determinado autor será o número de sequência numérica dos trabalhos cujo número de citações iguala-se ou é maior que o ranque da sequência. Vejamos um exemplo. Se um pesquisador tem a seguinte sequência numérica de artigos publicados: artigo 1 – 17 citações; artigo 2 – 16 citações; artigo 3 – 14 citações; artigo 4 – 10 citações; artigo 5 – cinco citações; artigo 6 – três citações; artigo 7 – duas citações. Esse autor tem um índice H de cinco, pois cinco é o ponto na sequência em que os números de citações se igualam ao número do artigo. (Thomaz et al., 2011, p. 92)

Com a intenção original de quantificar a produtividade e a qualidade (impacto) da produção de um(a) pesquisador(a) com base no número de citações de seus artigos científicos, o índice H apresenta vantagens (pode medir a produtividade, regularidade e impacto total), mas também tem sofrido muitas ponderações e críticas devido a suas limitações explícitas e implícitas. Uma das ponderações é sobre necessidade de conjugar indicadores bibliométricos junto com outros índices para melhor apreensão do conjunto da produtividade de um(a) pesquisador(a).

As limitações são apontadas nos termos a seguir brevemente comentados. Existe lentidão no processo de avaliação e publicação de artigos, além de as contagens de citações exigirem certo tempo de retorno (Gouveia, 2013), o que revela que pode haver defasagens nos números; existem textos muito influentes em uma área de estudos, mas que por suas características, tendem a não ser citados e ficam às margens das métricas, apesar de servirem de inspiração e gerarem ideias (Gouveia, 2013); a produção do conhecimento fora da academia acaba sendo ignorada porque não é objeto das métricas atuais (Gouveia, 2013); o índice H não se adequa bem para comparar o impacto da produtividade de indivíduos em diferentes estágios da carreira de pesquisador (Thomaz et al., 2011); pode ainda haver autocitação, indiscrição entre ativos e inativos, tentativa de igualar áreas sem respeitar as distinções

¹⁷ Disponível em <http://www.harzing.com/pop.htm>

(Thomaz et al. 2011). Ao que podemos acrescentar: as citações em capítulos de livros, livros, trabalhos em eventos, teses e dissertações, portanto, fora de periódicos científicos, ou ainda, que não estão disponibilizados na internet, não entram no cálculo padrão da Web of Science, por exemplo, pois, o sistema só vai identificar os artigos publicados em periódicos científicos, e mais, só aqueles indexados em suas bases.

O próprio criador do índice H, Jorge Hirsch, admitiu que “deve-se sempre ter em mente que pesquisas fora do *mainstream* podem ser pouco citadas e subavaliadas por índices bibliométricos e merecem ser apoiadas financeiramente apesar disso” (Marques, 2013, para. 3).

Enfim, urge não se reificar as métricas atuais, pois estão envoltas em incongruências e limitações cruciais, embora nem todas facilmente perceptíveis. Por outro lado, são muitos os desafios diante das transformações tecnológicas e das múltiplas possibilidades de divulgação do conhecimento científico ao alcance dos autores hoje em dia. Se a avaliação da produtividade e do impacto da produção científica do/a pesquisador(a) na sociedade não acompanhar essas mudanças e, ainda, não for capaz de apanhar todas as formas de disseminação do conhecimento, não refletirá a real condição de empoderamento social do conhecimento.

Considerações finais

Se, por um lado, a área de abrangência do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico tem especificidades, como as discutidas neste texto, por outro, tem intersecções com os demais fóruns da Confibercom – como de Políticas Científicas e o de Pós-Graduação em Comunicação. Desse modo, os desafios são conjuntos, pois as macro políticas de Ciência e Tecnologia interferem diretamente no direcionamento das políticas de produção e de divulgação do conhecimento científico. Afinal, estas são desenhadas a partir de instâncias que prescrevem normas e parâmetros, principalmente, no nível das políticas de investigação científica e de pós-graduação, as quais desembocam nas políticas de difusão do conhecimento. Portanto, somente um trabalho conjunto dos três fóruns que formam a Confibercom pode ser mais eficiente no delineamento de ações capazes de contribuir para a formulação de novas diretrizes e pressionar por alterações nas macro políticas de Ciência e Tecnologia que tanto impactam as micro políticas editoriais e a própria visão dos gestores acadêmicos, de editores de periódicos científicos e dos próprios docentes investigadores.

A área da Comunicação do espaço ibero-americano tem o desafio de avançar no aprimoramento dos sistemas de divulgação do conhecimento, especialmente, das revistas científicas, mas sem descuidar de dar vazão a todo o seu potencial de

manejo das novas tecnologias e linguagens comunicacionais para a disseminação do conhecimento para o conjunto da sociedade e não apenas para os pares. Ciência se faz para a sociedade. Portanto, sua divulgação, para além de periódicos técnicos, também é importante para que possa ser amplamente conhecido e apropriado.

Referências

- Aventurier, P. (2013, 7 de agosto). 5 revistas brasileiras e a ética das publicações. *A publicação científica*. <https://publicient.hypotheses.org/589>
- Barreto, T.V. (2012). Notas em torno do debate Popper-Adorno. In P. E. Oliveira (Ed.), *Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper* (pp. 274-294). Círculo de Estudos Bandeirantes.
- Bueno, C. (2015). Métricas da produção científica. *ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, (166). <https://comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=111&id=1336>
- Castillo Esparcia, A., Almansa M. A., & Álvarez Nobell, A. (2012). A pesquisa latino-americana em comunicação, estudo bibliométrico de revistas. In M. M. K. Kunsch & J. M. de Melo (Eds.), *Comunicação ibero-americana. Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 385-400). ECA-USP.
- Cohendoz, M. (2013). Revista Argentina de Comunicación, una política de la voz. In M. M. K. Kunsch (Ed.), *La comunicación en Iberoamérica: Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 365-376). CIESPAL; Confibercom.
- Comunidade Virtual dos Editores Científicos. (2013, 5 de setembro). *Esquema de citações em periódicos brasileiros vem à tona*. http://cvirtual-ccs.bvsalud.org/tiki-read_article.php?articleId=613
- Fuentes Navarro, R. (2008). *La comunicación desde una perspectiva sociocultural. Acercamientos y provocaciones 1997-2007*. ITESO.
- Gobbi, M. C. (2008). *A batalha pela hegemonia comunicacional na América Latina: 30 anos da ALAIC*. Cátedra Unesco; Editora Metodista.
- Gouveia, F. C. (2013). Almetria: Métricas de produção científica para além das citações. *LIINC em Revista*, 9(1), 214-227. <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3434/3004>
- Kunsch, M. M. (Ed.). (2013). *La comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento*. CIESPAL; Confibercom.
- Kunsch, M. M. & Melo, J. M. (Eds.). (2012). *Comunicação Ibero-americana: Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. Confibercom; Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- Marin, S. R. (2012). Intervenção social e desenvolvimento humano em Karl Popper. In P. E. Oliveira (Ed.), *Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper* (pp. 252-273). Círculo de Estudos Bandeirantes.
- Marques, F. (2013, maio). Os limites do índice-h. Supervalorização do indicador que combina quantidade e qualidade da produção científica gera controvérsia. *Pesquisa Fapesp*. <https://revistapesquisa.fapesp.br/2013/05/14/os-limites-do-indice-h/>

Martins, M. L. (2012). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: Da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(1). <https://doi.org/10.1590/S1809-58442012000100012>

Martins, M. L. (2015). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405-420. [https://doi.org/10.17231/comsoc.27\(2015\).2109](https://doi.org/10.17231/comsoc.27(2015).2109)

Martins, M. L., & Oliveira, M. (2014). (Eds.). *Comunicação ibero-americana: Os desafios da internacionalização. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana*. CECS. <http://hdl.handle.net/1822/33031>

Opazo, T. (2016, 23 de janeiro). La tiranía de las publicaciones académicas. *La Tercera*. <https://www.latercera.com/noticia/la-tirania-de-las-publicaciones-academicas/>

Ortellado, P. (2013, 30 de agosto). A fábrica de papers. *Prof. José Miguel Garcia Medina*. <https://professormedina.com/2013/08/30/a-fabrica-de-papers-por-pablo-ortellado/>

Peruzzo, C. M. K. (2012). Panorama brasileiro das revistas científicas de comunicação. In M. M. K. Kunsch & J. M. de Melo (Eds.), *Comunicação Ibero-americana. Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 417-432). ECA-USP.

Peruzzo, C. M. K. (2013). Visión general de los periódicos de comunicación en Brasil y de la Red Confibercom de Revistas de Comunicación. In M. M. K. Kunsch (Ed.), *La comunicación en Iberoamérica: Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 395-308). CIESPAL; Confibercom.

Peruzzo, C. M. K. (2017). Diagnóstico e perspectivas dos periódicos científicos e difusão do conhecimento comunicacional nos primeiros anos da Confibercom (2011-2015). In M. L. Martins (Eds.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas - O caso das Ciências da Comunicação* (pp. 217-230). Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/49365>

Popper, K. R. (1987). *A sociedade aberta e seus inimigos*. Itatiaia.

Popper, K. R. (2002). *La miseria del historicismo*. Alianza.

Serra, P. (2013). Digitalização e acesso aberto na publicação em Ciências da Comunicação: O caso português. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 36(2), 91-104. <https://doi.org/10.1590/S1809-58442013000200005>

Serra, P. (2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 57-68. <https://doi.org/10.21814/rlec.115>

Sierra Caballero, F. (2013). La era open data. Publicaciones, política científica y socialización del conocimiento. Hacia una nueva economía política del archivo. In M. M. K. Kunsch (Ed.), *La comunicación en Iberoamérica: Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 347-364). CIESPAL; Confibercom.

Suing, A. (2013). Aporte de diálogos de la Comunicación a la difusión de las ciencias de la comunicación. In M. M. K. Kunsch (Ed.), *La comunicación en Iberoamérica: Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 333-346). CIESPAL; Confibercom.

Thomaz, P. G., Assad, R., & Moreira, L. F. P. (2011). Uso do fator de impacto e do índice H para avaliar pesquisadores e publicações. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 96(2), 90-93. <https://doi.org/10.1590/S0066-782X2011000200001>

Valarezco, K., & Marin Gutiérrez, I. (2013). Difusión de la ciencia de la comunicación, una tarea pendiente en Latinoamérica. In M. M. K. Kunsch (Ed.), *La comunicación en Iberoamérica: Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 377-392). CIESPAL; Confibercom.

Las Revistas de Comunicación en el Panorama Internacional

Análisis de la Presencia en los
Sistemas de Indexación

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.7>

**Antonio Castillo Esparcia, Ana Almansa Martínez y
Elizabet Castellero Ostio**

*Departamento de Comunicación Audiovisual y Publicidad, Facultad de Ciencias de
la Comunicación, Universidad de Málaga, España*

Breve histórico

Hasta hace pocos años, los investigadores en Comunicación expresaban sus análisis en diferentes ámbitos con la preponderancia alta en libros y capítulos de libros. En este sentido, la cultura de la publicación, en revistas científicas, era un elemento marginal de la estrategia de difusión de sus conocimientos.

Los inicios conceptuales de la revista como texto reducido de explicación de los resultados de una investigación y que desea ser difundido a una determinada comunidad científica, se piensa que tuvo lugar cuando las principales academias científicas del siglo XVII adoptaron un sistema de comunicación entre pares, es decir, específico para los científicos. Así, se estableció un correo de confianza a semejanza del sistema que ya utilizaban los diversos países europeos en sus comunicaciones diplomáticas u oficiales (Castillo-Esparcia & Carretón, 2010, p. 294).

Por ello, siempre han existido mecanismos de información para conocer qué, quién, cómo y sobre qué se está investigando. En determinadas épocas los sistemas de comunicación humanos sólo permitían la creación de centros de estudios que reunían a los investigadores y que el conocimiento y las investigaciones se producían a través de las consultas personales o documentales en esos centros.

Con la irrupción de la imprenta, se pudo realizar una creciente difusión de la investigación científica y el consecuente conocimiento. En ese proceso, comenzaron a aparecer las revistas como instrumentos de difusión de las investigaciones. Y cuando las revistas aumentan en número se comienza a establecer la necesidad de que se valore para qué sirven, a quién llega y qué repercusión tienen los artículos en la comunidad científica.

Las primeras revistas científicas surgen, en el siglo XVII, como respuesta a la necesidad de intercambio de conocimientos en el ámbito científico. Así, las dos primeras revistas (*Le Journal des Savants* y *Philosophical Transactions*) surgen en 1665 (Castillo-Esparcia, 2011, p. 137).

Con la generalización de las revistas como instrumentos de la difusión de la investigación se aumentó el interés científico sobre su papel en la ciencia a través de análisis sobre la producción de textos o las autorías. La bibliometría se ha insertado plenamente en el quehacer de los investigadores en Comunicación y desempeña un apartado que afecta a diversos ámbitos de las publicaciones científicas (Castillo-Esparcia & Carretón, 2010):

los estudios bibliométricos permiten conocer los ámbitos en los que se desarrollan las temáticas de un campo científico, conocer las tendencias de las investigaciones, identificar a los grupos de investigación (investigadores)

que están trabajando, verificar el grado de interconexiones internacionales entre investigaciones, la relación entre género, entre investigadores, los sistemas de citas de otras publicaciones, las autocitas de las publicaciones, las autocitas de los investigadores, los centros de investigación en los que se realizan (educativos, profesionales, investigadores). Es decir, todo un conjunto de parámetros que permiten establecer un panorama del estudio de la investigación en un campo concreto. (p. 293)

A partir de ese eje central de las revistas científicas como elementos de transmisión del conocimiento científico se han derivado toda una serie de consecuencias como son los indicadores bibliométricos para conocer el estado de la investigación de países e investigadores. Cuando hablamos de indicadores de evaluación de la investigación nos encontramos con unos criterios esencialmente cuantitativos a través de los cuales se establecen decisiones político-científicas. Así, estos indicadores se aplican en:

- evaluación de la producción científica de países, instituciones e investigadores. Los procesos de evaluación se concretan en la producción de textos, en la frecuencia y en los impactos de esa producción;
- en el caso de los países, la política científica puede condicionarla producción científica y sus modos de expresión. Así, observamos cómo el tipo de evaluación de la actividad científica condiciona las actitudes y los comportamientos de los investigadores en el momento de publicar sus investigaciones en determinadas revistas a partir de la calidad de esas revistas. Es el caso de los sistemas nacionales de investigación que inciden en la necesidad de publicar en revistas incluidas en determinadas bases de datos y de sistemas de calidad. Así, cuando las agencias de calidad científica establecen qué sistemas de indexación de las revistas son los más prestigiosos están comenzando con la determinación de en qué revistas publicar para valorar la actividad científica de los investigadores. En este ámbito, los dos principales sistemas son el Journal Citations Reports (JCR) y el Scimago Journal Ranking (SJR) (Castillo-Esparcia, 2011).

En el campo de la Comunicación, el sistema de transmisión tradicional han sido las publicaciones y dentro de ellas, los libros. La mayoría de las fuentes utilizadas en la práctica docente y en las citas de investigaciones provenían de libros. Sin embargo, los sistemas nacionales de investigación, regulados desde la administración, han ido otorgando mayor consideración a las revistas como instrumento de difusión investigadora (Castillo-Esparcia & Carretón, 2010; Ruiz-Pérez et al., 2010). Ese movimiento institucional ha sido seguido, con mayor o menor celeridad, por los investigadores por propio convencimiento o por la necesidad de la mejora económica ya

sea para acceder a categorías superiores de investigador (Buena-Casal, 2010; Velasco et al., 2012). Todo este cambio en el sistema de evaluación de la actividad investigadora y en los medios de transmisión de las investigaciones suponen un trasvase de estudios a aquellas revistas que se encuentran catalogadas como de calidad. Sin embargo, en los últimos años, la comunidad académica de la Comunicación ha tendido a valorar en exceso la publicación de artículos en revistas indexadas en la base de datos Social Science Citation Index (SSCI), comercializada por Thompson Reuters e implementada desde el Institute for Scientific Information (ISI). También se da una consideración relevante a las revistas recogidas en la base Scopus, a cargo de la editorial Elsevier y accesible, como la anterior, por suscripción. Sin embargo, el peso asignado a estas bases de datos, y en especial al SSCI, ha sido calificado de “abrumador” (Masip, 2011, p. 206) y criticado, entre otros factores, por su falta de transparencia y su sesgo geográfico y lingüístico a favor de la comunidad anglosajona (Archambault et al., 2006), además de profundizar en la dependencia científica del campo de la Comunicación español, europeo o latinoamericano con respecto a las reglas de un mercado marcado por empresas estadounidenses (Reig, 2014).

En el ámbito de las Ciencias Sociales, los principales países en la producción científica son del ámbito anglosajón (Estados Unidos, Reino Unido y Australia), además de China. Por lo que respecta a los países de habla hispánica, solo nos encontramos a España en la séptima posición. Como se puede observar en la Tabla 1, el dato de las citaciones es particularmente negativo, ya que es el tercer país que posee un menor número de citas por artículo, con el dato 0,46 citaciones por documento; por debajo se encuentran India (0,34) y Rusia (0,21).

Tabla 1 Ranking mundial por países en producción de artículos en Ciencias Sociales en el Scimago Journal & Country Rank (2019).

Fuente. <https://www.scimagojr.com/>

País	Documentos	Documentos citables	Citas	Autocitas	Citas por documento	Índice H
Estados Unidos	78.720	72.904	40.833	23.021	0,52	742
Reino Unido	30.270	27.687	19.481	7.655	0,64	445
China	22.140	21.420	12.430	7.637	0,56	201
Australia	15.156	14.123	10.078	3.673	0,66	296
Alemania	14.064	13.158	8.951	3.367	0,64	305
Canadá	12.724	11.815	7.313	2.156	0,57	364
España	12.606	12.097	5.838	2.342	0,46	208
Italia	9.666	9.006	5.888	2.508	0,61	224
Federación Rusa	8.960	8.470	1.918	1.376	0,21	99
India	8.589	8.021	2.879	1.086	0,34	141

Si atendemos a la Comunicación y al listado de países, sufre algunas modificaciones cuando se observa que España pasa a ocupar la tercera de las posiciones y Brasil ocupa el octavo lugar. Son los dos únicos países iberoamericanos representados en este listado de los 10 primeros (Tabla 2). Por lo que en esta categoría, las posiciones de estos países latinoamericanos mejoran de manera ostensible, convirtiéndose en dos de los mayores productores de artículos científicos.

Tabla 2 Ranking mundial por países en producción de artículos en Comunicación en el Scimago Journal & Country Rank (2019).

Fuente. <https://www.scimagojr.com/>

País	Documentos	Documentos citables	Citas	Autocitas	Citas por documento	Índice H
Estados Unidos	4.798	4.563	2.340	1.366	0,49	261
Reino Unido	1.328	1.205	682	209	0,51	142
España	900	880	236	123	0,26	73
China	865	850	273	130	0,32	50
Alemania	728	690	422	175	0,58	88
Australia	696	647	348	135	0,50	92
Canadá	582	534	366	90	0,63	89
Brasil	464	441	56	26	0,12	28
Países Bajos	403	379	328	99	0,81	102
Italia	376	350	135	53	0,36	59

Estos datos muestran el potencial de publicación de los investigadores latinoamericanos en el ámbito de la Comunicación. Sin embargo, la alta producción científica no se corresponde con la repercusión del trabajo científico debido a que las citas que poseen los textos publicados por los investigadores latinoamericanos son muy bajas. Así, vemos que los datos nos muestran que no se llega de media a una cita por artículo publicado (Tabla 3).

Tabla 3 Citaciones medias de los artículos publicados de acuerdo con el Scimago Journal & Country Rank (2019).

Fuente. <https://www.scimagojr.com/>

País	Documentos	Citas por documento
España	900	0,26
Brasil	464	0,12
Portugal	182	0,34
Ecuador	37	0,03
Colombia	78	0,17

Mexico	100	0,22
Chile	94	0,46
Argentina	104	0,13
Peru	16	0,44
Cuba	11	0
Uruguay	10	0,20
Costa Rica	9	0,11

Por lo que debemos considerar relevante analizar qué factores hacen que los textos publicados tengan tan escasa repercusión (en citas) por parte de otros investigadores.

La calidad en las revistas científicas. Del factor de impacto a otros índices de calidad

En la actualidad, para establecer criterios de calidad de las revistas científicas coexisten numerosas iniciativas que están estructuradas en el denominado factor de impacto (FI) y otros criterios bibliométricos.

En el ámbito de las revistas, el factor de impacto se ha convertido, no sin creciente controversia, en el eje central eliminando otros criterios más cualitativos de valoración de los textos científicos. En el ámbito de las revistas científicas el factor de impacto se concreta en dos sistemas de indización de revistas como son el que realiza Web of Science (WoS) y Scopus. En el caso de WoS nos encontramos que todas las revistas incluidas en el índice están catalogadas en dos grandes grupos como son el SCIE (Science Citations Index Expanded, que reúne a las revistas de los ámbitos de Ciencias) y el SSCI (Social Science Citation Index, que reúne a las revistas de Ciencias Sociales). Las revistas de Comunicación se encuentran incluidas en el SSCI. El factor de impacto que genera WoS se denomina Journal Citation Reports (JCR).

Por lo que respecta a Scopus, su factor de impacto se denomina SCImago Journal Ranking (SJR).

El cálculo del factor de impacto consiste en la cuantificación entre citas recibidas y números de artículos publicados por una revista a través de la siguiente fórmula:

$$FI (2019) = \frac{\text{Citas en 2019 a documentos publicados en 2017 y 2018}}{\text{Documentos citables publicados en 2017 y 2018}}$$

Al margen del factor de impacto, existen otros índices de valoración de las revistas científicas, como pueden ser Latindex, SciELO o Redalyc (en el contexto de América Latina) y ERIH PLUS (Europeo), entre otros.

En el caso de WoS, posee otros sistemas de catalogación de las revistas que incluye índices ajenos (SciELO, por ejemplo) y otros propios. Existe una confusión entre WoS y JCR, ya que no son lo mismo. En el caso de WoS, actúa como una gran base de datos que nos permite búsquedas de artículos científicos que están ubicados en numerosas bases de datos. A su vez, WoS tiene unos directorios de revistas en los que incluye a determinadas revistas que, para ellos, son relevantes en su campo de conocimiento y que les permiten elaborar el factor de impacto (JCR), al mismo tiempo que crear listados de revistas de importancia en su campo. Para WoS esos tipos de revistas están incluidas en lo que denominan Core Collection (colección principal).

Como vemos, dentro de la Core Collection encontramos catálogos de revistas en dos grandes grupos:

- con factor de impacto que incluye a Science Citation Index Expanded (SCIE) y Social Sciences Citation Index (SSCI);
- otros índices también significativos como son Arts & Humanities y Emerging Sources Citations Index (ESCI). Estos dos índices tienen, en España, unos criterios de calidad muy relevantes para la evaluación de la actividad científica. Son índices selectivos que realiza WoS sobre aquellas revistas que poseen calidad contrastada.

Según los datos recogidos en 2019, existen 92 revistas incluidas en JCR en el ámbito de la Comunicación. La mayoría son del ámbito anglosajón con una presencia marginal de revistas del contexto latinoamericano. Así, en el caso de las revistas de Comunicación, incluidas en el JCR, solo aparecen dos revistas españolas como son *Comunicar* (Q1) y *El profesional de la Información* (Q2).

Las revistas con factor de impacto están divididas en cuartiles a partir del factor de impacto, tal como se pueden ver en las siguientes tablas.

Tabla 4 Revistas del primer cuartil en el ámbito de la comunicación en el JCR (2019).

Fuente. <https://jcr.clarivate.com/JCRLandingPageAction.action>

Ranking	Título de la revista	Factor de impacto
1	<i>Journal of Advertising</i>	6,302
2	<i>Political Communication</i>	5,912

3	<i>Journal of Computer-Mediated Communication</i>	5,366
4	<i>Communication Methods and Measures</i>	5,281
5	<i>Journal of Communication</i>	4,846
6	<i>New Media & Society</i>	4,577
7	<i>Information Communication & Society</i>	4,559
8	<i>Digital Journalism</i>	4,476
9	<i>Communication Monographs</i>	3,843
10	<i>Communication Research</i>	3,758
11	<i>International Journal of Advertising</i>	3,606
12	<i>Human Communication Research</i>	3,540
13	<i>Comunicar</i>	3,375
14	<i>Journalism</i>	3,179
15	<i>Social Media + Society</i>	2,807
16	<i>Policy And Internet</i>	2,763
17	<i>International Journal of Press-Politics</i>	2,612
18	<i>Mobile Media & Communication</i>	2,545
19	<i>European Journal of Communication</i>	2,500
20	<i>Public Opinion Quarterly</i>	2,494
21	<i>Media Psychology</i>	2,397
22	<i>Information Society</i>	2,378
23	<i>Journal of Social And Personal Relationships</i>	2,359

Tabla 5 Revistas del segundo cuartil en el ámbito de la comunicación en el JCR (2019).
Fuente: <https://jcr.clarivate.com/JCRLandingPageAction.action>

Ranking	Título de la revista	Factor de impacto
24	<i>Journalism Studies</i>	2,345
25	<i>Public Understanding of Science</i>	2,338
26	<i>Science Communication</i>	2,328
27	<i>Public Relations Review</i>	2,321
28	<i>Telecommunications Policy</i>	2.224
29	<i>Journal of Advertising Research</i>	2,169
30	<i>Journalism & Mass Communication Quarterly</i>	2,121

31	<i>Media Culture & Society</i>	2,000
32	<i>Health Communication</i>	1,965
33	<i>Communication Theory</i>	1,905
34	<i>Journal of Public Relations Research</i>	1,897
35	<i>International Communication Gazette</i>	1,877
36	<i>International Journal of Conflict Management</i>	1,806
37	<i>Mass Communication and Society</i>	1,792
38	<i>Environmental Communication-A Journal of Nature and Culture</i>	1,787
39	<i>International Journal of Public Opinion Research</i>	1,779
40	<i>Journal of Information Technology & Politics</i>	1,771
41	<i>Written Communication</i>	1,727
42	<i>Convergence-The International Journal of Research Into New Media Technologies</i>	1,714
43	<i>Critical Studies In Media Communication</i>	1,616
44	<i>Journal of Broadcasting & Electronic Media</i>	1,616
45	<i>Feminist Media Studies</i>	1,607
46	<i>Journal of Health Communication</i>	1,596

Tabla 6 Revistas del tercer cuartil en el ámbito de la comunicación en el JCR (2019).

Fuente: <https://jcr.clarivate.com/JCRLandingPageAction.action>

Ranking	Título de la revista	Factor de impacto
47	<i>Research on Language and Social Interaction</i>	1,591
48	<i>Profesional de la Información</i>	1,580
49	<i>Journalism Practice</i>	1,542
50	<i>Personal Relationships</i>	1,522
51	<i>Discourse Studies</i>	1,483
52	<i>Discourse & Communication</i>	1,475
53	<i>Management Communication Quarterly</i>	1,453
54	<i>Media and Communication</i>	1,400
55	<i>Discourse & Society</i>	1,390
56	<i>Games and Culture</i>	1,388
57	<i>Discourse Context & Media</i>	1,380

58	<i>Chinese Journal of Communication</i>	1,354
59	<i>Cyberpsychology-Journal of Psychosocial Research On Cyberspace</i>	1,354
60	<i>Journal of Media Psychology-Theories Methods and Applications</i>	1,351
61	<i>International Journal of Mobile Communications</i>	1,328
62	<i>International Journal of Business Communication</i>	1,326
63	<i>Communications-European Journal of Communica- tion Research</i>	1,302
64	<i>Communication & Sport</i>	1,292
65	<i>Critical Discourse Studies</i>	1,254
66	<i>Communication Culture & Critique</i>	1,247
67	<i>Journal of Children and Media</i>	1,246
68	<i>Language & Communication</i>	1,242
69	<i>Journal of Business and Technical Communication</i>	1,207

Tabla 7 Revistas del cuarto cuartil en el ámbito de la comunicación en el JCR (2019).
Fuente. <https://jcr.clarivate.com/JCRLandingPageAction.action>

Ranking	Título de la revista	Factor de impacto
70	<i>International Journal of Communication</i>	1,194
71	<i>Quarterly Journal of Speech</i>	1,182
72	<i>Journal of Language and Social Psychology</i>	1,162
73	<i>Social Semiotics</i>	1,160
74	<i>Communication and Critical-Cultural Studies</i>	1,058
75	<i>Javnost-The Public</i>	1,024
76	<i>IEEE Transactions on Professional Communication</i>	0,980
77	<i>Interaction Studies</i>	0,980
78	<i>Rhetoric Society Quarterly</i>	0,961
79	<i>Journal of Applied Communication Research</i>	0,959
80	<i>Argumentation</i>	0,904
81	<i>Journal of Media Ethics</i>	0,867
82	<i>Television & New Media</i>	0,835
83	<i>Narrative Inquiry</i>	0,811

84	<i>Asian Journal of Communication</i>	0,743
85	<i>Media International Australia</i>	0,616
86	<i>Translator</i>	0,565
87	<i>Visual Communication</i>	0,523
88	<i>African Journalism Studies</i>	0,420
89	<i>Continuum-Journal of Media & Cultural Studies</i>	0,376
90	<i>Text & Talk</i>	0,328
91	<i>Journal of African Media Studies</i>	0,245
92	<i>Tijdschrift voor Communicatiewetenschap</i>	0,083

Por lo que respecta a la evolución de las revistas en SJR, nos encontramos que la primera revista latinoamericana es *Interface: Comunicação, Saúde, Educação* (Brasil) que aparece indexada en 2004. Posteriormente entran en el sistema *El Profesional de la Información* (España), en 2006, y *Comunicar* (España), en 2008.

En la actualidad, existen 16 revistas latinoamericanas, con una presencia mayoritaria de publicaciones de Brasil (nueve). En el caso de las revistas latinoamericanas que se encuentran en SJR, aparecen 16 con una preponderancia en los niveles bajos de los cuartiles (tres y cuarto), siendo solo tres de ellas incluidas en el Q2 (*Cuadernos. Info – Chile –*, *Comunicación y Sociedad – México –* e *Interface: Comunicação, Saúde, Educação – Brasil*).

Tabla 8 Revistas latinoamericanas en SJR (2019).

Fuente. <https://www.scimagojr.com/>

Título (país)	SJR	Índice H	Total de documentos (2019)	Total documentos (3 años)	Total de referencias (2019)	Total de citas (3 años)	Documentos citables (3 años)	Citas/doc. (2 años)	Árbitro/doc. (2019)
<i>Cuadernos.info</i> (Chile)	0,366	8	29	86	1.596	61	81	0,68	55,03
		Q2							
<i>Comunicacion y Sociedad</i> (México)	0,355	5	29	99	1.148	39	88	0,52	39,59
		Q2							

<i>Signa</i>	0,182	4	46	157	1.604	17	152	0,13	34,87
	Q3								
<i>Analisi</i>	0,171	3	12	31	506	12	31	0,39	42,17
	Q3								
<i>Scire</i>	0,159	4	12	45	426	9	45	0,27	35,50
	Q3								
<i>Historia y Comunica- cion Social</i>	0,156	7	42	98	1.524	20	92	0,20	36,29
	Q3								
<i>Ibersid</i>	0,146	2	13	56	241	14	56	0,24	18,54
	Q3								
<i>Cultura, Lenguaje y Representa- cion</i>	0,139	3	18	62	708	14	61	0,16	39,33
	Q3								
<i>IC Revista Cientifica de Informacion y Comunica- cion</i>	0,116	1	0	34	0	5	34	0,21	0,00
	Q4								
<i>Tripodos</i>	0,115	1	11	20	357	5	20	0,25	32,45
	Q4								
<i>Loquens</i>	0,114	1	4	16	193	1	16	0,06	48,25
	Q4								
<i>Brumal</i>	0,100	1	25	70	657	3	69	0,04	26,28
	Q4								

Finalmente, Portugal tiene incluidas en 2019 a seis revistas en SJR. Una de ellas incluida en el Q1 (*Media and Communication*), y cuatro en los cuartiles bajos (tercero y cuarto).

Tabla 10 Revistas de Portugal incluidas en SJR (2019).Fuente: <https://www.scimagojr.com/>

Título	SJR	Índice H	Total de documentos (2019)	Total documentos (3 años)	Total de referencias (2019)	Total de citas (3 años)	Documentos citables (3 años)	Citas/doc. (2 años)	Árbitro/doc. (2019)
<i>Media and Communication</i>	0,618	15	97	150	4.617	299	121	1,96	47,60
	Q1								
<i>Observatorio</i>	0,193	9	20	161	1.037	42	160	0,29	51,85
	Q3								
<i>Media and Jornalismo</i>	0,140	1	40	31	1.034	5	31	0,16	25,85
	Q3								
<i>Comunicação e Sociedade</i>	0,123	1	28	52	1.171	5	50	0,10	41,82
	Q4								
<i>Estudos em Comunicação</i>	0,112	2	14	104	511	6	101	0,06	36,50
	Q4								
<i>Cinema</i>		0	9	0	471	0	0	0,00	52,33

En el caso de Scopus, las revistas anglosajonas (Gran Bretaña y Estados Unidos) suponen el 67,35% del total de revistas en Comunicación. Y ese porcentaje se incrementa si consideramos las revistas incluidas en el Q1 ya que suponen el 86,36%.

Tabla 11 Países de procedencia de revistas de Comunicación en Scopus.Fuente: <https://www.scimagojr.com/>

Países	Nº de revistas/porcentaje	Q1	Q2	Q3	Q4
Reino Unido	102 (39,84%)	18	32	28	24
Estados Unidos	73 (28,51%)	39	7	11	16
Países Bajos	19 (7,42%)	4	11	2	2
Alemania	11 (4,29%)	2	4	3	2
España	9 (3,51%)	2	3	3	1
Brasil	5 (1,95%)	0	1	3	1
Francia	4 (1,56%)	0	1	1	2
Austria	2	1	1	0	0

Portugal	2	0	1	1	0
Suecia	2	0	1	0	1
Suiza	2	0	0	0	2
Croacia	2	0	0	0	2
India	2	0	0	1	1
Italia	2	0	1	0	1
Australia	2	0	0	1	1
Malasia	2	0	0	1	1
Lituania	1	0	1	0	0
Finlandia	1	0	0	1	0
Dinamarca	1	0	0	1	0
Corea del Sur	1	0	0	1	0
Chile	1	0	0	1	0
Nueva Zelanda	1	0	0	1	0
México	1	0	0	1	0
Canadá	1	0	0	0	1
Emiratos Árabes Unidos	1	0	0	0	1

Otro de los elementos esenciales de las revistas científicas es la necesidad de que el acceso a la información sea público. En este sentido, las revistas de acceso abierto son escasas, ya que, de las 399 revistas recogidas en 2019 de Comunicación, en el sistema SJR, solo 83 de ellas (20,8%) son de acceso abierto. Entre las revistas de acceso abierto se encuentran todas las latinoamericanas, con la excepción de *Caracol*. Sin duda, esa situación supone un esfuerzo a la democratización del conocimiento que aportan las revistas de Comunicación.

Tabla 12 Revistas iberoamericanas en Scopus
Fuente. <https://www.scimagojr.com/>

Título de la revista	Cuartil (SJR)	Factor de impacto	País
<i>Comunicar</i>	Q1	0,851	España
<i>Profesional de la Información</i>	Q2	0,601	España
<i>Revista Latina de Comunicación Social</i>	Q2	0,509	España
<i>Media and Communication</i>	Q2	0,444	Portugal

<i>Interface: Comunicação, Saúde, Educação</i>	Q2	0,443	Brasil
<i>Cuadernos.info</i>	Q2	0,43	Chile
<i>Comunicación y Sociedad (España)</i>	Q2	0,331	España
<i>Comunicación y Sociedad (México)</i>	Q2	0,289	México
<i>Palabra Clave</i>	Q3	0,26	Colombia
<i>Estudios Sobre el Mensaje Periodístico</i>	Q3	0,232	España
<i>Historia y Comunicación Social</i>	Q3	0,23	España
<i>Transinformação</i>	Q3	0,209	Brasil
<i>Signa</i>	Q3	0,192	España
<i>Observatorio</i>	Q3	0,186	Portugal
<i>Informação e Sociedade</i>	Q3	0,175	Brasil
<i>Perspectivas em Ciência da Informação</i>	Q3	0,154	Brasil
<i>Estudos em Comunicação</i>	Q4	0,138	Portugal
<i>Signo y Pensamiento</i>	Q4	0,136	Colombia
<i>Cultura, Lenguaje y Representación</i>	Q4	0,131	España
<i>Review of Communication Research</i>	Q4	0,128	España
<i>Scire</i>	Q4	0,115	España
<i>IC Revista Científica de Información y Comunicación</i>	Q4	0,112	España
<i>Analisi</i>	Q4	0,11	España
<i>Ibersid</i>	Q4	0,105	España
<i>Comunicação e Sociedade</i>	Q4	0,101	Portugal
<i>Comunicação Mídia e Consumo</i>	Q4	0,101	Brasil
<i>Texto Livre</i>	Q4	0,101	Brasil
<i>Brumal</i>	Q4	0,101	España
<i>Discursos Fotográficos</i>	Q4	0,1	Brasil
<i>Brazilian Journalism Research</i>	-	-	Brasil
<i>Revista de Comunicación</i>	-	-	Perú
<i>Loquens</i>	-	-	España

Criticas al factor de impacto

Los dos sistemas que están basados en el factor de impacto han venido recibiendo una serie de críticas como son:

1. sólo incluyen revistas y dejan de lado a otros materiales;
2. metodología para calcular el factor de impacto y la incorrecta interpretación;
3. errores en el vaciado de datos con la identificación de los autores;
4. desigual cobertura geográfica e idiomática;
5. el impacto de una revista no es el de todos sus artículos: 50% de citas al 15% de artículos;
6. no distinguen las que se hacen a artículos de investigación de las de contribuciones menores;
7. favorecen áreas muy desarrolladas o con gran número de investigadores;
8. el factor de impacto no es una medida directa de la calidad sino de la frecuencia con que se citan los artículos en un año.

En el ámbito internacional de la investigación han surgido diversas iniciativas que limitan el valor de las métricas como medida de la calidad de la investigación científica. Es el caso de la Declaración de San Francisco de Evaluación de la Investigación (2012), que se produjo en una reunión de un grupo de editores de revistas académicas durante la reunión anual de la American Society for Cell Biology (ASCB), en San Francisco, California, el 16 de diciembre de 2012. En esta declaración se plantea la necesidad de que los índices de impacto no sean los únicos ni principales elementos de valoración de calidad en la investigación. Existen limitaciones a la utilización de las métricas como son:

1. las distribuciones de citas dentro de las revistas son muy sesgadas;
2. las propiedades del factor de impacto son específicas de cada campo: es un compuesto de múltiples tipos de artículos altamente diversos, incluyendo trabajos de investigación primaria y revisiones;
3. los factores de impacto pueden ser manipulados (o evaluados) por la política editorial;
4. y los datos utilizados para calcular el factor de impacto no son transparentes ni están abiertamente disponibles para el público.

Asimismo, en el denominado Manifiesto Leiden (Hicks et al., 2015) se resalta la necesidad de la evaluación de la ciencia sea contextualizada y aplicada por los objetivos perseguidos por los contextos nacionales y por índices de calidad. Para ello, los precursores de ese manifiesto planean una serie de principios, como son:

1. la evaluación cuantitativa tiene que apoyar la valoración cualitativa por expertos;
2. el desempeño debe ser medido de acuerdo con las misiones de investigación de la institución, grupo o investigador;
3. la excelencia en investigación de relevancia local debe ser protegida;
4. los procesos de recopilación y análisis de datos deben ser abiertos, transparentes y simples;
5. los datos y análisis deben estar abiertos a verificación por los evaluados;
6. las diferencias en las prácticas de publicación y citación entre campos científicos deben tenerse en cuenta;
7. la evaluación individual de investigadores debe basarse en la valoración cualitativa de su portafolio de investigación;
8. debe evitarse la concreción imprecisa y la falsa precisión;
9. deben reconocerse los efectos sistémicos de la evaluación y los indicadores;
10. los indicadores deben ser examinados y actualizados periódicamente.

Otros índices

Al margen del papel hegemónico que en algunos países ha adquirido el factor de impacto como elemento de valoración de la calidad de una revista, existen otros sistemas que coexisten y que intentan ampliar los criterios estrictamente cuantitativos. Así tenemos experiencias como Latindex, SciELO o Redalyc, como sistemas del ámbito latinoamericano o experiencias como ERIH PLUS, en el ámbito europeo.

En este sentido, es necesario el fomento de sistemas de evaluación de la calidad científica de las investigaciones propias para los contextos culturales del ámbito

hispanoamericano que soslayan la hegemonía de modelos que implican poco a nuestras revistas y a nuestros investigadores. De ahí, que sea necesario aumentar el número de revistas algo que ya es un proceso que se viene realizando en las últimas décadas. En la siguiente tabla observamos unos datos que analizan la fecha de creación de las revistas de Comunicación incluidas en Latindex. Así, es claro que, desde el año 2010, existe un creciente proceso de generación de nuevos espacios de difusión de las investigaciones, lo que supone un aire fresco al ecosistema pre-existente. Ahora lo que se debe realizar son estrategias de mejoras de los procesos de contenidos y de estructura de las publicaciones para adecuarse a los estándares de toda publicación científica. Para ello, Latindex está desarrollando una magnífica labor con la difusión de las principales características que debe poseer una revista científica, que sirve como listado de chequeo de una publicación¹.

Tabla 13 Año de creación de las revistas por países.

Fuente. Elaboración propia con datos de los informes proporcionados por Latindex.

País	2010	2000-2009	-2000	Número total de revistas
Brasil	17,85%	57,14%	25%	56
España	37,50%	35,41%	28,08%	48
Chile	0%	75%	25%	4
Uruguay	33,33%	33,33%	33,33%	3
Costa Rica	0%	0%	100%	1
Paraguay	100%	0%	0%	1
Colombia	0%	33,33%	66,66%	9
Venezuela	0%	55,55%	44,44%	9
Portugal	11,11%	77,77%	11,11%	9
Argentina	27,27%	45,45%	27,27%	11
Ecuador	33,33%	33,33%	33,33%	3
México	11,11%	33,33%	55,55%	9
Perú	33,33%	50%	16,66%	6
Bolivia	0%	0%	100%	1

¹ Ver <https://www.latindex.org/latindex/meto2>

Referencias

Archambault, E., Vignola-Gagné, E., Côté, G., Larivière V., & Gingras, Y. (2006). Benchmarking scientific output in the social sciences and humanities: The limits of existing databases. *Scientometrics*, 68 (3), 329-342. <https://doi.org/10.1007/s11192-006-0115-z>

Buela-Casal, G. (2010). Índices de impacto de las revistas científicas e indicadores para medir el rendimiento de los investigadores. *Revista de psicodidáctica*, 15(1), 3-19. <https://www.ehu.es/ojs/index.php/psicodidactica/article/view/731/606>

Castillo-Esparcia, A. (2011). El rol de las publicaciones científicas en Comunicación en el EEES: Indexación e impacto. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, 1(1), 135-154. <https://doi.org/10.5783/RIRP-1-2011-07-135-154>

Castillo-Esparcia, A., & Carretón, M. C. (2010). Investigación en Comunicación. Estudio bibliométrico de las revistas de Comunicación en España. *Comunicación y Sociedad*, 23(2), 289-327. <https://hdl.handle.net/10171/27872>

Declaración de San Francisco de Evaluación de la Investigación, 2012, http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-34662014000100017

Hicks, D., Wouters, P., Waltman, L., Rijcke, S., & Rafols, I. (2015). Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, 520(7548), 429-431. <https://www.nature.com/news/bibliometrics-the-leiden-manifesto-for-research-metrics-1.17351>

Masip, P. (2011). Efecto Aneca: Producción española en comunicación en el Social Science Citation Index. *Anuario ThinkEPI*, 5, 206-210. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3647635.pdf>

Reig, R. (2014). La investigación dependiente: Crítica estructural al sistema JCR. *Ámbitos, Revista Internacional de Comunicación*, 27. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=168/16845649001>

Ruiz-Pérez, R., Delgado, E., & Jiménez-Contreras, E. (2010). Principios y criterios utilizados en España por la Comisión Nacional Evaluadora de la Actividad Investigadora (CNEAI) para la valoración de las publicaciones científicas: 1989-2009. *Psicothema*, 22(4), 898-908. <https://www.redalyc.org/pdf/727/72715515055.pdf>

Velasco, B., Bouza, J. M. E., Pinilla, J. M., & San Román, J. A. (2012). La utilización de los indicadores bibliométricos para evaluar la actividad investigadora. *Aula abierta*, 40(2), 75-84. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3920967.pdf>

Las Revistas Científicas en Comunicación

Principales Retos

Iberoamericanos Actuales

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.8>

Enrique Bustamante¹

Departamento de Ciencias de la Comunicación, Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid, España

¹ *In memoriam*.... Texto escrito e revisto pelo autor em 2020.

Introducción

Las revistas científicas de Comunicación asumen hoy una trascendencia especial en las Ciencias Sociales, al superar con mucho el campo del periodismo y abarcar una visión transversal que atraviesa todas las actividades sociales y económicas, pero esa función de encrucijada trae consigo también enormes riesgos de atomización y dispersión temática.

Tales caracteres acentúan en la Comunicación los peligros actuales de las publicaciones en Ciencias Sociales: la colonización del Inglés empobrece la investigación y sus resultados, la hegemonía de los índices anglosajones margina las aportaciones iberoamericanas y latinas y las subordina a dinámicas comerciales de grandes grupos editoriales, la dominación de los grandes grupos multimedia anglosajones y su distribución en grandes paquetes arrincona aún más la economía y el impacto de la investigación latinoamericana en un escenario cada vez más global; unas tendencias peligrosas que las políticas científicas nacionales, medrosas y subordinadas, de los países latinos no han hecho más que aumentar, hasta delegar a veces su soberanía científica en el mundo angloamericano.

Mi experiencia sobre la prolongada historia de 32 años de *Telos* (1985-2017) de la que fui fundador y director hasta su conversión en revista de divulgación tecnológica y genérica, una de las publicaciones más veteranas en el ámbito español, me permitió plantearme durante años las grandes disyuntivas posibles: orientación académica o también profesional, investigadores emergentes o *seniors*, protocolos informáticos o atención directa a los autores, profesionalización de la edición o de la distribución, papel o soporte digital, todo pago o acceso abierto... Pero he comprobado, en diversos foros y debates, como en el coloquio organizado con motivo del 30º aniversario de la revista *Réseaux*, en enero de 2014, que los problemas que he vivido en primer plano se pueden aplicar a prácticamente toda la Europa continental.

El cuadro conjunto de situación apela inevitablemente a la necesidad urgente de una cooperación iberoamericana acrecentada, que debería engarzarse en una cooperación latina creciente, tanto en la creación de índices prestigiosos autóctonos, como en la constitución de redes de distribución y promoción conjuntas y, finalmente, en la integración de las revistas científicas en Comunicación en una auténtica política de apoyo a la investigación en Ciencias Sociales.

Comunicación: revista disciplinaria o temática

Esa función de cruce de caminos trae consigo también enormes riesgos de generalización (ver bosques sin árboles) y de dispersión temática (árboles sin bosques).

Ciertamente, se trata de reivindicar la Comunicación como un objeto de estudio axial en nuestra sociedad que ha pasado en varias décadas de una concepción restrictiva, los medios de comunicación de masa, a situarse en el centro del funcionamiento y del desarrollo de las sociedades contemporáneas; Comunicación también como encrucijada de caminos disciplinares múltiples, que se enriquece cada día con las aportaciones realizadas desde las perspectivas diversas de las Ciencias Sociales.

Pero esta concepción de la Comunicación exige asimismo una ambición totalizadora de su realidad social, conseguida a través de múltiples investigaciones empíricas, pero capaz de no perder de vista la complejidad global de la evolución de la comunicación social sobre la sociedad entera; una perspectiva que permite mantener la capacidad trascendental de crítica de la realidad, y su corolario imprescindible de interrogantes sobre cómo podría ser la Comunicación – y la sociedad – de otra forma, por otras vías, en beneficio de la mayoría de sus ciudadanos.

Los cantos a la delimitación superespecializada de cada revista de Comunicación, argumentados casi siempre en su probabilidad de aumentar las citas y los índices de impacto, corren el riesgo pues de incrementar la segmentación – disciplinar, sectorial o tecnológica –, reduciendo drásticamente esa capacidad holística de contemplar las relaciones entre comunicación y sociedad, en donde los departamentos estancos son cada vez más reducidos y pequeños. Y por las mismas razones una revista que ofrezca sólo dossiers monográficos en cada número, satisfaciendo a una parte seguramente minoritaria de su público mientras frustra al resto, perdería su capacidad de cita periódica y estable con su audiencia.

Revistas anglófonas o en lenguas latinas

La pregunta es enormemente trascendental en este período del desarrollo del pensamiento en los países no anglófonos, porque implica consecuencias graves no sólo para las revistas científicas sino también para la investigación en Comunicación entera. Primero, porque como se sabe, la lengua implica también estructuras de pensamiento, conceptos, tradiciones, escuelas, riqueza de perspectivas epistemológicas incluso, que se harían mucho más limitadas, sesgadas y pobres en un mundo uniforme en Inglés. Segundo, porque la imposición de la publicación hegemónica o casi total en Inglés beneficia claramente la competitividad científica de los países de esa área y perjudica notablemente, en términos de riqueza de expresión y de costes económicos incluso, a los investigadores de las restantes áreas lingüísticas. Tercero, resulta altamente dudoso que la simple versión exclusiva en Inglés permita penetrar realmente en el ambiente científico anglosajón, en tanto que distancia a las publicaciones de la audiencia de sus propias naciones de origen, acentuando la distancia entre las Ciencias Sociales y la realidad misma investigada respecto al tejido social de sus países.

Otra cosa es la edición en Inglés – ¿por qué no también en otras lenguas mayoritarias como el Portugués, el Español, el Francés...? – de los resúmenes y palabras clave, como vía para un intercambio cultural y científico, como garantía de mantenimiento de la riqueza de la lengua originaria de cada artículo cuando esta es comprensible por la mayoría de la audiencia en cada país. En cuanto a la opción de la doble lengua sistemática de cada revista, en su lengua originaria y en Inglés, resulta evidentemente de un coste suplementario y muchas veces prohibitivo para su editorial o para sus autores (hay revistas españolas que obligan a pagar la traducción a alto precio para garantizar su calidad). Pero, además, supone una confesión de debilidad de una cultura que, difícilmente le permitirá un diálogo de igual a igual con las revistas y el mundo científico anglosajón.

Los índices de calidad

Dicho esto, hay que reconocer que la presión en muchas naciones para la publicación de los textos y la edición única en Inglés de las revistas resulta muchas veces insoportable como consecuencia del provincianismo de las autoridades educativas y científicas que, como en Portugal o en la propia España han dado absoluto y acrítico reconocimiento a los índices académicos anglosajones. Así, la web del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) (homólogo del Centre National de la Recherche Scientifique [CNRS] francés), ha llegado a conectar automáticamente con el sitio web del Institute for Scientific Information (ISI) de Thomson Reuters, sus catálogos y sus índices de impacto, en una absoluta cesión de la soberanía nacional científica. Y de la misma forma la Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (ANECA), agencia de calidad científica española, todopoderosa para la promoción y carrera profesional de los investigadores y profesores, sólo aceptaba durante años a las revistas y los índices del ISI (Web of Knowledge [WoK]) o los de Scopus (de Elsevier), relegando a valores marginales a las publicaciones más destacadas españolas o latinoamericanas.

El asunto es tanto más escandaloso por cuanto que se trata de dos aparatos dependientes de grandes grupos privados en los que los índices forman parte de sus modelos de negocio, ellos mismos implicados en la edición de revistas científicas, y que, a mi modo de ver, ofrecen resultados fuertemente sesgados a favor de las revistas anglosajonas (entre el 80-87% de sus listados), que aparecen desde hace años sobre representadas en sus catálogos de Ciencias Sociales y Humanidades, dominando absolutamente el famoso “primer cuartil” frente a un número ridículo de revistas de otras áreas; en el segundo cuartil, apenas hay entre una y tres publicaciones chinas, españolas, brasileñas o francesas, la mayoría de las cuales aparece a partir del puesto 140-150.

Los tres índices hegemónicos, Journal Citation Reports (JCR), Scopus y Web of Science son “muy sesgados a favor del mundo anglófono” en todas las Ciencias Sociales, y dejaban a las publicaciones en Español, y en Portugués, Francés o Italiano, en posiciones marginales: en JCR, de 2.731 publicaciones contempladas (2010), solo un 0,97% estaban en Español (81, de las cuales 47 de España y el resto de Latinoamérica) y 25 en Francés (pero 85 de Australia); más significativo era aún que el Español representaba el 1,1% de los artículos indexados (Ramos-Torre & Callejo-Gallego, 2013, p. 51). Por su parte, en Scopus, de 3.015 revistas analizadas (2012), un 3,6% eran en Español (79 españolas y 42 en Latinoamérica; Ramos-Torre & Callejo-Gallego, 2013, p. 51).

Felizmente, el índice Hirsch y su evaluación a través de Google Scholar Metrics ha venido a disminuir estas discriminaciones, desde 2012, “socializando” o “democratizando” los índices de calidad, pero no a eliminarlas. En sus listados de impacto, más exhaustivos que los de Elsevier o Thomson Reuters aparece en la última década “sólo” un 59,67% de revistas publicadas en Inglés y procedentes de los países anglosajones, y un número mayor pues de revistas de otros países (de entre 664 de 30 países) aunque en posiciones muy retrasadas respecto a las anglosajonas. A título de ejemplo, *Réseaux* fue la primera europea continental en el índice H, durante cinco años (2007-2011), pero aparecía en el puesto 98 del ranking (de 272 en Comunicación, con más de 100 artículos publicados en los últimos cinco años), mientras que *Telos* encabezaba la lista de revistas en Español, pero en el puesto 101; puestos mantenidos durante una década porque, en el ranking de una década (2001-2010), *Réseaux* era ya la primera revista francesa y europea continental por citas y *Telos* la primera del mundo de habla hispana.

En el ranking de 2014 (sobre cinco años anteriores, 2009-2013), de un total de 423 publicaciones consideradas de Comunicación, había cinco latinas entre las primeras 100, y 21 entre las primeras 200: la primera publicación latina (brasileña) estaba en el puesto 31 y la segunda (italiana), en el 33, mientras que la primera francesa ocupaba el puesto 89 (*Réseaux*). En lo que respecta a España, figuraban tres revistas entre las primeras 100, y cuatro en las 150 iniciales del ranking.

Ciertamente, en muchos países latinos, se ha hecho un gran esfuerzo de adaptación en los últimos años. Pero también se ha dado una enorme dispersión de criterios e indicadores, desde las condiciones formales de autonomía editorial a los protocolos burocráticos, desde los índices de impacto seguidistas del mundo anglosajón a las encuestas de expertos españoles a veces de extrañas distorsiones en la selección; y, en correspondencia, se ha producido una proliferación de organismos y termómetros nacionales e internacionales, que en el caso español producen ya una notable confusión cruzada: Difusión y Calidad Editorial de las Revistas Españolas de Humanidades y Ciencias Sociales y Jurídicas (DICE), organizada por el CSIC, financiada por

la agencia de calidad universitaria ANECA como referencia de calidad de las publicaciones científicas; Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT), In-RECS (Índice de Impacto de Revistas Españolas de Ciencias Sociales)... Además de Latindex y los indicadores anglosajones, no pocas veces mezclados.

Así, la avalancha de criterios formales para las revistas, algunas justas para avanzar en su profesionalización y rigor, degenera sin embargo en muchos casos en condiciones irracionales, en rígidos protocolos metodológicos que encorsetan la reflexión (tomados generalmente de las Ciencias de la Naturaleza o de la Psicología Médica) o en incontables condiciones burocráticas que condicionan la libertad investigadora, sus objetos de estudio y sus resultados.

De esta forma, al amparo de supuestos *labels* de calidad, se imponen decenas de condiciones formalistas, se calcula *a priori* incluso el porcentaje de textos rechazados, o se cae en la picaresca de la “ingeniería” de las autocitas, no ya de los propios autores sino de la publicación editora que en algunas revistas incluye explícita o implícitamente la exigencia abusiva de citar múltiples veces a la revista deseada para engordar su supuesto impacto, a sabiendas de que el índice H no permite discriminar las citas rigurosas y motivadas de las autocitas de los autores, incluyendo las citas cruzadas y pactadas entre grupos, ni siquiera esas autocitas impuestas abusivamente y hasta insertadas unilateralmente por las propias publicaciones. Una práctica tan irregular y acientífica como los consejos que nos rodeaban a muchos doctorandos y profesores en los años 80: no dejar de citar nunca todos los catedráticos del área... Por si acaso “caían” en los tribunales.

En la misma línea de exigencias perniciosas, se exige el uso de plataformas informáticas anónimas cuyas cuantiosas condiciones formales (que a menudo sustituyen a la labor de edición) pueden determinar el rechazo previo de artículos durante largo tiempo (hasta un año en algunos casos) sin contacto posible alguno entre editor y colaborador. Se olvida también con frecuencia en esa dinámica la originalidad y calidad del pensamiento desarrollado, en beneficio de la cantidad de producción, o de un conocimiento de corta memoria (la de internet generalmente), repetitivo cuando no inútil y no acumulativo ni progresivo. Y hasta el impacto de cada texto frente a la comodidad del índice de impacto del soporte de edición.

La disyuntiva papel – digital

Ciertamente, lo importante de una revista científica es la calidad de los contenidos, pero el soporte no es una cuestión trivial. Y en los tiempos de transición en que estamos, mi respuesta para una publicación periódica de Comunicación es no disyuntiva: en papel y en digital, a ser posible en este último caso, gratuita y de libre acceso.

El papel sigue teniendo funciones esenciales para las bibliotecas públicas, para los investigadores especializados, para muchos países en desarrollo: recuerdo haber contemplado con emoción en facultades de Cuba pero también de Colombia, de Argentina y Brasil colecciones de *Telos* desgastadas por el prolongado uso.

En cambio, el soporte digital tiene ventajas indudables de acceso universal, de traspaso de las fronteras y las tasas aduaneras, tan abundantes en Iberoamérica, de conexión en todo tiempo y lugar, de descenso de costes. En teoría también de espacio ilimitado para muchos más artículos, pero esta posibilidad resulta inviable cuando los índices miden las citas en función del número de artículos editados, porque se rebajaría inmediatamente el impacto de una revista que duplicara el número de textos. Además, lo digital permite la proliferación y conexión de las bases de datos, el funcionamiento de los buscadores, la generación de espacios de debate, las dobles versiones lingüísticas, el enlace con las redes sociales y el consiguiente *feedback* con los lectores.

Los interrogantes más fuertes no residen pues en el soporte, sino en los modelos de negocio: difícil venta por número o suscripción digital, salvo en el caso de revistas anglosajonas que se agrupan en redes manejadas por potentes grupos editores para hacer pagar abonos excesivos (seis editoriales anglos editan en 2013 entre el 54-65% de las revistas de los rankings de WoK o Scopus). Difícil ecuación, salvo en caso de patrocinio privado, cuando nuestras universidades públicas y grupos de investigación están siendo esquilados presupuestariamente por los estados en Europa y, especialmente, en España, mientras que las opciones de venta o suscripción por revista aislada se revelan inviables.

Tan grave o más que la cuestión financiera son las consecuencias que los índices están teniendo sobre el mundo científico completo de las Ciencias Sociales, en analógico o en digital. Así, la generalización de las valoraciones de doble ciego está alejando a los investigadores *seniors* reconocidos de las revistas, y dejando a estas como soporte casi único para los autores emergentes, incluidos los especialistas en promoción de carreras universitarias (“investigadores del boletín oficial del estado”), incluyendo frecuentemente exigencias formales irracionales, como la tasa mínima del 60% de rechazo de originales. Se está generando así un doble circuito perverso, con dos mundos paralelos sin casi conexión: los *seniors* publican libros, los jóvenes publican artículos en busca obsesiva de las “estrellas Michelin”. Sólo los grandes congresos científicos periódicos se mantienen como lugar de encuentro, aunque penalizados incomprensiblemente cada vez más por las agencias de calidad de la enseñanza y la investigación, disminuyendo así tendencialmente el imprescindible diálogo entre investigadores nacionales e internacionales.

Para mayor abundamiento, el tejido editorial de libros, muy mayoritariamente privado y comercial, es mucho más fuerte y está más extendido en toda el área

iberoamericana, con el detalle de que se calcula que un tercio de los libros de ensayo e investigación corresponden a las Ciencias Sociales en ese mercado; y ostentan índices de citas muchos más elevadas en su conjunto que las revistas. El problema es que la naturaleza comercial de esas editoriales resulta difícilmente compatible con las exigencias académicas: consejos científicos independientes de prestigio, evaluación anónima de originales, contabilización sistemática de los indicadores de impacto sobre obras cerradas y sujetas a *copyright*, entre otros. Las clasificaciones académicas de las editoriales y sus colecciones se hacen así frecuentemente subjetivas, sobre encuestas a expertos elegidos aleatoriamente o por su militantismo digital, y son despreciadas o marginalizadas en la evaluación de méritos de profesores e investigadores. De forma que la herramienta esencial de la historia para hacer avanzar el conocimiento social en profundidad se ve crecientemente relegada en la comunicación científica.

En fin y según un informe de 2013, las publicaciones (periódicas y monográficas) sobre Ciencias Sociales en el mundo hispanoamericano tenían unas “dimensiones acordes con la extensión y el dinamismo de las bases sociodemográficas del Español en el mundo”; y podríamos ampliar esta consideración al Portugués-Brasileño, al Francés e incluso al Italiano (Ramos-Torre & Callejo-Gallego, 2013, p. 67). Pero esta “buena salud” del Español en el sistema científico de las Ciencias Sociales no quitaba su “escasa presencia en el sistema mundial de comunicación científica” (Ramos-Torre & Callejo-Gallego, 2013, p. 67).

Mi bagaje personal: la experiencia de 32 años de dirección de *Telos*

No podría concluir este capítulo si no citara brevemente mi “bagaje personal” en el campo de las publicaciones sobre Comunicación, es decir aquellas experiencias que han determinado mis ideas en este campo: en primer lugar, inevitablemente, la revista *Telos* que fundé en 1985; en segundo término, la revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación (AE-IC), *RAEIC, Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, que he contribuido a crear desde la directiva de la asociación.

Telos

Estoy obligado a referirme a la revista que fundé, en 1985, y he dirigido o coordinado hasta su reconversión en revista de divulgación tecnológica y que se ha convertido ya, 107 números y 32 años después (con un paréntesis de carencia de tres años – 1997-2001) en una de las decanas de la historia española junto con *Análisis* en España, o con *Réseaux* y con *Media Culture & Society* en el Reino Unido.

Editada originalmente por la Fundación de Desarrollo Comunal (Fundesco), que jugó un papel vital en la investigación sobre las nuevas tecnologías de información y comunicación (NTIC) hasta su desaparición, en 1997, *Telos* reapareció, en 2002, editada por la Fundación Telefónica, en una segunda etapa hasta 2007, aplicando ya de forma pionera las evaluaciones anónimas y los consejos científicos y de redacción independientes de la firma editora, pero amplió su temática al campo de las NTIC desde 2008, ajustándose a las condiciones de los índices internacionales. Desde 2009, especialmente, con el antetítulo de *Revista de Pensamiento sobre Comunicación, Tecnología y Sociedad* ha emprendido una gran transformación en red, y en formatos para *tablets*, consolidando su papel de publicación de referencia para el mundo iberoamericano.

En esta larga trayectoria de hemeroteca, con más de 2.000 autores publicados, entre ellos decenas de primeras figuras latinoamericanas, *Telos* ha sido ya objeto de investigaciones sobre el pensamiento comunicativo español e iberoamericano, que refleja, entre ellos de un destacado historiador que concluía que: “*Telos* consiguió en sus primeros 25 años (...) ser un referente del pensamiento comunicacional sobre las tecnologías y sobre la implantación de la sociedad de la información”; y añadía que la revista “desde sus inicios, nos permite seguir a través de sus páginas todo el debate académico, científico y tecnológico que ha rodeado el proceso de desarrollo de la sociedad de la información en el ámbito nacional e internacional” (Galindo, 2013, p. 134).

Pues bien, debo confesar que he sufrido en *Telos* todas las disyuntivas y los desgarramientos de un editor: comunicación general o especializada, papel o digital, Español o Inglés, acceso abierto (generalizado en *Telos*) o pago (en papel por venta o suscripción) resuelto gracias al generoso patrocinio de la Fundación Telefónica... Pero, sobre todo, he tenido que tomar opciones dolorosas en su orientación respecto a las exigencias de los índices: así, mantuvimos siempre la colaboración permanente de profesionales y expertos en Comunicación, lo que nos penalizaba frente a una visión exclusiva de académicos; hemos abierto espacios a los *seniors* en secciones de “autor invitado”, lo que significaba también textos no evaluados anónimamente; hemos practicado una relación directa con los autores en cuanto a sus evaluaciones y modificaciones; hemos mantenido secciones amplias de actualidad e información para investigadores (regulación, investigaciones, agenda de congresos); hemos priorizado el diálogo entre investigación española e internacional y, dentro de esta, la de origen latinoamericano y europea; hemos resistido con los textos en Español (con títulos y resúmenes en Inglés), aun duplicando los artículos en su idioma original en la web, y a sabiendas de que seríamos castigados por los índices anglos...

RAE-IC

Se trata de la revista oficial de la AE-IC (Asociación Española de Investigación de la Comunicación) que presido, confiada a un equipo de investigadores de la Universidad de Santiago de Compostela, dirigido por el profesor Xose López, aunque con total autonomía de funcionamiento: las secciones temáticas proponen temáticas de dossiers pero la evaluación es completamente independiente y anónima. Editada, desde principios de 2014, en soporte digital y con vocación internacional, ha conseguido ya en sus 14 números publicados, a finales de 2020, una notable diversidad de autores y temas, especialmente como promoción de los jóvenes investigadores y está entrando en los índices nacionales e internacionales.

Pero el camino seguido no ha sido fácil porque los autores buscan ansiosamente revistas ya consagradas en los índices y hacen falta años de esfuerzo financiero e intelectual para poder situarse entre las revistas de impacto nacional e internacional.

La cooperación iberoamericana

En conclusión de las reflexiones anteriores sobre la difusión de la investigación y las publicaciones científicas, podemos avanzar las siguientes sugerencias:

- precisamos de criterios estables y equilibrados de evaluación del trabajo investigador, articulados entre revistas periódicas, libros y sobre todo monografías, y grandes congresos internacionales de probada selección independiente, para que compongan un universo armónico capaz de proyectar la realidad de la investigación de cada universidad, región, país y autor;
- el mundo latino precisa con urgencia construir sus propios índices internacionales, en papel y en digital, que garanticen condiciones formales básicas de autonomía editorial y de rigor científico, pero que se centren también en el examen de la originalidad, de la calidad de la investigación, de la trascendencia de los objetos de estudio;
- tenemos que construir *labels* de prestigio por consenso, comunes al menos en las tres lenguas latinas de mayor difusión mundial (Español, Portugués, Francés), un nuevo Latindex que abarque tanto las condiciones formales de rigor y autonomía editorial como el impacto real de cada una en el mundo, un índice único que realmente funcione y sea compartido por las publicaciones y por su ambiente científico, y que sume además la voluntad de erradicar las malas prácticas y la competitividad mercantil descarnada;

- necesitamos avanzar en la profesionalización de la edición, pero sin despegar esa tarea de la experiencia investigadora; afirmar el compromiso con la objetividad de la evaluación y el rigor de la reflexión, pero sin aislar a los *seniors* de las publicaciones periódicas de prestigio ni a los *juniors* de las ediciones monográficas; y progresar en la lucha contra la endogamia universitaria, pero sin romper los puentes con el mundo de la investigación profesional. Todo un arsenal de delicados equilibrios que es preciso calibrar finamente para fomentar la auténtica investigación de calidad;
- tenemos que avanzar en la construcción de redes de revistas – y de editoriales – públicas y privadas en el ámbito iberoamericano, pero también latino (de forma cruzada, entrelazada y mutua) capaz de promocionar y difundir solidariamente a escala internacional nuestros *call for papers*, nuestras ediciones y aportaciones en Comunicación, de internacionalizar cooperativamente nuestra forma de pensar y entender el mundo;
- las revistas científicas académicas o no en Comunicación, deben estar orientadas a la difusión y transferencia de los avances de la investigación hacia la sociedad y no sólo ni fundamentalmente, como ocurre ahora, hacia el mundo académico, en un bucle autista – la lectura y cita mutua – que amenaza cortar nuestros vínculos con la sociedad, máxima finalidad de nuestra labor. Lo que implica también una reorientación de las temáticas y los objetos de estudio en función de las demandas y los intereses sociales mayoritarios, y de unas metodologías y unas conclusiones comprometidas con ellos.

En definitiva, tenemos que repensar y reformar profundamente las políticas públicas en la Ciencia en nuestros países en cuanto a las Ciencias Sociales en general, a la Comunicación en particular. Poniendo como foco de nuestro trabajo, de investigación y difusión, los grandes interrogantes que repetía incansablemente el gran intelectual que fue Héctor Schmucler: investigar ¿para qué? ¿Y para quién?

Referencias

Galindo, J. A. G. (2013). Telos, una revista científica sobre la sociedad de la información (1985-2009). *Perspectivas de la Comunicación*, 6(11), 134-158. <http://ojs.ufro.cl/index.php/perspectivas/article/viewFile/154/131>

Ramos-Torre, R., & Callejo-Gallego, J. (2013). El Español en las ciencias sociales. In J. L. García, J. A. Alonso & J. C. Jiménez (Eds.), *El Español, lengua de comunicación científica* (pp. 29-74). Fundación Telefónica; Ariel.

Políticas Científicas e Línguas de Ciência

O Caso das Revistas de
Ciências da Comunicação em
Portugal

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.9>

Moisés de Lemos Martins

*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Portugal*

A afirmação do Português como língua de ciência

Com a globalização, uma cinética própria da era da técnica, as tecnologias da informação e da comunicação passaram a mobilizar-nos, total e infinitamente, para o mercado, a competição e o ranking (Carvalho, 2019; Martins, 2010, 2014, 2019), e tornam possível o desenvolvimento de identidades transculturais e transnacionais (Martins, 2018a, 2018b), que exprimem a luta pela ordenação simbólica do mundo (Bourdieu, 1977, 1979, 1980, 1982).

É precisamente a magna questão geo-estratégica e cultural do combate pelo ordenamento simbólico do mundo que está presente na ideia de lusofonia. Colocam-se nela, com efeito, os problemas de uma língua hegemónica, o Inglês, e da subordinação, linguística, cultural, política e científica, da língua portuguesa¹.

Por outro lado, à ideia de lusofonia também não é alheio o atual debate sobre a globalização do conhecimento e da cultura digital, com o ciberespaço a apresentar-se como um novo lugar para o conhecimento científico (Martins, 2018c). Mas, o ciberespaço, que enquanto novo lugar do conhecimento científico é, antes de mais, um espaço de língua inglesa, não pode deixar de ser, também, um espaço de língua portuguesa (Martins, 2018c, p. 89). Com pouco menos de 300 milhões de falantes, a língua portuguesa é a quinta língua mais utilizada na internet².

Como expliquei no estudo “Os países lusófonos e o desafio de uma circum-navegação tecnológica” (Martins, 2018c), o espaço transcultural e transnacional dos povos que falam Português constitui uma mesma barricada de países, em permanência empurrados para a periferia do sistema mundial, falado numa única língua, o Inglês. Estas circunstâncias permitem configurar um novo desafio para a lusofonia. Promovendo uma ideia de ciência com memória, responsabilidade e consciência, enfim, uma ideia de ciência que tenha o sentido do humano (Martins, 2008), podemos encarar a lusofonia como uma travessia tecnológica a realizar por todas as comunidades e povos de língua portuguesa, no sentido do interconhecimento, da cooperação, cultural, científica, social, política e económica, e também de afirmação da diversidade no mundo (Brito & Martins, 2005).

No entanto, esta travessia, no sentido do interconhecimento entre os países e comunidades de língua portuguesa, parece ainda estar longe de ser uma realidade na ciência. Vejamos o exemplo de um estudo que vai além do espaço lusófono, mas que nos auxilia a vislumbrar o possível conhecimento ou desconhecimento entre investigadores que não têm o Inglês como língua materna. Ao tomar como referência

¹ Esta ideia é explorada em diversos trabalhos como, por exemplo, Martins (2016, 2017, 2018a, 2018c).

² Dados referentes a 31 de março de 2020. Ver <https://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

as revistas de Ciências da Comunicação, de Portugal, Brasil e Espanha, Serra (2016) avaliou o grau de conhecimento, ou de desconhecimento mútuo, dos investigadores daqueles três países. Esta análise permitiu verificar que há “um reduzido cruzamento não só entre os autores da língua portuguesa e da língua espanhola, mas também dentro do Português, entre os autores de Portugal e do Brasil” e que há ainda, por parte de autores de língua portuguesa e espanhola, um predomínio de referências a autores de língua inglesa (Serra, 2016, p. 66). Existe, portanto, um desconhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação. Quer isto dizer que estes académicos estão a contribuir para reforçar o paradigma dominante, baseado na publicação em Inglês (Serra, 2016).

A realidade é que o modelo de publicação dos países anglo-saxónicos se tem tornado hegemónico, mesmo nas Ciências Sociais e Humanas, área em que foram encontradas maiores resistências e a penetração foi mais tardia (Gradim & Morais, 2016). Essa hegemonia tem contribuído, todavia, para que se perpetuem as desigualdades linguísticas. O Inglês é, hoje em dia, a língua utilizada cientificamente. Esta situação apresenta benefícios práticos, como sejam a eliminação de barreiras de comunicação e o aumento da visibilidade e citabilidade dos trabalhos. Mas tem, também, uma clara desvantagem para os falantes não nativos, que têm de se expressar numa língua estrangeira (Gradim & Morais, 2016).

Este caminho, no sentido de um paradigma dominante, prende-se com as exigências dos editores. Mas é também imposto pela bibliometria e pelas exigências de indexação e ainda pela predominância do Inglês em bases de dados, o que, obviamente, influencia os resultados desses instrumentos. Hoje, a Web of Science, por exemplo, confirma claramente que a ciência tende cada vez mais para o monolinguismo (Gradim, 2018).

No fundo, como sintetiza Serra (2017), o atual paradigma de ciência implica o seguinte: ciência é o que é publicado 1) em Inglês; 2) sob a forma de artigos em revistas científicas; 3) em artigos, que obedecem ao formato IMRaD (*introduction, methods, results, and discussion* [introdução, métodos, resultados e discussão]); e 4) publicado em revistas científicas com “fator de impacto”. Já a resposta a este mesmo paradigma pode levar-nos por diversos caminhos. Serra (2017) apresenta-nos três: o da submissão aos ditames do paradigma; o da recusa do paradigma; e um terceiro, o de compromisso, que já está a ser seguido por algumas revistas portuguesas e brasileiras, da área das Ciências da Comunicação, o que implica a publicação de artigos bilingues.

Do ponto de vista aqui apresentado, entende-se, contudo, que é uma questão estratégica debater as políticas científicas e as formas de contrariar o paradigma instalado, um modelo que apaga a diferença, pela sua centralidade anglo-saxónica, que perpetua a subalternidade linguística e cultural.

Contra o empobrecimento da língua, é hoje, pois, função de primordial importância, na política editorial, a escrita em língua portuguesa. Aliás, eu próprio escrevi, em 2012, “muitas razões justificam a necessidade de promover a edição de revistas científicas portuguesas. Existe, porém, uma que deveria tomar-se como primordial: a afirmação da língua portuguesa como língua de pensamento e de conhecimento” (Martins, 2012a, pp. 243-244).

O combate linguístico tem várias frentes. Assim como a comunicação social tradicional, e também a comunicação na internet, deve disponibilizar em vernáculo a maior variedade de informação, literária, científica, cultural, visual, musical, económica, tornando-a acessível ao maior número de falantes, nativos e não nativos de uma língua, também as revistas científicas devem transmitir pensamento e conhecimento, *urbi et orbi*, em língua vernácula. E do mesmo modo que cabe à comunicação social e aos professores de língua e cultura empenharem-se neste combate pela sobrevivência da língua portuguesa, assim também é um desafio para os investigadores de Ciências Sociais e Humanas do espaço lusófono, e de entre estes destacamos os investigadores de Ciências da Comunicação, empenharem-se neste combate pela nossa sobrevivência plural, na diversidade dos povos e culturas que constituímos.

Fazer ciência em língua portuguesa é, pois,

dar oportunidades ao conhecimento, que se exprime na diversidade das culturas faladas em Português, assim concorrendo para a construção de uma comunidade científica lusófona, policentrada e polifacetada, uma comunidade com sentido humano, que é sempre uma comunidade com o sentido do debate e da cooperação, no respeito pela diversidade e pela diferença entre as culturas. (Martins, 2018c, p. 91)

Ciências da Comunicação: área científica de ensino e publicação³

Sendo a comunicação matéria transversal a diferentes Ciências Sociais e Humanas e fenómeno de que desde sempre, direta ou indiretamente, se ocupou o pensamento filosófico, é compreensível que seja difícil balizar o seu nascimento como campo científico delimitado. No entanto, é comum situar-se na década de 1950 a formalização das Ciências da Comunicação como domínio de estudo, investigação e ensino, uma vez que foi por esta altura que se constituíram os primeiros departamentos de Ciências da Comunicação em universidades de alguns países. Por esta razão, apenas a partir da segunda metade do século XX começaram a ser publicadas as

³ Este capítulo procura atualizar um estudo realizado sobre as “Revistas científicas de Ciências da Comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento” (Martins, 2012a), pelo que retoma alguns parágrafos e atualiza outros.

primeiras revistas científicas especificamente vocacionadas para a divulgação do conhecimento nesta área.

Em Portugal, a fundação das Ciências da Comunicação no meio académico é ainda mais tardia. Na verdade, só em 1979 aparece, em Lisboa, o primeiro curso de graduação em Comunicação Social, por iniciativa do então designado Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Este núcleo académico – que passou a chamar-se Departamento de Ciências da Comunicação – é reconhecido pelo lançamento efetivo desta área científica no país. A este departamento estão associados, por sua vez, três outros importantes acontecimentos: a criação do primeiro curso de pós-graduação, a constituição do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL) e o lançamento da *Revista de Comunicação e Linguagens* (respetivamente, o mais antigo centro de Comunicação em Portugal e a primeira revista científica desta área).

Com uma atuação em regime de exclusividade nos primeiros anos – dado que só um pouco mais tarde é que outras universidades passaram a apostar na Comunicação como área de estudos autónoma – o Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa foi particularmente oportuno neste investimento, beneficiando de uma conjuntura de expansão dos média em Portugal. A abertura de novos órgãos de comunicação social – designadamente, o lançamento de novos jornais, a abertura dos canais privados de televisão, a legalização de mais de três centenas de rádios locais e regionais –, assim como a diversificação das profissões ligadas à comunicação, contribuíram significativamente para o aumento do número de pessoas interessadas na formação superior em jornalismo, relações públicas, publicidade e comunicação audiovisual. A par deste fenómeno de desenvolvimento do ensino, que compreendeu a criação de outros cursos de Comunicação nos principais centros universitários do país e a sua extensão a unidades de ensino superior mais pequenas, como os institutos politécnicos, foram, finalmente, criadas condições para a produção de conhecimento em centros de pesquisa especializados e para a difusão da investigação em publicações nacionais (Martins, 2012b; Martins & Oliveira, 2012, 2013).

Um breve percurso pelas revistas portuguesas de Ciências da Comunicação

No estudo realizado sobre as “Revistas científicas de Ciências da Comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento” (Martins, 2012a), contavam-se meia dúzia de revistas científicas de Ciências da Comunicação em Portugal. Dizia-se, em 2012, que “dada a dimensão ainda relativamente reduzida da comunidade científica portuguesa de Ciências da Comunicação”, não era legítimo considerar esse número de publicações

científicas insuficiente (Martins, 2012a, p. 242). Desde aí assistimos ao desaparecimento de algumas revistas, mas também à clara expansão deste campo e consequente aumento das publicações, contabilizando-se, em 2021, 19 publicações nesta área de conhecimento.

Faremos agora um pequeno percurso por todas estas publicações, começando por aquelas que estão associadas aos quatro centros de investigação avaliados pelo painel de Ciências da Comunicação, na última Avaliação das Unidades de I&D, levada a cabo pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em 2018/2019⁴. Referimo-nos ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), ao Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT), ao Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA) e ao LabCom – Comunicação e Artes (LabCom).

O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, conta com três revistas científicas⁵: *Comunicação e Sociedade*, *Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies* e *Vista*.

A revista *Comunicação e Sociedade* (www.revistacomsoc.pt) apresenta-se como “uma revista académica que pretende aprofundar a análise dos fenómenos comunicacionais e, simultaneamente, contribuir para a leitura da realidade social, segundo ferramentas teóricas e metodológicas dos diferentes campos das Ciências Humanas e Sociais”⁶. É a segunda revista mais antiga no panorama nacional, sendo publicada desde 1999, tem atualmente uma periodicidade estabelecida de dois volumes por ano e soma 40 volumes publicados⁷, estando todos os volumes disponíveis online e também em versão impressa. A *Comunicação e Sociedade* é uma revista temática, é bilingue, desde 2013, sendo publicada em Português e em Inglês. A revista apresenta um ICDS (Secondary Composite Index Broadcasting)⁸ igual a 9,8 no MIAR (Information Matrix for the Analysis of Journals), indicador associado à presença de uma revista em diferentes fontes de informação de relevância internacional⁹. Foi aprovada de acordo com os critérios de inclusão do European Reference Index for

⁴ Para mais informações, ver https://www.fct.pt/noticias/index.phtml.pt?id=452&ano=2019&mes=6/FCT_publica_resultados_da_Avalia%C3%A7%C3%A3o_das_Unidades_de_I&D

⁵ Ver <http://www.cecs.uminho.pt/publicacoes/revistas/>

⁶ As informações relativas às revistas foram preferencialmente retiradas dos seus websites, os quais estão indicados no corpo do texto deste capítulo.

⁷ Os dados apresentados neste artigo foram atualizados em fevereiro de 2021.

⁸ As informações apresentadas ao longo deste capítulo sobre o ICDS foram recolhidas a partir do seguinte link <http://miar.ub.edu/search>

⁹ Ver <http://miar.ub.edu/about-icds>

the Humanities and the Social Sciences (ERIH PLUS)¹⁰, está disponível na SciELO¹¹ e na Scopus¹², mas não na Web of Science¹³. Está no Catálogo v1.0 (2002 - 2017) do Latindex¹⁴, Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas de América Latina, Caraíbas, Espanha e Portugal, cumprindo 33 critérios de qualidade. Olhando para as métricas do Google Académico¹⁵, apresenta um h5-índice igual a 9 e um h5-mediana igual a 10. Na classificação Qualis/CAPEs 2013-2016¹⁶ foi-lhe atribuído B1 na área da Comunicação. Observando, por sua vez, o SCImago Journal & Country Rank¹⁷, verifica-se que a revista está no quarto quartil de Comunicação.

A *Revista Lusófona de Estudos Culturais/ Lusophone Journal of Cultural Studies* (www.rlec.pt) é “uma revista temática da área dos Estudos Culturais”, fundada em 2013, que “tem como propósito servir os países de língua oficial portuguesa, assim como as suas diásporas”. Tendo sido editada até 2016 numa parceria entre a Universidade do Minho e a Universidade de Aveiro, é hoje um projeto editorial exclusivo do CECS, da Universidade do Minho. É publicada em Português e em Inglês, duas vezes por ano, em versão digital e impressa, e conta com 14 edições. Esta revista encontra-se nas métricas do Google Académico, onde apresenta um h5-índice igual a 5 e um h5-mediana igual a 9. Além disso, foi aprovada de acordo com os critérios de inclusão do ERIH PLUS.

A revista *Vista* (<https://revistavista.pt>) foi lançada em 2017 pelo Grupo de Trabalho de Cultura Visual da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom). No segundo semestre de 2020, passou a ser editada pelo CECS, mantendo todavia uma ligação a este Grupo de Trabalho da Sopcom. Apresenta-se como “uma revista científica de Cultura Visual e Artes Digitais” e conta com sete números, estando

¹⁰ Aquando da falta desta informação no website das revistas apresentadas, as informações relativas a esta questão foram confirmadas no seguinte link <https://dbh.nsd.uib.no/publiseringskanaler/erihplus/>

¹¹ Aquando da falta desta informação no website das revistas apresentadas, as informações relativas a esta questão foram confirmadas no seguinte link <https://www.scielo.org/>

¹² Aquando da falta desta informação no website das revistas apresentadas, as informações relativas a esta questão foram confirmadas no seguinte link <https://www.scopus.com/>

¹³ Aquando da falta desta informação no website das revistas apresentadas, as informações relativas a esta questão foram confirmadas no seguinte link <http://apps.webofknowledge.com>

¹⁴ Aquando da falta desta informação no website das revistas apresentadas, as informações relativas a esta questão foram confirmadas no seguinte link <https://www.latindex.org/latindex/inicio>

¹⁵ As informações apresentadas sobre as métricas do Google Académico das revistas foram recolhidas a partir do seguinte link https://scholar.google.pt/citations?view_op=top_venues&hl=pt-PT&vq=pt

¹⁶ Ainda não existem resultados mais recentes da avaliação Qualis. As informações apresentadas sobre as diversas revistas relativas às classificações do quadriénio 2013-2016 foram recolhidas a partir do seguinte link <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

¹⁷ Aquando da falta desta informação no website das revistas apresentadas, as informações relativas a esta questão foram recolhidas no seguinte link <https://www.scimagojr.com/journalrank.php>

o último em processo de atualização, dado que, na transição para o CECS, a *Vista* adotou a modalidade de publicação contínua e tornou-se uma revista bilingue (Português e Inglês). Dada a sua recente existência, a *Vista* não conta, ainda, com referências de indexação.

Ao Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT)¹⁸, uma unidade de investigação da Universidade Lusófona, estão associadas três revistas: *International Journal Of Film And Media*; *International Journal On Stereo & Immersive Media*; e *Caleidoscópio*. Contudo, nos websites associados à revista *Caleidoscópio*¹⁹ não se encontram edições recentes. E tanto a revista *International Journal of Film and Media Arts* (<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/ijfma/>), como a revista *International Journal On Stereo & Immersive Media* (<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/stereo>) são muito recentes, tendo surgido a primeira em 2016 e a segunda em 2017. A *International Journal Of Film And Media Arts* é uma revista centrada nas áreas do cinema e artes mediáticas, conta com 10 edições, é publicada duas vezes por ano e aceita artigos de diferentes línguas. Já a *International Journal On Stereo & Immersive Media* procura refletir sobre a emergência de uma cultura mediática progressivamente imersiva, conta com seis edições e afirma-se como uma publicação em Inglês ou Português, sendo publicada anualmente. Não se encontram referências a estas revistas no ERIH PLUS, Latindex, SciELO, Scopus, Web of Science, MIAR, métricas do Google Académico, nem, obviamente, na avaliação Qualis/CAPES de 2013-2016, dada a recente existência destas publicações. A *International Journal of Film and Media Arts* informa, contudo, ter sido aceite para indexação na Scopus, em junho de 2020.

O Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA) conta com três revistas científicas²⁰: *Revista de Comunicação e Linguagens*; *Revista Media & Jornalismo*; e *Interact*.

Constituindo-se como a mais antiga revista da área em Portugal, a *Revista de Comunicação e Linguagens* (<http://www.fcsh.unl.pt/rcl/index.php/rcl/index>) lançou o seu primeiro número em março de 1985. Tratou-se de um número sobre “as máquinas censurantes modernas”, um tema que anunciava já a tendência que a revista teria para o tratamento da comunicação, no sentido amplo do termo, e não para o seu estreitamento nos estudos jornalísticos *stricto sensu*. Percorridos mais de 35 anos da sua existência, a *Revista de Comunicação e Linguagens* publicou mais de 50 números, estando disponíveis os últimos sete no seu atual website. A revista apresenta um ICDS igual a 6,5 no MIAR e está, no que diz respeito à sua versão impressa, no Catálogo v1.0 do Latindex, cumprindo os 26 critérios de qualidade. A revista foi aprovada

¹⁸ Ver <https://cicant.ulusofona.pt/publications/>

¹⁹ Ver <http://loja.ulusofona.pt/loja/revistas-cientificas/revista-caleidoscopio> e <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/issue/archive>

²⁰ Ver <http://www.icnova.fcsh.unl.pt/edicoes/>

de acordo com os critérios de inclusão do ERIH PLUS. Não se encontra referência à revista na SciELO, Scopus, Web of Science, métricas do Google Académico, nem na avaliação Qualis/CAPES de 2013-2016²¹. A revista é semestral e aceita textos em Português e Inglês, e, excepcionalmente, em Espanhol e Francês.

Em 2002, e na sequência da criação do Centro de Investigação Média e Jornalismo, em 1997, a revista *Media & Jornalismo* (<https://impactum-journals.uc.pt/mj>) juntou-se ao panorama. No seu atual website apresenta edições desde 2015, totalizando 12 números. A revista é semestral e apresenta um ICDS igual a 7,8 no MIAR, foi aprovada de acordo com os critérios de inclusão do ERIH PLUS, está disponível na SciELO e na Scopus, mas não na Web of Science. No SCImago Journal & Country Rank, está no terceiro quartil de Comunicação. Está no Catálogo v1.0 do Latindex, cumprindo 28 características de qualidade. Nas métricas do Google Académico, apresenta um h5-índice igual a 7 e um h5-mediana igual a 9. Na classificação Qualis/CAPES 2013-2016 foi-lhe atribuído B1 na área da Comunicação.

A *Interact – Revista Online de Arte, Cultura e Tecnologia* (<http://interact.com.pt/>), a mais antiga revista no espectro online, foi publicada pela primeira vez em 2000. Tem uma periodicidade irregular. O objetivo da publicação é, de acordo com a sua apresentação no website, “a reflexão e a discussão em torno de temáticas importantes do pensamento contemporâneo, o acompanhamento crítico de acontecimentos e práticas culturais e artísticas e o incentivo ao trabalho de experimentação com as tecnologias digitais e as redes de informação”. Não existe referência a esta revista no ERIH PLUS, Latindex, SciELO, Scopus, Web of Science, MIAR, métricas do Google Académico, nem na avaliação Qualis/CAPES de 2013-2016.

Por fim, o LabCom – Comunicação e Artes (LabCom), unidade de investigação da Universidade da Beira Interior, conta com cinco revistas²²: *Estudos em Comunicação*, *Doc-online*, *Eikon*, *Recensio*, e *Rhêtorike*. Todavia, no website associado à *Recensio*²³ não se encontram edições recentes.

O LabCom publica, desde 2007, a *Estudos em Comunicação/Communication Studies* (<http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/index>), uma revista semestral com mais de 30 edições, estando 12 disponíveis no website. A sua linha editorial “está orientada para os conceitos de ‘cidadania’ e ‘participação’, entendidos de um ponto de vista comunicacional”. A revista apresenta um ICDS igual a 7,6 no MIAR, foi aprovada de

²¹ Se consultarmos a Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>) não encontramos dados sobre esta revista, contudo, ao consultar a lista apresentada no website da Compós (<http://compos.org.br/periodicos.php>) aparece como B1.

²² Ver <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/pagina/revistas/136/>

²³ Ver <http://www.recensio.ubi.pt/index.php3>

acordo com os critérios de inclusão ERIH PLUS, está disponível na Scopus, mas não na SciELO, nem na Web of Science. Está no Catálogo v1.0 do Latindex, cumprindo os 30 critérios de qualidade, e encontra-se a aguardar classificação no Catálogo v2.0. Olhando para as métricas do Google Académico, *Estudos em Comunicação/Communication Studies* apresenta um h5-índice igual a 7 e um h5-mediana igual a 10. Na classificação Qualis/CAPES 2013-2016 foi-lhe atribuído B2 na área da Comunicação. Observando o SCImago Journal & Country Rank, verifica-se que a revista está no quarto quartil.

A *Doc-online* (<http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/doc>), por seu lado, é uma revista digital de cinema documentário que, desde 2006, publicou 30 números, aceitando artigos em Português, Castelhana, Inglês e Francês. Foi aprovada de acordo com os critérios de inclusão do ERIH PLUS, apresenta um ICDS igual a 6,2 no MIAR, foi aprovada para indexação pela SciELO Portugal. Está no Catálogo v1.0 do Latindex, cumprindo os 33 critérios de qualidade, e encontra-se a aguardar classificação no Catálogo v2.0. Olhando para as métricas do Google Académico, apresenta um h5-índice igual a 4 e um h5-mediana igual a 4. Na classificação Qualis/CAPES 2013-2016 foi-lhe atribuído B1 na Comunicação. Não está na Scopus, nem na Web of Science.

Eikon (<http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/eikon/index>) é a revista mais recente do LabCom. Surgiu em 2017, conta com oito edições, apresenta-se como sendo uma publicação semestral de Semiótica e Cultura Visual e tem um ICDS igual a 3,6 no MIAR. Não se encontram referências a esta publicação no ERIH PLUS, Latindex, SciELO, Scopus, Web of Science, métricas do Google Académico, nem, naturalmente, na avaliação Qualis/CAPES 2013-2016, dado ser então uma revista acabada de fundar.

Por sua vez, a *Rhêtorikê* (<http://www.rhetorike.ubi.pt/05/index.html>) é uma revista especializada em retórica e argumentação. Publicou, desde 2008, apenas seis números, apresentando uma periodicidade muito irregular. Não tem existência no ERIH PLUS, Latindex, SciELO, Scopus, Web of Science, MIAR, métricas do Google Académico, nem na avaliação Qualis/CAPES 2013-2016.

Além dos centros de investigação, também a Sopcom, a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, edita várias publicações científicas. Esta política foi decidida em 2012, quando tomou a seu cargo, “através dos seus grupos de trabalho, a publicação de revistas científicas de edição online”²⁴. Aprovou, então, a edição de quatro publicações, editadas em várias línguas: *Revista Comunicando*, *Revista Estudos de Jornalismo*, *Vista*, e *Revista Portuguesa de História da Comunicação*. Como referido anteriormente, a *Vista* passou a ser editada pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, no segundo semestre de 2020.

²⁴ Ver https://www.sopcom.pt/page/publica___es/

Duas destas revistas existem desde 2012, a *Revista Comunicando* (<http://www.revistacomunicando.sopcom.pt/>) e a *Revista Estudos de Jornalismo* (<http://www.revistaej.sopcom.pt/>). A primeira foi criada no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) de Jovens Investigadores. Sem pretensão comparativa, pode talvez admitir-se que os propósitos desta publicação serão, de algum modo, equivalentes aos da revista brasileira *E-Compós*, pretendendo-se que sirva particularmente para a divulgação de trabalhos de investigadores em início de carreira, quer sejam estudantes de pós-graduação, quer sejam investigadores de projetos coletivos, suportados por bolsas de investigação. Já a segunda é formada pelos membros do GT de Jornalismo e Sociedade, tendo como tal especial incidência no Jornalismo. Não se encontram referências a estas revistas no ERIH PLUS, SciELO, Scopus, Web of Science, MIAR, nem nas métricas do Google Académico. A *Revista Estudos de Jornalismo* está a aguardar classificação no Catálogo v2.0 do Latindex e não foi classificada no Catálogo v1.0. Por sua vez, a *Revista Comunicando* não é encontrada neste sistema de informação. Ambas as revistas obtiveram um B4 na avaliação Qualis/CAPES 2013-2016.

Entretanto, em 2017, foi lançada a *Revista Portuguesa de História da Comunicação* (<http://revistahc.sopcom.pt/>). Como o próprio nome indica, trata-se de uma revista aberta a publicações nas áreas da História da Comunicação e conta com cinco edições. Não se encontra referências a esta publicação no ERIH PLUS, Latindex, SciELO, Scopus, Web of Science, MIAR, métricas do Google Académico, nem, obviamente, na avaliação Qualis 2013-2016, sendo, então, uma revista de recente existência.

Para terminar, importa ainda fazer referência a mais quatro revistas, associadas a projetos relacionados com o campo das Ciências da Comunicação: *Comunicação Pública*; *Observatório (OBS*)*; *PRISMA.COM*; e *Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento*.

Em 2005, começou a ser publicada *Comunicação Pública* (<https://journals.openedition.org/cp/>), uma revista que conta, hoje, com cerca 30 edições no seu atual website. Aceita artigos em Português, Inglês e Espanhol. Apresenta-se como “um projeto editorial de raiz multidisciplinar”, destinado à publicação de trabalhos que “façam das formas de comunicação humana o seu tema de reflexão”. A revista apresenta um ICDS igual a 4,2 no MIAR, foi aprovada de acordo com os critérios de inclusão do ERIH PLUS, não está disponível na SciELO, nem na Scopus, nem na Web of Science. Está no Catálogo v1.0 do Latindex, cumprindo 36 critérios de qualidade e aguarda classificação no Catálogo v2.0. Olhando para as métricas do Google Académico, apresenta um h5-índice igual a 4 e um h5-mediana igual a 6. Na classificação Qualis/CAPES 2013-2016 foi-lhe atribuído B2 na área de Comunicação.

A revista *Observatório (Obs*)* (<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/index>) é, desde 2007, uma revista online pertencente ao OberCom – Observatório da Comunicação.

Tem uma periodicidade trimestral, conta com mais de 60 edições, aceita artigos em Português, Espanhol, Catalão, Galego, Italiano, Francês e Inglês. É “uma revista académica interdisciplinar que acolhe contribuições na área das Ciências da Comunicação, tanto num âmbito mais restrito como alargado a outras disciplinas e a abordagens multidisciplinares”, que apresenta um ICDS igual a 9,6 no MIAR. Foi aprovada de acordo com os critérios de inclusão do ERIH PLUS, está disponível na SciELO e na Scopus, mas não na Web of Science. De acordo com o SCImago Journal & Country Rank, está no terceiro quartil de Comunicação. Está no Catálogo v1.0 do Latindex, cumprindo os 31 critérios de qualidade e aguarda avaliação no Catálogo v2.0. Olhando para as métricas do Google Académico, apresenta um h5-índice igual a 13 e um h5-mediana igual a 16. Na classificação Qualis/CAPES 2013-2016 foi-lhe atribuído B1 na Comunicação.

A revista *PRISMA.COM* (<https://ojs.lettras.up.pt/index.php/prismacom/>) é uma publicação da unidade de investigação CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, da Universidade do Porto, “dedicada à investigação na interseção da Comunicação, Informação e Tecnologia”. Existe desde 2005 e conta com 43 edições, estando aberta a trabalhos em Português, Espanhol, Francês e Inglês. A revista apresenta um ICDS igual a 4,2 no MIAR, não está no ERIH PLUS, SciELO, Scopus, nem Web of Science. Nas métricas do Google Académico, apresenta um h5-índice igual a 5 e um h5-mediana igual a 7 e na avaliação Qualis/CAPES 2013-2016 obteve B5 na área de Comunicação. Está no Catálogo v2.0 do Latindex, cumprindo 36 critérios de qualidade. Não está classificada no Catálogo v1.0.

A *Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento* (<http://aim.org.pt/ojs/index.php/revista>) é uma revista publicada pela AIM – Associação de Investigadores da Imagem em Movimento, com o apoio do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Fundada em 2013, é publicada duas vezes por ano e conta já com 15 edições. A revista aceita artigos “em Português e Inglês, e excepcionalmente em Castelhana e Francês”. Entre outras áreas, contempla as seguintes: “cinema; televisão; vídeo; culturas digitais; arte cinemática; som, música e imagem em movimento; história e teoria da imagem em movimento”. Apresenta um ICDS igual a 3,8 no MIAR. Não se encontra na SciELO, Scopus e Web of Science. Está no Catálogo v1.0 do Latindex, cumprindo 36 critérios de qualidade, e no Catálogo v2.0., cumprindo 34. Foi aprovada de acordo com os critérios de inclusão do ERIH PLUS. Nas métricas do Google Académico, apresenta um h5-índice igual a 4 e um h5-mediana igual a 6 e na avaliação Qualis/CAPES 2013-2016 obteve B1 em Comunicação e Informação.

Considerações finais

Em 2012, tendo em conta o inventário feito das revistas de Ciências da Comunicação em Portugal, dizia-se que não era legítimo considerar que o número de publicações fosse insuficiente. Dizia-se ainda que atendendo à produção nacional, talvez se pudesse admitir “como ajustada à atividade dos investigadores portugueses a oferta de publicações disponíveis para a divulgação científica” (Martins, 2012a, p. 242). Entretanto, a comunidade científica portuguesa de Ciências da Comunicação foi-se transformando, assim como o foram as publicações científicas que passaram a acompanhar essa mudança.

Suspenderam a publicação, se é que não desapareceram mesmo do panorama nacional, algumas revistas científicas, pois não se encontram edições recentes de revistas como a *Trajectos*, *Caleidoscópio*, *Recensio* e *Comunicação & Cultura*²⁵. Mas surgiram outras. De 12 revistas, em 2012, passou-se para 19, em 2021, números que são ajustados nos dois casos, tanto em 2012, como em 2021, à atividade da comunidade científica deste campo.

Deste total de 19 revistas importa dizer que apenas três surgiram no século XX, sendo a *Revista de Comunicação e Linguagens* a mais antiga (1985), seguida pela *Comunicação e Sociedade* (1999) e pela *Interact* (2000). Várias revistas foram lançadas muito recentemente, cinco delas, aliás, desde 2016.

Os centros de investigação são, sem dúvida, os grandes impulsionadores destas publicações. Se pensarmos nos quatro centros avaliados pela FCT, verificamos que eles são responsáveis por 12 revistas. Contudo, não podemos ignorar o esforço da Sopcom neste domínio, visto que, desde 2012, promoveu quatro revistas científicas.

Relativamente à difusão e visibilidade destas revistas, recorremos a um indicador associado à presença das revistas em diferentes fontes de informação de relevância internacional, o ICDS. Importa dizer que apenas encontramos 10 das 19 revistas no MIAR, sendo a revista *Comunicação e Sociedade* aquela que apresenta um maior ICDS (9,8) seguida pela *Observatorio (OBS*)* (9,6).

No que diz respeito a bases de dados internacionais, nenhuma das revistas mencionadas, ao longo deste capítulo, está na Web of Science. E apenas as revistas *Comunicação e Sociedade*, *Estudos em Comunicação*, *Observatorio (OBS*)* e *Media & Jornalismo* estão na Scopus, ocupando as duas primeiras, de acordo com o SCImago Journal & Country Rank, o quarto quartil e as duas últimas o terceiro²⁶. Olhando

²⁵ A última edição apresentada no website é de 2012 (ver <http://comunicacaoecultura.com.pt/>).

²⁶ Importa referir que encontramos seis revistas, e não quatro, se fizermos uma pesquisa por revistas de

para as métricas do Google Académico, encontramos informações sobre nove das 19 revistas, apresentando a revista *Observatório (Obs*)* e, de seguida, a *Comunicação e Sociedade* os valores mais expressivos, no que concerne ao h5-índice e ao h5-mediana.

Quanto a elementos de particular referência no contexto latinoamericano, interessa referir que apenas três revistas estão disponíveis na biblioteca online SciELO: *Comunicação e Sociedade*, *Media & Jornalismo* e *Observatório (Obs*)*. Além disso, a *Doc-online* foi aprovada para indexação pela SciELO Portugal. Já quanto à classificação da Qualis 2013-2016, vemos que foram avaliadas 11 das 19 revistas, tendo sido as mais bem classificadas na área da Comunicação as revistas *Comunicação e Sociedade*, *Doc-online*, *Observatório (Obs*)*, *Media & Jornalismo* e *Aniki*, todas com a menção B1. Importa, contudo, não esquecer que muitas revistas sem classificação são demasiado recentes para terem sido avaliadas.

Por fim, no ERIH PLUS apenas há referência a nove das 19 revistas e no Latindex a 10.

No que diz respeito ao cenário global destas revistas mantém-se uma preocupação de 2012. Referia-se, então, que “uma das questões mais sensíveis no tocante à produção das revistas portuguesas, prende-se, curiosamente, com uma certa ambiguidade relativamente ao idioma de publicação” (Martins, 2012a, p. 243). Registava-se, nessa altura, uma tendência progressiva para publicações linguisticamente híbridas, que aceitavam a submissão e a publicação de textos noutras línguas, que não exclusivamente o Português, como era o caso do Castelhana e do Inglês. Em 2021, essa tendência mantém-se em Portugal: continua a não existir uma política para o Português como língua de ciência, uma política que seja comum às revistas de Comunicação. E, apesar de ser compreensível esta opção de política científica e de política da língua, concebidas como estratégia para uma difusão mais alargada da produção científica nacional, permitindo ultrapassar um possível obstáculo à circulação internacional dos artigos, tais políticas não deixam de constituir um sinal de reconhecida fragilidade, na medida em que conferem às publicações um caráter de vulnerabilidade perante a força expressiva de outras línguas, sobretudo da língua inglesa.

Retomando a linha dos possíveis caminhos que podemos escolher, como resposta ao atual paradigma científico, apresentados por Serra (2017), centrando-nos de modo particular no que diz respeito à língua utilizada, poderíamos dizer que não acontece uma submissão total, porque ainda se publica em Português, mas também não ocorre uma recusa. O caminho do compromisso é o que encontramos, todavia,

Comunicação em Portugal (<https://www.scimagojr.com/journalrank.php?category=3315&area=3300&country=PT&type=j>). Por um lado, encontramos as quatro revistas referidas. Mas encontramos mais duas, não incluídas neste capítulo, dado o tipo de análise que realizámos. Referimo-nos à revista *Cinema*, do Instituto de Filosofia, da Universidade Nova de Lisboa, e a *Media and Communication*, que, apesar de ter um endereço português, apenas conta com um investigador português no corpo editorial.

em três publicações: na *Comunicação e Sociedade*, na *Revista Lusófona de Estudos Culturais* e na *Vista*, que têm publicação bilingue, em Português e em Inglês.

Mas o combate linguístico tem várias frentes. E assim como

cabe à comunicação social e aos professores de língua e cultura empenharem-se nesse combate pelo fortalecimento da língua portuguesa, assim também é um desafio para os investigadores das ciências sociais e humanas do espaço lusófono empenharem-se no combate pela afirmação da sua diferença plural e pelo reconhecimento da diversidade dos povos e culturas que o constituem. (Martins, 2016, p. 42)

Agradecimentos

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito projeto UIDB/00736/2020.

Referências

Bourdieu, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. *Annales*, 32(3), 405-411. <https://doi.org/10.3406/ahess.1977.293828>

Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1980). L'identité et la représentation. Éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 35, 63-71. https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_35_1_2100

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Fayard.

Brito, R., & Martins, M. L. (2005). Moçambique e Timor-Leste: Onde também se fala o Português. In A. Fidalgo & P. Serra (Eds.), *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã: Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico* (Vol 3, pp. 641-648). Universidade da Beira Interior. <http://hdl.handle.net/1822/1005>

Carvalho, C. (2019). Moisés de Lemos Martins: "O Português é uma língua não só de comunicação, mas também de culturas, pensamento e conhecimento". *MATRIZES*, 13(1), 93-106. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p93-106>

Gradim, A. (2018). Políticas da língua e comunicação de ciência: A importância do multilinguismo no espaço lusófono de conhecimento. *Missões – Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 4(2), 52-67. <http://200.132.146.161/index.php/missoes/article/view/31312/16812>

Gradim, A., & Morais, R. (2016). *Anões aos ombros de gigantes: Desafios contemporâneos da comunicação de ciência*. Livros Horizonte.

Martins, M. L. (2008). As Ciências Sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Eds.), *Sociedades contemporâneas. Reflexividade e ação* (pp. 27-29). Afrontamento. <http://hdl.handle.net/1822/1059>

Martins, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In C. Álvares & M. Damásio (Eds.), *Teorias e práticas dos media. Situando o local no global* (pp. 267-278). Edições Lusófonas. <http://hdl.handle.net/1822/24250>

Martins, M. L. (2012a). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: Da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(1), 233-251. <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1106>

Martins, M. L. (2012b). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: Prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.), *Comunicação Ibero-americana: Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 331-345). Confibercom; Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. <http://hdl.handle.net/1822/23931>.

Martins, M. L. (2014). Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In N. M. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp. 15-33). EDUC – IP-PUC. <http://hdl.handle.net/1822/29178>

Martins, M. L. (2016). Os estudos lusófonos como campo de investigação. In N. B. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia: História, cultura e sociedade* (pp. 29-46). EDUC - Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <http://hdl.handle.net/1822/42613>

Martins, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais. O futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – O caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/51039>

Martins, M. L. (2018a). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica*, 11(1), 3-11. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2018.1.30438>

Martins, M. L. (2018b). Communication studies cartography in the Lusophone world. *Media, Culture & Society*, 40(3), 458-463. <https://doi.org/10.1177/0163443717752812>

Martins, M. L. (2018c). Os países lusófonos e o desafio de uma circum-navegação tecnológica. *Comunicação e Sociedade*, 34, 87-101. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2937](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2937)

Martins, M. L. (2019). A comunicação e a informação na cultura. *Maremagnum. Autismo Galicia*, 23, 33-40. https://www.autismogalicia.org/files/mscag/2019-10/21-17-7-48.admin.Maremagnum_23.pdf

Martins, M. L., & Oliveira, M. (2012). Pós-graduação em Comunicação em Portugal: Da variedade da oferta educativa à carência de um sistema de avaliação. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.), *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 279-303). Confibercom; Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. <http://hdl.handle.net/1822/23956>

Martins, M. L., & Oliveira, M. (2013). Doctorado e investigación sobre comunicación en Portugal: Panorama, retos y oportunidades. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 10(18), 250-265. <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/429>

Serra, P. (2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 57-68. <https://doi.org/10.21814/rlec.115>

Serra, P. (2017). As línguas francas em ciência e a questão dos paradigmas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – O caso das Ciências da Comunicação* (pp. 261-276). Húmus. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2724

Propuestas Para Más Democracia del Conocimiento Académico en Comunicación

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.10>

Eduardo Villanueva Mansilla

*Departamento Académico de Comunicaciones, Sección Comunicación, Pontificia
Universidad Católica del Perú, Perú*

Introducción

La existencia de una tradición propia de estudio de la Comunicación, en América Latina, basada en el pensamiento crítico aplicado a la realidad social y económica de la región, es fácil de comprobar; esta tradición, nacida hace unos 40 años de la confluencia de perspectivas políticas y preocupaciones académicas, sigue presente en los temas y estilos de trabajo de los académicos latinoamericanos. Sin embargo, existen varios desafíos que en la actualidad debilitan el desarrollo y actualización de esta tradición.

Considerando específicamente la cuestión de la difusión del conocimiento creado por esta tradición académica, es necesario ponderar las dificultades específicas que surgen de las varias vertientes de producción. Mucho se hace, poco circula; sistemas nacionales altamente formalizados como el brasileño conviven con realidades de pocos recursos y baja circulación interna, ya no regional, que nos lleva a desconocer lo avanzado y en muchos casos a duplicar debates que no siempre requieren seguir siendo discutidos. Los profesionales de la comunicación aportan conocimiento directo, empírico, de la realidad comunicativa de nuestros pueblos; los académicos intentan sintetizar, recurriendo en muchos casos al ensayo antes que los estudios basados en datos. Tendencias globales temáticas y metodológicas atraviesan el debate específico y alteran la dinámica. Al mismo tiempo, continuidades concretas permiten reconocer lo que no ha cambiado a pesar de la transformación: la demanda por un sistema sociotécnico que permita sostener la creación de conocimiento de manera sostenible y útil a la sociedad (Borgman, 2007). Estas premisas son igualmente relevantes para América Latina, con tonalidades específicas que se discutirán a lo largo de este artículo.

La dimensión lingüística no es trivial. No solo tenemos la barrera objetiva entre el Español y el Portugués, que si bien son cercanos tienen suficientes diferencias para requerir competencias idiomáticas concretas. El idioma de circulación de la producción científica a nivel global es el Inglés, y producir en esa lengua, implica alejarse de muchos potenciales lectores de la región, no solo por el idioma mismo, sino porque se trata de un circuito de circulación completamente distinto, muchas veces, difícil de acceder para los académicos de la región. Al mismo tiempo, la demanda por internacionalización exige reconocer al Inglés como una fuente de documentación crítica y como un requerimiento de validación global del trabajo que se hace a nivel local.

Otro aspecto es la cuestión conceptual/terminológica. No todo lo que decimos se entiende igual en todas partes, y a veces la explicación singular de por qué llamamos algo como lo llamamos es tan particular que termina por complicar el diálogo. Discutir la terminología implica entender las singulares historias detrás

de la producción académica, y por ello, es necesario incorporarlo en cualquier elaboración sobre el conocimiento registrado y difundido en la región.

Aunque no es posible proponer un estado de la cuestión respecto a estos asuntos – puesto que falta información y antes que eso, investigación sobre las condiciones de circulación de la investigación latinoamericana en Comunicación – es posible proponer algunos temas críticos y a partir de ellos, plantear posibles líneas de trabajo para el futuro, trabajo que puede estar enmarcado en organizaciones como la Confederación Iberoamericana de Asociaciones Científicas y Académicas de Comunicación (Confibercom), en alianza con asociaciones nacionales y con los organismos nacionales dedicados a estos temas.

Publish or perish

La demanda por publicación se ha agudizado en los últimos años, creándose al menos tres conflictos importantes.

Core journals y el espacio de publicación relevante

El dilema del impacto visto como citas, o la incidencia local (académica o política) sigue estando al centro de la conversación académica. La percepción de una competencia cada vez mayor por prestigio y estudiantes basada en la posición en los rankings requiere que las universidades promuevan la publicación de artículos en revistas de alta calificación, o *core journals*, como se les llama en Inglés. Estas revistas suelen estar publicadas por editoriales comerciales y requieren que las contribuciones se hagan en Inglés.

Es discutible que publicar en esas revistas sirva para algo más que ser reconocido entre pares, en el mejor de los casos. Se trata de productos editoriales caros, que presentan dos problemas completamente distintos: exigen escribir un discurso denso y complejo que está alejado de las preocupaciones profesionales o políticas de cada realidad nacional; al mismo tiempo, este discurso requiere métodos y objetivos distantes de lo que tiene impacto directo en la formación profesional en cada contexto. Esto aleja a los académicos que publican en revistas con altos factores de impacto tanto de la formación profesional como de la discusión de políticas públicas. El resultado es que nos conectamos con elites académicas globales, pero perdemos la relación con el entorno inmediato.

Los *core journals* presentan otro inconveniente: el grado de esfuerzo que requieren para lograr ser aceptados suele obligar a desbrozar la especificidad local en favor de aproximaciones de interés genéricamente global, las que terminan siendo vistas como “ciencia”, sin que por ello lo sea en el sentido de las ciencias más tradicionales,

pero reforzando la pretensión de una mirada academicista de la realidad. Es parte de un juego político que demanda integrar a la academia regional a las prácticas globales, pero que no deja mucho margen que esta incorporación sea bajo condiciones medianamente igualitarias.

Pero es cierto que al menos en el campo de la Comunicación, América Latina se ha refugiado en producciones más ensayísticas, sin intención de replicabilidad o de relevancia más allá del entorno inmediato. Seguimos considerando lo latinoamericano como algo viable, pero no logramos crear un discurso sólido y consistente de nivel regional, conformándonos con coincidencias y similitudes; renunciamos a la observación sistemática en aras de la calidad expresiva.

Lograr equilibrio requiere un debate institucional fuerte: ¿a quién nos debemos? Y más importante aún, ¿cómo podemos ser realmente relevantes para aquellos a quienes nos debemos sin perder la capacidad de dialogar con el mundo en su conjunto? ¿Cuál es el canal para lograrlo? Los *core journals* son útiles, pero lejanos, y nuestras publicaciones son más de una vez demasiado inmediatas: se trata de reflejos de dos vectores de abordaje del trabajo académico, que en una versión simplificada implica la absoluta sumisión a modelos cientísta, y, por el otro, la completa obediencia al debate cotidiano. Defender uno u otro a ultranza es absurdo, pero algún equilibrio es necesario proponer.

Acceso abierto

América Latina ha sido considerada como la región más adelantada en la adopción del acceso abierto a sus revistas científicas y académicas, gracias a iniciativas como SciELO, Redalyc, el portal de portales Latindex y la Red Federada de Repositorios Institucionales de Publicaciones Científicas (Fischman & Alperin, 2015). Al mismo tiempo, tenemos muchos desafíos respecto a calidad, difusión y utilización de todos estos trabajos.

El mercado de la publicación académica comercial, en manos de conglomerados globales orientados a la ganancia antes que, en cualquier otra cosa, ha creado costos altos sin necesariamente satisfacer las necesidades de difusión de los autores. Apoyados en este modelo, las autoridades universitarias y educativas nacionales fuerzan a la publicación en revistas comerciales, caras y de difícil acceso, sin fomentar mecanismos alternativos de control de la calidad del trabajo académico.

Como contrapartida, parte de la comunidad académica internacional está respondiendo con el movimiento del acceso abierto, que busca liberar los contenidos y publicarlos a través de espacios definidos como libres, los que respetan a los autores al dejarles en sus manos el control sobre el uso de la publicación, y al público al

permitirle usar los contenidos de manera libre, difundiendo con mucha más amplitud el producto de su trabajo.

Promover el acceso abierto consiste no solo en publicar en revistas abiertas o en editar publicaciones abiertas, sino en participar del debate y articular a la comunidad académica como actor en el desarrollo del movimiento. Organizaciones como la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC) cuentan con revistas abiertas (el *Journal of Latin American Communication Research*¹) y universidades de la región han desarrollado, mediante el uso de plataformas libres como Open Journal Systems (OJS)², publicaciones en este espíritu. Es además importante considerar que OJS es parte de los esfuerzos del Public Knowledge Project, de la Universidad Simon Fraser, de Vancouver, Canadá³, que incluye plataformas para el descubrimiento de contenido⁴, para la publicación de monografías⁵ y para el manejo de conferencias⁶.

A estos servicios se les complementa con el directorio de publicaciones de acceso abierto (Directory of Open Access Journals [DOAJ]), que tiene estándares específicos para garantizar la calidad del acceso ofrecido, lo que hace que cada revista deba solicitar una evaluación previa para ser incorporados⁷. La seguridad de la información publicada, que requiere un repositorio Public Knowledge Project adecuado para la revista de manera de garantizar la integridad y continuidad del servicio, se complementa con LOCKSS (Lots Of Copies Keep Stuff Safe), manejado en la Universidad de Stanford, que permite que las bibliotecas participantes hagan copia local de los contenidos de una revista de manera que, en caso de problemas significativos con el repositorio, la integridad de la colección no se pierda⁸.

Pero falta valorar lo que esto significa, y sobre todo, convertir el acceso abierto en el nuevo sentido común de la práctica académica. Se trata de buscar que todas las publicaciones abiertas sean conocidas, que circulen ampliamente, pero también que los comités de evaluación valoren tanto a las revistas abiertas como a las comerciales, o que cuando se decida habilitar una nueva publicación siempre se diseñe considerando versiones digitales de libre disponibilidad.

¹ Ver www.alaic.net/journal/index.php/jlacr

² Ver <http://pkp.sfu.ca/?q=ojs>

³ Información retirada de <http://pkp.sfu.ca>

⁴ Ver <http://pkp.sfu.ca/harvester>

⁵ Ver <http://pkp.sfu.ca/omp>

⁶ Ver <https://pkp.sfu.ca/ocs/>

⁷ Ver <https://doaj.org/>

⁸ Ver <https://www.lockss.org/>

Además, resulta urgente difundir de manera agresiva estos medios de publicación, creando espacios de difusión de su existencia y que sirvan además de metasitios, que recojan las varias opciones existentes. Las facilidades tecnológicas para lograr esto son cada vez más asequibles, estando muchas veces en manos de las bibliotecas universitarias en las que cotidianamente buscamos nuevos contenidos.

Una alianza con la comunidad bibliotecaria, más una promoción de la discusión intelectual sobre la necesidad de nuevas políticas a nivel nacional, institucional y también individual, permitiría fomentar el acceso abierto más allá del movimiento hacia el sentido común, rompiendo además la lenta marcha hacia la estandarización en el estilo burocrático anglosajón que las reformas globalizantes de la actividad académica parecen hacer inevitable. Un reclamo por el *openness* es pues un alegato por la libertad académica y la integración de esfuerzos hacia un entendimiento cada vez más poderoso de nuestras realidades.

Como se ha mencionado, la sumisión a los rankings de índices de citas es un problema significativo. El estímulo fundamental para la publicación académica sigue siendo la carrera docente, que considera estos rankings como el indicador central. La abundancia de opciones no quiere decir que el modelo mismo sea divergente: mientras más citas tiene un artículo, más valioso el citado; mientras más artículos con muchas citas tiene una revista, su valor aumenta. Publicar en las revistas más “populares” se convierte en un destino, no en un camino. Las revistas abiertas no logran todavía convertirse en alternativas significativas, en especial, en ciertos campos como la Comunicación.

Revistas depredadoras

En el escenario contemporáneo, la aparición de revistas depredadoras es una cuestión que debe al menos diseminarse. Definimos una revista depredadora como aquella que cobra por la publicación de un artículo pero que no realiza ninguna de las funciones editoriales tradicionales de una revista académica, entre ellas, el arbitraje por pares, y que ofrece acceso abierto, pero sin participar de las herramientas habituales, como el directorio de revistas de acceso abierto (DOAJ) o servicios como el mencionado LOCKSS. Si bien existen muchos servicios que cobran por la publicación como un mecanismo de garantizar el acceso abierto – muchos de los cuales son provistos por editoriales comerciales – una revista depredadora simplemente publica sin control editorial alguno, cobrando por permitirle a cualquier decir que ha publicado.

Hay muchos criterios para definir una revista depredadora: la Asociación de Bibliotecarios de los EEUU ha definido 15 (Berger, 2017), donde uno de los más saltantes es la excesiva amplitud temática que se supone cubre: por ejemplo, un

típico mensaje de correo enviado a la carpeta de *spam* proviene de una revista con el inverosímil título de *International Journal of Latest Research in Engineering and Management*, que además indica que cubre “todas las áreas de Ingeniería, Gestión Empresarial, Humanidades y muchas más”. Algunas de estas revistas son capaces de aceptar literalmente cualquier cosa, incluso, si solo consiste en una oración insultante repetida a lo largo del texto (Safi, 2014).

Si bien el criterio para separar las revistas depredadoras de las simplemente malas suele ser la intención de estafar al autor, ofreciendo datos falsos y similares, lo cierto es que un autor o supervisor desprevenido puede caer con facilidad; o un autor que quiere lograr acumular publicaciones simplemente puede optar por publicar sin criterio alguno. Parte de los excesos propios de la tendencia a *publish or perish* que comienza a volverse común en nuestra región, las revistas depredadoras son un peligro para la integridad académica que debe combatirse, y que requiere esfuerzos profesionales para lograr que no se difundan y que los autores, autoridades académicas y lectores no sean víctimas de sus prácticas.

Nuevos medios y nuevos contenidos

Precisamente en este espacio surge la necesidad de reconocer que la producción intelectual en Comunicación no se agota en publicaciones convencionales. Por un lado, las manifestaciones de la Comunicación, esos productos que constantemente llaman a la reflexión y renovación de las perspectivas intelectuales, solían estar fuera del alcance de quienes no podían viajar o que contaban con recursos para adquirir copias de distinto origen. Esta transformación ocurre en todos los campos de la investigación académica y se refleja en alternativas novedosas que no siempre resultan fáciles de apreciar y de compartir (Meyer & Schroder, 2013).

La abundancia de contenidos y de nuevos formatos ahora disponible gracias a la internet ha cambiado la situación, pero muchas veces no encontramos cómo insuflar nuestra práctica académica de esos contenidos novedosos que reflejan además la creatividad de los latinoamericanos, más allá de las limitaciones impuestas por los sistemas comerciales de radiodifusión. Tenemos la oportunidad de atestiguar el cada vez mayor número de productos audiovisuales, en diversidad de medios y formatos, pero al mismo tiempo la preservación, para no decir la organización, de dicho material no está garantizada.

Temas emergentes, desde las nuevas narrativas que surgen en juegos de video, en video para la web, en formas de comunicación reiterativa como los *memes*; hasta las recreaciones y reformulaciones de tradiciones culturales latinoamericanas en la música, el video y la narrativa escrita, están inscritas en la internet gracias a la facilidad de acceso y de copiado que ahora se ha vuelto la norma. Promover el

intercambio de estos imaginarios, facilitar el acceso a estas expresiones de creatividad, puede servir para descubrir con amplitud la diversidad en la similitud, la manera como los consumidores, los empresarios emergentes y también los académicos hacen el esfuerzo de aprovechar al máximo las capacidades expresivas de los medios digitales para ampliar el horizonte comunicativo de sus comunidades. Es posible argumentar que un nuevo campo, los llamados Estudios de Internet, comienza a alcanzar autonomía epistemológica a pesar de su clara deuda con los estudios de Comunicación (Dutton, 2013).

También los académicos crean en los nuevos medios: desde trabajos formativos en las universidades hasta nuevas maneras de explicar ideas o difundir conocimiento, los profesores e investigadores poco a poco comienzan a explorar esas posibilidades y no se limitan al trabajo habitual. Es indispensable promover la diseminación y el acceso a estas nuevas formas, lo que, en muchos casos, no requiere más que coordinar entusiasmos locales que se expresan en índices hechos por entusiastas en foros en donde se discute lo nuevo y lo novedoso.

Esto implica desarrollar capacidades para recoger, organizar y hacer fácil la recuperación de contenidos tanto empíricos como materiales de difusión y discusión académica que van más allá del formato escrito tradicional. No hay una solución real aun a la pérdida de lo que se hace en este ámbito, y es un asunto que debería preocuparnos: ¿cuantos de nosotros desarrollamos proyectos que dependían de formatos que han, para todo efecto práctico, desaparecido ya? El material en CD o DVD ha desaparecido salvo para la música el primero (mínimamente) y los videos el segundo (algo más común) y los formatos de software contenidos en su interior, difíciles de usar; videos que hace 10 años se veían bien en una computadora ahora son poco atractivos; los juegos de video se pierden casi por completo una vez que la plataforma en que fueron desarrollados se vuelve comercialmente obsoleta.

La producción audiovisual es ahora pensada para el *streaming* y la realidad es que las copias duras cada vez son menos populares, a nivel general. Esto crea problemas para la preservación de materiales y la continuidad de colecciones, pues los formatos tradicionales desaparecen, al quedar sin equipamiento para reproducirlo, ni permisos para hacer copias. En tiempos en que parecería natural esperar más acceso a la enorme producción cultural de la región, es más difícil por la abundancia de formatos, la complejidad de montar repositorios, y la dependencia de servicios como YouTube o similares, que ofrecen opciones con la complicación de ceder control sobre la explotación comercial o simplemente, facilitan la piratería. Salvo casos como la colección de preservación cultural que realiza la Biblioteca del Congreso de los EEUU, o las grandes filmotecas del mundo, el riesgo es la lenta desaparición de una diversidad mayúscula de producción audiovisual. No es que haya un sistema de preservación que garantice la supervivencia de cualquier y todo material. Salvo los

libros bajo depósito legal, no es raro que se pierdan materiales en papel, el formato más seguro y estable que conocemos; la producción de películas en el mundo entero ha sufrido de desastres, descuidos o simple falta de valoración, con lo que mucho de lo que existió, ya se perdió. Los formatos obsoletos ya mencionados no solo desaparecen, son destruidos por razones comerciales. Un disquete puede guardar información valiosa, pero sin una máquina que lo lee y medidas básicas de preservación, da lo mismo que si el contenido hubiera sido borrado de la faz de la tierra.

Sin soluciones obvias, al menos ser conscientes de la fragilidad de los materiales, tanto de difusión como académico, es una obligación profesional. Nuevamente el dialogo con la comunidad bibliotecaria, que está constantemente desarrollando alternativas a la perdida de documentos, es necesaria. Similarmente, la necesidad de desarrollar políticas públicas que reconozcan la importancia de repositorios nacionales y regionales fuera de la lógica comercial es un tema que se debería al menos discutir. Proyectos de enorme valor como “The Internet Archive”⁹ deberían ser promovidos y discutidos ampliamente buscando alianzas para recoger lo que se produce en la región: no es una solución perfecta pero ayudaría mucho a acceder a lo existente, pero sobre todo a no perder lo que puede quedar obsoleto técnicamente.

Lenguas y términos

Un problema concreto es el idioma en el que escribimos, y otro la terminología que usamos. Si el lenguaje global de la comunicación académica es el Inglés, nuestra región habla Español y Portugués, y como es sabido, en contextos académicos o “cultos”, las barreras para leer ambos idiomas son menores, aunque el intercambio verbal sea otra historia. Pero eso no significa que no exista una demanda cada vez mayor para escribir y comunicarse en Inglés.

Esto plantea tanto el asunto de cómo escribir y de por qué escribir en un idioma que aleja del grueso de estudiantes y de muchos colegas lo que se produce. Aparte de los inconvenientes asociados a la disponibilidad de los textos, la barrera idiomática complica la difusión del trabajo y hace más difícil que se pueda conocer lo que se hace en la región; no siempre es posible traducir lo que se publica en Inglés.

Pero si no se escribe en Inglés, la participación en eventos internacionales también se ve perjudicada. Nuestra región no ofrece la variedad y amplitud temática que existe en eventos globales, incluso sin considerar la rigidez metodológica que a veces hace inaccesible la investigación realizada en otras regiones. Al mismo tiempo, la relativa abundancia de ensayos y la poca vocación por replicabilidad en la investigación hace que muchas conferencias regionales presente pocas oportunidades de intercambio real.

⁹ Ver www.archive.org

También existe el problema de la terminología que se usa en la región, que no es trivial. Una rápida revisión de la literatura en Inglés permite constatar que términos que se siguen usando en América Latina, como NTIC (nuevas tecnologías de información y comunicación), han desaparecido de los estudios de Comunicación, reemplazados por medios digitales, entre otros; ¿por qué continuamos usando un término que pudo tener sentido hace 30 años, pero que ha sido abandonado por impreciso?

Similarmente, el uso de “redes sociales digitales” para referirnos a servicios como Facebook es más un tributo a la popularidad general del término que a la discusión académica global, donde se usa “medios sociales” hace más de una década, separando un concepto comunicacional como este del concepto sociológico de las redes sociales, lo que permite mayor precisión. Curiosamente, se hace más común hablar de *social media*, lo que es innecesario pues la traducción al Español es simple y sin complicaciones lexicográficas. Además, se pierde la potencia de la reflexión sobre la dimensión social de la Comunicación que involucra el uso del término “medio social” (Fuchs, 2014).

Resulta pues importante debatir qué nos hace divergir de las prácticas terminológicas de la academia global y cuál sería la justificación para hacerlo. Sin duda fenómenos específicos a nuestra realidad necesitan terminología propia; pero realmente ¿mantener cierta singularidad lingüística ayuda al desarrollo académico o simplemente complica el diálogo y nos impide renovar la conversación?

Intercambio directo entre académicos

Precisamente gracias a la tecnología digital, es posible proponerse el intercambio académico directo como objetivo. No se trata tan solo de las facilidades que herramientas como el correo electrónico, sino la posibilidad de integrar esfuerzos de muchos especialistas que pueden ya estar intercambiando, mediante foros o listas de correo, o quizá usando herramientas más sofisticadas como Mendeley¹⁰ o Zotero¹¹, pero visibilizando este intercambio y valorándolo como la ruta a seguir.

Romper las limitaciones entre países debería ser una tarea para las asociaciones de investigadores y académicos, las cuales no deberían permitir que las prácticas hasta ahora sólidas e interesantes, pero como quedan en espacios privados, no sean aprovechadas por toda la comunidad académica.

No se trata de forzar que aquello que es privado sea público, pero sí de difundir las posibilidades. Crear espacios de discusión que difundan los mecanismos ya

¹⁰ Ver www.mendeley.com

¹¹ Ver www.zotero.org

existentes de intercambio entre académicos, pero que también expliquen cómo y qué tan fácil o difícil puede ser crearlos usando determinadas herramientas, puede servir para salir del localismo y también de la dictadura de los espacios coordinados por organismos oficiales, nacionales. Promover el control por parte de los mismos académicos de su producción requiere que también sea posible coordinar las acciones de intercambio básico que permiten luego ser creativo y productivo.

Estas tres líneas son pues en realidad una sola: aprovechar al máximo las oportunidades digitales para diseminar más y mejor tanto los insumos (la creatividad comunicativa en la región), los argumentos (a través de intercambios entre académicos) y la producción final, en la forma de publicaciones abiertas. Las bibliotecas académicas, muchas veces innovadoras en lo digital mucho más de lo que conocemos, pero desconocidas por académicos acostumbrados a una forma tradicional de trabajo, pueden ser aliadas importantes; los movimientos internacionales para la promoción de la *openness* también buscan diseminar sus ideas, sus propuestas de política y sus herramientas.

No se trata de ignorar las tradiciones y las formas ya consagradas de trabajo académico: se trata de innovar y facilitar al mismo tiempo que se promueve lentamente el cambio hacia un modelo más democrático e inclusivo de trabajo académico. Para eso, es necesario liderazgo, y es posible lograrlo sin necesidad de embarcarse en proyectos complejos, al menos no al inicio del proceso.

Propuestas

Confibercom, como espacio de encuentro de las comunidades académicas latinoamericana e ibérica, tiene la oportunidad de facilitar no solo el intercambio entre especialistas sino el cambio de prácticas basadas en tradiciones nacionales. Es sin duda respetable el trabajo que cada país logra desarrollar, pero la gran ventaja del espacio lingüístico que compartimos, la facilidad de intercambio de ideas, no es aprovechada al máximo a pesar de la existencia de oportunidades cortesía de la tecnología pero sobre todo, de la coincidencia de temáticas y de métodos de trabajo. Además, mediante este tipo de intercambio sería más fácil enfrentar la necesidad de fortalecer metodológicamente el campo y actualizar la aproximación conceptual a algunos temas que son estudiados con marcos conceptuales mucho más desarrollados en países en el ámbito cultural y universitario anglosajón.

La promoción del acceso abierto (AA) requiere no solo la creación de espacios tales como revistas, sino la afirmación política del AA como práctica estándar de la comunidad académica de la Comunicación. Sin duda poner todas las publicaciones que haga Confibercom en un espacio abierto es esencial, pero lograr que la práctica sea conocida por todos los académicos y sobre todo por todos los administradores

universitarios para que se afirme la decisión política de publicar abiertamente es algo que solo se puede lograr desde una mirada integradora y sistemática, precisamente aquella que una instancia como Confibercom puede ser.

Por ello, Confibercom puede difundir los principios del AA; participar en foros de promoción de AA; involucrarse en los debates internacionales sobre el mismo; y promover la discusión académica desde la reflexión comunicativa, de manera que se integren saberes académicos propios de los estudios que realizamos con la actividad académica de difusión del conocimiento. Además, promover la difusión de contenidos bajo principios de AA mediante un espacio de difusión en su sitio web, o a través de la identificación de espacios con esas características ya existentes para que la comunidad académica tenga la oportunidad de conocer mejor lo que está ya disponible para compartir entre todos, y también se promueva las ventajas del acceso abierto.

Precisamente, conectar a los académicos requiere ofrecer también contenidos que se puedan usar como base para la reflexión. Existen iniciativas dispersas, desde el tradicional concurso de documentales que la Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social (FelaFacs) realiza en cada encuentro hasta concursos locales; pero lo que podría potenciar aún más el trabajo académico y formativo es difundir la creatividad desde los mismos creadores. Para ello, es posible plantear espacios con curadoría estudiantil, conectando a Confibercom con iniciativas estudiantiles que pueden existir, o que están esperando un espacio para manifestarse. Espacios como estos no tienen que limitarse a difundir aquello que está siendo creado fuera de la academia, sino que también puede servir como enlace con los trabajos que con fines didácticos son realizados por los mismos docentes.

En ambos casos, el trabajo puede ser hecho con recursos básicos: existen universidades que cuentan con espacios digitales que pueden ser usados para actividades de este tipo, y si bien los recursos necesarios no son inmediatamente aparentes, es posible promover estas iniciativas, o versiones locales de las mismas, para buscar que logren sostenibilidad a partir de los esfuerzos concretos que grupos de la comunidad académica realicen, para luego buscar convertirlos en programas con financiamiento una vez ya encaminados.

La promoción del intercambio directo por parte de los docentes es relativamente más simple y al mismo tiempo requiere un esfuerzo más sofisticado. Herramientas como Mendeley permiten que el archivo personal de un suscriptor sea analizado y conectado a través de una base de datos colectiva a aquellos usuarios que tienen intereses similares, como funcionan también servicios de música por demanda tales como Spotify. El poder de Mendeley es que hace visible, conexiones que existen como potencia, en la coincidencia de temas y métodos de trabajo que dos

académicos que comparten similares bibliografías en sus computadoras indicaría; a pesar de su compra por Elsevier, uno de los gigantes de la publicación académica, sigue siendo una herramienta valiosa. A través de herramientas como esta, es posible hacer explícitas las redes que deberíamos crear y que tradicionalmente son complejas y caras de montar.

A diferencia de las similitudes que pueden emerger de usar redes más formalizadas, como las que sistemas como Lattes/Scienti habilitan, o a través de sistemas nacionales de Ciencia y Tecnología que afilian a investigadores a grupos de trabajo, las herramientas de descubrimiento como Mendeley sirven para conectar de maneras no evidentes a académicos que pueden no formar parte de las redes ya establecidas pero que, a pesar de diferencias de estilos o aproximaciones, están trabajando temas similares, como la bibliografía indicaría. Obviamente no se trata de habilitar o promover una sola herramienta, sino de fomentar que estas experiencias de intercambio y conexión no formal se produzcan.

Confibercom puede ser un mecanismo para el descubrimiento y el intercambio, pero también tiene que ser una fuerza política para fomentar aquello que puede hacer más fácil el trabajo colectivo. La combinación de promoción activa, intelectual y práctica del acceso abierto, de la identificación de nuevos contenidos y de la utilización de nuevas herramientas de intercambio menos formal que aquellas que promueven las redes ya existentes puede ser lo que necesitamos para reforzar la integración intelectual de nuestra región, no limitándonos a la integración formal, entre instituciones, sino fomentando la manera más efectiva de conectarnos: entre individuos compartiendo proyectos, ilusiones y nuevas rutas de conocimiento colectivo.

Referencias

Berger, M. (2017). Everything you ever wanted to know about predatory publishing but were afraid to ask. In D. M. Mueller (Ed.), *At the helm: Leading transformation: The proceedings of the ACRL 2017 conference* (pp. 206-217). Association of College and Research Libraries. <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/conferences/confsandpreconfs/2017/EverythingYouEverWantedtoKnowAboutPredatoryPublishing.pdf>

Borgman, C. (2007). *Scholarship in the digital age*. MIT.

Dutton, W. (2013). Internet studies: The foundations of a transformative field. In W. Dutton (Ed.), *The Oxford handbook of Internet Studies*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199589074.013.0001>

Fischman, G., & Alperin, J. P. (2015). Sobre luces y sombras: Las revistas científicas hechas en Latinoamérica. In G. Fishman, J. P. Alperin, A. M. Cetto, J. O. Alonso-Gamboa, A. Packer, E. Aguado-López, & N. da Silva Ávila (Eds.), *Hecho en Latinoamérica: Acceso abierto, revistas académicas e innovaciones regionales* (pp. 13-18). CLACSO.

Fuchs, C. (2014). *Social media: A critical introduction*. Sage.

Meyer, E., & Schroder, R. (2013). Digital transformations of scholarship and knowledge. In W. Dutton (Ed.), *The Oxford handbook of internet studies*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxford-hb/9780199589074.013.0001>

Safi, M. (2014, 25 de noviembre). Journal accepts bogus paper requesting removal from mailing list. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/australia-news/2014/nov/25/journal-accepts-paper-requesting-removal-from-mailing-list>

O Acesso Aberto e a Economia Política da Publicação Científica

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.11>

Paulo Serra

*LabCom - Comunicação e Artes, Faculdade de Artes e Letras, Universidade da
Beira Interior, Portugal*

Introdução

Este texto trata do tema da publicação científica, mais precisamente, daquilo a que chamamos a economia política desse tipo de publicação e do lugar que nela deverá ter o acesso aberto. Do lugar que nela *deverá ter* o acesso aberto, dizemos. De facto, este não é um texto neutro, mas, um texto que defende explicitamente uma tese: a de que o acesso aberto, sob as suas diversas formas, deve ser a regra na publicação científica, eliminando-se progressivamente o acesso fechado.

A defesa dessa tese assenta em argumentos normativos, de que os principais são os dois seguintes: 1) sendo a ciência uma atividade eminentemente desenvolvida por instituições públicas, maioritariamente financiada com fundos públicos, os seus resultados devem também eles ser públicos, permitindo o acesso aos mesmos por parte de todos os cientistas e restantes cidadãos, Merton (1973) chamava, a esta norma, o *comunismo* da ciência; 2) tendo em conta o princípio de que quem trabalha deve ser remunerado pelo trabalho que faz, os cientistas não podem produzir um trabalho (como autores, editores, revisores) pelo qual não só não são remunerados, mas ainda têm de pagar, alimentando um paradoxo que não tem paralelo noutras áreas da atividade económica.

Os beneficiários das enormes mais-valias geradas pelas instituições públicas e pelos cientistas, na sua atividade de produção científica, são, como é bom de ver, os grandes conglomerados europeus e/ou estadunidenses de publicação que, nas últimas décadas, viram aumentar os seus lucros de forma exponencial, à medida que também foi aumentando de forma exponencial o volume da publicação nas revistas e editoras científicas que controlam. A chave mágica que permite uma tal apropriação capitalista chama-se “fator de impacto” (*impact factor*), um conceito introduzido por Eugene Garfield, em 1955, ainda que com objetivos diferentes de muitos daqueles em relação aos quais é atualmente utilizado, os quais devem ser questionados.

O corpo do texto que se segue encontra-se distribuído pelas seguintes secções: a economia política da publicação; as funções das revistas; a *serials crisis* e a revolta das universidades; o acesso aberto como resposta; alguns problemas do acesso aberto; para um acesso totalmente aberto. O texto termina com algumas considerações finais.

A economia política da publicação

De acordo com Mosco (2009), é possível definir economia política de duas maneiras diferentes, uma mais estreita e outra “mais geral e ambiciosa”. De acordo com a primeira, “a economia política é o estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder, que constituem mutuamente a produção, distribuição e consumo de

recursos, incluindo os recursos da comunicação” (Mosco, 2009, p. 2). De acordo com a segunda, a economia política é “o estudo do controlo e da sobrevivência na vida social” (Mosco, 2009, p. 3). No que se segue, adotaremos a definição mais estreita e mais clássica da economia política, procurando analisar o que acontece com um tipo especial de recurso, a comunicação científica.

Falar de comunicação científica é falar, também, de um tipo especial de economia política. A economia política clássica – que tem, em Marx, o seu expoente –, centra-se no estudo do capitalismo industrial, vendo o trabalho como fonte de valor e sendo a fábrica o seu lugar de eleição. Já a economia política contemporânea centra-se no estudo do capitalismo cognitivo, que pode ser definido como “um modo de acumulação em que o objeto de acumulação consiste principalmente em conhecimento, que se torna a fonte básica de valor, bem como a localização principal do processo de valorização” (Boutang, 2011, p. 57), sendo o seu lugar de eleição, a universidade.

A consciência desta viragem da fábrica para a universidade, resumamo-la assim, é patente em várias obras publicadas, na década de 60 e na década de 70 do século XX, nomeadamente *The production and distribution of knowledge in the United States*, de Fritz Machlup (1962), *The new industrial state*, de John K. Galbraith (1967), *The age of discontinuity*, de Peter Drucker (1969), *La société post-industrielle*, de Alain Touraine (1969), *The coming of the post-industrial society*, de Daniel Bell (1973), *The information economy*, de Marc Porat (1977) ou *The third wave*, de Alvin Toffler (1980).

Tendo em conta os conceitos anteriores, a questão que orienta este texto pode ser formulada do seguinte modo: como se produz, distribui e consome o conhecimento científico? Como veremos, na secção seguinte, a partir do século XVII, as revistas científicas (*journals*) vão ter um papel cada vez mais central em todo esse processo – não apenas no consumo, mas, porque este acaba por ter uma relação dialéctica com a produção também nas outras duas esferas: tal como só se produz aquilo que é necessário ao consumo, só se consome aquilo que já foi produzido; entre uma e outra a distribuição efetua a intermediação indispensável.

As funções das revistas

Os principais motivos de Henry Oldenburg para criar a revista *The Philosophical Transactions of the Royal Society of London* (1665) foram proteger a propriedade intelectual de autores/cientistas e também estabelecer um sistema de revisão científica (*referee system*; Guédon, 2001; Zuckerman & Merton, 1971) – e não, propriamente, o desejo de tornar a ciência pública e acessível, obedecendo à norma do “comunismo” que constitui, para Merton (1973), uma das principais exigências do *ethos* científico.

Com Eugene Garfield e a sua criação do ISI (Institute for Scientific Knowledge) e do fator de impacto (1955), surge um outro motivo: avaliar a ciência, definindo a *core science* através da definição de um conjunto de *core journals* (Guédon, 2001). Esses *core journals* serão avaliados e comparados entre si, precisamente, através do fator de impacto, calculado através da divisão entre o número de citações que os artigos de uma revista *X* tiverem no ano *n* pela soma dos números de artigos que essa revista *X* publicou nos anos *n-1* e *n-2*. Deste modo, como sublinha Guédon (2001) “estamos a pagar não tanto pela informação, mas sobretudo, pela *avaliação*” (p. 24).

As citações medem a maior ou menor atenção que o trabalho publicado pelos cientistas nas revistas ganha por parte de outros cientistas e que é cristalizado como reputação. É possível, assim, descrever a ciência como uma indústria baseada na economia da atenção em que a atenção constitui a medida do valor da informação científica (Franck, 1999, 2002). Por conseguinte, se no capitalismo cognitivo o conhecimento – a informação científica – é a fonte do valor, a medida desse valor será a atenção: “a atenção que uma teoria atrai é uma medida do seu valor como um bem de capital” (Franck, 2002, p. 3).

Deste modo, as revistas “funcionam realmente como um *dispositivo* com uma tripla função: ferramenta de marca (*branding*), chave para o título de propriedade, e instrumento de avaliação dos cientistas individuais” (Guédon, 2001, p. 31). Tendo em conta esta tripla função, “há, sem dúvida, *core journals*, bem conhecidos, que oferecem um bom valor, ao contrário do que acontece com revistas mais obscuras” (Guédon, 2001, p. 31).

Ora, a utilização do fator de impacto para avaliar cientistas individuais e não revistas representou, segundo Garfield (2006), uma evolução no sentido errado:

o termo “fator de impacto” evoluiu, gradualmente, para descrever quer o impacto da revista, quer o do autor. Os fatores de impacto das revistas envolvem, geralmente, populações relativamente grandes de artigos e citações. Os autores individuais produzem, geralmente, pequenos números de artigos, embora alguns tenham publicado um número fenomenal. (p. 90)

No mesmo sentido, a Declaração de São Francisco sobre a Avaliação da Investigação (2012), aprovada por um grupo de diretores e editores de revistas académicas, em reunião havida por ocasião do “Annual Meeting of the American Society for Cell Biology” (ASCB), em São Francisco (Califórnia), em 16 de dezembro de 2012, recomenda que o fator de impacto da Thomson Reuters seja utilizado para avaliar revistas – finalidade para a qual foi criado –, e não para avaliar a qualidade dos artigos científicos e dos respetivos investigadores. Até porque, como também sublinha Alberts, “é sempre possível publicar um artigo que nunca será citado por alguém numa revista com alto fator de impacto” (Pivetta & Marques, 2012, para. 7).

Este problema da utilização do fator de impacto das revistas como critério de avaliação dos investigadores individuais agrava-se, ainda, se pensarmos na proliferação recente e crescente de editores e revistas predatórios, em que os autores pagam pela publicação de artigos que muitas vezes nem sequer são revistos e que anunciam fatores de impacto que são falsos ou manipulados. Como diz Jeffrey Beall (2018), “sistemas de avaliação académica que ainda analisam apenas o número de artigos publicados por um determinado cientista também ajudam a fazer prosperar a corrupção” (p. 1).

A única maneira de avaliar com segurança os artigos de um autor seria, de acordo com Garfield (2006), que os avaliadores lessem todos os seus artigos e avaliassem cada um deles individualmente. Ora, dada a dificuldade e morosidade de um tal processo, uma prática que tem vindo a ser utilizada, por exemplo, nos EUA, é a de que os avaliadores façam a leitura e avaliação apenas dos cinco artigos que o autor indique como os seus mais importantes (Alberts, como citado em Pivetta & Marques, 2012)¹.

A *serials crisis* e a revolta das universidades

Estando latente há várias décadas, o problema designado pela expressão *serials crisis*² tem vindo a ganhar cada vez mais importância e visibilidade no domínio da publicação científica e universitária. Como se sabe, a expressão em causa é geralmente usada “para destacar o aumento exponencial no custo da subscrição de muitas revistas académicas, particularmente as que são publicadas por editores que visam o lucro” (Das, 2015, p. 44).

As razões dessa crise serão várias incluindo os cortes orçamentais das universidades e das suas bibliotecas, os preços cada vez mais elevados das revistas e dos artigos, a própria recessão económica (Das, 2015, p. 44). Essa crise é também vista como uma das causas que levaram à expansão do movimento de acesso aberto, tendo em vista “ajudar os investigadores a ultrapassar a sua dependência excessiva das companhias monopolistas de edição” (Das, 2015, p. 44).

Na impossibilidade de fazermos aqui uma história detalhada do processo da *serials crisis*, referiremos apenas alguns episódios recentes que consideramos mais determinantes e, ao mesmo tempo, mais simbólicos.

Um desses episódios é o protagonizado pela Universidade de Harvard, em 2012. Considerando inoportunos os preços praticados por editoras de revistas científicas

¹ Esta é uma prática também hoje corrente em Portugal em provas e concursos da carreira académica.

² A expressão poderia ser traduzida por “crise das publicações em série”; no entanto, dada a sua utilização generalizada no original Inglês, optámos pela sua não tradução.

como a Elsevier, a Springer e a Wiley, aquela que é geralmente considerada como uma das mais ricas e prestigiadas instituições do mundo decidiu encorajar os seus investigadores a publicar o seu trabalho em revistas de acesso aberto e a deixarem de publicar e de exercer atividades editoriais e de revisão em revistas de acesso fechado (Sample, 2012). Como na altura referiu Robert Darnton, diretor da Biblioteca de Harvard:

espero que outras universidades adotem ações similares. Todos nós enfrentamos o mesmo paradoxo. Fazemos a investigação, escrevemos os artigos, revemos artigos de outros investigadores, desenvolvemos atividades em conselhos editoriais, tudo de graça... e depois compramos de volta os resultados do nosso trabalho a preços exorbitantes. (Sample, 2012, para. 7)

E, de facto, esta posição da Universidade de Harvard e de Darnton tem vindo a ser seguida por várias universidades, nos EUA e noutros pontos do mundo, nomeadamente na Europa. Um dos episódios mais recentes (já em 2019) foi o rompimento da Universidade da Califórnia com a Elsevier, motivado não só pelos preços exorbitantes praticados pela editora, mas também pelo comprometimento da universidade com o acesso aberto e universal ao conhecimento científico (UC Office of the President, 2019).

Numa iniciativa liderada pela Comissão Europeia e desencadeada pela Science Europe, um grupo de agências de financiamento da investigação científica de 11 países europeus – Áustria, Eslovénia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Reino Unido, Suécia – lançou em 4 de setembro de 2018 o Plano S³, que obriga a que, a partir de 2020, “os cientistas que elas financiam tornem os artigos resultantes livres para serem lidos imediatamente após a publicação. Os artigos teriam uma licença de publicação liberal que permitiria a qualquer pessoa baixar, traduzir ou reutilizar o trabalho” (Else, 2018, p. 17).

Mas a questão do preço não é a única que suscita preocupações em relação às editoras científicas e académicas. Assim, em 26 de outubro de 2018, a European University Association (EUA) elaborou um documento, a enviar à Direção-Geral da Concorrência da União Europeia, intitulado “Preocupações das universidades europeias com a falta de competição no setor de publicações académicas”. No documento, a EUA pede a intervenção das autoridades europeias no apuramento das seguintes questões relativas às editoras a académicas:

1. elevado grau de concentração da propriedade;
2. um setor com estruturas oligopolísticas;

³ Ver <https://www.coalition-s.org/>

3. ausência de transparência na definição de preços;
4. grandes lucros com base em fundos públicos;
5. solicitações de acesso aberto sem efeitos positivos nos preços;
6. assimetria no poder de negociação;
7. tendência para bloqueio de fornecedor;
8. ausência de sinais de melhoria na competição. (EUA, 2018, p. 2)

Para caracterizar o modelo de negócios das editoras acadêmicas, a EUA recorre à seguinte alegoria bem conhecida: “imagine um agricultor que possui, alimenta e ordenha a sua vaca para dar o leite de graça a uma empresa de laticínios – e então, finalmente, compra-o de volta numa caixa de leite a um preço muito elevado” (EUA, 2018, p. 1). De forma menos alegórica, “o paradoxo que alimenta a indústria tradicional da publicação científica” pode formular-se do seguinte modo:

o resultado da investigação que é produzida pelo aparelho científico dos países com recurso a fundos públicos, é oferecido gratuitamente às editoras, que por sua vez o revenderão à comunidade científica, captando ainda mais recursos públicos. (Gradim, 2015, pp. 113-114)

O acesso aberto tem sido visto, precisamente, como uma forma de resposta a esse paradoxo – ainda que tal resposta não deixe de envolver as suas próprias questões.

O acesso aberto como resposta

A primeira das questões tem a ver com a própria definição de acesso aberto até porque há várias formas de acesso aberto. De acordo com a definição de Suber (2012), “a literatura em acesso aberto (AA) é digital, em linha, gratuita e isenta da maior parte das restrições de direitos de autor e de licenciamento” (p. 4). Ainda segundo Suber,

o AA foi definido em três declarações públicas influentes: a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (fevereiro de 2002), a Declaração de Bethesda sobre Publicação de Acesso Aberto (junho de 2003) e a Declaração de Berlim sobre Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades (outubro de 2003). Às vezes, refiro-me à sua sobreposição ou pontos comuns como a definição BBB de AA. (Suber, 2012. p. 7)

A segunda das questões tem a ver com a distinção entre os vários tipos de acesso aberto, em função de certos critérios. Duas das principais distinções são as seguintes:

1) tendo em conta o tipo de barreiras (de preço e de permissão), podemos ter acesso aberto grátis (*gratis OA* [*open access*]) e acesso aberto livre (*libre OA*): enquanto, no primeiro, removemos apenas as barreiras de preço, no segundo, removemos também pelo menos algumas barreiras de permissão (Suber, 2012, p. 6); 2) tendo em conta a existência ou não de revisão por pares, podemos ter acesso aberto dourado (*gold OA*), relativo a revistas, com revisão por pares, e acesso aberto verde (*green OA*), relativo a repositórios, sem revisão por pares, mas que podem incluir textos revisados/publicados noutras instâncias, por exemplo, revistas (Suber, 2012, p. 6). Refira-se, a propósito, que o acesso aberto verde tornou-se, já há alguns anos, obrigatório para os investigadores que desenvolvem projetos financiados pela União Europeia, nomeadamente no âmbito do Horizonte2020 (Comissão Europeia, 2017), e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa (FCT, 2014).

A terceira questão é que acesso aberto não é sinónimo de acesso universal, dado que ele não elimina outros tipos de barreiras, nomeadamente as de filtragem e censura (países, governos, empresas, etc.), linguísticas (apesar da tradução automática), de acesso a pessoas portadoras de deficiência (embora elimine algumas) e de conectividade (a divisão digital; Suber, 2012, p. 27).

Note-se, ainda, que o acesso aberto é compatível com a maior parte das condições que são garantidas pelo acesso fechado, nomeadamente direitos de autor, revisão por pares, receitas (e mesmo lucros), impressão, preservação, prestígio, qualidade, progressão na carreira e indexação (Suber, 2015).

Dadas as suas características, o acesso aberto apresenta um conjunto de benefícios potenciais para os investigadores, nomeadamente o aumento da visibilidade, da utilização e do impacto dos resultados da sua investigação, bem como a criação de ligações permanentes para esses resultados (Tsoukala & Angelaki, 2015, p. 5).

Alguns problemas do acesso aberto

Apesar das suas vantagens para instituições de investigação e investigadores, em matéria de publicação científica, o acesso aberto apresenta vários problemas. Um desses problemas são os editores predatórios (*predatory editors*), primeiramente postos em evidência por Jeffrey Beall (2013), que os define como “editores de acesso aberto que exploram o modelo de acesso aberto dourado apenas para seu próprio lucro, fingindo ser operações de publicação legítimas, mas aceitando de fato todas e quaisquer submissões apenas pelo dinheiro” (p. 591).

Segundo Beall (2017a), os primeiros exemplos deste tipo de editores terão surgido em 2008, no Paquistão, levando-o a cunhar a expressão para os designar, em 2010 (p. 285), e a iniciar a publicação da lista de editores predatórios no blogue *Posteraus* (Beall, 2017b, p. 274). Entre janeiro de 2012 e janeiro de 2017, Beall manteve, no

blogue *Scholarly Open Access*, criado para o efeito, uma lista de editores e revistas predatórias, atualizada à medida que ia descobrindo novos exemplos; de acordo com a sua versão, Beall terá encerrado o blogue, em janeiro de 2017, devido às pressões sofridas por parte do seu empregador de então, a Universidade de Colorado Denver, e ao conseqüente medo de perder o emprego (Beall, 2017b, p. 273).

O que é certo é que, ao longo dos anos, a lista de Beall não foi parando de crescer: de 18 editores predatórios, em 2011, para 1.185, em 2017; de 126 revistas predatórias independentes, em 2013, para 1.294, em 2017 (Oliveira, 2017).

Os editores e revistas predatórias são, no entender de Beall, um efeito direto do acesso aberto dourado (*gold open access*), que caracteriza, também, como o “modelo autor-paga” – na medida em que os custos da publicação são transferidos dos subscritores dos artigos para os autores dos mesmos (ou para as instituições que os financiam), tendo os primeiros acessos gratuitos aos artigos: “essa aceitação gradual do modelo de acesso dourado levou à criação de editores predatórios, aqueles que exploram o modelo para seu próprio lucro” (Beall, 2017a, p. 284).

Assim, o que o modelo do acesso aberto dourado, pago pelos autores, faz, no fundo, é transferir os custos da publicação científica dos editores tradicionais, baseados na subscrição, para os editores predatórios; ou seja, “o movimento de acesso aberto está a lidar com a *serials crisis* reduzindo ou eliminando as taxas de assinatura que as bibliotecas têm de pagar” (Beall, 2013, p. 593), não os custos dos autores ou das suas instituições de pertença ou mesmo dos governos.

Ora, na perspectiva de Beall, esta prática de transferência do pagamento da publicação para os autores interessados em publicar – o chamado *article processing charge* (APC) – “está a corromper a publicação académica” (Beall, 2013, p. 593). Essa corrupção traduz-se, principalmente, no facto de que, para terem o maior lucro possível, os editores predatórios tendem a tornar pouco rigorosa ou mesmo a eliminar a revisão por pares dos artigos das suas revistas: “um dos aspetos mais negativos das revistas predatórias é sua incapacidade de realizar uma revisão por pares padrão, baseada na ciência” (Beall, 2017b, p. 285).

Deste modo, os editores e revistas predatórias, bem como o acesso dourado que os sustenta, constituem “a maior ameaça à ciência desde a Inquisição”, na medida em que falham “em demarcar a ciência autêntica da ciência metodologicamente insana, permitindo que a ciência falsificada (...) se apresente como se fosse ciência autêntica” (Beall, 2017b, p. 276).

No entanto, como Beall sublinha em vários dos seus textos, o problema não está propriamente no acesso aberto em si mesmo, mas no acesso dourado pago pelos autores. Como afirma em texto recente:

não há nada intrinsecamente errado com o modelo de publicação de acesso aberto, mas para ser bem-sucedido, ele deve ser gerido adequadamente, de uma forma que beneficie a ciência, aqueles que realizaram e relataram a investigação e os leitores e outros “consumidores” da investigação. Nem todas as revistas de acesso aberto são predatórias, nem todas as revistas por subscrição são de elevada qualidade. (Beall, 2018, p. 1)

Precisamente para distinguir o acesso dourado predatório do “verdadeiro” acesso aberto – livre para os leitores e para os autores –, Beall (2015) propõe, para este último, a designação de “acesso aberto de platina” (*platinum OA*; p. 15), havendo autores que propõem outras designações, como é o caso de Fuchs e Sandoval (2013) que propõem chamar-lhe acesso aberto de diamante (*diamond OA*).

A sua oposição determinada ao acesso aberto (dourado) leva Beall a afirmações extremas e claramente ideológicas como a de que os defensores do acesso aberto “querem coletivizar tudo e eliminar o negócio privado” (Beall, 2013, p. 589), de que o acesso aberto é “uma tentativa neocolonial”, por parte da Europa e da sua minoria coletivista, financiada pelo “esquerdista” George Soros (Beall, 2013, p. 592), ou ainda de que o acesso aberto “é um tipo de colonialismo” que pretende invadir a “indústria da publicação académica” (Beall, 2018, p. 2).

Apesar de não subscrevermos estas e outras teses de Beall, que parece atribuir pouco relevo a questões essenciais como as da *serials crisis*, da concentração e do monopólio editoriais, da falta de transparência na fixação de preços ou dos conflitos de interesses (de que são exemplos os que afetam a Elsevier, que é ao mesmo tempo uma editora de revistas e uma avaliadora dessas revistas), há, na sua crítica ao acesso aberto, pelo menos duas exigências que não podem ser iludidas: a primeira, a de que o acesso aberto não pode dispensar a revisão por pares; a segunda, a de que para haver acesso aberto, alguém terá de pagar os custos da publicação científica. O mesmo é dizer que o acesso aberto, para o ser verdadeiramente, terá de assegurar um financiamento que não passe pelo pagamento de taxas de publicação pelos autores dos artigos.

Para um acesso totalmente aberto

Coloca-se, assim, a questão de saber como garantir o financiamento do acesso aberto sem que tal implique a *ditadura económica* quer dos editores tradicionais (Elsevier, Springer, Wiley, etc.), quer dos novos editores predatórios. Uma possível resposta a esta questão é-nos sugerida pelo próprio Jeffrey Beall (2018):

há muitas comunidades unidas de investigadores, centrados num campo ou subcampo, que editam revistas de maneira cooperativa – tanto por assinatura quanto por acesso aberto – e cujo voluntarismo e controlo editorial

rígido fazem com que cada uma dessas revistas apoiadas pela comunidade seja bem-sucedida. Essas comunidades permitem uma comunicação eficaz e significativa entre pares, e tais revistas deveriam ser modelos para todos os campos acadêmicos. (p. 3)

Estas “comunidades unidas”, de que fala Beall, podem ser encontradas ou formadas ao nível de várias instâncias do trabalho acadêmico e cuja importância relativa é variável de país para país e mesmo de universidade para universidade: unidades ou grupos de investigação e desenvolvimento (I&D); programas de pós-graduação; departamentos e faculdades; associações científicas (por exemplo, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação [Intercom] ou a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação [Sopcom]). Estas instâncias, isoladas ou em associação, podem propiciar os recursos financeiros e humanos necessários à publicação de revistas científicas em acesso totalmente aberto sem custos, nem para os autores nem para os utilizadores, garantindo todas as condições de exigência a que uma revista científica deve obedecer, a começar pela revisão por pares.

Os exemplos de que tal é possível são vários, em várias latitudes e áreas científicas. Assim, ao examinar um conjunto de 437 revistas científicas de acesso aberto, publicadas nos cinco países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia), Björk (2019) constata que 53% são publicadas por universidades, departamentos de universidades ou editoras de universidades, institutos governamentais, fundações; outros 39% por sociedades científicas, seja no website da sociedade, num portal não comercial ou por um editor comercial; 4% por editores puramente comerciais e ainda 4% por académicos independentes não ligados diretamente a universidades ou sociedades científicas (p. 4). Björk (2019) constata, ainda, que apenas 19 revistas exigiam pagamento de APC, sendo que 11 eram da área da Medicina ou Biologia e 10 eram publicadas por editores comerciais (p. 6).

Algo semelhante acontece com muitas das revistas da área das Ciências da Comunicação, no Brasil e em Portugal, muitas das quais até se encontram indexadas em bases de dados como a Web of Science (WoS), a SciELO ou a Scopus.

Com esta forma de financiamento e gestão da publicação, é também possível ultrapassar uma das outras críticas que os opositores ao acesso aberto dourado pago costumam apresentar: a de que ele favoreceria os autores, as instituições e os países mais ricos: não tendo de pagar por isso, todos podem publicar, sejam (mais) ricos ou (mais) pobres – a questão é que os revisores reconheçam a devida qualidade ao seu trabalho.

Para além dos recursos financeiros e humanos, estas revistas precisam de garantir também conselhos editoriais e revisores competentes, diversificados, em número

suficiente e pontuais – algo que, dada a multiplicação das revistas em cada uma das áreas e subáreas científicas, nem sempre é fácil assegurar em regime *pro bono*.

Apesar das dificuldades, o acesso aberto dourado, maioritariamente não envolvendo pagamento pelos autores, tem crescido de forma continuada. Assim, referindo-se apenas às revistas indexadas no Directory of Open Access Journals (DOAJ), Crawford (2019) regista o seguinte crescimento do número de artigos publicados entre 2013 e 2018: 416.251, em 2013; 490.277, em 2014; 541.700, em 2015; 595.707, em 2016; 651.384, em 2017 e 711.670, em 2018; acrescente-se, ainda, que das revistas indexadas no DOAJ apenas 30% exigiam, em 2018, pagamento de taxa de publicação (p. 1)⁴.

Outra questão que se coloca às revistas em acesso totalmente aberto, e que aqui só podemos tratar de forma breve, é o da sua indexação e avaliação em termos de impacto. Como referimos atrás, o acesso aberto não é impeditivo da indexação destas revistas em bases de dados, como a WoS ou a Scopus, e da consecução de bons fatores de impacto. Deste modo, comparando 610 revistas em acesso aberto com 7.609 revistas por subscrição, utilizando os dados da Web of Science, e 1.327 revistas em acesso aberto com 11.124 revistas por subscrição, utilizando os dados da Scopus, e sendo, em ambos os casos, os dados controlados por disciplina, idade da revista e localização do editor, Björk & Solomon (2012) concluíam que “as revistas em acesso aberto indexadas na Web of Science e/ou Scopus estão a aproximar-se do mesmo impacto científico e qualidade que as revistas por subscrição, particularmente em biomedicina e para revistas financiadas por taxas de processamento de artigos” (p. 1).

Contudo, apenas uma pequena parte das revistas em acesso aberto pode vir a ser objeto de indexação na WoS ou na Scopus: de acordo com os dados de um estudo de Fuchs e Sandoval (2013), de uma amostra de 210 revistas indexadas na WoS, apenas 25 (11,9%) eram revistas em acesso aberto (p. 431). Impõe-se, portanto, uma alternativa que abranja o conjunto das revistas em acesso aberto, de todas as áreas, em todas as línguas.

Uma das alternativas que têm vindo a ser discutidas é o Google Académico. No entanto, e para já, a controvérsia sobre essa alternativa é evidente.

Assim, Jeffrey Beall (2015) adota uma posição radicalmente contra o uso do Google Académico:

tenho vindo a considerar e a escrever sobre o valor do Google Scholar desde finais de 2014. Porque não efetua um rastreio de qualidade e pretende ser

⁴ Sobre a evolução do acesso aberto dourado (DOAJ) entre 2011 e 2018, Crawford disponibiliza um precioso conjunto de livros e dados, incluindo o citado, em <https://waltcrawford.name/goaj.html>

abrangente, o Google Scholar está cheio de ciência-lixo. Indexa – ao nível de artigo – artigos de alta qualidade e revistas predatórias, de modo que inclui no seu índice central todos os artigos de baixa qualidade e de pseudociência que os editores predatórios publicam com alegria em troca de um valor para o processamento dos textos. (p. 26)

Isto leva ainda Beall (2017a) a considerar que o Google “é talvez o maior índice mundial de ciência-lixo”, sendo os seus malefícios potenciados pelo facto de que “é também o motor de pesquisa académica mais popular e acessível” (p. 293).

Num sentido contrário – ainda que reconhecendo algumas deficiências do Google Académico –, temos vários outros estudos e autores, de que referiremos aqui apenas alguns.

Utilizando uma amostra de 277 revistas da área de Ciências da Comunicação, Delgado e Repiso (2013) concluem que, relativamente à WoS e à Scopus, as métricas do Google Académico não só têm uma maior cobertura do que aquelas, incluindo mais revistas e em mais línguas que a inglesa, como também se revelam mais ou menos equivalentes em termos do cálculo do fator de impacto e do ranking das revistas, havendo uma alta correlação entre os seus resultados e os daqueles outros dois serviços (p. 51).

Por sua vez, Harzing⁵ e Alakangas (2015) incluem o estudo de Delgado e Repiso num conjunto de estudos que concluem, no geral, “que o Google Académico oferece uma cobertura mais ampla para a maioria das disciplinas e que a Web of Science e a Scopus fornecem resultados bastante semelhantes” (p. 788). O seu próprio estudo longitudinal, que compara a taxa de crescimento das publicações e das citações das três bases de dados, entre julho de 2013 e julho de 2015, conclui que “tanto o Google Académico quanto o Scopus a nosso ver se tornaram alternativas credíveis para a Web of Science” (Harzing & Alakangas, 2015, p. 801). Contudo, as autoras não deixam de reconhecer alguns problemas do Google Académico, como sejam a falta de um processo de controlo de qualidade exigente, que o leva a indexar publicações de menor qualidade, e a existência de um grande número de artigos duplicados ou “citações perdidas” (*stray citations*; Harzing & Alakangas, 2015, p. 802).

Ainda no mesmo sentido, Martín-Martín et al. (2018), ao estudarem as citações nas três bases de dados, concluem que “os resultados sugerem que, em todas as áreas, os dados de citação do Google Académico são, essencialmente, um superconjunto da WoS e da Scopus, com cobertura extra substancial” (p. 1160).

⁵ Anne-Wil Harzing é a criadora do programa “Publish or Perish”, que trabalha com base nos dados do Google Académico (Harzing, 2016; Harzing, 2017).

No que diz respeito às chamadas “métricas alternativas” ao fator de impacto (*altmetrics, article level metrics*), diremos apenas que elas apresentam vários problemas: 1) relacionam-se sobretudo com o impacto social da investigação, não medindo especificamente o impacto científico; 2) apresentam limitações como o caráter evanescente das suas fontes, o agravamento dos tradicionais problemas bibliométricos de normalização e a possibilidade de manipulação dos indicadores (*gaming altmetrics*; Barros, 2015; Taberner, 2018, p. 96).

Considerações finais

Para além de ser uma questão de economia política, o acesso aberto envolve também aquilo a que Bacevic e Muellerleile (2017) chamam uma “economia moral”, e que o é por uma dupla razão: em primeiro lugar, porque “o objetivo da troca (...) não é gerar lucro, mas sim gerar (mais) bem [o conhecimento]” (p. 180); em segundo lugar, porque “na medida em que o conhecimento se torna o bem final, ele está posicionado para além da esfera da troca de mercadorias” (p. 183).

Esse caráter moral do acesso aberto encontra um dos seus antepassados mais diretos e ilustres na *Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers* (1751–1772), de Diderot e D’Alembert, que visava colocar todo o saber da época ao alcance de todos os homens, acreditando com isso trazer a todos a “luz da razão”.

Sabemos, hoje, que a razão não é apenas luz, que ela também inclui as suas sombras, e que o homem está longe de se reduzir à razão, envolvendo também sentimento e emoção. No entanto, continua a haver uma diferença essencial entre a ignorância e o conhecimento: enquanto a primeira reduz e limita as nossas escolhas em termos não apenas instrumentais, mas também morais, só o conhecimento nos dá a possibilidade de aumentar e ampliar essas escolhas, para o bem e para o mal. Parecendo o mesmo, o sono dos justos não é da mesma natureza que o sono dos ignorantes.

Por isso mesmo, todas as estratégias que tendem a submeter o conhecimento a restrições económicas, políticas ou religiosas resultam no empobrecimento da vida de cada um dos homens e da humanidade no seu conjunto; e, como sabemos, as inquisições de hoje não são menos violentas que as de ontem, apenas adquiriram novas formas.

Que o caminho em direção ao acesso aberto ao conhecimento científico implique uma espécie de retrocesso – ao ideal iluminista –, isso só nos fornece mais uma ilustração de como, por vezes, o progresso histórico só é possível através de um recuo em direção ao passado – para recuperar, desse passado, possibilidades emancipatórias que foram esquecidas ou obliteradas por interesses particulares.

Referências

- Bacevic, J., & Muellerleile, C. (2017). The moral economy of open access. *European Journal of Social Theory*, 21(2), 169-188. <https://doi.org/10.1177/1368431017717368>
- Barros, M. (2015). Altmetrics: Métricas alternativas de impacto científico com base em redes sociais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 20(2), 19-37. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/1782>
- Beall, J. (2013). The open-access movement is not really about open access. *tripleC*, 11(2), 589-597. <https://doi.org/10.31269/triplec.v11i2.525>
- Beall, J. (2015). Os editores predatórios estão a destruir a integridade da comunicação académica. In A. Gradim & C. Moura (Eds.), *Comunicar e avaliar ciência* (pp. 11- 30). LabCom.IFP. <http://labcom.ubi.pt/livro/248>
- Beall, J. (2017a). Scientific soundness and the problem of predatory journals. In A. B. Kaufman & J. C. Kaufman (Eds.), *Pseudoscience: The conspiracy against science* (pp. 283-299). The MIT Press.
- Beall, J. (2017b). What I learned from predatory publishers. *Biochemia Medica*, 27(2), 273-279. <https://doi.org/10.11613/BM.2017.029>
- Beall, J. (2018). Invited comment: Predatory journals exploit structural weaknesses in scholarly publishing. *4open*, 1(1), 1-3. <https://doi.org/10.1051/fopen/2018001>
- Björk, B.-C. (2019). Open access journal publishing in the Nordic countries. *Learned Publishing*, 32, 227-236. <https://doi.org/10.1002/leap.1231>
- Björk, B.-C., & Solomon, D. (2012). Open access versus subscription journals: A comparison of scientific impact. *BMC Medicine*, 10, 1-10. <https://doi.org/10.1186/1741-7015-10-73>
- Boutang, Y. M. (2011). *Cognitive capitalism*. Polity Press.
- Comissão Europeia. (2017). *Guidelines to the rules on open access to scientific publications and open access to research data in Horizon 2020* (Version 3.2). https://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants_manual/hi/oa_pilot/h2020-hi-oa-pilot-guide_en.pdf
- Crawford, W. (2019). *Gold open access 2013-2018: Articles in journals (GOA4)*. Cites & Insights Books. <https://waltcrawford.name/goa4.pdf>
- Das, A. K. (2015). The serials crisis. In S. Mishra & M. P. Satija (Eds.), *Unesco curriculum for researchers, module 1: Scholarly communications* (pp. 44-67). Unesco. http://eprints.rclis.org/24811/1/R1.4%20Serial_Crisis.pdf
- Declaração de São Francisco sobre a Avaliação da Investigação, 16 de dezembro de 2012, <https://sfдора.org/read/>
- Delgado, E., & Repiso, R. (2013). The impact of scientific journals of communication: Comparing Google Scholar Metrics, Web of Science and Scopus. *Comunicar*, 21(41), 45-52. <https://doi.org/10.3916/c41-2013-04>
- Else, H. (2018). Radical open-access plan could spell end to journal subscriptions. *Nature*, 561(7721), 17-18. <https://doi.org/10.1038/d41586-018-06178-7>

European University Association. (2018). *The lack of transparency and competition in the academic publishing market in Europe and beyond*. <https://eua.eu/news/188:scholarly-publishing-eua-asks-european-commission-to-investigate-lack-of-competition.html>

Fundação para a Ciência e a Tecnologia. (2014). *Política sobre acesso aberto a publicações científicas resultantes de projetos de I&D financiados pela FCT*. https://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto_Publicacoes.pdf

Franck, G. (1999). Scientific communication: A vanity fair? *Science*, 286(5437), 53-55. <https://doi.org/10.1126/science.286.5437.53>

Franck, G. (2002). The scientific economy of attention: A novel approach to the collective rationality of science. *Scientometrics*, 55(1), 3-26. <https://doi.org/10.1023/A:1016059402618>

Fuchs, C., & Sandoval, M. (2013). The diamond model of open access publishing: Why policy makers, scholars, universities, libraries, labour unions and the publishing world need to take non-commercial, non-profit open access serious. *tripleC*, 13(2), 428-443. <https://doi.org/10.31269/triplec.v11i2.502>

Garfield, E. (1955). Citation indexes for science: A new dimension in documentation through association of ideas. *Science*, 122, 108-111. <http://garfield.library.upenn.edu/essays/v6p468y1983.pdf>

Garfield, E. (2006). The history and meaning of the journal impact factor. *JAMA*, 295(1), 90-93. <https://doi.org/10.1001/jama.295.1.90>

Gradim, A. (2015). Editores predatórios e modelos de open access. In A. Gradim & C. Moura (Eds.), *Comunicar e avaliar ciência* (pp. 111-126). LabCom.IFP. <http://labcom.ubi.pt/livro/248>

Guédon, J.-C. (2001). *In Oldenburg's long shadow: Librarians, research scientists, publishers and the control of scientific publishing*. Association of Research Libraries. <https://www.arl.org/wp-content/uploads/2001/12/in-oldenburgs-long-shadow.pdf>

Harzing, A. W. (2016, 6 de fevereiro). Publish or perish. *Harzing.com*. <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>

Harzing, A. W. (2017, 16 de março). Google Scholar is a serious alternative to Web of Science. *LSE Impact Blog*. <https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2017/03/16/google-scholar-is-a-serious-alternative-to-web-of-science>

Harzing, A. W., & Alakangas, S. (2015). Google Scholar, Scopus and the Web of Science: A longitudinal and cross-disciplinary comparison. *Scientometrics*, 106(2), 787-804. <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1798-9>

Martín-Martín, A., Orduna-Malea, E., Thelwall, M., & Delgado López-Cózar, E. (2018). Google Scholar, Web of Science, and Scopus: A systematic comparison of citations in 252 subject categories. *Journal of Informetrics*, 12(4), 1160-1177. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2018.09.002>

Merton, R. K. (1973). *The sociology of science: Theoretical and empirical investigations*. University of Chicago Press.

Mosco, V. (2009). *The political economy of communication* (2.^a ed.). Sage.

Oliveira, R. L. (2017). Órfãos de Jeffrey Beall: Revistas predatórias e outras iniciativas igualmente perniciosas para a pesquisa. *Ciência e Cultura*, 69(4), 4-5. <https://doi.org/10.21800/2317-66602017000400002>

Pivetta, M., & Marques, F. (2012, setembro). Bruce Alberts: Ensinar ciência é preciso. *Revista Pesquisa FAPESP*, 199. <https://revistaspesquisa.fapesp.br/2012/09/14/bruce-alberts-ensinar-ciencia-e-preciso/>

Sample, I. (2012, 24 de abril). Harvard University says it can't afford journal publishers' prices. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/science/2012/apr/24/harvard-university-journal-publishers-prices>

Suber, P. (2012). *Open access*. The MIT Press.

Suber, P. (2015, 5 de dezembro). *Open access overview: Focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints*. <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>

Taberner, R. (2018). Métricas alternativas: Más allá del factor de impacto. *Actas Dermosifiliográficas*, 109(2), 95-97. <https://doi.org/10.1016/j.ad.2018.01.002>

Tsoukala, V., & Angelaki, M. (2015). *Diretrizes para políticas de acesso aberto para instituições que realizam investigação científica*. PASTEUR40A. http://www.pasteur4oa.eu/sites/pasteur4oa/files/resource/Diretrizes%20para%20Políticas%20de%20Acesso%20Aberto_Set2015.pdf

UC Office of the President. (2019, 28 de fevereiro). *UC terminates subscriptions with world's largest scientific publisher in push for open access to publicly funded research* [Press release]. <https://www.universityofcalifornia.edu/press-room/uc-terminates-subscriptions-worlds-largest-scientific-publisher-push-open-access-publicly>

Zuckerman, H., & Merton, R. K. (1971). Patterns of evaluation in science: institutionalisation, structure and functions of the referee system. *Minerva*, 9(1), 66-100. <https://doi.org/10.1007/bf01553188>

Difusión Científica 2.0

Adopción y Uso de
Herramientas Digitales por
Revistas Académicas de
Comunicación en Iberoamérica

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.12>

Carlos Arcila y María Claudia Camargo Camargo

*Departamento de Sociología y Comunicación, Universidad de Salamanca, España |
Universidad del Norte, Colombia*

Introducción¹

En algunas disciplinas o áreas del conocimiento, el impacto de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) sobre los trabajos de carácter científico ha sido muy evidente, pues cada vez son más y mejores los proyectos en donde trabajan investigadores desde diferentes lugares (investigación colaborativa), llevando a cabo la tarea de producir y analizar grandes cantidades de datos que serían imposibles de analizar sin la ayuda tanto de instrumentación científica avanzada como de herramientas que la web 2.0 pone a nuestra disposición.

Estas últimas herramientas, denominadas web social, web 2.0 o web participativa tienen como característica el empleo de tecnologías abiertas, tanto desde el punto de vista arquitectónico y de construcción de la información, como de la interconexión de servicios y, sobre todo, del trabajo que se viene realizando de forma colaborativa, participativa y desinteresada. Con la web 2.0 se han introducido cambios significativos en los entornos del trabajo científico.

Gracias a estas nuevas tecnologías que han penetrado en la manera de hacer ciencia, se ha concebido un nuevo término: *e-ciencia*, que hace referencia a una forma de investigación abierta, participativa y colaborativa; centrada en las nuevas herramientas que permiten al investigador ser apoyado por otros, unirse a grupos investigativos y tener gran cantidad de datos y su posterior análisis, a su alcance.

A través de esta web 2.0, las personas se relacionan más fluidamente y los datos se comparten de forma abierta aplicándose de varias formas a la investigación, por ejemplo, en la gestión de la información bibliográfica y en la relación entre investigadores. Según la Red de Bibliotecas Universitarias Españolas (Rebiun, 2010), es posible determinar que existen tres grandes ámbitos en los que la ciencia abierta se manifiesta:

1. *compartir la investigación*. La web social ofrece los recursos necesarios para que los investigadores compartan su trabajo, sin importar la fase inicial en el que este se encuentre. Por ejemplo: blogs de portales académicos, de redes sociales o de sitios web especializados;
2. *compartir los recursos*. Existe la posibilidad de compartir recursos útiles para la investigación;

¹ Artículo originalmente publicado en la revista *RAE-IC. Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación* (ver Arcila & Camargo, 2018), pero presenta algunas actualizaciones en esta versión.

3. *compartir los resultados*. Actitud abierta para difundir resultados de investigaciones, ya sea a través de blogs, de servicios de noticias, de revistas disponibles en acceso abierto, de archivos abiertos o repositorios.

La ciencia 2.0 y la ciencia abierta se basan en la intensificación de la difusión científica, es decir, a todos los mensajes creados para comunicar, facilitar y articular el proceso científico. La manera en que los científicos comunican sus hallazgos y avances ha sido ampliamente estudiada y se ha prestado atención en los últimos años a la influencia de internet en este proceso (Briceño, 2013; Gibbons et al., 1994), en el cual audiencias no especializadas han comenzado a participar gracias a las plataformas 2.0 (Neylon & Wu, 2009; Waldrop, 2008). A este proceso de comunicación científica a través de herramientas sociales se denomina *difusión científica 2.0*.

Actualmente, las publicaciones académicas especializadas en diversos campos de la ciencia adoptan las herramientas digitales en un grado distinto y con diferentes propósitos. Estas diferencias en el grado de adopción de la innovación (Rogers, 2003) pueden estar relacionadas con el grado de colaboración científica (Cumings & Kiesler, 2005; Hara et al., 2003; Rigby & Edler, 2005) y con el factor de impacto de las publicaciones académicas (Liao, 2011). El objetivo de esta investigación es conocer y entender cómo se da el proceso de adopción de herramientas digitales por parte de publicaciones académicas iberoamericanas en Comunicación.

E-investigación en estudios de Comunicación

Bajo el paradigma de la e-Ciencia (Hey & Trefethen, 2005), la forma de hacer investigación se está transformando sustancialmente no sólo en las llamadas ciencias duras sino también las Ciencias Sociales y las Humanidades. En disciplinas como la Física, ha sido muy evidente el impacto de las tecnologías de información y de la comunicación (TIC) sobre la investigación científica, por ejemplo, si pensamos en la trascendencia que está teniendo el proyecto LHC (“Large Hadron Collider”) en donde trabajan investigadores desde diferentes lugares del planeta de forma distribuida y producen y analizan tales cantidades de datos que los servicios comerciales han sido claramente insuficientes. Por su naturaleza, este paradigma ha sido denominado de diferentes maneras (ciber-ciencia, Nentwich, 2003; ciberinfraestructura, Atkins et al., 2003; ciencia 2.0, Waldrop, 2008; ciencia abierta, Neylon & Wu, 2009) aludiendo a diferentes aspectos del mismo. Sin embargo, en los últimos años se ha popularizado el término e-investigación (*e-research*) para referirse al uso intensivo y avanzado de las TIC para producir, almacenar, gestionar y compartir datos en un contexto de colaboración geográficamente distribuido (usando por ejemplo plataformas Grid). La difusión científica 2.0 se enmarca dentro del concepto de e-investigación.

En el caso de las Ciencias Sociales y las Humanidades, investigaciones anteriores en el mundo anglosajón muestran una actitud positiva de los científicos hacia la e-investigación (Dutton & Meyer, 2008) a pesar de las resistencias culturales a los cambios. En cualquier caso, si comparamos este campo de conocimientos con las Ciencias Naturales y Experimentales – como la Física de Altas Energías (Gentil-Beccott et al., 2009) – vemos que éstas últimas tienen una mayor experiencia en el uso e implementación de las TIC a la investigación.

Desde la perspectiva de la difusión de innovaciones (Rogers, 2003), la evidencia empírica y teórica muestra que la adopción de una innovación (herramienta o idea) es un proceso progresivo que se hace automático luego de haber alcanzado un punto crítico en el grado de adopción. Si pensamos que la incorporación de prácticas y dinámicas de e-investigación pueden estar relacionadas con una mayor calidad de los estudios y con una mayor difusión/divulgación y discusión del conocimiento científico, creemos que es importante conocer en qué punto de la línea de adopción nos encontramos actualmente y si este punto representa un progreso verdaderamente importante como para pensar que ya se ha abonado el suficientemente el terreno o si es necesario una intervención. Esto, con el fin de poder establecer políticas claras que guíen tanto la implementación de políticas científicas (financiación, evaluación de la actividad investigadora, etc.) como la transformación de los canales de divulgación y difusión científica tradicionales.

Un estudio en Iberoamérica (Arcila et al., 2013) confirma la tendencia a una actitud positiva de los académicos en Comunicación hacia la e-investigación, pero evidencia un bajo uso de las llamadas e-herramientas, del uso intensivo de datos y de las prácticas de colaboración científica. Aunque suponemos que una mejor actitud promueve la adopción de nuevas prácticas, observamos que entre la primera y la segunda variable puede existir un período de tiempo distante. Podría ocurrir, por ejemplo, que debido a las posibilidades con que cuentan los investigadores (infraestructura) o a las constricciones del sistema (valorar negativamente los artículos en colaboración; desmeritar los nuevos canales de comunicación científica como los social media, etc.) pueden ralentizar la adopción de la difusión científica 2.0.

En el campo de la investigación de la Comunicación se han desarrollado algunos proyectos concretos relacionados con las dimensiones de la e-investigación, como el “MiMeG Project” (MixedMediaGrid; finalizado en 2008 con el apoyo de la Universidad de Bristol y el King’s College London), o la propuesta de Perrot, Harmer y Levis (2008) para generar una plataforma Grid en la British Broadcasting Corporation (BBC). Actualmente, es importante mencionar los esfuerzos de Kalev Hannes Leetaru desde el Institute for Computing in the Humanities, Arts, and Social Science y el National Center for Supercomputing Applications de la Universidad de Illinois. Los trabajos de Leetaru (2011, 2012) están enfocados al análisis de contenidos a gran

escala, es decir, al análisis automatizado de millones de unidades de texto a través de algoritmos computacionales y de ordenadores de alto rendimiento, con el fin de detectar tendencias y realizar inferencias imposibles de descubrir con muestras pequeñas.

La llegada de nuevos medios, así como la digitalización de los tradicionales, son dos buenas razones para pensar que la difusión científica 2.0 es sumamente relevante en los estudios en Comunicación. Estudios precedentes afirman que la adopción de las TIC al trabajo de investigación y difusión científica, así como la intensificación de la colaboración académica, gracias a estas tecnologías tiene serias implicaciones sobre la calidad de la investigación (Borgman, 2007; Liao, 2011).

La descripción y promoción de la difusión científica 2.0 en Comunicación puede motivar y orientar a otras comunidades académicas en Ciencias Sociales en la reformulación de sus prácticas, y puede aconsejar a organizaciones gubernamentales y asociaciones científicas (como la Confederación Iberoamericana de Asociaciones Científicas y Académicas de Comunicación [Confibercom], la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación [ALAIIC], etc.) para la creación de programas especializados de apoyo para la implementación de la e-investigación, como ya existen en países como Estados Unidos (National Science Foundation Office of Cyberinfrastructure) y Reino Unido (National Centre for e-Social Science).

Preguntas de investigación

Uno de los principales intereses de un investigador es hacer *público* el resultado que ha obtenido de sus estudios científicos, con el fin de obtener reconocimiento desde su área o campo de investigación, ganar recordación entre sus colegas, alimentar su prestigio personal y contribuir con la divulgación pública de la ciencia. Por este motivo, es necesario que los investigadores en el área de Comunicación se adapten a las nuevas formas de hacer ciencia y evolucionen conforme lo hacen las dinámicas de colaboración científica. Basados en lo anterior y siendo conscientes del complicado camino que debe seguir un investigador para lograr la adopción adecuada de las herramientas digitales, el objetivo principal de esta investigación es conocer cómo se da el proceso de adopción de herramientas digitales por parte de publicaciones académicas iberoamericanas en Comunicación; respondiendo a su vez las siguientes preguntas de investigación:

1. ¿Cuáles son las herramientas 2.0 que utilizan las revistas iberoamericanas en Comunicación?
2. ¿Cuál es el grado de adopción de cada herramienta digital?

3. ¿Cómo influyen la colaboración científica y el impacto de las revistas en el grado de adopción de herramientas 2.0?

Método

Muestra y procedimiento

Se realizó un estudio de tipo descriptivo y correlacional, bajo un diseño no experimental. Para ello, se realizó un análisis de contenido; “una de las técnicas de investigación más utilizadas en Ciencias Sociales para comprobar y verificar las hipótesis aplicadas a productos comunicativos o a interacciones comunicativas” (Gaitán & Piñuel, 1998, pp. 281-283). Específicamente, se llevó a cabo un análisis formal de contenido sobre las publicaciones académicas iberoamericanas en Comunicación con el objetivo en poner de manifiesto la incorporación o no de las llamadas herramientas 2.0 y de los recursos digitales para almacenar, interactuar y compartir grandes cantidades de datos. El análisis se realizó al total de los números publicados, en 2014, en las revistas incluidas en la Red Confibercom de Revistas Científicas en Comunicación (Reviscom) (n=79). Concretamente, las herramientas estudiadas en el instrumento de recolección de datos fueron procesadas, en el IMB SPSS Statistics, para realizar la cuantificación del grado de adopción de cada herramienta utilizando los parámetros clásicos de la teoría de difusión de innovaciones, de Rogers (2003), con el fin de determinar el estado de cada revista en cada una de las categorías de adopción propuestas: 1) innovadores; 2) adoptadores tempranos/entusiastas; 3) mayoría temprana; 4) mayoría tardía; y 5) rezagados.

Se realizó un estudio correlacional con el fin de explorar si existían relaciones significativas entre el factor de impacto de la revista (variable independiente [VI] 1) y la colaboración científica evidenciada en la revista (variable independiente 2), con el índice de incorporación de herramientas 2.0 (variable dependiente [VD]). Para el análisis inferencial se aplicaron pruebas estadísticas bivariadas y un modelo de regresión lineal múltiple. Esta última técnica permitió evaluar las relaciones de dependencia entre los valores de la variable criterio o dependiente (índice de incorporación de herramientas) y los correspondientes a las dos variables predictoras o independientes tomadas en cuenta en este estudio (factor de impacto y colaboración científica).

Medidas

Se midieron las siguientes variables categóricas con el objetivo de analizar el uso y adopción de herramientas digitales por parte de publicaciones académicas iberoamericanas en Comunicación:

1. (VD) *incorporación de herramientas 2.0*. Índice elaborado a partir del promedio de los nueve indicadores (1=ningun uso; 2=uso escaso; 3=uso esporádico; 4=uso permanente; 5=uso intensivo) enumerados a continuación: 1) usa canales para compartir contenido multimedia; 2) usa canales para compartir presentaciones; 3) usa canales para compartir documentos; 4) usa redes sociales; 5) usa *microblogging*; 6) usa agregadores de noticias; 7) usa foros de discusión; 8) usa blogs; 9) usa wikis;
2. (VI) *factor de impacto*. Consideramos el factor de impacto a raíz de la clasificación establecida por el índice h5 de Google Académico.
3. (VI) *colaboración científica*. Índice elaborado a partir del promedio de los tres indicadores siguientes: 1) media de número de autores totales por artículo; 2) media de número de artículos escritos en colaboración; y 3) media de número de artículos con autores de instituciones distintas.

Validez y fiabilidad

Inicialmente, el instrumento de codificación para el análisis de contenido fue sometido a una prueba de validez de contenido por medio de un panel de expertos, en el que participaron tres investigadores con el objetivo de refinar las categorías para el análisis. Después de este proceso, se realizó una prueba de fiabilidad inter-codificador sobre las 79 revistas seleccionadas (100% de la muestra), para la cual dos codificadores (comunicadores sociales de la Universidad del Norte de Barranquilla), fueron entrenados previamente para analizar las revistas de Comunicación seleccionadas. En el caso de las variables categóricas, fue utilizado el coeficiente Alfa de Krippendorff (KA), alcanzando en todos los casos, los valores mínimos previstos para KA (0,70 según Hayes & Krippendorff, 2007). Estas pruebas indican claramente la fiabilidad del instrumento; como se muestra en la Tabla 1.

Tabla 1 Resultados de la prueba de fiabilidad.

Variable	Alfa de Krippendorff
Canales para compartir contenido multimedia	0,8918
Canales para compartir presentaciones	1,0000
Canales para compartir documentos	0,9991
Uso de redes sociales	0,9985
Uso de microblogging	0,9994
Uso de agregadores de noticias	0,9989
Uso de foros de discusión	0,9997

Uso de blogs	0,9996
Uso de wikis	0,8626
Media de número de autores totales por artículo	1,0000
Media de número de artículos escritos en colaboración	1,0000
Media de número de artículos con autores de instituciones distintas	1,0000

Para estimar la validez de los constructos empleados en este estudio se llevó a cabo un análisis factorial exploratorio (AFE). Las variables de cada constructo (*incorporación de herramientas 2.0* y *colaboración científica*) fueron analizadas con rotación ortogonal Varimax, surgiendo una estructura latente de dos dimensiones (ver Tabla 2²), lo que explica 73,54% de la varianza para el conjunto de 12 variables y una medida de Kaiser-Meyer Olkin que sugiere la muestra es factorizable (KMO = 0,795). La *incorporación de herramientas 2.0* por la revista (factor 1) obtuvo un valor propio de 6.377 y explicó un 53,06% de la varianza. Y la *colaboración científica* (factor 2) se presentó con un valor propio de 2.458 y explicó el 20,48% de la varianza.

Tabla 2 Resultados del AFE para la validez de constructo.

Variable	1	2
¿Usa blogs?	0,939	0,134
¿Usa wikis?	0,902	
¿Usa agregadores de noticia?	0,855	
¿Usa microblogging?	0,835	
¿Usa canales para compartir documentos?	0,819	0,216
¿Usa redes sociales?	0,813	0,104
¿Usa canales para compartir presentaciones?	0,776	
¿Usa canales para compartir contenidos multimedia?	0,774	0,242
¿Usa foros de discusión?	0,759	-0,224
Media de número de autores totales por artículo		0,940
Media de número de artículos escritos en colaboración	-0,108	0,919
Media de número de autores de instituciones distintas	0,295	0,742

² Factor de cargas >.040 están con negrita.

Adicionalmente, para conocer la fiabilidad de consistencia interna, las variables pertenecientes a los dos componentes obtenidos fueron sometidas al análisis de fiabilidad con la prueba Alfa de Cronbach, obteniendo para el índice de incorporación de herramientas 2.0 un valor $\alpha 0,935$ y para el índice de colaboración científica $\alpha 0,741$, lo que indica una adecuada fiabilidad o consistencia interna de la escala en cuestión, superando el mínimo requerido ($\alpha > 0,70$) para estudios exploratorios (Cronbach, 1951; Hayes, 2005).

Resultados

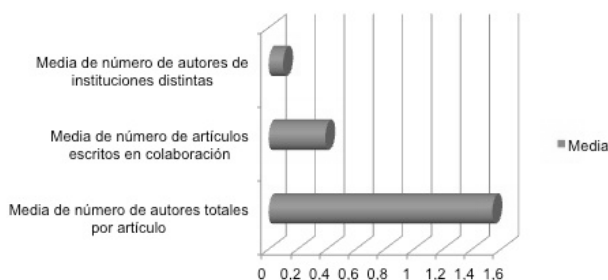
Una vez recogidos los datos, se realizó el análisis de los resultados mediante el paquete SPSS (Paquete Estadístico para las Ciencias Sociales). Las tendencias centrales de las variables categóricas estudiadas fueron extraídas. En el análisis se evidencian tendencias claras sobre la adopción y el uso de herramientas digitales por parte de las revistas científicas en Comunicación, las e-herramientas más utilizadas por estas y su grado de adopción respectivo, y a su vez el grado de colaboración existente en los artículos de tipo científico social.

En los resultados, se puede observar que existe apenas una primera etapa de influencia de las TIC en las revistas de investigación en Comunicación, aun así, el uso de estas herramientas es insuficiente (ver Gráfico 1). Esto difiere un poco con lo observado en el grado de colaboración científica, en donde se refleja que al menos la mitad de los artículos fueron escritos de forma colaborativa (Gráfico 2).



Gráfico 1

Uso de las herramientas 2.0.

**Gráfico 2**

Indicadores de colaboración científica en los artículos analizados.

Un primer análisis, de tipo descriptivo, señala que herramientas como los canales para compartir contenidos multimedia, tales como YouTube y Vimeo, tienen un grado de adopción con un crecimiento lento, cuando el 91,1% de las revistas le dan “ningún uso” a esta herramienta. Así entonces, sólo el 1,3% de estas presentan un “uso escaso”, y el 3,8% restante le dan un “uso intensivo”. Por lo tanto, el grado de adopción de los canales para compartir contenidos multimedia por parte de las publicaciones académicas en Comunicación, es en su mayoría escaso; en 2014, esta era una etapa inicial de persuasión.

Según lo observado, los canales para compartir presentaciones como Slideshare, presentan en su mayoría “ningún uso” (93,7%); salvo a pocas revistas que presentan un “uso intensivo” (2,5%). En cuanto al uso de canales para compartir documentos, se evidencia en su mayoría “ningún uso” (84,8%) de esta herramienta; sin embargo, algunas publicaciones le dan un “uso permanente” (5,1%), y otras un “uso intensivo” (6,3%). Lo que indica que esta herramienta 2.0 también se utiliza escasamente pero en mayor grado que los canales para compartir contenidos multimedia, y que al igual que estos, puede encontrarse en una etapa inicial de persuasión.

Para las redes sociales, tales como Facebook, se sigue observando un uso escaso; con un 82,3% de la muestra que representa “ningún uso” de esta herramienta. En este caso es evidente que el “uso intensivo” se da en mayor grado por algunas revistas, representándose en un 10,1%; así mismo el “uso escaso”, “uso esporádico” y “uso permanente” son representados por 1,3% de las revistas. Lo que evidencia, hasta el momento, que las herramientas que favorecen el contacto y la interacción entre individuos; son las “más utilizadas” por las publicaciones académicas.

Observando el comportamiento del uso de *microblogging* (Twitter) por parte de las publicaciones académicas analizadas, evidenciamos que – como en el caso del análisis de redes sociales – sigue existiendo un uso escaso de esta herramienta con un 83,5% de “ningún uso”; sin embargo, el “uso intensivo” (8,9%) también se evidencia

en un mayor grado que las demás herramientas digitales. Con respecto al uso de agregadores de noticias, observamos que la mayoría de las revistas analizadas no hacen “ningún uso” (89,9%) de esta herramienta; y en menor medida se presenta un “uso permanente” (1,3%); sin embargo, llama la atención que algunas revistas (5,1%), están haciendo “uso intensivo”, muestra que probablemente represente a los innovadores o generadores, dentro de las etapas de la adopción de una innovación.

En tanto al uso de foros de discusión, vemos que las revistas académicas analizadas continúan con el mismo comportamiento reflejado para las herramientas anteriores; en “ningún uso” se obtuvo un porcentaje del 92,4%, y en menor grado se obtuvo porcentajes del 1,3% y 2,5% para las escalas “uso permanente” y “uso intensivo”, respectivamente. Analizando el uso de wikis, encontramos que esta variable también presenta un grado de adopción con un crecimiento lento, cuando el 91,1% de las revistas le dan “ningún uso” a esta herramienta. Los valores restantes se reparten en 1,3% para “uso escaso” y “uso permanente” (ambas escalas); y 2,5% le da un “uso intensivo”. Lo que evidencia un grado de adopción en su mayoría escaso.

Respecto al índice de *incorporación de herramientas 2.0* por revista, se evidencia que en promedio la mayoría de las revistas científicas no hacen ningún uso de las herramientas digitales estudiadas ($M=1,34$, $DE=0,56$). Lo que confirma que gran parte de las revistas académicas iberoamericanas en Comunicación, analizadas para esta investigación, hacen un uso muy escaso y en algunos casos, nulo de las diferentes herramientas digitales.

En cuanto a la fuerza de la colaboración científica, pudimos observar un grado aún bajo pero con crecimiento rápido; lo que podría indicar que el grupo social (los investigadores) se encuentra experimentando cada vez más los procesos colaborativos y que según esto, la tasa de adopción de este factor tenderá a crecer en los próximos años de una manera más rápida en las revistas científicas. Específicamente, las diferencias entre la media del número de autores totales por artículo ($M=1,54$, $DE=0,32$), la media del número de artículos escritos en colaboración ($M=0,39$, $DE=0,21$) y la media del número de autores de instituciones distintas ($M=0,1$, $DE=0,1$), sugieren que la mayoría de los artículos publicados en las revistas académicas analizadas, cuentan con uno o dos investigadores, generalmente. El índice de colaboración científica confirma que ($M=0,67$, $DE=0,20$) los artículos escritos en colaboración empiezan a incursionar y a tomar fuerza en las revistas académicas en Comunicación iberoamericanas; sin embargo, todavía se está lejos del ideal.

Para conocer los factores que influyen en la adopción y el uso de herramientas digitales para difusión científica 2.0 por parte de las revistas académicas en Comunicación, se llevó a cabo un modelo de regresión múltiple, tomando como variables predictoras el índice de colaboración científica y el factor de impacto

de la publicación. Se realizaron pruebas de multicolinealidad para verificar que se cumplieran los supuestos del modelo de regresión lineal múltiple y los resultados mostraron que los valores de la tolerancia estuvieron cercanos a 1 y los FIV por debajo de 5, lo que indica la ausencia de multicolinealidad. El modelo fue significativo [$F(2,37) = 15.299, p < 0,001$] y específicamente se encontró que el factor de impacto de las revistas académicas analizadas ($M = 5,07, DE = 3,44$) es predictor significativo ($\beta = 0,681, p < 0,001$). Por el contrario, el índice de colaboración científica ($M = 0,67, DE = 0,20$) resultó no ser predictor significativo ($\beta = -0,066, p > 0,05$). El ajuste global del modelo fue de $R^2 = 0,423$, lo que significa que el 42,3% de la varianza de la variable *incorporación de herramientas 2.0* de la revista fue explicada por los predictores incluidos en el modelo. Si bien podemos comprobar una relación causal por medio de este estudio correlacional, se presume que el impacto de las revistas es precedente en el tiempo e influye en el uso y adopción de herramientas digitales. De esta forma, podemos inferir que mayor factor de impacto (índice h5) por parte de las publicaciones académicas en Comunicación se reflejará un mayor uso y adopción de TIC para la difusión científica 2.0.

Para finalizar, tomando la variable *índice de incorporación de herramientas 2.0* generamos un nuevo indicador que nos permitiera encontrar el estado de cada revista en cada una de las categorías de adopción de innovaciones propuestas por Rogers (2003). Siguiendo esta puntuación (1-79), clasificamos las revistas científicas iberoamericanas en Comunicación por categoría (Tablas 3 y 4), determinando: innovadores (3), adoptadores tempranos (14), mayoría temprana (11), mayoría tardía (59) y rezagados (3). Observamos que la categoría de mayoría tardía es la más numerosa, evidenciando que la tasa de adopción de las herramientas digitales estudiadas baja, lo cual discrepa de estudios anteriores sobre la adopción de la e-investigación en el área de Comunicación en la región (Arcila et al., 2013).

Tabla 3 Número de revistas pertenecientes a cada categoría.

Categoría según Rogers (2003)	Número de revistas pertenecientes a la categoría
I. Innovadores	3
II. Adoptadores tempranos	14
III. Mayoría temprana	11
IV. Mayoría tardía	59
V. Rezagados	3
Total	79

Tabla 4 Categorías de innovación de la revista e índice general.

Revista	Índice de adopción	Categoría
<i>Comunicar</i>	5	Innovadores
<i>Revista latina de comunicación social</i>	5	Innovadores
<i>Pangea</i>	4,55	Adoptadores tempranos
<i>Razón y palabra</i>	3,77	Adoptadores tempranos
<i>Eptic online</i>	3,66	Adoptadores tempranos
<i>Revista Chasqui</i>	2,11	Adoptadores tempranos
<i>Revista de estudios para el desarrollo social de la comunicación</i>	1,88	Mayoría temprana
<i>Index.comunicación</i>	1,88	Mayoría temprana
<i>Disertaciones</i>	1,44	Mayoría temprana
<i>Ciberlegenda</i>	1,44	Mayoría temprana
<i>Icono 14</i>	1,33	Mayoría temprana
<i>Intersecciones en comunicación</i>	1,33	Mayoría temprana
<i>Investigación & desarrollo</i>	1,33	Mayoría temprana
<i>Mediaciones sociales</i>	1,33	Mayoría temprana
<i>Cadernos de comunicação</i>	1,33	Mayoría temprana
<i>Animus</i>	1,22	Mayoría temprana
<i>Semeiosis</i>	1,22	Mayoría temprana
<i>Culturas midiáticas</i>	1	Mayoría tardía
<i>Estudios sobre las culturas contemporáneas</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista argentina de comunicación</i>	1	Mayoría tardía
<i>Temas de comunicación</i>	1	Mayoría tardía
<i>Temática</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista ágora</i>	1	Mayoría tardía
<i>Anagrama</i>	1	Mayoría tardía
<i>lusófona</i>	1	Mayoría tardía
<i>Anuário unesco/umesp de comunicação regional</i>	1	Mayoría tardía
<i>Bibliocom</i>	1	Mayoría tardía
<i>Brandtrends</i>	1	Mayoría tardía

<i>brazilian journalism research</i>	1	Mayoría tardía
<i>Cambiassu</i>	1	Mayoría tardía
<i>Contempo</i>	1	Mayoría tardía
<i>comunicação e educação</i>	1	Mayoría tardía
<i>comunicação & inovação</i>	1	Mayoría tardía
<i>comunicação & sociedade</i>	1	Mayoría tardía
<i>Comunicação, mídia e consumo</i>	1	Mayoría tardía
<i>Comunicação midiática</i>	1	Mayoría tardía
<i>Comunicologia</i>	1	Mayoría tardía
<i>Conexão – comunicação e cultura</i>	1	Mayoría tardía
<i>Conexiones. revista iberoamericana de comunicación</i>	1	Mayoría tardía
<i>Contemporanea</i>	1	Mayoría tardía
<i>Contracampo</i>	1	Mayoría tardía
<i>Doc on-line</i>	1	Mayoría tardía
<i>Eccom – educação, cultura e comunicação social das faculdades integradas teresa d’ávila</i>	1	Mayoría tardía
<i>E-compós</i>	1	Mayoría tardía
<i>Esferas</i>	1	Mayoría tardía
<i>Estudos em jornalismo e mídia</i>	1	Mayoría tardía
<i>Fotocinema. revista científica de cine y fotografía</i>	1	Mayoría tardía
<i>Fronteiras – estudos midiáticos</i>	1	Mayoría tardía
<i>Galáxia</i>	1	Mayoría tardía
<i>Iniciacom – revista brasileira de iniciação científica em comunicação social</i>	1	Mayoría tardía
<i>Inovcom – revista brasileira de inovação em comunicação</i>	1	Mayoría tardía
<i>Intercom – revista brasileira de ciências da comunicação</i>	1	Mayoría tardía
<i>Journal do latin american comunicacion research</i>	1	Mayoría tardía
<i>Líbero</i>	1	Mayoría tardía
<i>Matrizes</i>	1	Mayoría tardía
<i>novos olhares – revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos midiáticos</i>	1	Mayoría tardía

<i>organicom – revista brasileira de comunicação organizacional e relações públicas</i>	1	Mayoría tardía
<i>Políticas culturais em revista</i>	1	Mayoría tardía
<i>Punto cero</i>	1	Mayoría tardía
<i>quórum acadêmico</i>	1	Mayoría tardía
<i>rebej – revista brasileira de ensino de jornalismo</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista ação midiática</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista brasileira de história da mídia</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista brasileira de políticas de comunicação (rbpc)</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista e-com</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista eletrônica de mídia e cotidiano</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista famecos – mídia, cultura e tecnologia</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista internacional de folkcomunicação</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista internacional de relaciones públicas</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista latinoamericana de las ciencias de la comunicación</i>	1	Mayoría tardía
<i>Revista uni-rn</i>	1	Mayoría tardía
<i>Sessões do imaginário</i>	1	Mayoría tardía
<i>Significação – revista de cultura audiovisual</i>	1	Mayoría tardía
<i>Signos do consumo</i>	1	Mayoría tardía
<i>Verso e reverso</i>	1	Mayoría tardía
<i>vozes & diálogo</i>	1	Mayoría tardía
<i>Miradas</i>	0	Rezagados
<i>nguzu</i>	0	Rezagados
<i>pj:br jornalismo brasileiro</i>	0	Rezagados
Total	79	

Discusión y conclusiones

La evolución de la manera de hacer ciencia a raíz de la incorporación de las TIC resulta un reto para los científicos sociales en cuanto a la adopción y uso de herramientas 2.0. Actualmente, la actividad investigativa y académica se encuentra

fuertemente ligada a herramientas como las revistas electrónicas y las redes sociales que permiten la divulgación y publicación de estudios, o los repositorios digitales para almacenar, publicar y dar a conocer investigaciones de carácter científico.

El objetivo de esta investigación fue conocer el uso y adopción de estas herramientas digitales por parte de publicaciones académicas iberoamericanas en Comunicación para comprender el estado de la difusión científica 2.0 en este campo de estudios. Los resultados de 2018, que se limitan al espacio iberoamericano, difieren un poco de lo hallado en estudios anteriores (Arcila et al., 2013), donde se demuestra que los científicos presentan actitudes positivas hacia el uso de herramientas digitales "básicas" para sus trabajos de investigación. En este caso, se pone de manifiesto que, a diferencia de los científicos, las revistas o publicaciones académicas en Comunicación hacen un uso muy escaso y, en algunos casos, nulo de las diferentes herramientas digitales.

Se encontró que, a pesar de que las revistas académicas continúan haciendo un uso escaso de herramientas como redes sociales y *microblogging*, tales como Facebook y Twitter; estas son las que evidencian un "mayor" grado de adopción, expresado en un 14% para redes sociales y un 12,8% para *microblogging*. Esto indica un nivel bajo de adopción y comprueba que las revistas científicas están adoptando inicialmente herramientas digitales básicas, en su mayoría. Podemos afirmar entonces que las revistas académicas, tienen un especial interés en utilizar aplicaciones de la web 2.0 que les permitan difundir de forma abierta y social los resultados de una investigación (Bartolomé, 2008; Rebiun, 2010). Según Rodríguez y Vessuri (2006), publicar en revistas científicas reconocidas genera "aceptación" en un espacio restringido que abre las puertas a un mundo intelectual que reevalúa constantemente la permanencia de quienes ya se encuentran en él y examina exhaustivamente a quienes quieren pertenecer. Las herramientas 2.0 parecieran abrir ahora estas puertas hacia públicos más generales y menos especializados.

Los datos evidencian que la adopción de las herramientas digitales por parte de las revistas académicas en Comunicación estaba en crecimiento lento en su etapa inicial. Esto suele decir que son pocas las revistas que hasta aquel momento experimentaban la innovación. De lo anterior podemos afirmar que la mayoría de estas revistas (las que aún no usan herramientas digitales y las que lo hacen escasamente) probablemente se encuentren en una etapa de persuasión (Rogers, 2003) en cuanto a la decisión de adopción de las TIC. Lo que significa que algunas de ellas desarrollarán prontamente una actitud positiva hacia estas herramientas pero en un proceso lento.

En cuanto a la fuerza de la colaboración científica, pudimos observar ciertos indicadores positivos. Este resultado es un poco más alentador que el obtenido para

herramientas digitales, puesto que indica que el grupo social (los investigadores) se encuentra experimentando cada vez más los procesos colaborativos y que según esto la colaboración con pares de otras instituciones tenderá a crecer en los próximos años de una manera más rápida.

De igual forma, nuestros resultados sugieren que el factor de impacto predice el uso y adopción de herramientas digitales por parte de las publicaciones académicas en Comunicación, lo que significa que un factor de impacto elevado puede traducirse en un mayor uso de herramientas digitales. La colaboración científica, por el contrario, resultó no ser predictor significativo lo que difiere de investigaciones anteriores que revisan la adopción de TIC por investigadores (Arcila, 2013; Procter et al., 2010).

Los resultados de esta investigación evidencian también cuáles son las e-herramientas que las revistas académicas iberoamericanas están adoptando y usando en la actualidad; lo cual puede aprovecharse para fortalecer el uso de dichas herramientas, en el caso de aquellas revistas que ya han adoptado la innovación; y para incentivar su adopción, en el caso de las que aún no lo han hecho. En este sentido, se puede proponer la realización de campañas sobre los usos y ventajas de las herramientas digitales en la investigación científica, dedicadas a sensibilizar a los investigadores y a los encargados de tomar las decisiones para las revistas académicas. Esto con el fin de persuadir sobre la decisión de adopción de la innovación (Rogers, 2003). En estas campañas deben hacer presencia algunos líderes de opinión que sean capaces de influenciar las actitudes y comportamientos del grupo de científicos, y agentes de cambio que puedan influenciar las decisiones sobre innovación en una dirección esperada, en los asistentes a las campañas. Igualmente, pueden realizarse capacitaciones que eduquen a quienes por brecha generacional o digital, no conozcan a profundidad la forma adecuada de utilizar estas herramientas; o en el peor de los casos, no conozcan las aplicaciones dentro de las herramientas 2.0, que son útiles a la investigación científica.

Referencias

- Arcila, C. (2013). *e-Investigación en Ciencias Sociales: Adopción y uso de TIC por investigadores sociales de América Latina*. CLACSO. <https://core.ac.uk/download/pdf/35171564.pdf>
- Arcila, C., & Camargo, M. C. (2018). Difusión científica 2.0: Adopción y uso de herramientas digitales por revistas académicas de comunicación en Iberoamérica. *RAE-IC. Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, 5(9), 131-139. <https://doi.org/10.24137/raeic.5.9.15>
- Arcila, C., Piñuel, J. L., & Calderín, M. (2013). La e-investigación de la comunicación: Actitudes, herramientas y prácticas en investigadores iberoamericanos. *Comunicar*, 40, 111-118. <https://doi.org/10.3916/C40-2013-03-01>
- Atkins, D., Droegemeir, K., Feldman, S., Garcia-Molina, H., Klein, M., Messerschmitt, D., Messina, P., Ostriker, J., & Wright, M. (2003). *Revolutionizing science and engineering through cyberinfrastructure: Report of the national*

science foundation blue-ribbon advisory panel on cyberinfrastructure. National Science Foundation. <https://www.nsf.gov/cise/sci/reports/atkins.pdf>

Bartolomé, A. (2008). Web 2.0 and new learning paradigms. *Revista eLearning Papers*, 8, 1-10.

Borgman, C. (2007). *Scholarship in the digital age*. MIT Press.

Briceño, Y. (2013). *El modo emergente de la comunicación de la ciencia: Incidencias y gestión distribuida en América Latina* [Tesis de doctorado, Universidad de los Andes]. e-LIS, E-prints in Library and Information Science. <http://eprints.rclis.org/28500/>

Cronbach, L.J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-334. <https://doi.org/10.1007/BF02310555>

Cummings, J. N., & Kiesler, S. (2005). Collaborative research across disciplinary and organizational boundaries. *Social Studies of Science*, 35(5), 703-722. <https://doi.org/10.1177/0306312705055535>

Dutton, W., & Meyer, E. (2005). E-social science as an experience technology: Distance from, and attitudes toward, e-research. In *International Conference on e-Social Science*.

Gaitán, J. A., & Piñuel, J. L. (1998). *Técnicas de investigación en comunicación social*. Síntesis.

Gentil-Beccot, A., Mele, S., Holtkamp, A., O'Connell, H. B., & Brooks, T. C. (2009). Information resources in high-energy physics: Surveying the present landscape and charting the future course. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 60(1), 150-160. <https://doi.org/10.1002/asi.20944>

Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P., & Trow, M. (1994). *The new production of knowledge: The dynamics of science and research in contemporary societies*. Thousand Oaks.

Hara, N., Solomon, P., Kim, S. L., & Sonnenwald, D. H. (2003). An emerging view of scientific collaboration: Scientists' perspectives on collaboration and factors that impact collaboration. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 54(10), 952-965. <https://doi.org/10.1002/asi.10291>

Hayes, A. (2005). *Statistical methods for Communication Science*. Lawrence Erlbaum Associates.

Hayes, A., & Krippendorff, K. (2007). Answering the call for a standard reliability measure for coding data. *Communication Methods and Measures*, 1(1), 77-89. <https://doi.org/10.1080/19312450709336664>

Hey, T., & Trefethen, A. E. (2005). Cyberinfrastructure for e-science. *Science*, 308(5723), 817-821. <https://doi.org/10.1126/science.1110410>

Leetaru, K. (2011). Culturomics 2.0: Forecasting large-scale human behavior using global news media tone in time and space. *First Monday*, 16(9). <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/download/3663/3040>

Leetaru, K. (2012). *Data mining methods for the content analyst: An introduction to the computational analysis of content*. Routledge.

Liao, C. (2011). How to improve research quality? Examining the impacts of collaboration intensity and member diversity in collaboration networks. *Scientometrics*, 86, 747-761. <https://doi.org/10.1007/s11192-010-0309-2>

Nentwich, M. (2003). *Cyberscience: Research in the age of the internet*. Austrian Academy of Sciences.

Neylon, C., & Wu, S. (2009). Open science: Tools, approaches, and implications. In *Pacific Symposium on Bio-computing 14* (pp. 540-544). <http://psb.stanford.edu/psb-online/proceedings/psb09/workshop-opensci.pdf>

Perrott, R., Harmer, T., & Levis, R. (2008). e-Science infrastructure for digital media broadcasting. *Computer*, *41*(11), 67-72. <https://doi.org/10.1109/MC.2008.458>

Procter, R., Williams, R., Stewart, J., Poschen, M., Snee, H., Voss, A., & Asgari-Targhi, M. (2010). Adoption and use of web 2.0 in scholarly communications. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, *368*, 4039-4056. <https://doi.org/10.1098/rsta.2010.0155>

Red de Bibliotecas Universitarias Españolas. (2010). *Ciencia 2.0: Aplicación de la web social a la investigación*. http://eprints.rclis.org/3867/1/Ciencia20_rebiun.pdf

Rigby, J., & Edler, J. (2005). Peering inside research networks: Some observation on the effect of the intensity of collaboration on the variability of research quality. *Research Policy*, *34*, 784-794. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2005.02.004>

Rodríguez, L., & Vessuri, H. (2007). La industria de la publicación científica: Transformaciones recientes de la propiedad intelectual en el campo de las revistas científicas electrónicas. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, *13*(1), 91-115. <https://www.redalyc.org/pdf/177/17721538006.pdf>

Rogers, E. M. (2003). *Difussion of innovation*. Free Press.

Waldrop, M. (2008, mayo). Science 2.0. Is open access science the future? Is posting raw results online, for all to see, a great tool or a great risk? *Scientific American Magazine*. <https://www.scientificamerican.com/article/science-2-point-0/>

Política Científica y Socialización del Conocimiento

Hacia una Nueva Economía
Política Común del Espacio
Cultural Latino

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.43.13>

Francisco Sierra Caballero

Facultad de Comunicación, Universidad de Sevilla, España

Introducción¹

Asistimos al “I Foro de Publicaciones e Difusión del Conocimiento Científico en Comunicación”, integrado al “Fórum Integrado Ibero-Americano de Comunicação – Fórum Confibercom 2012”, como continuación del debate iniciado en el marco del “I Congreso Mundial de Comunicación Iberoamericana” en los días 3 y 4 de agosto de 2011, en San Pablo (Brasil). En aquella ocasión, como ponente y coordinador, junto a la profesora Cicilia Peruzzo, de este eje de discusión, afirmamos la necesidad de articular un espacio o grupo de trabajo no sólo de revistas o publicaciones científicas, sino más bien, en un sentido más genérico e integral, defendimos la necesidad de asumir el reto de crear un foro de difusión del conocimiento que abordara algunos de los principales retos del campo comunicacional, considerando las propias conclusiones del “Fórum de Revistas Científicas de Comunicación” y del “Seminário de las Enciclopedias” que tuvieron lugar en la Universidad de São Paulo. En tal ocasión, en el marco de dicho debate, se acordó como resultado constituir una red, la Rede Confibercom de Revistas Científicas de Comunicação (Reviscom)², con la participación inicial de 40 publicaciones, comenzando así un proceso de articulación de las formas de difusión y socialización del conocimiento comunicológico latino que aún hoy debiera tener continuidad en nuestros debates.

A fin de avanzar en esta línea de trabajo, se presentan a continuación un diagnóstico o estado del arte, definido específicamente desde España, y un decálogo de considerandos y líneas de actuación con propuestas concretas de cooperación e intervención política en este ámbito, centrándonos fundamentalmente en el papel y retos de las revistas científicas, que, como todos saben, constituye un problema estratégico de articulación para el campo académico en la nueva era del capitalismo cognitivo. Tómense las siguientes páginas como un primer borrador y esbozo tentativo de abordaje de las principales cuestiones a tratar en el diseño de una política común de cooperación que, lógicamente, requeriría, en coherencia, una sistematización consistente, analítica y comparada de la realidad del sector a la hora de proceder a definir con mayor criterio las líneas estratégicas de intervención política de la Confederación Iberoamericana de Asociaciones Científicas y Académicas de Comunicación (Confibercom) en pos de una economía política abierta de acceso y producción del conocimiento, en el entendimiento que la comunicología ha de ser concebida como ciencia aplicada de lo común.

¹ Publicado originalmente en ComPolíticas – Grupo Interdisciplinar de Estudios em Comunicación, Política y Cambio, Sevilla, Facultad de Comunicación Social, 2011.

² Ver <http://redrevistascomunicacion.wordpress.com/>

Estado del arte

En nuestra ponencia marco de Sao Pablo, afirmábamos hace una década que los criterios y lógicas de organización del sistema de ciencia y tecnología que impulsa la globalización capitalista favorecen claramente, y de forma más que determinante, la hegemonía de la industria cultural angloamericana y, por ende, o de forma complementaria, los estilos, agendas y perspectivas foráneas del pensar y practicar la investigación local en nuestros países. Ello plantea un problema de apropiación del código, de desequilibrios típicos del capitalismo cognitivo, en virtud de la preeminencia de ciertas lógicas tecnocientíficas que el profesor García Gutiérrez cuestiona por la deriva impuesta del “rating científico y el entusiasta jotacerrillismo” de grupos corporativos como Thomson Reuters, que nuestras autoridades y políticas públicas de ciencia y tecnología reproducen acríticamente con nefastas consecuencias en el desarrollo y calidad de la investigación autóctona (García Gutiérrez, 2012, p. 9).

En la era de la nueva economía política del archivo, esta estructura dominante de circulación piramidal y asimétrica de la geopolítica del conocimiento, históricamente hegemónica, impone, como resultado, una racionalidad productivista, jerarquizando nuestra producción del conocimiento en la periferia del sistema como producción cuasi irrelevante en la definición y comprensión del propio mundo objeto de estudio. El ecosistema investigador anglosajón posee un marcado peso en la estrategia de difusión de los balances científicos con grandes conglomerados editoriales que reúnen a la mayoría de las revistas fuente en los diferentes campos de conocimiento. Tal preponderancia en el sistema científico-técnico y en la propia evaluación de la productividad investigadora de las publicaciones científicas refuerza de este modo una lógica perversa de estructuración de estrictas jerarquías de validación que limita sobremedida el grado de influencia de las publicaciones de habla española o portuguesa y, en suma, de la propia generación de conocimiento local. Esto es, la disposición favorable de capital económico del sistema de ciencia y tecnología. En los países del Norte, viene reproduciéndose de forma ampliada con la acumulación de capital simbólico y de capital social, si pensamos en el dominio nórdico y anglosajón en las principales organizaciones científicas a nivel internacional, reforzando la centralidad y hegemonía del campo comunicológico hoy hegemónico. Ello se ha traducido en una creciente invisibilidad como comunidad académica en los congresos de la International Association for Media and Communication Research (IAMCR), International Communication Association (ICA) u otras organizaciones académicas como la International Studies Association (ISA), además de un etnocentrismo imperial del foco o cultura estadounidense y anglosajona en revistas científicas llegándose al grado no solo de excluir nuestras lenguas y tradiciones culturales de investigación, sino incluso de restringir la posibilidad misma de referenciar otras escuelas de pensamiento (como la escuela francesa o italiana), haciendo francamente difícil toda referencia a fuentes editoriales y

periódicas ajenas al espacio geopolítico anglosajón a la hora de presentar artículos en las revistas científicas de referencia.

Frente a esta lógica imperante, somos de la idea de que, hoy más que nunca, precisamos, como antaño sucediera en la génesis de la Escuela Latinoamericana de Comunicación, un pensamiento y epistemología del Sur que, de acuerdo con Boaventura de Sousa Santos (2009), aliente una política de empoderamiento de nuestras instituciones y sistemas de difusión del conocimiento, basado no en la competencia interna, sino antes bien en la cooperación social, a partir de la solidaridad y construcción en común de espacios de articulación y autonomía científica y tecnológica. De ahí la pertinencia de una red de revistas como la que viene auspiciando Confiibercom. Investigadores, asociaciones y grupos de investigación constatan hace más de una década, en cada uno de nuestros países, la necesidad de establecer protocolos de validación entre nuestros sistemas que fomenten la calidad y validez de las propias fuentes de referencia. Un problema a todas luces de justicia cognitiva con derivaciones no solo lingüísticas y culturales, sino también económicas y políticas, pues afecta a nuestra industria del conocimiento, y a nuestra autonomía social tal y como constata Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso) y Redalyc.

Hasta la fecha, llama sin embargo la atención, que, en un primer balance, se observa claramente un bajo nivel de articulación interna (nacional y supranacionalmente), como escasa capacidad de incidencia, y ausencia de un plan estratégico al respecto por parte del sector de revistas y publicaciones científicas desde el impulso liderado por la Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social (Felafacs) y la Red Iberoamericana de Revistas en Comunicación y Cultura.

En algunos países, no obstante, caso de Brasil o España, comienzan a darse movimientos y debates que pueden contribuir a un cambio de dirección en este sentido. En España, por ejemplo, se constituyó hace poco más de 10 años el Grupo de Bilbao de Revistas Académicas y la Plataforma de Revistas de Comunicación Social (Platcom) para coordinar acciones de cooperación y fortalecimiento de algunas de las principales publicaciones de referencia contribuyendo así a definir pautas comunes de acción y espacios de socialización de experiencias que sirvan de referencia para acciones de mejora y organización interna. Pero falta, no obstante, avanzar políticas concretas con el gobierno y el sistema de ciencia y tecnología nacional que nos permitan mudar los criterios definidos en materia de indicadores y evaluación de la productividad investigadora, además de incidir, como es lógico, en el ámbito internacional procurando contribuir a la transformación del sector desde una visión latina y periférica conforme a la posición subalterna que venimos ocupando en el sistema global de ciencia y tecnología, tanto en el seno de la Unión Europea como en organismos internacionales.

En esta línea, la Asociación Española de Investigación de la Comunicación (AE-IC) se ha propuesto como objetivo revertir esta tenencia y poner en valor los congresos como espacios de intercambio científico de calidad. En el documento base *Política científica y tecnológica de investigación en Comunicación. Nuevas bases de organización del campo académico*, AE-IC (2012) apuntó, además, en el transcurso del panel público sostenido sobre la materia en su último congreso de Tarragona, seis líneas de acción preferentes:

1. la creación de grupos de trabajo en los congresos generales, que refuercen una nueva línea de publicaciones de AE-IC;
2. la organización de jornadas y talleres de discusión de las políticas editoriales de las revistas y anuarios de investigación;
3. el incentivo y organización de congresos o simposios, al margen de los congresos generales, a cargo de todas y cada una de las secciones temáticas, procurando la participación de destacados investigadores internacionales, que repercutan en monográficos de revistas JCR (Journal Citation Reports) o propias;
4. la creación de censos de congresos de Comunicación en España y otros países;
5. el establecimiento de un sello de calidad de nuestros eventos académicos que en el mediano plazo se convierta en una referencia académica para asesorar y sugerir criterios de evaluación a las agencias dictaminadoras y los organismos (públicos y privados) que financian dichos eventos;
6. el “reconocimiento” anual de las mejores contribuciones científicas en los distintos congresos sobre comunicación, publicando (por medios propios o ajenos) en revistas de referencia los trabajos más destacados por el Comité Científico Internacional.

En la misma línea, la mayoría del campo académico en España viene asumiendo la idea de que las revistas académicas de Comunicación – tanto españolas, como iberoamericanas – y en la medida de lo posible internacionales adopten un documento público común con los criterios básicos exigibles a los originales enviados para su publicación a fin de hacer operativos, y consensuar, nuestros protocolos de validación de cara a una mayor transparencia y acceso al conocimiento de forma libre y democrática.

Por ello, en el simposio “Investigar la Comunicación en España”, organizado por la sección temática de la AE-IC de Teorías y Métodos de Investigación en Comunicación

(Universidad Rey Juan Carlos, los días 13-14 abril 2011) se acordó – con el apoyo del Grupo Bilbao de Revistas Españolas de Comunicación – que se le dedicara un panel en el congreso de la AE-IC de Tarragona (febrero 2012). Y el grupo que promovió esta iniciativa acordó también tratar este asunto en el “Encuentro de Editores de Revistas Científicas” (Tenerife, Universidad de la Laguna, 20-22 de julio de 2011). Así, durante el congreso de la AE-IC de Tarragona (2012), la Sección Temática de Teorías y Métodos de Investigación en Comunicación celebró un panel para abordar esta cuestión, presentado por el profesor Julio Montero con la participación de José Manuel De Pablos Coello, Begoña Zalbidea Bengoa y Victoria Tur Viñes. Resultado de este encuentro, podemos apuntar una serie de iniciativas que pueden resultar de interés para la comunidad académica iberoamericana a la hora de deliberar y definir nuestro trabajo conjunto de cooperación. En las siguientes páginas, se presentan, resumidas, algunas de las principales líneas que están sirviendo de referencia para revistas académicas de comunicación y editoriales universitarias públicas y privadas en España. Y que constituye, cabe decir, un debate no concluido sobre las condiciones de desarrollo y articulación de las bases para un modelo de circulación y calificación distintas de nuestro sistema de difusión del conocimiento. El documento, como es lógico, ha recibido aportaciones posteriores de la comunidad académica, en la medida en que AE-IC, como sucede en Confibercom, apenas ha iniciado este proceso de articulación y deliberación en el seno de la propia comunidad académica.

Agenda política editorial

Entre los puntos de partida y objetivos de la red del Grupo de Bilbao, que lideró este proceso, se han fijado como criterios de acción compartidos en parte por AE-IC, cuatro líneas básicas de actuación en común:

- apoyar al fortalecimiento, el reconocimiento y la visibilidad de las revistas científicas de Ciencias Sociales;
- intercambiar experiencias sobre difusión del conocimiento científico con entidades nacionales e internacionales;
- dinamizar las relaciones y los contactos de cooperación con investigadores de otros países para estimular el desarrollo del conocimiento científico sobre comunicación y sociedad y el surgimiento de redes de investigación internacionales;
- fomentar, promover y difundir el conocimiento científico de la comunicación social especialmente en el sistema universitario, pero también en el ámbito aplicado.

En esta línea, el congreso de Tenerife haría público una serie de propuestas concretas para coadyuvar a un cambio de rumbo en el sistema de ciencia y tecnología nacional, a saber:

- que las comisiones que evalúen las revistas científicas de Comunicación las conformen expertos en cada una de las áreas de conocimiento de la Comunicación Social. En España, el área 675 (“Periodismo”) y 105 (“Comunicación Audiovisual y Publicidad”). Ello contribuiría, en opinión de los editores de revistas, a que la actuación de las comisiones sea más transparente y sus resoluciones o decisiones motivadas, siempre fundamentadas en los ítems objeto de valoración con conocimiento contrastado del ámbito específico de conocimiento y no de acuerdo a los intereses y visiones de otras disciplinas de las Ciencias Sociales más antiguas o hegemónicas por tradición;
- que se impulse una política pública estratégica de difusión científica que comprenda medidas claras y sostenibles de financiación, formación, calidad y visibilidad de las revistas científicas. Pues hasta la fecha esta carencia del sistema científico-técnico en España es más que notorio y, como consecuencia, las dificultades mayores, especialmente si hablamos de la rama de Ciencias Sociales y Jurídicas.

Así, en las conclusiones finales de Tenerife se demandó:

- financiación:
 - programas de ayuda para impulsar nuevas iniciativas editoriales que aseguren la viabilidad y la consolidación a largo plazo de las revistas científicas;
 - ayuda económica y/o logística de apoyo a la gestión del proceso editorial de las revistas científicas;
 - ayuda económica para la traducción a otros idiomas de los textos científicos en Español. Uno de los escasos apoyos institucionales de carácter nacional existente es de carácter logístico (Repositorio Español de Ciencia y Tecnología [RECYT]; Índice Iberoamericano de Investigación [I3C]), gestionado por la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT), a través de una encomienda del Ministerio de Ciencia e Innovación al Centro Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), pero la convocatoria anual para la evaluación de la calidad de revistas científicas españolas y su internacionalización es, a todas luces, insuficiente, más aún si se

consideran las exigencias de competitividad de la política pública que se espera de los programas de doctorado, investigadores, grupos y departamentos universitarios;

- formación:
 - mayor apertura de los programas de formación de FECYT;
 - programas de profesionalización de la figura del editor;
 - programas de formación y acreditación de revisores de artículos científicos;
 - programas de formación específicos en posicionamiento y visibilidad internacional de las revistas;
- calidad y visibilidad:
 - articular procedimientos que integren los diferentes criterios de calidad que se utilizan para evaluar revistas científicas a favor de una mayor claridad, simplicidad, transparencia e integración en los procesos de acreditación de la calidad de las revistas;
 - aumento significativo del número de revistas que configuran el Repositorio Español de Ciencia y Tecnología (RECYT);
 - convergencia y simplificación de las políticas normativas, procesuales y de gestión de los indicadores de indización.

Cooperación y alternativas de integración

Considerando el diagnóstico del Grupo de Bilbao, y a tenor de la experiencia y discusiones del “I Congreso Mundial Iberoamericano” de Sao Pablo, Confibercom debiera avanzar, en esta línea, una política integral a partir de 10 líneas estratégicas que retomen y den continuidad a esta y otras experiencias germinales en la región.

1. Articulación de una plataforma de integración. Todo proyecto político y académico en Iberoamérica no parte, como sabemos, de cero. Como indicara en su momento en el I congreso Confibercom de Sao Pablo, existe ya un cúmulo de plataformas y redes constituidas que deben servir de embrión para una iniciativa internacional de convergencia e integración editorial. Partiendo, por ejemplo, de Redalyc, sería posible

integrar un grupo de trabajo que sume a la Red Bogotá de Revistas Académicas de Comunicación, al Grupo Bilbao de España y la propia Red Iberoamericana de Revistas de Comunicación y Cultura (Felafacs), un espacio común y un proyecto de trabajo orientado a sistematizar y favorecer este proceso de articulación y convergencia de nuestras publicaciones científicas. En otras palabras, en lugar de multiplicar, Confibercom ha de procurar una estrategia de sinergia y mediación entre proyectos dispersos o limitadamente articulados, sumando a las redes citadas los portales de referencia en la web que vienen alojando y difundiendo nuestras publicaciones periódicas de referencia.

2. Análisis de indicadores y economía política del archivo. La política de calificación y empoderamiento de la producción científica propia pasa por ejercer mayores niveles de reflexividad crítica y metainvestigación sobre los indicadores y criterios de relevancia de nuestros espacios de difusión del conocimiento. Pero ello no es posible sin discutir, primero, la lógica clasificatoria y paramétrica del neopositivismo imperante. “Es cierto que conocemos mediante una acción clasificatoria, pero clasificar es también ocultar conocimiento: (por lo que urge) desclasificar para acceder a la información ocultada por los intereses del poder y la violencia lógica” (Llera, 2012, p. 2). Y, de este modo, proceder, en segundo término, a definir nuestras propias lógicas e indicios de calidad. Esto es, hoy más que nunca urge y es preciso organizar un estudio del estado del arte y convocar a la comunidad académica a definir un diseño propio, previo estudio de indicadores así como una clasificación y reconocimiento del campo hoy negado por el mercado y las listas anglosajonas de clasificación que nuestras autoridades replican y el campo acepta sin organización y a regañadientes. Existen para ello experiencias y procedimientos en nuestra tradición a reconsiderar. Por ejemplo, el Instituto de Estudios Políticos para América Latina y África (Fundación IEPALA) y la Agencia Andaluza de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AACID) han desarrollado con Compolíticas³ un proyecto titulado “Metodologías participativas para el Desarrollo: aportaciones de Sur a Sur”. La exploración de procesos abiertos y dialógicos, de participación del conjunto de investigadores puede ser, en esta tradición, una vía no solo de articulación, como viene haciendo la profesora Peruzzo, en el trabajo de recopilación de inventarios y sistemas de información, sino más allá aún un método de impugnación de los parámetros exógenos del neodifusionismo iluminista proveniente del Norte. Paralelamente, en segundo lugar, puede ser pertinente constituir, como en el caso del

³ Ver www.compoliticas.org

Grupo de Bilbao en España, un grupo de expertos editores, documentalistas e investigadores de Redalyc, Qualis o de Índice de Impacto de las Revistas de Ciencias Sociales (In-RECS) que redacten un libro blanco de la edición científica en Comunicación en la región y contribuyan a avanzar así, eficientemente, en esta dirección. Pues, a todas luces, parece evidente la necesidad, a corto plazo, de definir un espacio y tiempo de reflexión sobre indicadores y criterios de evaluación en forma de taller o seminario especializado, como el foro en Toluca (Universidad Autónoma del Estado de México), o la constitución de grupo de trabajo permanente dedicado a dar seguimiento y elaboración de indicadores en común como parte de la política de convergencia que hemos de dotarnos en Confibercom.

3. Plan de difusión. Al tiempo, y como parte de la política científica de intercambio mediante la creación de un portal o repositorio de redes de cooperación, es preciso promover suscripciones y encartes entre las revistas del campo dado el bajo nivel de circulación interior. Ello contribuiría a sanear la economía y sostenibilidad de las publicaciones facilitando de paso la accesibilidad en red y en las bibliotecas universitarias para mostrar el conocimiento acumulado en el campo. Un primer punto de apoyo en esta línea es la experiencia compartida por proyectos como el Portal de la Comunicación (Instituto de la Comunicación – Universidad Autónoma de Barcelona [InCom-UAB]), Infoamérica (Universidad de Málaga), Observatório da Comunicação (OberCom [Portugal]) o el trabajo en Guadalajara del profesor Raúl Fuentes (Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente [ITESO]).
4. Observatorio de revistas. Para hacer factible la convergencia, frente a la actual dispersión, una herramienta de trabajo útil, y a considerar, metodológicamente hablando, es la del observatorio. Pues muchos de los objetivos comunes nos permitirían con ello definir un programa de cooperación internacional permanente. Esta, de hecho, es la razón de ser de iniciativas como el Observatorio de Revistas Científicas en Ciencias Sociales surgida en España. La cuestión es si es pertinente y posible sentar las bases de creación en Confibercom de un observatorio iberoamericano de publicaciones científicas en Comunicación encargado de sistematizar, analizar, evaluar y dar seguimiento a la evolución del sector vinculado a investigadores de Ciencias de la Información, Economía Política, gestores del conocimiento y editores de referencia.
5. Catálogo de colecciones editoriales. Igualmente, como en el caso de las revistas, es preciso diseñar una red de editoriales y colecciones

propias con multienlaces de espacios de referencia como Comunicación Social, Fragua, La Crujía, o Editorial Paulus, integrando en ella, de forma destacada, las editoriales universitarias, para un más fácil acceso y conocimiento público de los investigadores en la web institucional de Confibercom.

6. Constitución de grupos regionales. Como corresponde a formas complejas, multilaterales y creativas de cooperación, al tiempo que se constituyen grupos de trabajo en cada asociación y país, precisamos crear varias plataformas de convergencia: lusófona (Brasil y Portugal), andina (CAN), Ibérica (España y Portugal), norteamericana (México y EEUU), Centroamérica y Caribe, en coherencia con la visión que ya apuntamos, en Sao Pablo, de una política académica de cooperación compleja, transversal y multivalente.
7. Plataforma digital. Aun considerando la debilidad de nuestro sector editorial, no cabría descartar desde Confibercom analizar y contribuir a impulsar un grupo o plataforma digital en la Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno con empresas potentes del sector, a fin de registrar y promover nuestras publicaciones en los nuevos circuitos y cadenas de valor. Este objetivo, más aún en el proceso de transición al libro electrónico, facilitaría la organización económica del sector y puede hacer factible una mayor competitividad y amplitud de alcance de nuestras publicaciones en igualdad de condiciones, al menos formalmente, desde el punto de vista de los canales de distribución, con plataformas angloamericanas.
8. Plan de formación. De acuerdo a las conclusiones del Grupo de Bilbao en España, es notoria la necesidad de mayor cualificación de editores y del campo científico en esta materia. Por ello, sería preciso un plan de formación regional, comenzando por seminarios anuales de formación en el marco del propio Foro Confibercom para la convergencia y capacitación de editores, evaluadores y autores en la cultura de investigación, calidad y control de publicaciones, con asesoría de expertos.
9. Banco de expertos. A fin de garantizar el plan de formación y la cooperación intrarregional, sería preciso crear un banco de evaluadores en la página institucional de Confibercom para avanzar en el desarrollo de la cultura de cooperación iberoamericana.
10. Plan de modernización y promoción de publicaciones. Finalmente, Confibercom debería procurar poner en marcha un plan internacional de modernización y promoción de publicaciones periódicas que incluya:

10.1. acciones de *lobby* para la inclusión de revistas que ya cumplen las condiciones de calidad en el listado de publicaciones JCR;

10.2. actividades de promoción de estructuras cooperativas y modelos de negocio y financiación conjunta en la gestión de las revistas;

10.3. interlocución ante gobiernos nacionales, fundaciones y organismos internacionales para dotaciones de financiación para el desarrollo de nuestra red de revistas;

10.4. difusión en redes sociales, dípticos y campañas de promoción de nuestra red y espacios virtuales de integración de publicaciones, así como de las conclusiones y documentos elaborados como resultado de este trabajo.

Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI)⁴ y episteme del Sur

A modo de conclusión y retomando la hipótesis de partida con la que abrimos el presente texto, participamos de la idea de que el cumplimiento de los objetivos estratégicos señalados pasa por definir primero una nueva filosofía de la ciencia y la tecnología de la comunicación regional, desde un enfoque antagónico y alternativo de lo procomún que defienda y garantice la socialización del conocimiento frente a la doctrina y la política de derechos de autor dominante. La fuerza de trabajo inmaterial requiere libertad para expresarse y producir. Frente a los cercamientos, a los bloqueos y apropiaciones privadas, la política cultural de cooperación de Confibercom en esta materia debe en consecuencia poner en contacto a los investigadores y los trabajadores de la industria de la comunicación y la cultura en un proyecto común de liberación de las energías creativas. Ello implica un replanteamiento de las políticas públicas de gestión de los derechos de propiedad intelectual, tratando de promover los derechos colectivos y la ciencia en común. Una tarea estratégica que pasa, lógicamente, por solicitar a la Secretaría Iberoamericana de Telecomunicaciones la revisión de los principios y visiones, los métodos y objetivos de la política angloamericana hoy hegemónica, jurídica e ideológicamente, en el desarrollo de la sociedad del conocimiento.

Si el problema de la Comunicación y la Cultura en nuestro tiempo es la lucha por el código, por la apropiación de lo inmaterial, por el patrimonio cultural común, sujeto a un proceso de progresiva desmaterialización y desterritorialización y objeto

⁴ Una de las 16 agencias especializadas de la ONU.

de intercambio, tal y como evidenciamos a criticar la nueva economía política del archivo de este capitalismo cognitivo, el nuevo derecho público de la producción intelectual, el reconocimiento de la autovaloración y de las diversas formas de autoproductión (de las favelas, del sector terciario informal, de la libertad de circular en red) que marcaron en su momento el surgimiento de la teoría crítica latinoamericana, debe hoy realizarse garantizando una esfera pública que reconozca las dimensiones productivas de la ciudadanía y los intereses colectivos frente al modelo tradicional de acumulación y apropiación de los bienes culturales y, en nuestro caso, de la ciencia y la tecnología por el *lobby* editorial angloamericano. Más allá del estado y del mercado, la renuncia a cuestionar el sistema de patentes y de derechos de propiedad intelectual socava las posibilidades del pacto social necesario para la realización de los derechos culturales en la región. Y no es posible pensar en una proyección y consideración de nuestro conocimiento sin cuestionar la base del sistema que hace posible el imperio del universo JCR. Por ello, no es posible pensar un proyecto de cooperación científica en la materia sin impugnar el actual sistema internacional de regulación de estos derechos. Y, de momento, Iberoamérica no ha planteado alternativas políticas en su estrategia de posicionamiento salvo cumplir fielmente las exigencias de la Organización Mundial del Comercio (OMC) y de las normas angloamericanas de explotación mercantil del sector de la comunicación y la cultura, en contra, incluso, de sus propios intereses.

Referencias

García Gutiérrez, A. (2012). Prólogo. In M. Llera, *Blanco, negro y todo lo contrario: Interpretar el laberinto de las culturas* (p. 7). Anthropos.

Llera, M. (2012). *Blanco, negro y todo lo contrario: Interpretar el laberinto de las culturas*. Anthropos.

Santos, B. S. (2009). *Una epistemología del sur*. Siglo XXI.

Notas Biográficas

Abel L. Packer é coordenador operacional do projeto SciELO, Scientific Electronic Library Online. Possui graduação em Ciências, *Business Management* e mestrado em *Library Science* pela Syracuse University. Tem experiência em ciência da informação, biblioteconomia, tecnologias de informação, gestão de informação e conhecimento.

Email: abel.packer@scielo.org

Ana Almansa Martínez es profesora en la Facultad de Ciencias de la Comunicación de la Universidad de Málaga (España), donde viene impartiendo las asignaturas Técnicas y Herramientas en Relaciones Públicas, Comunicación Política, Gabinetes de Comunicación y Relaciones Públicas Especializadas. Docente en universidades españolas y extranjeras de posgrado.

Email: anaalmansa@uma.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0256-6369>

Antonio Castillo Esparcia es profesor de la Facultad de Ciencias de la Comunicación de la Universidad de Málaga (España). Docente en materias de Relaciones Públicas y Comunicación Política. Licenciado y doctor por la Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Coordinador del Fórum de Publicaciones e Difusión del Conocimiento Científico de la Confederación Iberoamericana de Asociaciones Científicas y Académicas de Comunicación (Confibercom).

Email: acastilloe@uma.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9751-8628>

Beatriz Elena Marín Ochoa es docente investigadora de la Facultad de Comunicación Social – Periodismo de la Universidad Pontificia Bolivariana de Medellín (Colombia) y presidente de Asociación Colombiana de Investigadores en Comunicación (Acicom) de Colombia. Doctora en Comunicación y Periodismo, línea Ciberperiodismo y lenguajes, de la Universidad Autónoma de Barcelona, España, 2010. Coordina el Grupo de Investigación en Comunicación Urbana (GICU).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6775-6636>

Carlos Arcila es profesor del Departamento de Sociología y Comunicación de la Universidad de Salamanca (España). Miembro del Observatorio de Contenidos Audiovisuales (OCA) y profesor del Doctorado en Formación en la Sociedad del Conocimiento. Editor del *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones"*. Doctor europeo en Comunicación, Cambio Social y Desarrollo por la Universidad Complutense de Madrid. Investigador principal del proyecto europeo "Preventing hate against refugees and migrants" (PHARM), del proyecto nacional "Ciencia de datos en España: conocimiento y percepción pública del big data y la inteligencia artificial" (DataScienceSpain), financiado por la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología, así como de la prueba de concepto competitiva "Desarrollo y evaluación de un detector del discurso del odio en línea en español" (STOP-HATE), financiada por el Plan de Transferencia de Conocimiento Universidad-Empresa. Investigador principal por Venezuela de los proyectos internacionales "Worlds of journalism study" y "Journalistic role performance", así como consultor por este país del informe *Media landscapes*.

Email: carcila@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2636-2849>

Cicilia M. Krohling Peruzzo foi coordenadora da comissão do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento da Confibercom (2011-2016). É professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES (Brasil). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) de 2002 a 2005. Editou a *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* entre 2005 e 2016. Fez pós-doutorado na Universidade Nacional Autónoma do México. Autora dos livros *Relações públicas no modo de produção capitalista*, *Comunicação nos movimentos populares* e *Televisão comunitária*. Organizadora de algumas coletâneas. Possui artigos publicados em diversas revistas científicas nacionais e internacionais. Coordena o Núcleo de Estudos sobre Comunicação Comunitária e Local (Comuni), é membro do Comitê de Assessoramento Artes e Comunicação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2016-2019) e bolsista por produtividade em pesquisa do CNPq.

Email: kperuzzo@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6384-8848>

Eduardo Aguado López es sociólogo, doctor en Enseñanza Superior, es profesor-investigador de tiempo completo de la Universidad Autónoma del Estado de México (México). Es fundador y director general de Redalyc, iniciativa con 18 años de trayectoria que da sostenibilidad a la publicación académica en acceso abierto a nivel global. Asimismo, es fundador y parte del Comité Directivo de AmeliCA, forma parte del Sistema Nacional de Investigadores (SNI) de Conacyt, México.

Email: eal123@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4322-9556>

Eduardo Villanueva Mansilla es doctor en Ciencia Política, magister en Comunicaciones, ambos por la Pontificia Universidad Católica del Perú (Peru). Profesor principal del Departamento de Comunicaciones de la Pontificia Universidad Católica del Perú (www.pucp.edu.pe/profesor/eduardo-villanueva-mansilla) y editor en jefe del *Journal of Community Informatics* (ci-journal.net). Estudia la relación entre medios digitales y transformaciones políticas, con énfasis en políticas públicas de comunicación/sociedad de la información; los medios digitales y aplicaciones para el desarrollo social (TICxD); y la comunicación política en medios digitales. Es miembro del Comité Consultivo de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC).

Email: evillan@pucp.pe

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1312-4873>

Elizabet Castellero Ostio es doctora en Ciencias de la Comunicación por la Universidad de Málaga (España). Licenciada en Publicidad y Relaciones Públicas y máster en Gestión Estratégica e Innovación en Comunicación. Técnica en organización de congresos y eventos. Sus principales líneas de investigación giran sobre la Comunicación Política y el protocolo y la organización de eventos.

Email: ecastillero@uma.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0546-7262>

Enrique Bustamante es catedrático emérito de Comunicación en la Universidad Complutense de Madrid (España). Presidente electo de la Asociación Española de

Investigación en Comunicación (AEIC). Autor y editor de más de treinta monografías y de trescientos artículos académicos, especialmente en el campo de la economía política de la televisión y de las industrias culturales. Fundador y director de la revista *Telos* (1985-2017).

Email: bustamanteenrique9@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1955-8739>

Francisco Sierra Caballero es catedrático de Teoría de la Comunicación de la Universidad de Sevilla (España). Director de la sección de Comunicación y Cultura de la Fundación de Investigaciones Marxistas (FIM), en la actualidad, preside la Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (ULEPICC) y es miembro activo de la red Transform de la Unión Europea, y de la Asociación Española de Investigación en Comunicación (AE-IC). Autor, entre otras obras, de *Políticas de comunicación y educación. Crítica y desarrollo de la sociedad del conocimiento* (Gedisa, Barcelona, 2006) y *Marxismo y comunicación* (Siglo XXI, Madrid, 2020) dirige el Grupo Interdisciplinario de Investigación en Comunicación, Política y Cambio Social (Compolíticas) y forma parte del Instituto Andaluz de Investigación en Comunicación y Cultura (Inacom). Más información: www.franciscosierracaballero.net

Email: fcompolíticas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7398-7588>

María Claudia Camargo Camargo es comunicadora social y periodista, especialista en Desarrollo Organizacional y Procesos Humanos, y magíster en Comunicación de la Universidad del Norte. Con experiencia en desarrollo de estrategias y contenidos de marketing gubernamental. Docente catedrática de investigación en la Universidad del Norte de Barranquilla, Colombia.

Email: camargocamargom@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5990-9890>

Moisés de Lemos Martins é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho (Portugal). Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É diretor da revista *Comunicação*

e *Sociedade*, e também da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* e da *Vista*. Doutorou-se pela Universidade de Estrasburgo em Ciências Sociais (na especialidade de Sociologia), em 1984. Dirigiu o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Foi presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), da Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação (Lusocom) e da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom).

Email: moisesm@ics.uminho.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Paulo Serra é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa e mestre, doutor e agregado em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (Portugal). Nesta universidade, é Professor Catedrático no Departamento de Comunicação, Filosofia e Política e investigador na unidade de investigação LabCom – Comunicação e Artes. Desempenha atualmente, na Universidade da Beira Interior, o cargo de presidente do Instituto Coordenador de Investigação e, a nível nacional, o de presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom). É autor dos livros *A informação como utopia* (1998), *Informação e sentido: o estatuto epistemológico da informação* (2003) e *Manual de teoria da Comunicação* (2008), co-autor do livro *Informação e persuasão na web* (2009), organizador do livro *Retórica e política* (2015) e coorganizador de múltiplos livros, como *Cultura, património e turismo na sociedade digital: diálogos interdisciplinares* (2019). Tem ainda vários capítulos de livros e artigos publicados em obras coletivas e revistas, nacionais e estrangeiras.

Email: paulo.serra@labcom.ubi.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7821-3880>

Rodrigo Gabrioti é doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (Brasil). Vencedor do Prêmio Freitas Nobre 2019, da Sociedade Brasileira para os Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Diretor adjunto de projetos da Intercom gestão 2020-2023. É um dos coordenadores da DTI 1 – Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação, na Assibercom, professor e coordenador do curso de Comunicação Social – Jornalismo na Escola Superior de Gestão e Negócios, Sorocaba, São Paulo, Brasil.

Email: rgabrioti@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6745-3600>



UMinho Editora



Universidade do Minho



CECS

centro de estudos
de comunicação
e sociedade

Esta edição resulta dos debates, troca de ideias e investigações sobre as condições e políticas de difusão da produção científica em Comunicação e dos temas que lhes estão associados, tais como, os critérios para indexação de revistas, os sistemas de métricas de avaliação de impacto, os critérios e as hierarquias na circulação do conhecimento produzido, a importância do acesso aberto e a divulgação do conhecimento nos diferentes idiomas – Português, Espanhol e Inglês –, no espaço ibero-americano. Debates, durante mais de seis anos, proporcionados pelo Fórum de Publicações e Difusão de Conhecimento Científico da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Confibercom).

Intitulada *Revistas Científicas de Comunicação Ibero-Americanas na Política de Divulgação do Conhecimento: Tendências, Limitações e os Desafios de Novas Estratégias*, a obra reúne a contribuição de autores portugueses, espanhóis e latino-americanos, que além de analisarem aspectos cruciais dos mecanismos operativos internacionais de divulgação científica, apontam caminhos para romper barreiras e possibilitar uma maior democratização do conhecimento científico Ibero-Americano de Comunicação entre os seus próprios países e no mundo. Os 13 autores, aqui reunidos, preocupam-se em ecoar, na sociedade como um todo, as muitas vozes da América Latina e dos restantes países de línguas portuguesa, galega, catalã e espanhola que têm muito a dizer ao mundo todo por meio da investigação em Comunicação.

ISBN 978-989-8974-39-6



9 789898 974396